

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE ESTUDOS EM CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ANDRÉ DE PIERI PIMENTEL

**CIDADES EM DISPUTA:
Gestão dos usos do espaço e política das práticas a partir da Praça
Roosevelt, em São Paulo**

(Versão corrigida)

SÃO CARLOS
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE ESTUDOS EM CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**CIDADES EM DISPUTA:
Gestão dos usos do espaço e política das práticas a partir da Praça
Roosevelt, em São Paulo**

(Versão corrigida)

André de Pieri Pimentel

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, para a obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran

SÃO CARLOS
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato André de Pieri Pimentel, realizada em 09/08/2018:

Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran
UFSCar

Prof. Dr. Heitor Frugoli Junior
USP

Profa. Dra. Cibele Saliba Rizek
UFSCar

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de mestrado que viabilizou a realização dessa pesquisa em seus primeiros meses (bolsa vinculada à PROEX e ao PPGS da UFSCar), e principalmente à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que a financiou em grande parte de seu andamento restante por via do processo nº 2016/05431-8. Gostaria de deixar registrado também meu agradecimento ao parecerista incumbido pela FAPESP de comentar os Relatórios Científicos por mim submetidos. Suas sugestões, comentários e críticas me foram de grande valia para a produção desse trabalho.

Ao orientador dessa pesquisa, o prof. dr. Gabriel de Santis Feltran, não apenas pelo auxílio com a realização desse trabalho especificamente mas também pelos anos de diálogo, parceria e amizade.

Aos companheiros e ex-companheiros de NaMargem, especialmente Ana Beraldo, Damien Roy, Deborah Fromm, Domila Pazzini, Evandro Cruz, Giordano Bertelli, Gregório Zambon, Isabela Vianna Pinho, Janaína Maldonado, José Douglas da Silva, Josimar Priori, Leandro Oliveira, Luana Motta, Lucas Alves, Matheus Caracho Nunes, Roselene Breda e Willian Alvarez, pelos anos de muitas ideias trocadas e de muitas reflexões produzidas.

Ao prof. dr. Heitor Frúgoli Junior e à profa. dra. Cibele Saliba Rizek, pelas preciosas e generosas arguições a essa dissertação em sua banca de defesa. E também ao prof. dr. Guilherme André Aderaldo e à profa. dra. Samira Feldmann Marzochi, que também contribuíram imensamente com suas arguições na banca de qualificação de mestrado.

Agradeço também aos professores José Guilherme Cantor Magnani, Pablo Vega, Rafael Alves Orsi e José Carlos Mota, por terem contribuído para essa pesquisa ao comentar artigos contendo alguns de seus esboços iniciais.

Aos ex-colegas, professores e funcionários do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, por propiciarem um ambiente de rica formação acadêmica – apoio este sem dúvidas fundamental ao longo de toda a minha trajetória universitária, da graduação ao mestrado.

Aos pesquisadores e funcionários do Centro de Estudos da Metrópole, importante espaço de interlocução acadêmica na minha trajetória recente. Sem dúvidas ter contado com a possibilidade de usufruir da inserção nesse espaço de produção científica que é referência no cenário nacional me foi de extrema importância para a realização dessa pesquisa. Deixo registrados meus agradecimentos à FAPESP, que apoia o CEPID ao qual eu sou vinculado enquanto pesquisador associado (processo nº 2013/07616-7), a Gabriel Feltran, coordenador da equipe de pesquisas que eu integro mais diretamente nesse projeto, e à profa. Dra. Marta Teresa da Silva Arretche, pesquisadora responsável pelo CEPID.

Agradeço ao MC e poeta Gustavo LeGusta, por conceder entrevista que me serviu de importante material de análise nessa dissertação. Agradeço também a Gegê, militante do Movimento de Moradia do Centro, por gentilmente se disponibilizar a conversar comigo. Agradeço também a todos aqueles que não responderam meus convites para conversar ou conceder entrevistas. Sem hipocrisias nem ressentimentos. O silêncio de vocês me propôs um instigante exercício metodológico, e eu me sinto satisfeito com os resultados obtidos.

Aos familiares queridos, especialmente minha mãe Rosana de Pieri, meu pai Edmur Vaz Pimentel e meus irmãos, Luis Fernando e Gabriela. Agradeço também aos companheiros e amigos, dentro e fora das torres de marfim. Não preciso citar nomes, quem é sabe. De uma forma ou de outra, seja conversando sobre os problemas no trabalho ou sobre assuntos banais do cotidiano, vocês me ajudaram a pôr os pensamentos no lugar nos momentos em que eu duvidei que essa pesquisa fosse sair.

E, por fim, desde já agradeço imensamente a todas e todos que, por algum motivo, tiveram acesso a esse texto.



Praça da Consolação, década de 1960.

Fonte: Revista Acrópole. Ano 32, n° 379, novembro 1970.



Praça Roosevelt, década de 1970.

Fonte: Revista Acrópole. Ano 32, n° 379, novembro 1970.



Praça Roosevelt, anos 2000.

Foto: Wanderlei Celestino. Fonte: Site Prefeitura de São Paulo.



Praça Roosevelt pós-2012.

Foto: Carlos Fontes. Fonte: Site O Estadão, 27 de novembro 2014.

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo analisar, a partir de estudo etnográfico realizado na praça Franklin Roosevelt, no bairro da Consolação (região central de São Paulo), interfaces entre certos mecanismos de gestão do espaço e as suas apropriações, desestabilizações e resistências práticas. Construída em 1970 em meio ao regime militar, a praça foi completamente reformada no ano de 2010, pelo custo de R\$ 55 milhões. Dentre as intenções de tal intervenção, existia a tentativa de uma maior controle estatal dos usos daquele espaço, considerado problemático. Porém, apesar da intensa presença e circulação das forças policiais no local após a reforma, não apenas algumas modalidades de usos insurgentes ainda se fazem presentes ali como muitas delas inclusive acabam assumindo uma configuração mais diretamente crítica com relação a essa gestão repressiva dos usos dos espaços públicos. O foco dessa pesquisa é o de pensar apropriações, questionamentos e rupturas, em um nível prático, de discursos políticos e mecanismos institucionais que atuam no estabelecimento de um “recorte policial” desse espaço – ou seja, um ordenamento e uma gestão dos usos.

PALAVRAS-CHAVE: Política. Práticas. Ordenamento. Cotidiano. Estudos Urbanos, São Paulo. Praça Franklin Roosevelt

ABSTRACT

This research intends to analyse, based on ethnographic study made in Praça Franklin Roosevelt, a public square in the neighborhood of Consolação (Central region of São Paulo), interfaces between determined mechanisms of space management and their concrete appropriation, destabilization and resistences. Built in 1970, in the middle of the Brazilian military dictatorship, the square was completely rebuilt in the year 2010, by the cost of R\$ 55 million. Among the intentions behind such intervention, there were an attempt to establish a higher state control of the uses of that space, considered as problematic from a urban planning point of view. But, despite the intense presence and transit of police forces in the space since the reconstruction, not only certain modalities of insurgent uses still occupy it but also many of them assume directly critical positions on that repressive management of the uses of public spaces. The focus on this research is to think appropriations, questionings, ruptures, in an experience level, of political discourses and institutional mechanisms that act in the establishment of a restrictive and repressive management.

KEYWORDS: Politics. Practices. Management. Everyday Life. Urban Studies. São Paulo.

Praça Franklin Roosevelt

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
DESCREVENDO O CENÁRIO: OBJETO DE PESQUISA E PROBLEMA DE ANÁLISE.....	2
RECORTE TEÓRICO.....	7
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 – A PRAÇA FRANKLIN ROOSEVELT.....	19
1.1. ANTES DA CONSTRUÇÃO DA PRAÇA-EDIFÍCIO.....	20
1.2. A CONSTRUÇÃO DA PRAÇA ROOSEVELT (1969-1970) E O Esvaziamento de uma “CENA BOÊMIA”.....	24
1.3. OS ANOS 1990-2000 E AS DISCUSSÕES EM TORNO DA REFORMA DA PRAÇA ROOSEVELT.....	29
1.4. O CENÁRIO PÓS-REABERTURA (2012).....	39
1.5. RESISTÊNCIA CULTURAL, APROPRIAÇÕES DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E DIREITO À CIDADE.....	44
1.6. RESISTÊNCIAS À LIVRE APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO: PELO REESTABELECIMENTO DA ORDEM PÚBLICA.....	51
CAPÍTULO 2 – POLÍTICA, CIDADES E GESTÃO DOS ESPAÇOS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	60
2.1. POLÍTICA, CULTURA, ESPAÇOS PÚBLICOS E DEMOCRACIA.....	61
2.2. SOBRE A PRODUÇÃO DE TERRITORIALIDADES, SUBJETIVIDADES E RESISTÊNCIAS URBANAS CONTEMPORÂNEAS.....	68
2.3. AS CIDADES: DISSENSOS E ORDENAMENTOS, NORMATIVIDADES E POLISSEMIAS.....	77

CAPÍTULO 3 – POLÍTICA DAS PRÁTICAS E GESTÃO DOS USOS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO CENTRO DE SÃO PAULO: OS AGENTES POLÍTICOS ENVOLVIDOS NA “REQUALIFICAÇÃO” DA PRAÇA ROOSEVELT.....	88
3.1. A EMURB.....	92
3.2. A ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO.....	100
3.3. O CULTURAL ENQUANTO MOTE PARA UMA “REQUALIFICAÇÃO” DO CENTRO.....	105
3.4. O FINANCIAMENTO DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO PARA INTERVENÇÕES NO CENTRO DE SÃO PAULO.....	111
3.5. A POLICIALIZAÇÃO DA PRAÇA-BOULEVARD PÓS-REFORMA.....	114
3.6. A AMACON: PELA EFETIVAÇÃO DE UM ORDENAMENTO RESTRITIVO NA PRAÇA ROOSEVELT.....	117
CAPÍTULO 4 – RESISTÊNCIAS AO ORDENAMENTO RESTRITIVO: POLÍTICAS DAS PRÁTICAS, USOS INSURGENTES E DIREITO(S) À CIDADE.....	122
4.1. GESTÃO PARTICIPATIVA NA/DA PRAÇA ROOSEVELT: INSERÇÃO EM UM CAMPO POLÍTICO DO DIREITO À CIDADE.....	124
4.2. OS USOS – E OS USUÁRIOS – DA PRAÇA: EXTENSÕES E DESESTABILIZAÇÕES DE UM RECORTE POLICIAL CONTRA-HEGEMÔNICO.....	133
4.3. REFLEXÕES SOBRE AS CATEGORIAS DEMOCRACIA, ESQUERDA, IGUALDADE E PERIFERIA.....	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	161
BIBLIOGRAFIA.....	176
ANEXOS.....	181

INTRODUÇÃO

Por volta das sete horas da noite, em um dia de semana comum, caminho pelo cenário já noturno da praça Roosevelt. Mal escurecera o dia e já se via, na rua Guimarães Rosa (rua lateral à praça), a formação de vários grupos de jovens, conversando alto, ouvindo funk em suas caixinhas de som portáteis ou no falante de seus celulares. Desde grupos de jovens aparentemente recém-saídos da escola até grupos de adolescentes em trajés sociais, talvez saídos de seus trabalhos ou da faculdade. Garrafas de cerveja, catuaba, vinho, simbolizam o fim do expediente. Sinto o aroma no ar: Mato queimado a poucos metros da base da Polícia Militar. Viaturas circulam pela praça e arredores, percebo uma comunicação silenciosa e gestual entre alguns grupos. A mão fechada esfregava o peito. *Moiou*¹. Hora de *abaixar a bola*. Aquele *flagrante* só voltaria a ser aceso depois que as viaturas passassem – para, provavelmente, serem *brecados* novamente dentro de poucos minutos. Próximo ao cachorródromo da praça (em frente a “casa de vidro”, onde são localizados a base da Polícia Militar e alguns estabelecimentos comerciais elitizados que funcionam durante o dia), resquícios do público mais diurno na praça: Senhoras brancas, passeando com seus cachorros pequenos e de pelo bem cortado, já parecem ter certa pressa em deixar o local.

Me encontro com um amigo, já frequentador da Roosevelt de longa data. Em busca de uma bebida, para amenizar os efeitos do vento frio, e sem dispor de muito dinheiro para isso, resolvemos passar no mercadinho localizado na antiga rua Martinho Prado – a outra lateral da praça, logradouro atualmente chamado “Praça Franklin Roosevelt” –, ou a *biqueira*² dos *goró*, segundo descreveu meu amigo de forma bem humorada. O mercadinho era localizado próximo à esquina com a rua da Consolação, a alguns metros de distância do eixo das salas de teatro “independente” e seus bares, espaços frequentados por um público ligado à classe teatral e mais elitizado. Estabelecimento pequeno, meio escondido (daí a referência à “*biqueira*”). Ao ir no mercadinho, tínhamos a intenção de comprar garrafas de Corote (bebida barata a base de vodca). Mas ali não vendia Corote. “Nós não vendemos Corote porque é bebida de morador de rua”, argumenta uma senhora branca, aparentemente dona do estabelecimento, em tom bastante natural. Meu amigo não se contém, e responde aos risos “Ah, *pode cre...* Então esse vinho que a gente comprou aqui é que é uma bebida muito fina, não é?”. Nós havíamos comprado uma garrafa de vinho Cantina do Vale, por cerca de doze reais.

A noite avança. O frio aumenta, mas não o suficiente pra inibir a presença de skatistas, ciclistas, grupos de jovens conversando, bebendo, fumando, fazendo um som. As viaturas da Polícia Militar e da Guarda Civil também são presenças constantes. Observo um grupo de garotas jovens negras, ao avistar uma viatura da PM em trânsito pela rua Guimarães Rosa, fazendo ruídos de sirene, ironizando os policiais – que possivelmente nem as ouviram, e seguiram sua ronda. A base da PM é localizada no interior da praça, de modo que é constante a circulação de viaturas dentro dela, o que nem sempre se dá em velocidades baixas. Skatistas, ciclistas e pedestres em geral devem sempre estar atentos à movimentação das viaturas, sob o risco de serem atropelados e/ou contemplados com outros tipos de gentilezas. Enquanto bebemos em silêncio, já sentados em uma das escadarias laterais da praça, eu penso sobre o fato de que, se por um lado a polícia não pode impedir as pessoas de estarem na praça, por outro obrigam o usuário a sempre estar atento à presença e circulação deles. “É... Aqui na Roosevelt tem sempre que estar ligeiro”, falo em voz alta. Ele não sabe exatamente do que eu estou falando, mas concorda gesticulando com a cabeça, rindo e me pedindo para passar a garrafa.

Ficção etnográfica³ produzida a partir de registros do meu caderno de campo.

¹ Gíria para avisar a aproximação de policiais ou possíveis delatores.

² Gíria para designar pontos de comércio de drogas ilícitas.

DESCREVENDO O CENÁRIO: OBJETO DE PESQUISA E PROBLEMA DE ANÁLISE

Este trabalho tem como objetivo analisar, a partir de estudo etnográfico realizado na Praça Franklin Roosevelt, no bairro da Consolação (região central de São Paulo), interfaces entre determinados mecanismos de gestão do espaço e as suas apropriações e questionamentos em uma dimensão prática. Busca-se, a partir dessas articulações entre agentes, instituições e normatividades atreladas a um âmbito da gestão e também dos usos e apropriações práticas desse espaço, analisar diálogos entre os planos do cotidiano e das instituições, da política e da estética, em cenários urbanos no contexto contemporâneo.

A praça Roosevelt, construída no início do ano de 1970 em meio ao regime militar, foi completamente reformada no ano de 2010 pelo custo de R\$ 55 milhões. Dentre as intenções de tal intervenção milionária existia a tentativa de um maior controle estatal dos usos daquele espaço, no sentido de administrar possibilidades e reprimir usos considerados impróprios. Porém, apesar da intensa presença e circulação das forças policiais no local após a reforma, e de um processo de enobrecimento que vem sendo presenciado em seus entornos, não apenas algumas modalidades de usos insurgentes ainda se fazem presentes ali como muitas delas inclusive acabam assumindo uma configuração mais diretamente crítica com relação à restrição de usos e de apropriações dos espaços públicos na cidade.

Se a intervenção urbanística promovida pela reforma da Praça Roosevelt pode ser descrita como (tentativa de) estabelecimento de um ordenamento restritivo daquele espaço,

³ Ao descrever a citação acima como “ficção etnográfica” tenho em vista as considerações de Rancière (2005) sobre o caráter ficcional dos discursos que, de alguma forma propõem um reordenamento do mundo sensível. Aqui, eu me utilizo dessa definição de “ficção” como recurso analítico. Em outras palavras, os eventos relatados aconteceram, mas não no mesmo dia.

ela nos serve de exemplo para pensarmos, em meio às suas parcialidades de alcance e certas intenções não declaradas, o que a implementação desse tipo de projeto urbanístico e também político produz em termos concretos, e de que forma ele dialoga com os usuários do espaço e as interações e dinâmicas sociais entre eles estabelecidas. Nessa disputa entre um recorte policial do sensível e usos práticos desse espaço público por parte de sujeitos comuns, produz-se a Praça Roosevelt contemporânea. Em escala mais ampla, esse mesmo mecanismo de disputa está na base da construção de muitos espaços públicos em diversas cidades ao redor do mundo.

O cenário atual da vida noturna da Praça Roosevelt pode ser descrito como composto por uma pluralidade de agentes. Skatistas, estudantes, jovens recém-saídos de seus trabalhos, o pessoal do teatro, a molecada de periferia, os movimentos culturais e sociais, compõem um cenário efervescente. Enquanto, para parte dos usuários e frequentadores da praça, ela pode ser vista como uma espécie de tipo ideal de espaço público – uma praça frequentada por uma população plural, um espaço de lazer, de cultura, de esporte e de convivência e diálogo entre as diferenças, público e aberto –, para parte dos gestores públicos, proprietários, moradores e segmentos ligados ao capital privado, ela consiste num espaço em que emergem questões problemáticas. Onde alguns veem livre apropriação de um espaço público, outros apontam mau uso do espaço, vandalismo, uso de drogas, barulho e perturbação da ordem pública.

Essa pesquisa foi feita a partir de trabalho etnográfico realizado na Praça Roosevelt entre agosto de 2016 e outubro de 2017, de consulta e compilação de material secundário produzido sobre temas com os quais eu tomei contato ao longo da minha inserção em campo, e da mobilização de bibliografia produzida sobre temas de interesse analítico, teórico e/ou metodológico⁴. De certa forma, trata-se de uma continuidade com relação à reflexão proposta

⁴ Além dos recursos acima citados, eu cheguei também a realizar uma entrevista com o poeta e MC Gustavo LeGusta em maio de 2017. LeGusta foi organizador do Slam Resistência, coletivo cultural atuante na Praça

pelo meu Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, que propunha uma análise voltada às as articulações entre estética e política a partir da formação da cena punk em São Paulo (PIMENTEL, 2015). Partindo de uma análise da formação de um movimento cultural em específico, do contexto de transição entre os anos 1970 e 1980 até o atual, busquei pensar a estética enquanto campo de construção de identificações políticas, e de articulações entre construção subjetiva de identificações (estéticas, simbólicas) e a projeção (política) de discursos críticos à sociedade e à própria cena punk.

Nessa dissertação, o meu objetivo é o de estender essa reflexão para uma discussão sobre a produção e as apropriações de espaços públicos de forma mais geral. Ao abrir o meu olhar analítico para um objeto mais amplo, ainda que mais restrito geograficamente, tenho por objetivo pensar o diálogo entre múltiplas estéticas insurgentes, que irrompem no plano das práticas de forma imprevisível e que desestabilizam o próprio conceito de “ordem”, e os mecanismos, agentes e instituições que, também em um plano concreto, são encarregados de idealizar, discutir e implementar políticas de ordenamento dos espaços.

Atualmente, as articulações entre as novas configurações de produção e circulação do capital e as múltiplas e distintas transformações (estéticas, territoriais, sociais, políticas) dos cenários urbanos em diversas cidades do mundo são um frutífero tema de pesquisas, não apenas nas Ciências Sociais mas também em outras disciplinas das Ciências Humanas (CASTELLS, 1983; HARVEY, 1992; LEFÉBVRE, 2001, 2008; SMITH, 2007, SOJA, 1993).

Roosevelt desde 2014. Deixou a organização do coletivo justamente em meados de 2017, pouco antes da realização dessa entrevista. Além de LeGusta, tentei contato com cerca de outros dez agentes envolvidos nos conflitos políticos descritos nessa pesquisa, para a realização de entrevistas. Apenas dois convites foram respondidos – o de LeGusta e o de Gegê, antigo membro do movimento Fórum Centro Vivo (essa última conversa foi muito breve e nem chegou a ser gravada, tendo em vista que o coletivo já não existe mais e que Gegê não tem atuado em questões envolvidas com a Praça Roosevelt). Dadas essas circunstâncias, não posso dizer que a realização de entrevistas foi uma técnica privilegiada por essa análise. No entanto, isso não impediu ou prejudicou o andamento da pesquisa, já que muitas dessas lacunas foram supridas com a compilação de material secundário – a maioria dos agentes que não responderam meus convites são agentes públicos.

Em meio a uma grande ênfase nas transformações dos cenários urbanos como importante aspecto não apenas das dinâmicas das “cidades globais” contemporâneas mas também de uma análise mais aprofundada sobre o capital e seus impactos na realidade social, alguns trabalhos passam a discutir a dimensão das práticas sociais nessas cidades, cada vez mais expandidas e, ao mesmo tempo, mais desiguais. Em meio às contradições aparentemente inerentes ao cenário urbano na contemporaneidade, o plano das práticas emerge como dimensão importante com relação à expressão do “direito à cidade” (LEFÉBVRE, 2001), como esfera em que as normas são desestabilizadas ao confrontar-se com a fluidez e as resistências do cotidiano (CERTEAU, 2009).

Através da reflexão de Michel Agier (2015) sobre o “fazer-cidade”, podemos pensar a politicidade das práticas no cenário urbano partindo de uma perspectiva mais propriamente voltada a uma análise etnográfica das cidades. Buscando propor “um método que permita pensar a universalidade da cidade fora de qualquer pretensão normativa, ou seja, segundo uma concepção epistemológica e política” (AGIER, 2015, p. 483), o autor pensa a cidade como um objeto que se constrói em um nível prático, a partir de sua virtualidade. Conforme descreve Agier, “o ‘fazer-cidade’ é incitado por uma ausência e é impulsionado por uma imagem: um mito perdido, um horizonte inatingível” (AGIER, 2015, p. 484). Existe aqui uma curiosa mobilização da dialética centro-periferia, nesse caso mais voltada a uma reflexão em torno de uma política das margens enquanto aposta metodológica. Ou seja, a noção de “margens” aqui não possui apenas aspecto espacial ou econômico; ela possui uma dimensão simbólica – as margens enquanto desestabilização de centralidades normativas e ordenadoras.

Menciono também como referência teórica relevante para pensar a política das práticas a discussão de Jacques Rancière (1996) em torno da definição do conceito de política. Partindo de um campo de discussões mais ligado à teoria política, Rancière concebe este

conceito como intimamente vinculado à noção de “dissenso”. Segundo Rancière, “O dissenso não é a diferença dos sentimentos ou das maneiras de sentir que a política deveria respeitar. É a divisão do núcleo mesmo do mundo sensível que institui a política e sua racionalidade própria” (RANCIÈRE, 1996, p. 368). O objetivo declarado do autor ao partir dessa definição do conceito de política é o de estabelecer uma diferenciação com relação ao conceito de gestão – ou, nos termos do autor, polícia. Se a polícia diz respeito a um recorte do mundo sensível, que constitui “uma ordem do visível e do dizível que determina a distribuição as partes e dos papéis (...)” (RANCIÈRE, 1996, p. 382), a política pode ser entendida mesmo como a subversão (prática) desse recorte policial. Nesse sentido, vejo uma proximidade com relação à proposição teórica de Agier (2015), ainda que inserida em debates e mesmo em disciplinas acadêmicas distintas.

Ao adotar como ponto de partida teórico essas discussões que propõem uma desestabilização de categorias normativas e macrossociológicas, como a cidade e a política, meu objetivo é pensar a política que se expressa nas articulações e nas negociações entre os mecanismos oficiais de gestão dos usos de espaços públicos em cidades contemporâneas e as suas desestabilizações em um plano prático, por parte daqueles agentes que se apropriam daquele espaço de forma concreta. De agentes envolvidos em modalidades de lazer que por diversas razões se configuram como insurgentes na paisagem da metrópole (PEREIRA, 2017) até mesmo a constituição de mobilizações políticas que discutem de forma mais reflexiva a questão do “direito à cidade”, o plano das práticas e do cotidiano nos sugerem uma série de problemas do ponto de vista do planejamento urbano – e de caminhos potencialmente produtivos para a análise de articulações entre política e gestão nas cidades contemporâneas a partir da etnografia.

RECORTE TEÓRICO

O presente trabalho busca dialogar com a bibliografia produzida sobre transformações ocorridas no centro de São Paulo em um contexto recente. Se a Praça Roosevelt, a partir sobretudo dos anos 1990, passaria a ser publicamente representada como espaço degradado – discurso que motivou sua completa reforma (FERREIRA, 2009; PALMA, 2010; YAMASHITA, 2013), isso em grande medida tem relação com a ascensão, nesse contexto, de um discurso sobre a própria degradação do centro da cidade de forma mais ampla. Enquanto as elites econômicas afluíam da região central, fixando suas residências e suas centralidades comerciais em outras localidades da cidade (ROLNIK, 1997; FRÚGOLI JR, 1999), o perfil dos habitantes e frequentadores da região se tornava cada vez mais vinculado aos estratos de baixa renda da população (KARA JOSÉ, 2010). Dessa forma, o centro, ainda fortemente regulamentado por uma legislação urbanística altamente restritiva (ROLNIK, 1997), passa a ser considerado como pouco atrativo do ponto de vista do mercado imobiliário, que passa a investir em regiões com maior potencial de valorização. Isso teria favorecido a consolidação de novas centralidades econômicas na cidade de São Paulo, sobretudo em bairros na região sudoeste da cidade, que concentrariam os investimentos e as intervenções públicas e privadas no sentido da promoção de melhorias urbanísticas e de um planejamento urbano (FRÚGOLI JR, 1999).

Ao mesmo tempo em que esse discurso que descrevia o centro de São Paulo como uma região degradada se tornava mais socialmente difundido, uma série de iniciativas, tanto por parte do poder público quanto por parte da sociedade civil e de setores do empresariado, passam a mobilizar a urgência de uma reversão desse quadro. Essas iniciativas se propunham

a defender, discutir e viabilizar a realização de intervenções em espaços públicos no centro de São Paulo, fortemente pautadas por uma retórica de “revitalização⁵” da região. É a partir desse contexto que, de forma mais enfática, a questão se torna pauta relevante no interior do escopo das políticas do urbano (MARQUES, 2017) em São Paulo. Nesse sentido, alguns espaços e monumentos públicos são restaurados, reformados, convertidos ou reestabelecidos como patrimônios históricos e/ou equipamentos culturais, adaptados para uma apreciação consumista e elitizada. Partia-se portanto de uma concepção de intervenção que associava a requalificação de espaços, até então mal conservados, preteridos pelos investimentos privados e apropriados por segmentos marginalizados da população (como moradores de rua, usuários de drogas, a população sem-teto, os camelôs, entre outros), com a modificação das próprias dinâmicas sociais das regiões em que esses espaços se inserem. Buscava-se não apenas atrair um público elitizado para esses espaços, modificando portanto o perfil social de seus frequentadores e usuários, como também atrair o setor imobiliário para investir neles.

Possivelmente o grande exemplo da implementação desse tipo de política pública no centro de São Paulo, bem como alguns de seus efeitos e algumas das intervenções por elas almeçadas, seja o do bairro da Luz, região ao mesmo tempo retratada como profundamente degradada do ponto de vista urbanístico, mas que abriga alguns equipamentos culturais voltados à alta cultura e frequentados por um público elitizado, como a Sala São Paulo e a Pinacoteca do Estado de São Paulo⁶.

⁵ Importante observar que a utilização do termo “revitalização” traduz uma certa concepção de urbanismo, mais pautada pela realização de grandes e profundas intervenções e pela transformação das dinâmicas de uma região tida como “degradada” (e, nessa analogia, “morta”). Há, também, agentes alinhados a uma visão que se pretende menos intervencionista, e que preferem utilizar o termo “requalificação” para definir o impacto e o papel transformador de suas intervenções.

⁶ Alguns trabalhos produzidos na/sobre a região da Luz: Fromm (2017), Frúgoli e Spaggiari (2010), Rui (2012).

Busca-se estabelecer também um diálogo com outro debate contemporâneo, mais próprio ao campo dos estudos urbanos, sobre as práticas sociais e o cotidiano enquanto campos de produção da política e da cidade, à parte de esferas, agentes e discursos que propõem uma leitura reificada e normativa da realidade (muitas vezes em contraposição a elas). No campo dos estudos urbanos no Brasil esse debate não chega a ser novo – é, na verdade, presente no próprio contexto de constituição e consolidação desse campo. Atualmente, porém, novos elementos, novos agentes, novas práticas e linguagens figuram nesse debate, trazendo complexidade e profundidade a essas análises das cidades contemporâneas.

De discussões que propõem uma descentralização das noções de política e de gestão a partir de análises da inserção institucional de movimentos sociais (FELTRAN, 2003, 2007) ou da produção de políticas criminais (BIONDI, 2010; FELTRAN, 2012; MARQUES, 2009) até mesmo pesquisas mais recentes que tematizam o campo cultural como palco de articulações entre estética, identidade, periferia e política (ADERALDO, 2013, 2017; BERTELLI, 2017; FELTRAN, 2017; MATTOS, 2017; NASCIMENTO, 2006, 2013; OLIVEIRA, 2015) muitos trabalhos produzidas nos últimos anos nos fornecem inúmeros e distintos caminhos para investigar articulações entre a política e a gestão, entre técnicas e dispositivos de ordenamento do mundo social e suas desestabilizações e apropriações em um plano prático.

A forma como eu penso o conceito de ordem nesse trabalho propõe um diálogo com a reflexão foucaultiana sobre as articulações entre o saber e o poder nos contextos das sociedades disciplinar (FOUCAULT, 1987, 1988) e de controle (FOUCAULT, 2005). A meu ver essa é uma contribuição relevante para considerarmos os aspectos produtivos (em um sentido não valorativo) das verdades e dos dispositivos ordenadores do social, contribuindo para a desconstrução de uma “hipótese repressiva” no tocante a análises sobre a política e a

gestão urbana. A repressão de práticas tidas como inadequadas, dessa forma, possui efetividade social apenas enquanto devir, enquanto virtualidade discursiva – e é sobre esse enfoque que ela será analisada desse trabalho. Ao mesmo tempo, os regimes de verdade também podem ser vistos como construções políticas, permeadas por conflitos e disputas. Nesse sentido a discussão gramsciana sobre a hegemonia (GRAMSCI, 1982) permite pensar a constituição de instrumentos e técnicas ordenadoras como um campo de disputas políticas, onde a cultura figura como dimensão relevante. Um aspecto importante a se considerar, portanto, é que as articulações entre cultura, política, ordenamentos e resistências são fluidas, e um dos objetivos dessa pesquisa é justamente o de captar alguns desses fluxos e trânsitos em suas especificidades empíricas

A realização dessa pesquisa parte do argumento de que o caso da Praça Roosevelt é bastante elucidativo – representativo e, ao mesmo tempo, singular – para pensarmos algumas dinâmicas de conflito social e político que se estabelecem sobre os usos de espaços públicos na região central de São Paulo. Ao mesmo tempo que a própria trajetória histórica da praça é bastante representativa com relação à constituição de um discurso sobre a “degradação” do centro de São Paulo (especialmente a partir do final dos anos 1970), as intervenções no espaço suscitadas pela mobilização de tal discurso já no contexto de sua reforma, em 2010, configuram uma especificidade: além do seu elevadíssimo custo, foi uma obra que promoveu uma transformação completa no espaço, e que envolveu a necessidade de técnicas minuciosas de engenharia para que fosse conduzida sem abalar as estruturas do Elevado Costa e Silva – importante via de conexão entre as regiões leste e oeste de São Paulo (construída no mesmo contexto da praça Roosevelt, nos anos 1970).

Em grande medida, a construção do Elevado Costa e Silva foi o que motivou a construção da Praça Roosevelt em sua “primeira versão”. Inicialmente, aquele espaço fora

projetado como uma espécie de praça-edifício, idealizado como um espaço multifuncional fortemente ligado a uma concepção de “modernidade humanista” (FERREIRA, 2009; PALMA, 2010). Ao longo dos anos, no entanto, o espaço se tornaria publicamente representado como “degradado”, frequentado por “tipos sociais marginais”, considerado sujo, mal conservado e perigoso. Muitas praças e localidades da região central de São Paulo passariam a ser representadas por discursos semelhantes. Porém, se a reforma completa da praça se colocava no debate público enquanto intervenção “requalificadora”, a apropriação prática desse espaço desvela não apenas alguns efeitos concretos dessa intervenção ordenadora, mas também alguns de seus limites⁷.

Um elemento digno de nota é o fato de que, ainda que uma reforma profunda na praça já fosse pensada pelo menos desde o ano de 1996, ela só seria oficialmente cogitada e incluída nessa discussão mais ampla sobre a requalificação do centro a partir de 2005, em meio às negociações em torno da assinatura de um acordo entre a Prefeitura Municipal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. O acordo previa um financiamento no valor total de quase R\$ 180 milhões, voltado a intervenções urbanísticas na região central de São Paulo (destes, cerca de R\$ 100 milhões seriam concedidos pelo BID, ficando o restante a cargo da municipalidade como contrapartida) (KARA JOSÉ, 2010).

Nesse mesmo contexto de meados dos anos 2000, a praça passou a sediar algumas salas de grupos teatrais “independentes”, como o Satyros, o Cemitério de Automóveis e o Parlapatões, patifes e paspalhões. A atuação desses grupos teatrais no local, em grande medida, fez com que a praça figurasse como um ponto cultural alternativo badalado, frequentado por uma elite artística e por um público consumidor de maior poder aquisitivo

⁷ O trabalho de Machado (2014) tematiza alguns conflitos ocorridos entre usuários da praça – skatistas, mais especificamente – e as forças policiais responsáveis pelo policiamento da praça (mais especificamente a Guarda Civil Metropolitana). Esse caso será melhor descrito em momento oportuno.

(PALMA, 2010). Esse “desbravamento” de um território considerado degradado por uma classe artística vinculada à produção teatral contribuiu para aquecer o debate sobre a reforma da praça. Em meio a críticas de movimentos sociais e de parte dos usuários frequentadores da praça e dos moradores de seus arredores, ensaiava-se um projeto de intervenção na praça que promoveria a modificação completa de seu espaço.

A especificidade do exemplo da praça Roosevelt, no entanto, reside muito menos nos tipos de problemas a ela associados do que nas soluções e nas estratégias implementadas para saná-los. A transformação completa daquele espaço, agora construído como uma espécie de praça-boulevard (um espaço aberto, formado por áreas planas, bem iluminadas e equipadas com estabelecimentos comerciais e bases da Polícia Militar e da Guarda Civil Metropolitana) a partir de uma articulação entre uma vasta pluralidade de agentes e da inversão de um grande volume de capital, é bastante elucidativa para pensarmos um diálogo entre planos de intervenções arquitetônicas ou urbanísticas e projetos políticos de gestão dos usos e de ordenamento dos espaços públicos.

Que fique evidenciado, a tentativa de estabelecer esse diálogo entre planejamento técnico, intervenções políticas e apropriações práticas não possui o objetivo de estabelecer qualquer tipo de continuidade empírica entre esses planos distintos. Muito pelo contrário, meu objetivo aqui é justamente o de pensar as descontinuidades, as rupturas e as desestabilizações dessas normatividades técnicas, que no entanto compõem uma razão, ou seja, um modo de racionalizar o espaço urbano que informa um dispositivo (FOUCAULT, 1988) de práticas ordenadoras, uma referência ao que é possível, desejável, bonito, bem como o que deve ser evitado, no limite reprimido.

Essa descontinuidade é um elemento que se fez fortemente presente durante a minha presença em campo. Em muitos momentos em que eu estive na praça Roosevelt durante a realização dessa pesquisa, pude perceber que, apesar das novas características físicas do espaço e de outras transformações em termos de dinâmicas sociais desencadeadas na região a partir de sua reforma (como a valorização imobiliária, a elitização de estabelecimentos comerciais e a notável intensificação do policiamento), esse espaço dificilmente pode ser descrito como lugar onde um ordenamento restritivo se impõe sobre seus usuários de forma inconteste. Não à toa, atualmente parte dos moradores e proprietários dos seus entornos, que apoiam discursivamente a implementação desse ordenamento, se mobilizam em torno da proposição da transformação da praça em parque público – o que implicaria no cercamento do espaço, no estabelecimento de horários de funcionamento e na cessão de sua gestão para um Comitê Gestor indicado pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

O recorte teórico dessa pesquisa consiste na análise das políticas cotidianas que se fazem no nível das práticas dos agentes urbanos, e que residem nas estratégias e nas normatividades mobilizadas por esses agentes, quando de alguma forma engajados nessa questão, sobre o ordenamento das apropriações do espaço da praça – seja atuando em sua gestão, seja defendendo seu endurecimento ou mesmo se opondo e criticando seu aspecto policialesco e elitista.

Porém, devo evidenciar desde já que, ao me apoiar conceitualmente nas discussões propostas, sobretudo, por Agier (2015) e Rancière (1996), não pretendo uma mobilização ou uma aplicação imediata dos conceitos e das definições elaboradas por esses autores. Partindo da distinção originalmente estabelecida por Rancière, entre a política (permeada pelo dissenso) e a polícia (enquanto âmbito referente ao ordenamento do mundo sensível), eu situaria o meu foco de reflexão justamente nos diálogos entre essas duas esferas, idealmente

opostas mas que nas práticas se comunicam, se confrontam, constroem entre si interfaces e repulsões.

Ao mesmo tempo em que os agentes engajados na gestão do espaço da praça atuam politicamente, na medida em que seus planejamentos constantemente confrontam e são confrontados com as apropriações práticas daquele local, a oposição ao ordenamento restritivo de seus usos suscita a formulação de pontos de vista críticos que podem, de múltiplas formas, se projetar na constituição de estratégias e de normatividades atreladas a um âmbito da gestão do espaço.

Dito isso, evidencio também que a proposta dessa pesquisa não é a de reconstituir e analisar “dois lados” de uma controvérsia política. Tanto as articulações quanto as oposições estabelecidas entre agentes políticos, ligados ao poder público, ao setor privado ou a diversos segmentos da sociedade civil, muitas vezes, demonstram multiplicidade e fluidez. Se em termos de projeção policial de um discurso político, ou de projeção política de um planejamento policial, podemos apontar a constituição de duas normatividades discursivas que se opõem, no interior de cada um desses grupos políticos podemos ver a constituição de recortes, de rupturas ou desestabilizações políticas desses enunciados hegemônicos e normativos, a partir de estratégias práticas e de normatividades estéticas, discursivas e simbólicas distintas.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

No primeiro capítulo dessa dissertação – *A Praça Franklin Roosevelt* – eu me debruçarei mais especificamente sobre o local a partir do qual se constituiu a questão analisada nessa pesquisa. A Praça Roosevelt não é o meu objeto de pesquisa, na acepção mais literal do termo. Meu objeto são as controvérsias políticas que se estabelecem em torno dos usos desse espaço, controvérsias que só podem ser entendidas analisando as práticas dos agentes ali engajados, as normas que regem suas práticas e as instituições nelas implicadas. Nesse sentido, o espaço não é o foco do meu problema de pesquisa, mas é uma dimensão sem dúvidas bastante importante.

O capítulo é dedicado a uma reconstituição histórica da formação daquele espaço – um “espaço residual” no início do século, transformado em “praça-edifício” nos anos 1970 e, mais recentemente, em “praça-boulevard”. Essa reconstituição buscará expor e analisar certos mecanismos e discursos que foram mobilizados em cada contexto, com especial ênfase para o contexto atual, tanto em relação às controvérsias no contexto do anúncio das obras de reforma (no final dos anos 2000) quanto com relação às disputas políticas posteriores à sua reabertura (a partir de 2012). Ao longo desse período, em cada um desses contextos históricos, as interfaces entre o estabelecimento de um ordenamento do espaço e seus usos práticos assumiram diversas configurações. Em cada contexto, as intervenções naquele espaço carregaram consigo ideais arquitetônicos e urbanísticos específicos, que se propunham a um ordenamento restritivo de seus usos – e que, implementados (ou não), foram confrontados, estendidos, desestabilizados no nível das práticas.

Já o segundo capítulo, intitulado *Política, cidades e gestão dos espaços: uma revisão bibliográfica*, tem como objetivo retomar algumas discussões importantes sobre os conceitos citados. Essa revisão bibliográfica é conduzida a partir do eixo do conceito de política das práticas, que nada mais é do que o conceito de política pensado não apenas filosoficamente, mas a partir do cotidiano, da etnografia. Esse conceito é o eixo central desse trabalho como um todo. Essa política das práticas se constitui nas interfaces entre dissensos e ordenamentos, entre normatividades e polissemias, e fazem cidades ao mesmo tempo que são feitas por elas. O objetivo dessa revisão bibliográfica é o de trazer profundidade a esse conceito, a partir da mobilização de alguns referenciais teóricos que me propuseram interessantes diálogos com os dados de campo a que eu tive acesso durante a realização dessa pesquisa.

Esse diálogo é estendido nos capítulos seguintes dessa dissertação. No terceiro capítulo, intitulado *Política das práticas e gestão dos usos dos espaços públicos no centro de São Paulo: Os agentes políticos envolvidos na “requalificação” da Praça Roosevelt*, o objetivo é pensar mais detidamente, a partir de uma perspectiva orientada para uma política das práticas, a construção social e política da “degradação” e da “requalificação” da Praça Roosevelt. Atualmente, a forma como a história da praça costuma ser contada associa diretamente a obra de sua construção, nos anos 1970, à má conservação e à degradação do espaço (que antes, quando era apenas um “calçadão”, era considerado um ponto cultural e de lazer importante para uma elite artística boêmia). Mais do que isso, associa diretamente a degradação da Praça Roosevelt ao movimento de degradação da própria região central de forma mais geral. Porém, se em um nível discursivo, a relação entre essas duas narrativas atualmente hegemônicas (a sobre a degradação do centro de São Paulo e a sobre a degradação da Praça Roosevelt) parece evidente e direta, em um ponto de vista prático a articulação entre elas envolveu a atuação política e a articulação de uma multiplicidade de agentes.

O foco nesse capítulo é discutir mais especificamente a atuação de agentes que propõem ou se articularam em torno do estabelecimento de um ordenamento restritivo do espaço. Agentes estes que atuaram ativamente no contexto de idealização e implementação da reforma da praça. Seriam estes, mais especificamente: Os técnicos vinculados à administração municipal (à prefeitura ou a órgãos e empresas públicas de urbanismo), associações empresariais e/ou vinculadas à sociedade civil, o capital financeiro e as forças policiais (Polícia Militar e Guarda civil Metropolitana). Agentes esses que, guiados por interesses diversos (como a securitarização, a valorização imobiliária ou o incentivo ao consumo, entre outros) e a partir de diferentes estratégias de atuação e campos de interlocução, buscam intervir no espaço da Praça Roosevelt com o objetivo de estabelecer um ordenamento restritivo de seus usos e apropriações. Uma vez que, muitas vezes, esses agentes políticos figuram como “autores ausentes” no cenário da praça, fazendo-se notar muito mais pelo efeito de suas ações (restritivas) do que pela presença no espaço, esse momento da análise é fortemente apoiado na bibliografia produzida sobre questões que aqui me são de interesse, e pela busca de uma conexão analítica entre discussões presentes nessa bibliografia e elementos empiricamente visíveis, registrados em meus diários de campo.

No quarto capítulo, intitulado *Resistências ao ordenamento restritivo: Políticas das práticas, usos insurgentes e direito(s) à cidade*, eu me volto mais especificamente a uma análise de alguns usos práticos do espaço da praça e de que níveis de rupturas eles propõem frente às normatividades planificadoras e policiais. Aqui, sim, o foco da minha análise é o material produzido durante meu trabalho etnográfico. Novamente, menciona-se a pluralidade de agentes envolvidos em algum grau de resistência a uma visão orientada para o ordenamento restritivo dos usos do espaço. Porém, aqui, na medida que estamos mais

próximos ao âmbito das práticas, e mais afastado de um âmbito da gestão, nos deparamos com articulações, interlocuções e discordâncias específicas entre os agentes envolvidos.

Como sugere o título desse capítulo, as políticas e as resistências ao que aqui chamo de ordenamento restritivo podem ser pensadas, praticadas e socialmente situadas de formas muito distintas – por movimentos e coletivos sociais ou políticos, por mobilizações artísticas, pelos próprios usos e apropriações da praça em sua dimensão concreta. Eu penso essa multiplicidade a partir de uma espécie de espectro, que vai desde os usos insurgentes do espaço até a mobilização política em defesa de “projetos de cidade” que propõem novos ordenamentos e novas normatividades. Esse espectro é composto não apenas por uma variedade de práticas e de discursos, mas também indica uma variedade de formas de se posicionar perante a questão, e também de táticas e estratégias mobilizadas e da projeção de sua atuação política.

Por fim, buscarei estabelecer conexões entre os achados analíticos que compõem as diferentes partes dessa pesquisa, com um objetivo mais de trazer à luz algumas questões passíveis de futuros trabalhos, reflexões e debates do que propriamente de concluir essa reflexão. Acredito que a pesquisa contida nessa dissertação é mais um ponto de partida do que um ponto de chegada, e espero poder contribuir para o debate contemporâneo sobre a política nas cidades. Debate este no qual nós, acadêmicos, somos mais do que meros analistas, somos também agentes – afinal, nós também fazemos cidades.

CAPÍTULO 1 – A PRAÇA FRANKLIN ROOSEVELT

Localizada no bairro da Consolação (a sudoeste da região central de São Paulo⁸), limitada pelas ruas da Consolação, João Guimarães Rosa, Augusta e Nestor Pestana e contígua à Igreja de Nossa Senhora da Consolação, a Praça Franklin Roosevelt poderia ser descrita como um território urbano cuja história nos fornece um exemplo bastante elucidativo para pensarmos uma série de deslocamentos – de concepções de políticas públicas e de planejamento urbano, de articulações entre agentes públicos e o setor privado para a promoção de intervenções urbanas, e também, em relação às apropriações práticas do espaço. Tentarei, ao longo desse texto, articular alguns elementos que compuseram essa trajetória.

Antes de iniciar essa breve exposição da história da Praça Roosevelt, acredito ser válido comentar que é muito comum que essa história seja contada a partir de uma narrativa recorrente, quase padronizada, que descreve de forma bastante semelhante não apenas os “marcos históricos” dessa trajetória mas também os processos urbanos que teriam se desencadeado depois de cada um deles – os “anos áureos” entre 1950 e 1960, a “degradação” após a edificação da estrutura concretada a partir dos anos 1970, a “ocupação cultural” a partir da presença dos grupos de “teatro independente” já nos anos 2000, a “revitalização” após sua reforma entre 2010 e 2012. Uma breve pesquisa na internet é suficiente para se ter acesso a uma grande variedade de textos (entre matérias jornalísticas, entrevistas e textos de roteiros históricos, culturais ou gastronômicos publicados em sites ou blogs especializados⁹) que contam essa “versão oficial” da história da Praça Roosevelt. Nos veículos de comunicação em massa esse discurso parece ganhar respaldo, já que desde 2012 a Praça Roosevelt já não é

⁸ Importante salientar, a região central de São Paulo não equivale ao “centro” de São Paulo. Por Centro, denomina-se um bairro, composto de dois distritos – Sé e República. Já por região central entende-se um território mais amplo, que se estende não apenas esses dois distritos mas também a outros oito a eles contíguos: Brás, Pari, Bom Retiro, Cambuci, Bela Vista, Santa Cecília, Liberdade e Consolação.

⁹ Alguns desses textos foram compilados e constam nos anexos dessa pesquisa.

mais um território dentre os que recorrentemente aparecem nos noticiários como “problemáticos” – em São Paulo, nas periferias ou no centro, são muitos os exemplos.

Para os fins dessa pesquisa, me apropriarei dos mesmos marcos históricos estabelecidos por essa “narrativa oficial”, buscando estabelecer uma reflexão crítica com relação à construção social e política dos elementos que atualmente lhe conferem inteligibilidade e coerência, bem como de tensionamentos que se estabelecem em um nível prático com relação à constituição, à articulação e à sucessão entre eles. Objetiva-se, a partir dessa exposição crítica, descrever o cenário que servirá de base para as análises empreendidas nos capítulos seguintes dessa dissertação.

1.1. ANTES DA CONSTRUÇÃO DA PRAÇA-EDIFÍCIO

Embora até os dias de hoje ainda predominantemente residencial, a região da Consolação é territorialmente próxima do centro da cidade de São Paulo, o que favoreceu sua rápida incorporação ao processo de expansão urbana a partir do final do século XIX. Não à toa, mesmo residencial, a região concentra uma atividade comercial relevante. Além de residencial e comercial, a Consolação é também uma região de lazer noturno para um público bastante plural. Tal cenário faz com que essa parte da cidade tenha um grande movimento de pessoas em quase qualquer horário de qualquer dia da semana.

E é aí que entra a Praça Roosevelt. Atualmente, esse território urbano assume a configuração de uma grande praça concretada, localizada exatamente em um ponto de entroncamento entre importantes vias urbanas que interligam as regiões oeste e leste da cidade – o “Minhocão” (alcunha popular do complexo viário composto pela Avenida General Olímpio da Silveira e pelo Elevado Costa e Silva) e a avenida Radial Leste. Essa conexão

viária é localizada abaixo do nível do solo da praça, feita a partir de túneis que passam por baixo do seu terreno. A própria construção da praça em sua “primeira versão” fora fortemente motivada pela construção de tais obras viárias, idealizadas no mesmo contexto (realizadas pouco antes). Mesmo assim, não se pode dizer que o impacto de tais obras se limitou à circulação de automóveis: elas produziram também uma série de deslocamentos nas dinâmicas sociais, nas interações e nas sociabilidades estabelecidas entre as pessoas, naquele espaço.

A região a sudoeste do centro de São Paulo, que já em meados do século XIX ficaria conhecida pelo seu nome atual – Consolação –, se formou a partir e ao redor da construção da Igreja de Nossa Senhora da Consolação (daí o nome do bairro). A Igreja foi construída no ano de 1799, em uma rota conhecida como Caminho dos Piques, que corresponde à atual Rua da Consolação. O caminho ligava o Largo da Memória, no Anhangabaú, a Pinheiros (FERREIRA, 2009). Ao longo do século XIX a região vai se configurando enquanto um bairro residencial, cuja paisagem era composta por chácaras e habitada por uma elite proveniente da economia cafeeira. Paisagem bucólica, ainda quase rural, mas que já começava a ser transformada pela expansão da urbanização da cidade. Em 1870, a Igreja de Nossa Senhora da Consolação (que havia sido reformada em 1840) fora elevada à condição de freguesia – ou seja, passou a poder fazer registros civis (FERREIRA, 2009). A partir daí ocorreram diversas mudanças na região. A urbanização, ainda inicial, aos poucos ia produzindo transformações e impactos.

Já na transição entre os séculos XIX e XX, muitas das chácaras existentes na Consolação vão sendo loteadas, e alguns dos proprietários mais ricos acabam migrando pra outros bairros – como Campos Elíseos, Higienópolis, Jardins, Pinheiros. Segundo aponta a bibliografia produzida sobre a urbanização, o planejamento urbano e a legislação urbanística

de São Paulo, esse momento pode ser visto como um primeiro momento de afluência das elites econômicas da região central de São Paulo. É nesse contexto que começam a ser edificados os primeiros “bairros planejados” da cidade, voltados a um público elitizado, altamente restritivos, não apenas em termos de custos quanto em relação aos critérios técnicos e estéticos para edificação (estabelecidos por leis urbanísticas específicas). Ao passo que o centro se consolidava enquanto uma região fortemente voltada ao comércio e marcadamente popular.

Das primeiras décadas do século XX até aproximadamente os anos 1950, alguns terrenos que circundam a Igreja de Nossa Senhora da Consolação são desapropriados e/ou cedidos à municipalidade, e abre-se um espaço residual, não edificado. Um espaço aberto que durante o dia – isso nos dias de semana – servia como estacionamento para os carros da classe média-alta que trabalhava na região central, e onde aos domingos de manhã acontecia uma feira livre¹⁰. Espaço este que, aos poucos, especialmente no período noturno, se tornaria também ponto frequentado por uma boemia burguesa paulistana, sediando salas de Teatro, casas noturnas, restaurantes e casas de prostituição de luxo. Eis a Praça Roosevelt, que na época nem mesmo praça chegava a ser.

A vida noturna na região da Praça Roosevelt (que na época ainda se chamava Praça da Consolação) foi amplamente impulsionada pela instalação de salas de teatro ou outros estabelecimentos culturais nas ruas adjacentes a ela. Dentre eles, destacam-se o Teatro de

¹⁰ Depois da construção da estrutura concretada no local, a feira, que antes ocupava todo o espaço da praça, passa a se restringir à rua Guimarães Rosa.

Cultura Artística, fundado em 1950¹¹; o Teatro de Arena, fundado em 1955¹² e o Cine Biju, em 1963¹³ (PALMA, 2010).

Entre os anos 1950 e 1960, a região presenciou a abertura de muitas casas noturnas, que além de se tornarem espaços de divertimento para a elite paulista se tornam palco para a apresentação de grandes músicos, sobretudo ligados à Bossa Nova e à MPB. Além disso, foram abertos restaurantes e outros estabelecimentos voltados a esse público frequentador, como padarias, docerias, salões de cabeleireiros e casas de prostituição de luxo¹⁴. Tais espaços eram importantes porque atuavam como uma extensão das dinâmicas que pareciam se irradiar a partir das salas de teatro – estas sim seriam as responsáveis por atrair um público de artistas e de pessoas apreciadoras de arte. A vida noturna da região parecia se espriar a partir dos teatros, mas não se limitava a eles: a constituição de uma sociabilidade boêmia dependeu também dos espaços de lazer – sobretudo daqueles que funcionavam no período noturno (PALMA, 2010).

Nos anos 1960, a região da praça se tornaria conhecida como área de fluxo de prostituição. Diferentemente do cenário da década anterior, no entanto, se tratava de uma prostituição menos elitizada, menos “glamourosa”, que já dialogava com um movimento de intensificação da afluência das elites econômicas e de suas atividades e equipamentos

¹¹ Teatro localizado na rua Nestor Pestana. A sociedade homônima ao teatro era marcadamente elitista (era frequentada por membros das elites cafeeira e industrial além de artistas consagrados; Seu prédio fora projetado por Rino Levi e contava com um afresco de Di Cavalcanti; Suas apresentações continham majoritariamente música erudita. No ano de 1960 o teatro é cedido à TV Excelsior no ano de 1960, e passa a ser utilizado como auditório para as gravações de programas da emissora (PALMA, 2010).

¹² Localizado na rua Teodoro Baima. A proposta teatral do grupo que mantinha a sala se colocava enquanto contraponto ao teatro comercial, o que se expressava inclusive em sua própria arquitetura: Espaço pequeno, lugares escassos e “incômodos” (PALMA, 2010).

¹³ O Cine Biju foi o primeiro Cine clube de São Paulo. Ao longo dos anos 60 o Cine Biju se tornaria local frequentado por estudantes universitários, especialmente os estudantes da Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, na época sediada na rua Maria Antônia (bem próxima à Praça Roosevelt) (PALMA, 2010).

¹⁴ Nesse contexto, segundo menciona Palma (2010), a praça Roosevelt estava inserida em uma rota conhecida como “Boca do Luxo”, faixa territorial que se estendia da Nestor Pestana à Vila Buarque, e que aglutinava casas de prostituição de luxo. O nome “boca de luxo” não deixa de ser um contraponto à “boca do lixo”, alcunha popular a uma região próxima ao Largo do Arouche, no centro da cidade, e que era conhecida como ponto de baixo meretrício.

culturais da região (FERREIRA, 2009; PALMA, 2010). A Consolação parecia ter sido absorvida pelo “movimento autofágico” da urbanização das áreas centrais da cidade, enquanto as classes mais abastadas elegiam como seu novo “centro” econômico e cultural a Avenida Paulista e a região dos Jardins.

1.2. A CONSTRUÇÃO DA PRAÇA ROOSEVELT (1969-1970) E O ESVAZIAMENTO DE UMA “CENA BOÊMIA”

“Uma cidade mais humana – Pela audácia de sua concepção arquitetônica, a praça Roosevelt é um resumo da nova São Paulo. Uma praça de quatro andares, única no mundo, como única no mundo é a metrópole paulista. Em São Paulo, o futuro foi antecipado pelas obras, que conseguiram o milagre de engrandecê-la e torná-la mais humana, porque foram feitas com vistas voltadas para o homem”

Excerto de matéria jornalística publicada pela revista Manchete em 1969¹⁵

“Dentro de alguns anos, quem visitar São Paulo, depois de um período de ausência, não mais reconhecerá a cidade. Como sucedeu no Rio de Janeiro, depois do desmonte do Morro do Castelo, a paisagem aqui será totalmente diferente e pra que isso aconteça, o plano de urbanização da Praça Roosevelt muito contribuirá; representa um impulso de progresso como pouco tivemos iguais”

Excerto de matéria jornalística publicada pelo jornal O Estado de São Paulo em 1967¹⁶

“Pode ter sido mera coincidência, mas quando no final dos anos 60 transformaram a praça Roosevelt em um amontoado de concreto e na passagem subterrânea de uma via expressa interligando a zona leste a oeste, começou a desaparecer também o circuito cultural que a cidade nunca mais conseguiu estabelecer.

A agitação cultural do centro cedeu lugar à sujeira deixada pelos camelôs e à violência dos meninos de rua, embalados na loucura das drogas e sempre à espreita de sua próxima vítima”

Excerto do livro *Noites Paulistanas*, escrito pelo jornalista Hélivio Borelli¹⁷

¹⁵ Disponível em Palma (2010, p. 143).

¹⁶ Disponível em Ferreira (2009, p. 19).

¹⁷ Disponível em Palma (2010, p. 136).

Em meados dos anos 1960, inicia-se a ditadura militar no Brasil. Nesse período, um certo ideal desenvolvimentista, que privilegiaria a construção de grandes vias e de complexos viários, voltados à circulação de automóveis, passou a pautar as políticas e as intervenções voltadas ao planejamento urbano. O caso da construção da Praça Roosevelt, iniciada em 1969 e finalizada no ano seguinte, em 1970, exemplifica isso muito bem.

Uma das primeiras grandes obras viárias implementadas em São Paulo sob o regime militar, proposta ainda no mandato de Faria Lima na prefeitura municipal (1965-1969), a construção da ligação viária entre as zonas oeste e leste da cidade estava prevista no Plano Urbanístico Básico, redigido em 1968. O Plano, redigido por uma equipe de técnicos contratados pela administração municipal, ironicamente, tinha como proposta “humanizar” a cidade, desenvolvendo-a não apenas em função das vias e do transporte público, mas sim também em função de demandas das pessoas (como saúde, educação e cultura). Apesar dessa pretensão humanista por trás do plano, ele ainda sim previa a construção de 815 quilômetros de vias expressas (FERREIRA, 2009). Na zona oeste, seria construído o Elevado Costa e Silva, obra desde sua idealização polêmica. A ideia da construção de uma via suspensa já era alvo de críticas na época. O Elevado ligaria a região da Água Branca, na Zona Oeste da cidade, ao centro. Na zona leste, seria construída a Radial Leste, que ligaria o centro ao bairro do Tatuapé.

Em princípio, o espaço da praça (“calçadão”), localizado exatamente no ponto em que essas duas grandes vias se encontrariam, estava previsto pra ser inteiramente tomado pela construção delas. Porém, partindo de um discurso em prol de uma “urbanização humanizada”, propôs-se a construção de uma praça-edifício de caráter multifuncional, com espaços esportivos, de lazer e de convivência e até mesmo com espaço para abrigar pequenos estabelecimentos comerciais e feiras livres (FERREIRA, 2009; PALMA, 2010;

YAMASHITA, 2013). O projeto para a construção de uma praça-edifício naquele local estratégico do ponto de vista da circulação dos automóveis na cidade foi anunciado pela primeira vez em 1967, sendo aprovado no ano seguinte. Seus autores foram os arquitetos Roberto Coelho Cardoso (um dos mais importantes paisagistas brasileiros na época), Augusto Netto e Marcos de Souza Dias.

Segundo a Emurb, empresa pública de urbanismo criada pela gestão municipal no ano seguinte à inauguração da praça-edifício¹⁸, a sua área total depois da construção da estrutura de concreto teria uma área total de 65250 m², quase três vezes mais do que a área não edificada de antes (25110 m²). O espaço era dividido em três núcleos principais (Praça Maior, Praça dos pombos e Ante Praça) e outras três praças secundárias (Esplanada da Consolação, Pátio Pergolado e Mercado de Flores), interligados por escadas e rampas, e provido de um estacionamento para automóveis localizado em seu subsolo (com capacidade de 700 vagas). A ideia dos autores do projeto era que esses múltiplos espaços fossem apropriados pela população como áreas de convivência, ocupados por atividades de lazer, serviços, pela instalação de pequenos comércios e a realização periódica de feiras livres. Ainda assim, a estrutura física da praça mais se assemelhava à de um edifício, não apenas pela sua topografia, mas também pela proposta de multifuncionalidade e oferta de serviços à população – além da ausência de áreas verdes (YAMASHITA, 2013).

Iniciadas as obras em 1969, a Praça Franklin Delano Roosevelt foi, finalmente, inaugurada no dia vinte e cinco de janeiro de 1970. Sua inauguração, inclusive, foi um dos

¹⁸ Como será melhor exposto no capítulo seguinte dessa dissertação, a criação da Empresa Municipal de Urbanismo (Emurb), no ano de 1971, representa um marco com relação à ascensão de um certo ideal de planejamento urbano, em que a sofisticação e a minúcia dos planos de anos anteriores (1965-1970) era substituída por diagnósticos sucintos, lacônicos e redigidos em uma linguagem puramente técnica. A esse modo específico de se conceber e praticar o planejamento urbano em São Paulo e no Brasil nesse contexto, o arquiteto e urbanista Flávio Villaça (1999) nomeia “planos sem mapas”. Com relação à Praça Roosevelt, vale ressaltar que a Emurb foi o órgão público que de alguma forma mais se aproximou em conduzir uma gestão daquele espaço, conforme argumenta Yamashita (2013). No ano de 2009, a Emurb é extinta e dá lugar a duas outras empresas públicas, a SP Urbanismo e a SP Obras. O capítulo 3 dessa dissertação descreverá esse processo de forma mais detalhada.

eventos oficiais promovidos para a comemoração do aniversário de 416 anos da cidade de São Paulo, que contou com a presença e com um discurso do então presidente Gal. Emílio Garrastasi Médici, além de apresentações musicais (de orquestras, maestros e até da escola de samba carioca Salgueiro), exposição de fotografias, esculturas, pinturas, poemas, artistas circenses, e, por fim, uma grande queima de fogos (PALMA, 2010). Um evento bastante “faraônico”, bem de acordo com o ideal desenvolvimentista implementado sob o governo dos militares e de seus simpatizantes. Apesar da grandeza do evento e da exaltação que grande parte da imprensa da época fazia à obra, elegendo-a como expressão e concretização de uma cidade moderna e pujante, humana mas também moderna, parte da “opinião pública” denunciava que a praça fora inaugurada ainda inacabada, além de chamar atenção para algumas falhas observadas durante a sua pomposa cerimônia de inauguração (PALMA, 2010).

Na verdade o projeto original apresentado pela equipe de arquitetos contratada pela prefeitura nunca chegou a ser concluído de fato¹⁹. Muitos itens desse projeto foram alterados, adicionados ou não realizados, tendo em vista que as pretensões e preocupações da gestão estadual destoavam das de seus autores. Além das preocupações eleitoreiras, que o fizeram inaugurar-la às pressas, o prefeito Paulo Maluf era claramente mais inclinado às demandas rodoviaristas e a uma visão de desenvolvimentismo fortemente pautada pela realização de “grandes obras” do que a um discurso em prol da “urbanização humanista”. Os pequenos comércios inicialmente previstos, por exemplo, acabaram sendo substituídos por um grande supermercado pertencente à rede Pão de Açúcar (FERREIRA, 2009).

Em meados dos anos 1970, depois da inauguração da praça-edifício, a “cena boêmia” da praça Roosevelt, que já vinha se enfraquecendo, se dissolve de vez. Na região da Consolação, presencia-se uma mudança do perfil social de seus habitantes e frequentadores, a

¹⁹ Para mais detalhes sobre o projeto original de construção da praça e algumas das mudanças incorporadas ao longo dos anos (não apenas durante mas também depois sua execução), ver Yamashita (2013).

partir de uma afluência das elites rumo aos Jardins e à Avenida Paulista. Nesse contexto as dinâmicas sociais no bairro da Consolação se configuram como dinâmicas “intermediárias” – entre os Jardins, região majoritariamente habitacional e de alta renda, e o centro da cidade, região comercial e frequentada por um público de baixo poder aquisitivo (PALMA, 2010).

No final dos anos 1970 já era relativo consenso, pelo menos por parte da imprensa paulista, de técnicos urbanistas e da própria administração pública, que a praça consistia num fracasso arquitetônico e urbanístico. Dentre os motivos para tal diagnóstico fatalista, elencavam-se: A ausência de áreas verdes, a disfuncionalidade da estrutura de concreto, a feiura estética da edificação, o afastamento da praça em relação à população da região, a baixa acessibilidade, o abandono, a degradação, os desvios com relação ao projeto original, os erros de execução durante a obra, a falta de manutenção adequada, entre outras questões. Tanto a Emurb quanto a Administração Regional da Sé se eximiam da responsabilidade sobre a conservação do lugar, atribuindo a responsabilidade e a culpa uns aos outros.

Ao longo das décadas seguintes, a Praça Roosevelt se tornaria um lugar publicamente representado como perigoso, um cenário obscuro, degradado e permeado pela presença de práticas delitivas como o roubo, o tráfico de drogas, a mendicância e a prostituição – e pelos “tipos sociais” associados a cada uma dessas atividades: O ladrão, o traficante, o mendigo, o menino de rua, a puta, a travesti, o michê (PALMA, 2010). Em meio à descrição quase unânime de um cenário degradado e “sem vida”, a praça se torna espaço central para a eclosão de manifestações e práticas como o skate e o Rap²⁰.

Nos anos 1980, época de expansão de um modelo de espaços urbanos fortemente privatista e securitário – os “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000), pouco foi feito em

²⁰ Machado (2014) menciona em seu artigo que, desde os anos 1980 e 1990, a praça Roosevelt é frequentada por skatistas, sendo considerada um dos berços da prática do skate em São Paulo. Foi também um ponto de encontro de agentes engajados na então recém formada cena do Hip Hop paulista (rappers, graffiteiros e b.boys) já desde os anos 1980, e abrigou também, nos anos 1990, a primeira posse de Hip Hop da cidade, o Sindicato Negro. Para mais sobre a história do Hip Hop em São Paulo e o papel das posses nesse processo, ver Camargos (2015), Nkosi (2017) e Teppermann (2015).

relação a esse “cenário”, além de algumas estratégias e intervenções bastante pontuais – como por exemplo a rotatividade dos usos dos espaços da praça e algumas melhorias físicas. Porém, discussões em torno de uma intervenção mais concreta e profunda no local começariam a ser propostas nos anos 1990, já em um contexto em que a requalificação da região central de forma mais abrangente se consolidara enquanto pauta no debate público.

1.3. OS ANOS 1990-2000 E AS DISCUSSÕES EM TORNO DA REFORMA DA PRAÇA ROOSEVELT

“Há muitas reentrâncias e becos no local, que são um convite ao tráfico de drogas e à marginalidade”

Comentário de Andréa Matarazzo, Subprefeito da região da Sé, publicado no site oficial da Prefeitura de São Paulo em 2008, em meio a discussões sobre a reforma da Praça Roosevelt²¹

“Os sinais de abandono são nítidos. Pichações estampam muros, garrafas de vidro e sacolas plásticas se acumulam sobre o gramado, um vazamento cria poças d’água e o cheiro é repugnante

Excerto de artigo publicado pelo jornalista Edison Veiga na revista Veja São Paulo, em 2007²²

“O problema da praça é ela mesma. Foi um erro urbanístico.”

Fala de Rubens Reis, antigo gerente de intervenções urbanísticas da Emurb, registrada por matéria publicada pelo jornal A Folha de São Paulo em 2008²³

No ano de 1996, José Eduardo de Assis Lefèvre, então chefe de departamento da Emurb, encaminha um primeiro projeto de reforma da praça para apreciação do ProCentro (órgão composto por representantes da prefeitura, de secretarias municipais e de associações da

²¹ Disponível em Palma (2010, p. 153).

²² Disponível em Palma (2010, p. 154).

²³ Disponível em Palma (2010, p. 154).

sociedade civil, como por exemplo a Associação Viva o Centro). Este projeto já previa a demolição da estrutura concretada para a construção de uma grande área plana, além da manutenção do estacionamento subterrâneo. Porém, tanto a prefeitura quanto as demais associações e órgãos públicos envolvidos pareciam ter outros interesses nesse momento. No ano de 1997, a prefeitura tenta proibir a prática do “comércio popular” em locais públicos, ação claramente direcionada à região central e a uma repressão aos camelôs, já inserida em um ainda inicial debate sobre a revitalização/requalificação da região.

Como desdobramento dessa proibição, cerca de mil e seiscentos “vendedores ambulantes” foram simplesmente retirados da Praça da República, onde realizavam uma feira de artesanato a mais de 30 anos. A feira seria transferida justamente para o pentágono da Praça Roosevelt, a contragosto dos artesão expositores (FRÚGOLI JR., 1999; PALMA, 2010). Além de a feira ter sido forçada a se transferir para um lugar com menos visibilidade, os demais usuários e frequentadores da praça Roosevelt não mais teriam aquele espaço disponível para outros usos (como andar de skate, de bicicleta, ou simplesmente conversar). Isso reacendeu o debate sobre a reforma e a requalificação da praça. Nesse primeiro momento houve, portanto, um desacordo entre o projeto de reforma da praça apresentado pela Emurb e a decisão da transferência da feira de artesanato. De um lado, buscava-se uma requalificação de um espaço tido como degradado, e de outro, buscava-se usar daquele espaço até então degradado para promover a requalificação de um outro espaço distante dali.

Já no início dos anos 2000, algumas salas de teatro começam a se instalar nos arredores da praça, especialmente na quadra da antiga rua Martinho Prado no trecho entre as ruas Nestor Pestana e Consolação. Grande parte dessas salas que se instalavam no local eram pequenas, e frequentadas e/ou administradas por grupos de atores e dramaturgos que não compunham a cena teatral hegemônica na cidade – o circuito das “grandes salas” (PALMA,

2010). Destaca-se a inauguração da sala do grupo teatral Satyros, no ano 2000, que ao longo de sua trajetória de atuação (iniciada antes mesmo de sua instalação na praça Roosevelt) foi desenvolvendo uma linguagem teatral que se propunha a interagir com o cenário dos locais em que atuavam. No caso da praça Roosevelt, em especial, buscava-se uma interação e um diálogo sobretudo com o cenário das noites na praça²⁴. Mesmo assim, os primeiros anos de funcionamento da sala no local foram encarados por aqueles que compunham o grupo como uma espécie de “desbravamento” de uma região que até então se mostrava hostil à presença deles.

Segundo expõe Palma (2010), os integrantes do grupo teatral Satyros alegavam que, além da pouca inserção no próprio meio teatral, os frequentadores “típicos” das noites da praça (traficantes, travestis, moradores de rua) os hostilizavam de forma frontal e direta, valendo-se de “encaradas” e intimidações. A estratégia encontrada pelos componentes do grupo, no entanto, teria sido não a de se contrapor à presença dessas pessoas, e sim a de inseri-los em seu meio de convívio e, muitas vezes, também nos enredos e na própria realização de peças de teatro. Destaca-se especialmente a interação dos membros do grupo de teatro com travestis – Algumas delas, já frequentadoras e/ou moradoras da região, chegaram a atuar como atrizes em peças produzidas pelo grupo (PALMA, 2010; YAMASHITA, 2013). Essa preocupação com a interação da arte que produziam frente ao cenário social em que desenvolvem seu trabalho artístico, entre alguns outros elementos, acabaria por compor uma proposta teatral que seria chamada, pelos próprios membros do grupo, como “teatro veloz” – e que, anos mais tarde, seria batizada por parte da imprensa, de forma reducionista e genérica, como “teatro independente”.

²⁴ Conforme expõe Yamashita (2013), o grupo Satyros atua desde os anos 1990 e, antes de se sediar na Praça Roosevelt atuou em Curitiba e também em Lisboa, e ao longo dessa experiência desenvolveu uma proposta teatral fortemente amparada no estabelecimento de uma relação, de um diálogo, entre as intervenções teatrais e o cenário urbano em que elas são desenvolvidas.

A partir de 2002 difunde-se mais abertamente na imprensa o discurso do suposto “desbravamento” da região pelos grupos de teatro que iam instalando salas na região. Tal discurso teria sido estimulado pela manutenção da atuação do grupo Satyros e pela instalação da sala de outro grupo teatral, o Cemitério de Automóveis. Segundo matérias jornalistas produzidas sobre a praça Roosevelt a partir dali, o local estaria sendo “recuperado” pela presença de grupos e de salas ligados ao “teatro independente”, e tal processo estaria se dando a partir de uma suposta articulação entre esses grupos teatrais e os “moradores da região” (através de associações como, por exemplo, a Associação Viva o Centro). Ao longo dos anos 2000, inclusive, a praça foi se consolidando enquanto parte de um roteiro de “turismo cultural” em São Paulo, por conta quase exclusivamente da atuação dos grupos teatrais²⁵.

E é justamente nesse contexto, no ano de 2002, que a praça passou a figurar como possível lugar de intervenções por parte do poder público, sendo inclusa no escopo do Programa de Reabilitação do Centro. Originado de um contrato estabelecido entre a prefeitura de São Paulo (na gestão de Marta Suplicy, do PT) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o programa tinha como objetivo estabelecer reformas e intervenções concretas em algumas praças da região central da cidade, como por exemplo a Praça do Patriarca (KARA JOSÉ, 2010). No entanto, nesse momento, na Praça Roosevelt foram feitas apenas algumas intervenções pequenas e pontuais, como a demolição de muretas pra facilitar acesso, o reparo de grades e a retirada de bancos pra impedir que moradores de rua dormissem lá.

²⁵ Importante salientar, entretanto, que esse processo de requalificação da praça – de “lugar degradado” a “polo cultural” – na verdade se concentrou apenas em um de seus lados, o da rua Martinho Prado. Isso teria contribuído para que o “outro lado” da praça, o da rua Guimarães Rosa, fosse negligenciado nesse processo. Pouco se diz, por exemplo, sobre a importância de manifestações culturais não contidas, social ou territorialmente, nessa cena teatral “alternativa”, como por exemplo a Roda de Samba “você vai se quiser”, promovida pelo sambista Paquera (um dos fundadores do Samba de Vela), além dos casos já citados, como a prática do skate e a formação de uma posse de Hip Hop. Como podemos perceber, nesse momento, as mobilizações artísticas populares ou aquilo que mais tarde seria denominado de “arte urbana” (como o Hip hop e o grafitti, e mais tarde a literatura e a poesia marginal) ainda não eram vistos como agentes promotores de uma requalificação cultural.

Ainda nesse mesmo ano de 2002, a partir de uma mobilização de diversos grupos teatrais (que se uniram em um movimento chamado “Arte contra a barbárie”, formado no ano de 1998), a prefeitura de São Paulo sanciona o Programa Municipal de Fomento ao Teatro, que lançava editais anuais para a destinação de verbas públicas para o fomento da atuação de grupos teatrais. Grande parte das salas de teatro sediadas na Praça Roosevelt dependiam dessa verba para financiar suas atividades, uma vez que ainda não conseguiam se manter apenas com o pouco dinheiro arrecadado com a bilheteria de suas peças (PALMA, 2010). Na administração municipal seguinte (de José Serra e Gilberto Kassab, do PSDB), o programa sofreu diversas tentativas de mudança, congelamento e até suspensão.

Segundo Yamashita (2013), o grupo Satyros, diretamente atuante nesse desbravamento da praça Roosevelt por parte de grupos teatrais, não participou mais diretamente da mobilização em torno da formação do “Arte contra a barbárie”, ainda que o apoiasse. Porém, conforme depoimento de Ivam Cabral, um dos fundadores do grupo, o Satyros não chegou a acessar verbas por via do programa. Como o Satyros tinha adquirido recentemente uma relativa visibilidade na imprensa por ter sido o primeiro a “desbravar” aquele território, alguns achavam que eles “já teriam bastante dinheiro” (o que não seria verdade segundo o dramaturgo). Além do mais, a articulação do grupo Satyros com os demais grupos teatrais que se sediavam na praça Roosevelt se tornaria menos harmônica quando o ex prefeito e então governador José Serra (o mesmo que, anos antes, tentou interromper o Programa Municipal de Fomento ao Teatro) passou a negociar mais diretamente com o grupo a criação de uma escola para a formação de técnicos em teatro, que seria gerida pelo próprio Ivam Cabral, como intervenção vinculada ao ainda inconcluído projeto de reforma da praça (YAMASHITA, 2013). De qualquer forma, o conflito indica que, mesmo com relação ao grupo Satyros, que

dispôs de uma maior articulação com a Prefeitura Municipal, os grupos teatrais atuantes na Praça Roosevelt participaram muito pouco das discussões sobre a reforma da praça em si.

Nos anos seguintes, a Praça Roosevelt passa a ser mais enfaticamente reconhecida como referência teatral e cultural na cidade, reunindo salas dos grupos Satyros, Cemitério de Automóveis e Parlapatões, patifes e paspalhões (esse último instalou sua sala de teatro no local em 2006), apenas para citar os mais conhecidos e reconhecidos²⁶. No início da gestão municipal de José Serra, no ano de 2005, novamente são discutidas propostas de reforma da praça. Supostamente haveriam dois projetos de autoria de José Eduardo Lefèvre (chefe de departamento da Emurb). Ambos previam a demolição do pentágono e a instalação de algum estabelecimento 24 horas – por exemplo um “café”. Não houve, no entanto, qualquer divulgação de previsão de início das obras. Segundo a Associação Viva o Centro, vários projetos para a reforma da praça teriam sido propostos nesse contexto (como por exemplo o “Praia Roosevelt”, de autoria de Eduardo Longo, inspirado nas praias sazonais de Paris, sugerido à prefeitura em 2008).

Em meio à formulação e a proposição desses diferentes projetos de reforma para a Praça Roosevelt, fortemente articuladas pela Subprefeitura da Sé, pela Emurb, pelo ProCentro e também pela Ação Local Praça Roosevelt (vinculada à Associação Viva o Centro), iniciarse-ia também uma articulação de outros agentes políticos, que se propunham como contraponto a esse cenário de pouca ou nula interlocução entre o poder público e camadas da sociedade civil não articuladas em associações de caráter empresarial – como a Viva o Centro e suas Ações Locais. É nesse contexto que se forma o Comitê Gestor Praça Roosevelt. Assim

²⁶ Conforme menciona Palma (2010), além de manterem suas atividades regulares, esses grupos teatrais participavam desse movimento de “ocupação cultural” da praça realizando ou participando da realização de uma série de eventos culturais esporádicos, como por exemplo as Satyrianas (evento organizado pelo grupo Satyros, que ocorre anualmente desde 2002 e consiste num festival cultural que dura de 78 a 80 horas, esteticamente inspirado nos rituais a Dionísio na Grécia Antiga), a FLAP! (feira literária alternativa à FLIP, que até 2007 ocorreu na sala do grupo Satyros), um desfile de roupas da marca DASPU em 2008 e a própria festa de inauguração do espaço Parlapatões, em 2006, entre muitos outros.

como a Ação Local Roosevelt é vinculada a uma associação maior e mais ampla, a Viva o Centro, o Comitê Gestor Praça Roosevelt também é vinculado a uma organização política que buscava atuar ou discutir questões relativas à região central de forma mais geral: O Fórum Centro Vivo, composto por uma articulação entre movimentos populares, movimentos de moradia e estudantes universitários. O próprio nome da organização já indica que ela se coloca como contraposição direta em relação à Viva o Centro.

Duas das principais demandas expostas pelo Comitê Gestor Praça Roosevelt desde o contexto em que sua atuação se iniciara seriam: A oposição em relação à proposta de demolição da estrutura do Pentágono, que representaria a implementação de um discurso de caráter tecnocrata, e principalmente a reivindicação por participação nas decisões relativas ao assunto junto à administração pública (que, especialmente a partir da administração Serra, seria privilégio da Associação Viva o Centro e de sua Ação Local). No dia 20 de Julho de 2006, o Comitê Gestor Praça Roosevelt teria circulado um abaixo-assinado público sobre o tema – a reforma da praça e a demolição do pentágono –, em que coletou pouco mais de 2000 assinaturas. A enorme maioria das assinaturas coletadas era contrária à proposta de demolição do pentágono. A Ação Local Praça Roosevelt da Associação Viva o Centro, no entanto, não reconheceu o abaixo-assinado como legítimo, e se afirmou como representante dos anseios da população residente da região. O Comitê Gestor, por sua vez, considera a atuação da Viva o Centro e da Ação Local Roosevelt como pouco representativa, na medida em que ambas seriam compostas por poucas pessoas e por representantes de setores sociais específicos, no caso o empresariado e os proprietários de imóveis da região.

No dia 26 de março de 2018 eu tive uma breve conversa com um antigo militante do Fórum Centro Vivo. Gegê, membro do Movimento de Moradia do Centro, fez parte do Fórum Centro Vivo do seu início, no ano de 2000, até a sua dissolução, justamente no ano de 2006

(embora não tenha chegado a atuar junto ao Comitê Gestor Praça Roosevelt). Segundo Gegê, a articulação entre os diferentes agentes envolvidos no coletivo se desgastou bastante depois da produção de um grande Dossiê, que expunha em detalhes (registros fotográficos, dados, descrições) diversos casos de violação aos Direitos Humanos sobretudo no centro da cidade – especialmente por parte das forças policiais, contra a população de rua, contra habitantes de ocupações, contra catadores de materiais recicláveis e contra a população de baixa renda de forma mais geral²⁷. O Dossiê, de autoria do Fórum Centro Vivo, foi tornado público justamente em 2006, e atualmente pode ser acessado na internet. Segundo Gegê, a produção desse dossiê foi marcada por uma série de conflitos internos ao movimento, tanto de natureza metodológica quanto política. A articulação entre os diferentes agentes envolvidos, então, se desgastou e se desfez. Aliás, segundo me comentou Gegê logo no início da nossa breve conversa, esse problema da pouca articulação entre diferentes agentes políticos, envolvidos em diferentes esferas de atuação, seria na percepção dele um “problema da esquerda atualmente no Brasil” de forma mais geral.

Já no final dos anos 2000, em meio às discussões e polêmicas, a Praça Roosevelt se consolida enquanto ponto cultural “alternativo” badalado, e passa a ser frequentada por um público pouco distinto daquele de anos antes. Um público mais elitizado (incluindo personalidades como políticos e atores globais), que não possuía um vínculo mais estrito com a cena teatral que ali existia, e se apropriava da região para fins mais atrelados ao consumo. Nesse contexto, estabelecimentos como bares e casas noturnas ganham uma relevância maior em relação às salas de teatro, que já não figuravam mais enquanto os estabelecimentos responsáveis por atrair frequentadores à região. De “pedaço teatral”, a praça se converteria em uma espécie de “mancha de cultura e lazer (‘alternativos’)”²⁸, composta por equipamentos

²⁷ O dossiê pode ser acessado no link <http://www.polis.org.br/uploads/977/977.pdf>. Último acesso 16/09/2018.

²⁸ Aqui, a mobilização dos termos “pedaço” e “mancha” é uma referência à discussão proposta por Magnani (2002).

comerciais especializados (“culturais” ou não) e frequentada por um público mais restrito. Alguns dos próprios agentes ligados às mobilizações teatrais na praça começavam a apontar um esvaziamento do local enquanto polo de produção cultural, enquanto algumas matérias jornalísticas começam a retratar, em tom denunciante, que a praça, antigo reduto de uma cena teatral pujante, havia se convertido em espaço de mero lazer, de “bebedeira”.

Parte dos moradores dos entornos da praça, diferentemente do que acontecia alguns anos antes, já não viam a presença desse público como importante para um processo de requalificação do local, e aos poucos ia assumindo posições cada vez mais críticas em relação à presença noturna de pessoas no local. Esses moradores passaram a mobilizar desde estratégias e instrumentos mais formais para tentar restringir a presença noturna na praça, como a solicitação junto ao poder público em prol da proibição legal de cadeiras e mesas nas calçadas em frente aos bares, até alguns expedientes mais rudes, como arremessar água ou objetos nos frequentadores da praça do alto das janelas ou das sacadas de seus prédios (PALMA, 2010). A presença e circulação de pessoas no período noturno era vista por esses moradores da região não mais sob a chave da “ocupação cultural da praça” como estratégia para inibir a sensação de degradação causada por um ambiente escuro e esvaziado, mas sim como geradora de barulho e perturbação. Importante salientar que, nesse contexto do final dos anos 2000, a região dos entornos da praça se valorizou de forma considerável no mercado imobiliário, o que promoveu também uma elitização de seus moradores a partir da expulsão daqueles que já não possuíam renda suficiente para se manter residindo ali – esse foi o caso de algumas das travestis que habitavam os entornos da praça e que circulavam por sua cena teatral, por exemplo.

Em meio a controvérsias com relação aos usos da praça, surgem outras propostas para a reforma do local. Ainda no ano de 2008, Andrea Matarazzo, coordenador de subprefeituras

na época (gestão de Gilberto Kassab) destaca em declaração pública que as reentrâncias e becos existentes na praça supostamente seriam “um convite ao tráfico de drogas”. No mesmo contexto, a Emurb apresenta as primeiras versões do projeto que seria levado a cabo em 2010. Já entre 2007 e 2008 a prefeitura anuncia as primeiras intervenções em virtude da obra (desocupação da escola Caetano de Campos, do mercado Pão de Açúcar, do edifício onde funcionava o CIM – Centro de Informação à Mulher²⁹ – e desativação do estacionamento subterrâneo). Foram erguidas paredes e alambrados para evitar invasão (sem sucesso), alguns muros foram demolidos (PALMA, 2010).

Em 2009, outro evento corroboraria para as discussões em torno da reforma da praça, e para que ela fosse defendida como solução necessária e urgente: O bar do grupo de teatro Parlapatões, que funcionava na parte da frente do imóvel onde funcionava a sua sala de teatro, é assaltado a mão armada. Dois dos presentes no local foram baleados (ambos sobreviveram). O caso foi amplamente noticiado pela imprensa, e a administração municipal, pressionada, anuncia o início das obras para 2010. Curiosamente, um mês depois do assalto ao bar do grupo Parlapatões, um morador de rua foi executado na praça. O caso, apesar de ter sido documentado por vídeo e fotos, teve repercussão quase que nula em relação a esse debate (PALMA, 2010).

Ainda antes do início das obras de implementação do projeto de reforma da praça redigido pela Emurb, a Associação Viva o Centro redige um relatório sobre o projeto, estabelecendo críticas em relação a algumas das diretrizes urbanísticas que o norteavam e propondo a criação de um projeto mais alinhado ao “urbanismo reparador”. A proposta da Associação Viva o Centro era a de conduzir uma reforma no local a partir da manutenção e do

²⁹ Importante organização vinculada a mobilizações feministas, que dispunha do maior acervo brasileiro de literatura feminista. Segundo Yamashita (2013), o CIM foi sediado na Praça Roosevelt entre 1991 e sua desocupação provisória, antes do início das obras – e, depois, definitiva, já que a organização acabou não sendo contemplada com nenhum espaço para manter suas atividades na nova praça.

reaproveitamento de grande parte de sua área concretada, incluindo o famigerado pentágono³⁰. Curiosamente, os componentes da Ação Local da Roosevelt não apenas se posicionariam a favor do projeto proposto pela Emurb como participaram ativamente de discussões sobre as muitas modificações que a versão original enfrentou desde sua redação até o fim das obras³¹. Concordâncias e discordâncias a parte, a reforma, assim como fora anunciado pela prefeitura (sob pressão de parte dos moradores, da Ação Local Roosevelt e também dos veículos de comunicação em massa), foi iniciada no ano de 2010.

1.4. O CENÁRIO PÓS-REABERTURA (2012)

A praça em sua configuração atual conserva do primeiro projeto proposto e (parcialmente) implementado durante o regime militar sob as gestões estaduais de Faria Lima e Paulo Maluf, entre os anos 1960 e 1970, apenas o perímetro: Os elementos que compõem a sua arquitetura são completamente novos. Se, nos anos 1970, a construção da praça-edifício se propunha como “alternativa mais humanizadora” em um contexto de implementação de um ideal de planejamento urbano desenvolvimentista e rodoviarista, a atual praça-boulevard nos indica que existe uma preocupação maior com relação a uma gestão securitária dos usos da praça por parte das pessoas que nela circulam e dela se apropriam.

³⁰ É importante mencionar que, conforme expõe Yamashita (2013), a proposta pelo reaproveitamento da estrutura do pentágono por parte da Associação Viva o Centro ainda se articulava à defesa de uma grande intervenção requalificadora no local, ainda orientada pelos motes da cultura, da segurança e do consumo.

³¹ Segundo Yamashita (2013), o projeto original de reforma da praça, redigido em 2008 pelo escritório Figueiredo Ferraz, foi modificado diversas vezes, até ser completamente refeito por outro escritório (pegar nome). Mesmo após a reabertura oficial da praça, ainda haviam obras em andamento. Nesse processo de modificações com relação ao projeto original, alguns equipamentos que comporiam a nova praça foram privilegiados em detrimento de outros – a autora menciona como exemplo de equipamentos que foram privilegiados nessas negociações as bases da Polícia Militar e da Guarda Civil Metropolitana. Diversos outros equipamentos acabaram não sendo instalados (como os sanitários públicos e o “teatro de arena”, inicialmente previstos). Há, também, o caso do Centro de Informação à Mulher, organização vinculada a movimentos feministas, que atuava na praça desde 1991 mas que sequer foi contemplada no processo de reforma (a prefeitura não previu a construção de um espaço para a organização na nova praça e nem cedeu outro espaço para ela manter suas atividades em outro lugar).

Eu me lembro vagamente da praça Roosevelt antes de sua reforma completa, iniciada em 2010. Era um espaço escuro, uma pilha de concreto mal conservado e desajeitado, que parecia, pelo menos de longe, uma espécie de território contíguo ao Elevado Costa e Silva – nesse contexto, vale lembrar, o Elevado já era fechado para a circulação de automóveis depois das 22 horas, e já era ocupado (como ainda atualmente o é) por um grande número de usuários de crack que circulavam dispersamente sobre a via vazia de carros durante a madrugada. É difícil distinguir o quanto dessa visão que eu tinha daquele espaço era fundamentada no que eu havia visto de passagem em meus *rolês* pelo centro ou pela região da Paulista, e o quanto era ligado a um imaginário social mais ou menos difundido e mais associado ao que alguns chamariam “ideologia urbanística” do que a um conhecimento de fundamento empírico. O fato é que, na minha experiência de jovem habitante de São Paulo no final dos anos 2000, a Praça Roosevelt “em si” só passou a ser um “lugar de rolê” depois de sua reabertura, em 2012. O próprio aumento do número de pessoas que frequentam a nova praça às noites indica que eu possivelmente não sou o único a pensar dessa forma.

Atualmente, em praticamente qualquer dia da semana, a praça e seus entornos presencia uma considerável movimentação noturna, especialmente de grupos de jovens, conversando, bebendo, paquerando, andando de skate, *fumando um*. Aos finais de semana ou feriados essa movimentação é ainda maior. Mesmo a intensa circulação de viaturas policiais, que a praticamente todo instante transitam nas ruas contíguas e até mesmo no interior da praça, não desestimula a alta presença de pessoas às noites na praça.

Na antiga rua Martinho Prado, que após a reabertura da praça em 2012 teve seu nome mudado para “Praça Franklin Roosevelt”, podemos ver a existência de prédios mistos, de padrão estético mais ou menos semelhante com relação aos encontrados na rua da Consolação. Nas salas térreas, alguns pequenos comércios, e uma forte presença de salas

teatrais e de bares (muitos deles ligados a salas teatrais ou grupos artísticos também atuantes ali ou na região). Eu, particularmente, nunca fui a nenhum desses bares. Quando estava na Roosevelt eu preferia ou tomar uma cerveja nos botecos da rua do outro lado da praça, a Guimarães Rosa, ou entre a Nestor Pestana e a Augusta (bares de perfil menos elitizado e que vendem cerveja a preços mais baratos) ou comprar uma garrafa de vinho ou bebida destilada no minimercado que ficava no comecinho da antiga Martinho Prado, a alguns metros da aglomeração do pessoal dos “bares dos artistas”. Até para mim, um estudante universitário branco de classe média, aqueles estabelecimentos pareciam muito “gourmetizados”, muito caros e elitizados e pouco atrativos à permanência. Para parte desse público que deseja consumir produtos mais baratos, existem também os vendedores ambulantes e seus isopores carregados de bebidas, que costumam ficar próximos às escadarias da praça localizadas bem em frente aos bares.

Nos mesmos prédios que sediam esses estabelecimentos, os moradores do bairro. Eles não parecem agentes diretamente presentes nesse cenário à primeira vista. Um olhar mais aprofundado, porém, nos leva à constatação de que os “moradores da região” participam ativamente das discussões e decisões públicas em relação à praça³². Eles atuaram dessa forma no contexto da proposição e da regulamentação de sua reforma, em 2010 (especialmente através da Ação Local Praça Roosevelt, ligada à Associação Viva o Centro), e atuam no contexto atual para a implementação de uma lei que propõe a transformação da praça já reformada em parque público – Ou seja, o espaço seria cercado, teria horários estipulados de funcionamento e gestores nomeados pela Secretaria do Meio Ambiente.

Desde o contexto dos anos 2000, em que passou-se a discutir a reforma da praça-edifício inaugurada por Paulo Maluf nos anos 1970, um dos elementos recorrentemente

³² Aqui, a categoria “moradores da região” aparece entre aspas porque eu me refiro mais a um grupo que se autodeclara politicamente como representante dessa parcela da população do que propriamente ao conjunto dessa parcela.

mobilizados por agentes favoráveis a uma intervenção profunda e completa naquele espaço como justificativa da própria urgência de tal intervenção – Como a Emurb e a Ação Local Roosevelt da Associação Viva o Centro – era justamente a presença de “usos insurgentes” . Era muito comum que os técnicos da Emurb ou aqueles que se identificassem politicamente como “moradores da região” atribuíssem a presença desses usos e dos tipos sociais a eles associados – os moradores de rua, os trombadinhas, as travestis, as prostitutas, os usuários e traficantes de drogas, os skatistas – às próprias características físicas, estéticas e arquitetônicas da antiga praça. Essas características presentes no projeto original, bem como a falta de cuidado do poder público em realizá-lo na íntegra e, depois de sua realização, cuidar da manutenção da praça-edifício, parecem indicar que o elemento prioritário da intervenção em um primeiro momento foi a sua “parte viária”, no caso, a construção da ligação subterrânea entre o Elevado Costa e Silva e a Avenida Radial Leste, que passa por baixo do terreno da praça.

Nesse contexto mais atual, no entanto, as discussões em torno da reforma da Praça Roosevelt (realizada entre os anos de 2010 e 2012) foram motivadas mais diretamente pela questão da apropriação do espaço por parte das pessoas. Ou, melhor dizendo, a uma tentativa de gestão dessa apropriação. A ideia dos técnicos da Emurb e daqueles que defendiam a mesma opinião era a de, a partir de uma intervenção profunda naquele espaço, o tornar menos propício a usos considerados inadequados: Um espaço aberto (a partir da demolição do Pentágono da antiga praça), bem iluminado e bem policiado, propício para modalidades de apropriação consideradas “permitidas”³³ - nesse projeto era considerado de central relevância a demolição da estrutura do Pentágono.

³³ Se a noção de “lazer insurgente”, conforme já dito, possui significação bastante fluida, é possível dizer o mesmo com relação ao seu oposto, no caso, os “lazer permitidos”. Até porque ambas essas noções são também construções políticas, como argumentarei ao longo dessa pesquisa.

Em meio a uma pluralidade de disputas políticas, as obras de reforma foram iniciadas no ano de 2010. O Pentágono foi, de fato, demolido, e o projeto da praça ao estilo boulevard foi o que acabou sendo de fato implementado (não sem inúmeras modificações, novamente). Em meio aos questionamentos ao caráter tecnocrático e unilateral de tal intervenção, podemos ver que o deslocamento produzido por essa nova territorialidade urbana do ponto de vista de sua implementação e das discussões que a viabilizaram diz respeito mais a uma mudança com relação às prioridades urbanística e gestionária envolvidas – dos carros às pessoas – do que com relação à forma com que tais intervenções foram idealizadas e realizadas.

Porém, os usos efetivos dos espaços, ainda que de alguma forma limitados ou geridos pelas intervenções idealizadas e concretizadas pelos planejadores do urbano, não se restringem a esses projetos tecnicistas e planificadores. E a Praça Roosevelt me parece um ótimo exemplo disso: Projetada enquanto um boulevard, a princípio voltada ao consumo e ao lazer mais exclusivo dos moradores da Consolação (um perfil populacional majoritariamente de classe média alta), a Roosevelt hoje em dia é um ponto de lazer na cidade de São Paulo, atraindo todas as noites um grande contingente de jovens que, muitas vezes, residem em bairros muito distantes dali. Essa tensão, entre o uso daquele espaço enquanto mancha de lazer juvenil popular noturno e lugar de lazer e consumo diurnos e elitizados, se não é visível a partir da presença direta de moradores reclamando do barulho às noites, pode ser pensada a partir da intensa e massiva presença e circulação de policiais militares e guardas civis no local.

1.5. RESISTÊNCIA CULTURAL, APROPRIAÇÕES DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E DIREITO À CIDADE

Pouco tempo depois da reabertura da praça, no ano de 2013, teve ampla repercussão na imprensa e nas mídias digitais um caso envolvendo um grupo de skatistas que praticavam manobras no local e um guarda metropolitano à paisana. O evento é relatado por Machado (2014). Segundo foi publicizado, o guarda a paisana, após ordenar que os rapazes parassem de andar de skate no local e ser ignorado pelos mesmos, teria estrangulado um dos skatistas e, depois, chegou a jogar spray de pimenta no grupo de pessoas que começou a se aglutinar ao redor deles. O evento teria mobilizado um intenso debate sobre os usos, mais especificamente a prática do skate, na praça. Enquanto setores mais conservadores, como parte dos moradores dos arredores, a Ação Local Roosevelt e até mesmo o jornalista Reinaldo Azevedo, da Revista Veja, se posicionaram a favor da proibição do skate na Praça Roosevelt, outros eram favoráveis à regulamentação da prática, para que conflitos fossem evitados sem que fosse necessária uma postura estritamente proibicionista (inclusive setores ligados aos skatistas adotaram tal posicionamento, alegando defender a presença da prática no local).

Pressionada a se posicionar sobre o ocorrido, a Prefeitura Municipal, sob a gestão do recém empossado prefeito Fernando Haddad (PT), se posicionou favorável à regulamentação dos usos do espaço. Chegou inclusive a promover eventos voltados ao skate na praça, além de promover uma maior inserção da prática nas políticas municipais voltadas ao esporte. Dessa forma, os skatistas ganharam um *pico* específico da praça para praticar suas manobras, equipado com obstáculos feitos de um material mais resistente e restrito a um perímetro que não bloquearia os acessos nem ocuparia os locais de trânsito da praça. Placas foram instaladas

em diferentes pontos da praça para sinalizar que tipos de usos, em cada um desses lugares específicos, eram permitidos e vetados.

Eu comecei a frequentar a praça Roosevelt já no final de 2016, ainda antes de ter idealizado ou redigido o projeto dessa pesquisa (na época meu projeto de mestrado era outro). Frequentei aquele espaço regularmente até o final de 2017, nesse período realizei mais de vinte visitas. Desde as primeiras delas, algo que me saltou aos olhos com relação às noites na praça foi justamente o fato de que, apesar da intensa e ostensiva presença de policiais, muitos jovens se apropriavam daquele espaço, de distintas e heterogêneas formas (nem sempre contidas na restrita lista de usos autorizados ou recomendados em ambientes altamente policiados) e madrugadas adentro.

Uma dessas formas de apropriação com as quais eu tomei contato nesse período foi a realização do “Slam Resistência”, um evento de poesia marginal promovido por coletivo homônimo, e que em termos gerais consiste em uma “batalha de poesias”. Esse coletivo promove seus eventos mensalmente na Praça Roosevelt desde 2014. O Slam Resistência é um dos atualmente cerca de vinte slams de poesia que compõem a cena paulista do slam poetry. Além dos eventos mensais, sempre realizados na Praça Roosevelt (nas escadarias do lado da praça mais próximo à Rua Augusta, exatamente ao lado da base da GCM), o coletivo promove esporadicamente também intervenções em outros espaços³⁴. Quando digo que o slam é, ao mesmo tempo, um evento e um coletivo, quero dizer que o termo se refere, ao mesmo tempo, ao conjunto de regras e dinâmicas que fazem parte da intervenção proposta por um grupo de

³⁴ Apenas a título de exemplo: Durante a realização dessa pesquisa, segundo meus registros, foram realizadas edições especiais na própria Praça Roosevelt, no Largo da Batata, na Avenida Paulista (durante ocupação promovida pelo MTST) e no campus da UNIFESP Guarulhos (em ato em prol da libertação de Rafael Braga). Em meados de 2017 os membros do coletivo chegaram a fazer uma excursão no Rio de Janeiro, e fizeram intervenções por lá. E agora, no início de 2018, eu soube que eles realizaram também uma intervenção em Araraquara, no interior de São Paulo (não sei se a turnê abrangeu outras cidades do interior paulista).

peessoas, e também ao próprio grupo de pessoas que idealiza, organiza e promove tais intervenções.

Com relação às regras e dinâmicas, de modo bastante geral o slam de poesia consiste numa competição entre poetas. É um evento público e gratuito, não há cobrança de taxa de inscrição nem qualquer pré-requisito para poetas que desejam participar da competição. Basta ter pelo menos três poesias autorais, de até três minutos, estar presente no local do slam pouco tempo antes dele começar e pedir pra alguém da organização anotar seu nome. Geralmente a competição dura três rodadas. O poeta deve performar um poema diferente em cada uma delas – eis o porque da exigência de ao menos três poesias. Ao final de cada rodada, aqueles poetas que receberam as melhores notas dentre os demais avançam de fase. Os jurados são escolhidos dentre o próprio público. É um júri leigo, portanto também não há exigências ou pré-requisitos, basta estar presente e se dispor a cumprir tal função. As notas possíveis vão de 0 a 10, incluindo casas decimais.

Cada slam possui um número limite de inscrições por evento. No caso do Slam Resistência, devido a problemas recentes com a GCM (que serão melhor descritos posteriormente nesse trabalho), esse teto foi recentemente reduzido para dezesseis inscrições por noite. Nesse caso, havendo mais de dezesseis inscritos, é feito um sorteio para decidir quais, entre eles, terão o direito de competir. Em geral, os slams costumam durar três rodadas – ao final da terceira já há um/a vencedor/a³⁵. Os/as poetas vão sendo sorteados, um a um, e depois são anunciados e saudados pelo público. No Slam Resistência, cada um/a dos/das poetas participantes tinha o seu nome escrito em um pedaço de papel, e todos os pedaços com os nomes escritos eram misturados em um saquinho. Um dos organizadores era incumbido de segurar o saquinho e conduzir os sorteios dos nomes – ele circulava pela plateia e pedia para

³⁵ Apesar disso, eu presenciei no Slam Resistência dias em que, ao final da terceira rodada, ainda havia mais de um/a poeta no páreo. Nessas ocasiões, a solução mais adotada foi a realização de uma rodada só de votação, em que os jurados elegiam nominalmente seus preferidos ao longo de todo o evento.

os presentes retirarem os papéis. Após o anúncio do nome do/da próximo/a poeta, o público reagia com gritos e aplausos. Nem todos eram recebidos com a mesma intensidade de barulho. Antes da declamação o poeta era saudado pelo público e pelos organizadores do slam com o grito de guerra do slam: “(organizadores:) *Sabotagem, sem massagem na mensagem!*” - “(público, em coro:) *Slam Resistência!*”. Depois de declamar seu poema de até três minutos, sem auxílios musicais ou cênicos, o/a poeta era novamente saudado pelo público com barulho, também com intensidades desiguais. Depois, eram chamados, também um por um, os/as cinco jurados/as, que iam dando suas notas de 0 a 10 (incluindo décimos) ao poema que acabava de ser performado. As notas dos/as jurados/as eram elas mesmas também julgadas pelo público: Notas 10 eram saudadas com gritos de “wow”, “pow pow pow”, aplausos, enquanto qualquer nota diferente de 10 era recebida com gritos de “credo!”. Novamente as reações se davam em intensidades variadas.

Essas regras e essa dinâmica mais estruturada, no entanto, assumem vida quando o público presente no slam reage a elas. Longe daquela imagem em que se costuma pensar quando se fala em eventos de poesia – a de um público elitizado e passivo, que apenas reage de forma polida, com aplausos e nos momentos apropriados para isso – a plateia dos slams é mesmo imbuída de uma espécie de responsabilidade, de reagir ativamente ao longo do evento. As reações da plateia se fazem presentes, sobretudo, quando os nomes dos poetas são anunciados (o nível dos “gritos” de recepção também indicam quais são os poetas mais conhecidos e/ou preferidos pelo público), na hora de saudá-los com o grito de guerra do Slam – *Sabotagem, sem massagem na mensagem! Slam Resistência!* – e quando suas notas são divulgadas (momento em que as avaliações dos jurados são elas próprias julgadas pelo público).

Mas essas reações do público também têm que negociar com os constantes pedidos de silêncio feitos pelos organizadores ao decorrer da declamação das poesias – afinal, em um evento de poesia, “o silêncio é uma prece”³⁶. Dessa forma, muitas vezes elas acabam se restringindo a certos momentos adequados – o anúncio dos poetas, o grito de guerra do slam, o término das poesias e o anúncio das notas. Porém, conforme o público presente nos slams se mostra crescente no contexto atual, igualmente crescente se faz o barulho produzido por ele. Além do barulho produzido pelo público existe o barulho produzido por carros, ônibus, skatistas, vendedores ambulantes e demais usuários ou frequentadores que circulam pela região da praça. A cada nova edição do slam parece se ensaiar uma relação de tensão entre o barulho e o silêncio.

Segundo me relatou em entrevista um dos idealizadores e antigos membros da organização do evento/coletivo Slam Resistência, o poeta e MC Gustavo LeGusta³⁷, o contexto de sua idealização foi fortemente marcado pelo panorama político do Brasil na época.

O que deu uma porta de abertura foi que a gente se reunia com os Advogados Ativistas, lá na Roosevelt também, né... Eles faziam uma reunião chamado “Quintas Resistência”. Rolava ali na casa de vidro da Roosevelt, né... Então, tipo mano, era um grupo de advogados mano, de... Vários ativistas de áreas diferentes né, não necessariamente advogados né, da área cultural, da área educacional, tudo mais envolvido ali... E rolava vários debates né, até que aí eles convidaram a gente, né, mais pro finalzinho de 2014, outubro... setembro, outubro, novembro, foi assim... A época que a gente começou a poetizar lá junto com eles, né? Porque a temática das poesias batiam muito com o que eles conversavam ali, com o que eles... Com o que eles apontavam, né, nas reuniões... Então casou plenamente. Aí a gente começou a fazer as poesia, tal...

Além de uma afinidade discursiva entre o conteúdo das poesias produzidas pelos poetas aqui diretamente envolvidos e as discussões realizadas pelo coletivo Advogados Ativistas, a

³⁶ Essa frase, cuja autoria é atribuída a Sérgio Vaz (poeta e idealizador do Sarau da Cooperifa), é mobilizada de forma recorrente pelos organizadores do Slam Resistência e também de outros saraus e slams de poesia marginal, como forma de pedir aos presentes que façam silêncio.

³⁷ Entrevista realizada no dia dois de junho de 2017. Importante destacar que a minha interlocução com Gustavo LeGusta foi, de certa forma, mediada por um amigo que temos em comum, o músico, beatmaker e produtor musical Victor Machado (deixo aqui registrado meu agradecimento a ele).

própria realização de uma intervenção pública de veiculação dessas poesias em um espaço aberto e gratuito seria encarada como um ato político em si. Um ato de publicização de uma “mensagem”. Nesse sentido, podemos apontar um vínculo entre a poesia marginal e o Rap: Em ambos os movimentos culturais os conteúdos das poesias são associados a mensagens, portadoras de uma conscientização social (e que, ao serem publicamente vocalizadas, configuram em si um ato político).

Gustavo me disse ter tomado contato com a poesia marginal justamente a partir de sua inserção nas “batalhas de MC’s”, eventos em que os competidores rimam improvisadamente (o *freestyle*) e são julgados pelo público por sua performance. O início da trajetória de Gustavo enquanto MC competidor de batalhas de *freestyle* se deu justamente na batalha da Santa Cruz, uma das pioneiras em São Paulo – e tema da dissertação de mestrado de Ricardo Teppermann, *Tem que ter suíngue* (2011).

Eu era MC antes de ser poeta, mano. Eu comecei, mano, comecei lá pra 2009, 2010, a colar nas batalhas, né, no Santa Cruz... Foi a primeira, né... A mais simbólica, né, de São Paulo, quiçá do Brasil, né... Acho que todo mundo conhece ela, cê já ouviu falar. (...) E aí eu comecei como MC, batalhando sangue e tal, fazendo essas paradas... E aí eu fui cansando, na real, tá ligado? Fui cansando dessa ideia aí de batalha, e mano... Falei, a parada é escrever umas letra e fazer, mano... fazer o corre, né mano...

Quando eu interpelei Gustavo LeGusta sobre o porque dele ter se cansado das batalhas de MC, ele me disse que essa indisposição se deu mais em relação às “batalhas de sangue”, o tipo mais tradicional de batalha, onde o tema mais corrente dos improvisos dos MC’s competidores é dirigir ofensas e ataques pessoais ao seu oponente, recorrentemente mobilizando a observação de traços e trejeitos e mesmo a utilização de termos preconceituosos.

Eu enjoei justamente disso (eu: pode crê). Aí eu passei a colar só na Batalha Racional, né, que é a da Paulista, da Kush Crew... Na Sexta Free (evento gratuito que ocorre todas as sextas feiras em frente ao prédio do Banco Safra, na Avenida Paulista)... Né, porque, porque era batalha de tema, né, então tipo botava o MC pra raciocinar, não tinha ataque, não tinha nada.

Mais tarde, Gustavo LeGusta conheceu a poesia marginal, primeiro a partir dos saraus e depois a partir dos slams de poesia. Frequentou alguns saraus (como o Sarau Artitude, o Sarau A Mais e o Sarau do Caos) e, depois conheceu os slams a partir de uma edição especial realizada pelo Slam da Guilhermina no Sarau Artitude.

Conheci o slam numa edição que o Slam da Guilhermina fez especial no Sarau Artitude, que rolava lá no Ipiranga. Slam da Guilhermina é da zona leste, né? E aí eu fui campeão (risos). Primeira vez tendo contato com o slam, mano, falei ah, vamo brincar aí mano, põe meu nome, já que hoje não é sarau... Já que hoje não é o tradicional sarau... Então... Vou brincar também. Ganhei. Tá ligado? Aí eu falei “porra mano, que bagueio da hora mano (risos), que bagueio chaveta, malandro, caraio mano...” (...) Aí fui, mano, coleí no da Guilhermina... me encantei... Fui no Slam do Grito mano, me encantei mais ainda... O Slam do Grito pra mim, mano, é uma casa, eu sou mega bem acolhido ali, tá ligado? Eu sinto, mano, uma energia... puta, foda memo cara. O Slam do Grito contribuiu muito pra mim nesse envolvimento ao cenário slam né... E aí, quando eu fui ver, quando eu fui me dar conta eu tava organizando um slam, e quando eu fui me dar conta era o maior slam, mano... No Brasil mano... (eu: o público é o maior memo, né?) Quiçá da América Latina, mano... Porque assim, a página toma proporções internacionais, mano.

Como é possível ver a partir da fala acima citada, LeGusta faz questão de reafirmar a importância de outros slams de poesia apontados como pioneiros da cena paulista, como o Slam da Guilhermina (realizado no bairro Guilhermina-Esperança, na zona leste de São Paulo) e o Slam do Grito (realizado no bairro do Ipiranga) para o seu envolvimento na cena do slam poetry paulista. Foi em meio a esse envolvimento que, em 2014, junto com alguns amigos, participou da formação do Slam Resistência.

Atualmente, o Slam Resistência é um dos slams de poesia com mais visibilidade da cena paulista (possivelmente brasileira e até mesmo internacional, como bem destacou LeGusta em sua fala), o que em grande medida se deve à utilização das vídeo-poesias como formato de divulgação de poesias e de poetas. As vídeo-poesias são performances poéticas

filmadas e disponibilizadas na internet. No caso do Slam Resistência, a cada nova edição do evento, são produzidos dezenas de vídeos de poetas durante suas performances ao vivo, e grande parte desse material é disponibilizada na página do coletivo no facebook. Alguns desses vídeos alcançaram vários milhões de visualizações em poucos dias, e contribuíram para que mais pessoas se interessassem pelo evento, divulgando ou “curtindo” o material produzido pelo coletivo na internet e também comparecendo presencialmente em maior número. Apenas a título de observação, se em meados de 2016 o evento atraía mensalmente cerca de 100, 150 pessoas na praça Roosevelt, esse número passaria para cerca de 500 pessoas já no início de 2017.

1.6. RESISTÊNCIAS À LIVRE APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO: PELO REESTABELECIMENTO DA ORDEM PÚBLICA

E é justamente aqui que começam os problemas. Logo na primeira edição do Slam Resistência do ano de 2017, realizada no mês de março, observo a seguinte cena. Faltava dez minutos para as 21 horas. O slam ainda estava na sua primeira rodada (ele costumava começar entre às 19 e às 20 horas) quando eu reparo na aproximação de dois guardas civis metropolitanos caminhando em direção ao centro do palco. O público, ainda reagindo ao poema que acabara de ser declamado, demorou alguns segundos para perceber a presença deles. Um dos organizadores do evento/coletivo, que estava responsável por registrar as notas dos poetas competidores – e depois anunciar os vencedores ou classificados pras rodadas seguintes) foi conversar com os guardas enquanto o LeGusta e um dos outros organizadores se voltavam ao público pedindo calma – nesse momento já se ouviam vaias e palavras de ordem contra a presença e a intervenção deles. Ao mesmo tempo que pediam calma ao

público, eles mesmos pareciam desconfortáveis com a situação, que nunca tinha acontecido no decorrer desses três anos de história do Slam Resistência. Depois de uns cinco minutos de indefinição, os guardas vão embora, e o evento segue sendo realizado. No entanto, lá pelas 15 pras 11 (o slam ainda estava na sua segunda rodada), um dos organizadores (o que pedia calma aos presentes junto com o LeGusta) pede a palavra e diz que o slam teria que de fato ser encerrado antes do horário previsto por exigência dos guardas civis, e atribuiu a situação à gestão do prefeito João Dória (do PSDB), que havia sido empossado justamente no início de 2017. De onde eu estava não conseguia ver a presença dos guardas, mas eles já tinham formado uma espécie de cordão de isolamento na parte superior das escadarias, próximo ao local do slam. Novamente o público esboça vaias e gritos de ordem às forças policiais e ao prefeito, e os organizadores do slam pedem calma. Naquele momento havia inclusive a ameaça da chegada da Tropa de Choque da Polícia Militar para evacuar o local, o que poderia por em risco a integridade física dos presentes. Os organizadores ainda conseguiram negociar a conclusão da segunda rodada do slam, que já estava no fim, e o/a vencedor/a da noite acabou sendo decidido não numa terceira rodada, como usualmente acontecia, mas sim numa votação feita pelos jurados.

Segundo me disse LeGusta na já referida entrevista,

Nunca tivemos nenhum problema, com... com a GCM, nem com a PM, nem porra nenhuma (até 2017). Naquela época era tudo mó suave, né... Aí firmeza. O evento começou a tomar proporções muito grandes, devido à página, né... Pelos conteúdos postados na página, sempre uns conteúdos, né, relacionado a política, relacionado ao que tava acontecendo, pa... (...) Os problemas, assim, de perturbação urbana, e tudo mais, vieram mais agora, recentemente, porque começou a aumentar bastante o público... Das últimas edições agora, de 2016 pra agora, 2017, tipo mano, foi um aumento muito grande de público mano... (eu comento de fundo: Eu percebi) Foi graduando, assim, pa... 50, 100 pessoas, 200 pessoas, 300 pessoas... Eu acho que a gente chegou ao ápice de umas 400 a 500.

Ao refletir sobre o porquê dessa repressão por parte dos Guardas Civis ter se iniciado em 2017, LeGusta reconhece que, além da mudança em relação à gestão municipal (o novo

prefeito, João Dória, seria muito mais próximo politicamente dos “moradores” da região do que dos que defendiam que aquele espaço fosse apropriado enquanto espaço cultural), o aumento objetivo do número de frequentadores também teve influência. O evento atualmente, de fato, produz mais barulho que antes.

Uma alteração significativa que a resposta das forças policiais ao crescimento do evento produziu em sua dinâmica foi a já tangencialmente mencionada redução do número de inscrições aceitas por edição. Anteriormente, quando a Guarda Civil Metropolitana não impedia ou dificultava a sua realização alegando “perturbação da ordem pública”, o único teto de horário que os organizadores estabeleciam para o final do evento era o horário do fechamento do Metrô, ou seja, meia noite. A preocupação era a volta dos presentes para suas casas: muitos deles moravam longe da Consolação e do centro. Era comum que os slams, que costumavam começar entre as sete e as oito horas da noite, durassem até onze e meia, onze e quarenta. Os organizadores aceitavam, então, vinte inscrições por noite. Atualmente, além do número ter diminuído para dezesseis, há uma pressão para que os slams acabem antes das 22 horas, horário estipulado pelo Programa de Silêncio Urbano como limite para a emissão de ruídos considerados altos. Os intervalos entre cada rodada tiveram que ser reduzidos, e as atrações musicais convidadas que se apresentavam nesses intervalos, além de ter menos tempo para suas intervenções, passaram a não poder usar mais amplificadores ou caixas de som. Entre abril e maio de 2017, os organizadores do Slam Resistência – na época Gustavo LeGusta ainda era um deles – chegaram a ser notificados pela Secretaria de Segurança Pública em virtude desses conflitos.

Assim como muitos coletivos culturais, sobretudo os slams de poesia, o Slam Resistência durante grande parte de sua atuação não dependeu da concessão de recursos,

públicos ou privados, através de editais³⁸. Possivelmente o primeiro edital no qual o coletivo foi contemplado foi o para participar da Virada Cultura de 2017 – Seria a primeira vez que o coletivo participaria do evento. Porém, no decorrer da intervenção do coletivo no evento, no dia 20 de maio, mais uma vez ensaiou-se um conflito com relação ao poder público, dessa vez mais especificamente com a Secretaria Municipal da Cultura. A intervenção do coletivo estava programada para ser realizada na própria Praça Roosevelt. Não nas escadarias ao lado da base da GCM, onde ele geralmente ocorre, mas sim em um pequeno palco, montado com estruturas tubulares móveis e coberto por um toldo branco, montado ali próximo. Perto do horário do início da intervenção, observo que aquele palco não tinha nenhuma estrutura montada para que ela acontecesse ali. Não haviam microfones, caixas de som, técnicos, mesa... Apenas a estrutura do palco, que no momento era aproveitada por um senhor que ali dormia.

A intervenção do Slam Resistência começa mesmo sem os equipamentos de som – como, aliás, a maioria dos eventos convencionais promovidos por eles aconteciam. A falha da Secretaria da Cultura, no entanto, foi lembrada em vários momentos nas falas dos organizadores, que ironizaram a “imponência” do pequeno e desprovido palco. Já depois de algum tempo do evento em andamento, uma funcionária da SMC, uma moça jovem e branca, usando um crachá, se aproxima dos organizadores do slam e começa a conversar com eles. Não consigo ouvir a conversa. Porém, logo em seguida, seu teor se tornaria público: Acontecia que “havia ocorrido um erro na papelada da inscrição do slam”, o que significava que ele não integrava mais a programação oficial da Virada Cultural. Ou seja, o coletivo não

³⁸ Outros slams, como o Slam da Guilhermina e o Slam do grito, chegaram a ser contemplados por editais do programa VAI, da SMC. Porém essa verba, de modo mais ou menos geral, foi revertida não no fomento das atividades regulares dos coletivos, mas sim para financiar projetos paralelos, em especial a publicação de livros compilando poemas de poetas frequentadores dos slams. No caso do Slam da Guilhermina, vale ressaltar que o coletivo mantém também o projeto Slam Interescolar SP, que realiza uma competição anual de slam de poesia com a participação de estudantes do ensino público de São Paulo. Atualmente, em 2018, o projeto já não conta mais com recursos de editais, já que não chegou a ser contemplado no último edital lançado pelo programa VAI da prefeitura (como fora em oportunidades anteriores). Para mais sobre algumas articulações entre mobilizações culturais contemporâneas e as dinâmicas associadas à inserção nesse circuito de editais, ver Aderaldo (2013) e Oliveira (2018).

receberia o cachê pela participação na Virada Cultural, no valor de R\$ 3.000. E, além disso, a SMC estava solicitando que aquela intervenção fosse interrompida porque os moradores dos arredores estariam reclamando do barulho. Essa situação deixou os organizadores do evento visivelmente irritados. Eles não apenas se recusaram a encerrar o slam como lembraram em suas falas em diversos momentos a partir dali como haviam se sentido profundamente desrespeitados pela prefeitura, e que aquilo se tratava de um boicote político.

Esse acontecimento me parece extremamente interessante para pensarmos sobre a articulação entre secretarias distintas, responsáveis por esferas distintas, na gestão municipal. O deslocamento produzido por uma nova forma de conceber a atuação do poder público no sentido do fomento ou da criminalização de determinadas mobilizações culturais ou políticas, nesse caso em específico, se faria sentir tanto na formulação e implementação de políticas na área da segurança pública quanto nas políticas voltadas à área da cultura. Essa articulação não é de todo nova, ela se fez presente também no início dos debates em torno da “requalificação” do centro da cidade, ainda nos anos 90. Porém aqui podemos ver um contraste, entre que tipo de mobilização cultural é incentivada e fomentada e que tipo é, pelo contrário, desestimulada e, no extremo, criminalizada. Questões como o perfil social de seus produtores ou consumidores ou mesmo o teor político contido nessas produções e intervenções estão presentes, mas não apenas. Embora certamente nos indiquem que a questão é complexa e não se limita a um puro e simples “combate à perturbação da ordem pública”.

Atualmente, apesar das restrições já citadas, o Slam Resistência segue sendo realizado. Porém, as tentativas de restrição dos usos do espaço da praça não se encerraram por aí. Mais recentemente, no final do ano de 2016, a associação dos moradores do bairro em que se localiza a praça Roosevelt – A AMACON (associação de moradores e amigos do bairro da Consolação e adjacências), em torno da qual se articula parte daqueles moradores que

desejam restringir os usos (e os usuários) da praça³⁹ – conseguiu se mobilizar em torno da elaboração de um projeto de lei que propõe transformar a praça em um parque público, o que permitiria que o local fosse cercado e tivesse horários definidos de funcionamento. O Projeto de Lei 0421/2016, publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo em 11 de agosto, foi elaborado pelo vereador Eliseu Gabriel (do PSB).

Uma fala da presidente da AMACON, Marta Lília Porta, representa bem o tipo de motivação por trás dessa mobilização de parte desse grupo de moradores do bairro: “Aqui [na Praça Roosevelt] tem cada vez mais gente que vem de bairros distantes, a 40 km ou 50 km. São pessoas que fazem barulho, que varam a madrugada. Ninguém dorme. É um desrespeito. Se eles não têm praça no bairro deles, que falem com a subprefeitura”⁴⁰. Já segundo argumenta o vereador Eliseu Gabriel, redator do projeto de lei,

“(...) a praça está hoje totalmente degradada, com pichações, tendo se transformado em local de consumo de drogas e vandalismos de toda espécie. Sem horário de fechamento, o espaço é motivo de transtorno para os moradores do entorno que não têm mais sossego sequer para ter uma noite de sono tranquila. Transformando a praça em parque, com a ocupação do espaço pelo poder público afim de de conservar e fiscalizar o uso adequado, certamente haverá menos gastos em longo prazo, garantia de lazer a todos os cidadãos que sentir-se-ão seguros de ali frequentar, além de propiciar melhoria na qualidade de vida aos moradores do entorno ao permitir-lhes o sossego noturno assegurado pelo Programa de Silêncio Urbano (PSIU)”⁴¹.

Pouco tempo depois alguns daqueles agentes que se opunham a tais restrições, muitos deles vinculados à cena teatral ainda existente na praça (mais localizada junto à antiga rua Martinho Prado) se organizaram para elaborar um abaixo-assinado contra a proposta contida no projeto de lei, além de propor reuniões para se discutir estratégias de mobilização política e/ou outras

³⁹ No capítulo seguinte dessa dissertação pretendo evidenciar melhor os vínculos políticos entre a AMACON e a Ação Local Roosevelt da Associação Viva o Centro, que até meados dos anos 2010 atuava como órgão representativo dessa parcela de moradores e proprietários da região mais favoráveis à gestão restritiva do espaço da praça.

⁴⁰ Fala contida em entrevista ao jornal virtual Pressreader. Disponível em (link: <https://www.pressreader.com/brazil/agora/20161030/281840053218820>). Último acesso: 10/11/2016.

⁴¹ Texto contido na justificativa ao projeto de lei 0421/2016 de 11 de agosto, redigido pelo próprio vereador e publicado no Diário Oficial da cidade de São Paulo (também na edição de 11 de agosto).

questões relacionadas a essa discussão sobre as definições, os usos e as funcionalidades dos espaços públicos. Atualmente, esse grupo de pessoas se articula em torno de um coletivo político, chamado “Coletivo Praça Roosevelt de Todxs”. Esse coletivo busca junto à gestão municipal sua legitimação enquanto comitê de gestão participativa do local, composto por moradores e usuários da praça⁴². Além disso ele atua como um “canal de comunicação”. Em sua página no facebook⁴³, são divulgadas notícias referentes a intervenções ou eventos ocorridos na praça Roosevelt ou em outros espaços, sempre gravitando em torno do eixo do “direito à cidade” em contraponto a uma concepção de planejamento urbano que privilegia o concreto, os carros, os muros e o desmantelamento do caráter público dos espaços urbanos.

Faço menção também a outro evento, ocorrido no carnaval de 2017. Nesse contexto, o prefeito João Dória anuncia que não serão permitidas aglomerações em decorrência das festividades do feriado. A Praça Roosevelt, que tradicionalmente recebia festividades nessa época do ano, não estava entre os locais da cidade que receberiam os eventos oficiais organizados pela prefeitura – esses locais deveriam concentrar os foliões, e aglomerações em outros espaços seriam desestimuladas e, no limite, reprimidas pela ação da Polícia Militar. Diante da declaração do prefeito, o Coletivo Praça Roosevelt de Todxs redigiu um manifesto pedindo a não realização de ações truculentas por parte da Polícia Militar na praça durante as festividades. Esse manifesto foi assinado por diversos coletivos, movimentos ou associações políticas, culturais, de moradores, comerciantes, intelectuais e até mesmo artistas – Incluindo o ex prefeito Fernando Haddad, o arquiteto Rubens Reis, o Grupo Satyros e o Slam Resistência. Acredito ser interessante reproduzir o conteúdo desse manifesto, chamado “A Praça Roosevelt pede PAZ”, na íntegra:

⁴² Esse processo será melhor descrito no capítulo quarto dessa dissertação.

⁴³ Link da página: https://www.facebook.com/pg/rooseveltdetodxs/about/?ref=page_internal. Último acesso: 04/04/2018.

Nós moradores, frequentadores, comerciantes, associações, institutos, agremiações e coletivos que vivem, trabalham, moram e desfrutam da Praça Franklin Roosevelt pedimos PAZ NO CARNAVAL. Queremos uma festa popular, democrática e livre, sem qualquer tipo de proibicionismo ou conservadorismo.

Levando em conta o histórico dos anos anteriores e episódios ao longo do ano passado, sabemos que a praça, mesmo impedida de receber eventos ou dispersão de blocos, é naturalmente um ponto de encontro no centro da cidade. Em especial após grandes eventos, quando se transforma para receber o público em um espaço de celebração da diversidade e da democracia.

Não queremos ações truculentas e violentas, nem que a praça e seu entorno vire palco de uma guerra civil. Cansamos de bombas sendo atiradas na direção de cidadãos, estabelecimentos comerciais e todo tipo de violência. Antes que o pior aconteça, pedimos um basta a essa abordagem bélica e agressiva, principalmente por parte da Polícia Militar. Chega de dispersão à base de bomba!

Queremos para a Praça Roosevelt um ambiente onde todos possam exercer suas liberdades sem atrapalhar o próximo. Defendemos as várias formas de cultura, lazer, de ser e de existir. Livres de raça, sexo, cor, status social. Acreditamos na coexistência harmoniosa e na capacidade de resolver conflitos de forma saudável e respeitosa, bem como no trabalho conjunto e em abordagens educativas.

Entendemos que os problemas existentes e devem ser resolvidos baseados em dois princípios gerais: no diálogo democrático, amplo e respeitoso entre todos; e na manutenção do caráter público e igualmente democrático da praça. Um espaço livre, sem grades, sem preconceitos.

Não queremos que se repita o que já aconteceu na Praça Roosevelt em 2017, e novamente agora na Praça Dom Orione, no bairro do Bixiga, em que a PM usou bombas de efeito moral e balas de borracha para dispersar a multidão que se reunia para a festa de pré-carnaval. É inadmissível essa suposta "conduta padrão" da PM, que alega que foi solicitado aos transeuntes que desocupassem as vias, o que na prática é impossível, e classifica esse impossível como "Ato de Desobediência e Confronto".

Grandes blocos, shows e eventos tomarão conta do centro de São Paulo nos próximos dias, indo para além do Carnaval de Rua. Não estamos aqui discutindo ou defendendo outra posição se não a de diálogo, respeito e paz. Nos é garantido o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a livre locomoção no território. Todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Somos cidadão e todos temos o direito à cidade, a ocupar os espaços públicos.

O carnaval nos lembra que é possível quebrar barreiras, que todos somos iguais. Por um carnaval sem bomba, pedimos Paz!⁴⁴

Em meio a diversos elementos interessantes mobilizados nesse manifesto, eu gostaria de destacar o fato de que, ainda que ele se refira mais especificamente às festividades do carnaval, de alguma forma o debate é estendido ao contexto mais geral dos conflitos em torno da gestão e da restrição cotidiana dos usos daquele e de outros espaços públicos. A imagem

⁴⁴ O manifesto pode ser acessado no link https://docs.google.com/document/d/15IPH0EPb6gUTbyi7VBI_axFoL2k-C91T_3ciN6ZBfd0/edit, e consta também nos anexos dessa pesquisa. Último acesso: 05/04/2018. Detalhe para a extensa e heterogênea lista de coletivos, movimentos e associações que o assinam: O documento, ao todo, tem mais de 80 signatários, incluindo pessoas públicas, como políticos, artistas, empresários, intelectuais e celebridades.

das grades, que remete ao projeto de cercamento da praça, é associada ao preconceito e à própria perda do caráter público e democrático dos espaços urbanos. Em contraponto a essa postura autoritária e unilateral por parte das forças policiais e do poder público, propõe-se que a solução dos problemas existentes seja conduzida com base no diálogo democrático e na convivência, o que garantiria que os espaços se tornassem de fato públicos ao serem abertos para a apropriação das pessoas sem distinção de qualquer natureza.

CAPÍTULO 2 – POLÍTICA, CIDADES E GESTÃO DOS ESPAÇOS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Depois de me debruçar sobre a história e os conflitos atuais em torno da gestão e dos usos da Praça Roosevelt, buscarei agora discutir alguns conceitos que me serão importantes para analisar esse cenário. Nesse segundo capítulo, meu objetivo é o de conduzir uma revisão bibliográfica de algumas discussões importantes que tematizaram os conceitos com os quais eu me proponho a trabalhar nessa dissertação. Longe de propor definições fixas acerca da forma como eu defino cada um desses conceitos, assumindo como meus os pressupostos teóricos de qualquer um dos trabalhos e dos pesquisadores aqui mobilizados, ou mesmo de tecer uma reconstituição pretensamente linear ou totalizante de contribuições produzidas nesse sentido, minha proposta é de retomar algumas articulações que diferentes autores estabelecem entre esses conceitos em diferentes contextos. Até porque, conforme argumenta Feltran (2003) com relação à categoria/conceito “política” – argumento este que eu aqui estendo para a própria conexão desta com as demais categorias aqui tratadas –, existe no contexto contemporâneo, não apenas na academia como também na própria atuação de agentes e movimentos políticos, nos mais diversos âmbitos da vida social, uma disputa em torno dos sentidos socialmente atribuídos.

Em meio a debates, acadêmicos ou mesmo públicos e políticos, sobre a política, sobre a gestão dos espaços e sobre cidades e projetos de cidade, é construída socialmente uma polissemia em torno dessas categorias. Essa exposição se focará, portanto, em uma discussão mais centrada nessas três categorias – política, gestão e cidades –, e é dedicada não a uma discussão pretensamente total sobre elas, mas sim ao apontamento de alguns caminhos analíticos interessantes que me foram sugeridos pelo próprio diálogo entre pesquisador e

campo de pesquisas. Ao longo da exposição tentarei evidenciar que situações ou elementos me sugeriram esses vínculos entre o teórico e o empírico.

2.1. POLÍTICA, CULTURA, ESPAÇOS PÚBLICOS E DEMOCRACIA

Começamos essa discussão nos debruçando sobre algumas contribuições teóricas que se propuseram a refletir sobre o conceito de política. Nessa bibliografia, assim como na própria prática da política em si, existem as mais múltiplas e diversas concepções e recortes. Dentre essa pluralidade, eu busquei privilegiar certas discussões e trabalhos que nos propõem desconstruções de dois outros conceitos a ela recorrentemente associados: democracia e Estado. Em outros termos, eu busquei aqui mobilizar algumas referências que trazem complexidade aos conceitos de política e de democracia ao propor uma descentralização do conceito de Estado. A democracia não se limitaria, portanto, a um certo conjunto de modelos e arranjos institucionais, e a política não se limitaria a uma interlocução direta nessa esfera da “política oficial”. Isso não significa, é bom ressaltar, que o Estado e as instituições e agentes políticos formais não sejam sujeitos importantes.

Porém, ao partir dessa dissociação entre a política e instituições políticas, meu objetivo é o de me focar em uma política das práticas, que não depende necessariamente da inserção ou de um diálogo com essas instituições e nem se dá no mesmo “espaço político” que elas atuam ou com o qual elas possuem interlocução. Como veremos ao longo da exposição do trabalho etnográfico, no entanto, a inserção ou não nessas instituições ou mesmo o diálogo que se estabelece (ou não) perante a atuação delas, é um elemento que demarca posições em um campo político mais amplo. Ao mesmo tempo, quando se estabelece tal tipo de diálogo ou conflito, muitas vezes questiona-se a própria forma de se fazer (e conceber a) política mais

própria dessa política institucional, muitas vezes pautada pelas questões da gestão, da tecnificação e da mercantilização.

Menciono novamente a contribuição de Michel Agier sobre a noção de “fazer cidade” (2015). Longe daquela concepção da cidade mais mobilizada por planejadores urbanos e mesmo por certas disciplinas acadêmicas ou perspectivas teóricas, mais associadas à gestão urbana (ou a uma reflexão “crítica” sobre ela), o autor a concebe como uma espécie de objeto que se constrói a partir de sua própria virtualidade, a partir das práticas que a estendem e alargam, e, sobretudo, a partir de suas margens – ali onde se julga não haver cidade.

Inicialmente, me debruçarei sobre algumas contribuições propostas por dois dos autores ligados ao chamado marxismo ocidental que exerceram bastante influência em estudos sobre mobilizações políticas no Brasil e também na América Latina de forma mais ampla. São eles o historiador E. P. Thompson e o jornalista e militante político Antonio Gramsci. Como será melhor exposto, apesar de ambos partirem do paradigma marxista (que é uma importante corrente teórica dentre os pesquisadores que se propuseram a analisar a política em todo o século XX), ambos os autores propuseram uma certa ruptura com relação ao marxismo clássico ao privilegiarem como aspecto central em suas análises a questão da cultura.

Em Thompson, por exemplo, podemos encontrar uma definição para um conceito central no paradigma marxista – classe – que busca se afastar de algumas assertivas mais vinculadas a um marxismo clássico ou mesmo a certas contribuições vindas de autores marxistas contemporâneos (especialmente Louis Althusser). Entendida por Marx e por muitos autores adeptos de um marxismo mais estruturalista como “estrutura social”, em Thompson a classe social é definida como “um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da

experiência quanto na consciência” (THOMPSON, 1987, p. 9). A classe social em Thompson não é estrutura social, nem mesmo uma “categoria”: ela é “algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas” (THOMPSON, 1987, p. 9). É construção, histórica e também política, de afinidades e de oposições.

Além de uma crítica às teorias totalizantes do social, expressa de forma bastante enfática em *A miséria da teoria* (1981), a discussão de Thompson traz complexidade à própria centralidade das estruturas econômicas e políticas enquanto elementos de construção e de expressão de afinidades e oposições políticas. Nesse sentido, o plano da experiência e o campo da cultura emergem como dimensões políticas importantes para análises do social.

Em Gramsci, podemos acessar uma reflexão que parte de uma perspectiva em muitos pontos semelhante à de Thompson, mas cujo foco se difere do dele. Novamente a cultura, entendida enquanto arena de lutas e de disputas políticas, traz complexidade aos conceitos de Estado, classe e estrutura. Mas, a partir da definição de intelectual orgânico, Gramsci busca projetar seu argumento para uma discussão sobre a cultura não enquanto campo de constituição de identificações e oposições, mas sim enquanto campo de construção de projetos políticos que se propõem como hegemônicos.

Segundo Gramsci (1982), a consolidação de qualquer projeto político que almeje uma hegemonia cultural depende diretamente da atuação de intelectuais orgânicos, agentes organicamente vinculados a um determinado grupo social ou “lugar discursivo” que atuam nas mais diversas áreas da cultura – política, arte, academia, imprensa – em prol dos interesses de sua classe. A definição gramsciana de “intelectual” é bastante ampla; A rigor, qualquer pessoa seria uma potencial intelectual, na medida em que nenhuma atividade humana, nem mesmo a aparentemente mais braçal, dispensa o trabalho intelectual. Porém, partindo dessa definição mais ampla, o autor delineia uma outra leitura, mais pragmática: O

intelectual seria todo aquele sujeito cuja atuação profissional consiste majoritariamente em produzir elaborações de cunho intelectual – sejam elas acadêmicas, técnicas ou artísticas.

Segundo argumenta Gramsci,

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (GRAMSCI, 1982, p. 3).

Como exemplos de intelectuais, Gramsci menciona os empresários capitalistas modernos, os antigos senhores feudais, os eclesiásticos, os jornalistas, os acadêmicos, os artistas, entre outros. Pela diversidade dos exemplos podemos ter uma dimensão da plasticidade desse conceito gramsciano de intelectual. Ainda que a gênese de “grupos sociais” ainda seja vista como vinculada à esfera da produção econômica, a produção da homogeneidade e da consciência de sua função não se dá exclusivamente pela disputa política em espaços de produção econômica ou mesmo de produção da “política oficial” (no caso o Estado e as instituições políticas oficiais). Ela se dá também em espaços de produção do conhecimento, das artes, da estética, da “opinião pública”, entre muitos outros. É a partir de sua elaboração, no campo da cultura, que projetos orgânicos se projetam para uma hegemonia.

Essa questão sobre o estabelecimento de um diálogo entre as diferenças enquanto importante dimensão para se discutir a democracia no contexto contemporâneo é abordada de uma perspectiva distinta em reflexões propostas por Hannah Arendt. Buscando refletir sobre os conceitos de política e de democracia a partir de uma perspectiva teórica, filosófica e histórica, a autora se propõe a pensar a convivência entre as diferenças no contexto contemporâneo mais sob a ótica do diálogo e da projeção de um comum político do que sob a ótica do conflito e da construção política de identificações e oposições.

Ao conduzir sua argumentação partindo de uma dissociação entre as esferas política, privada e social, a autora busca pensar a própria política como campo de constituição e de expressão das diferenças. Nesse sentido, a pluralidade humana, entendida como condição básica da ação e do discurso, teria um duplo aspecto de igualdade e diferença: sem a igualdade não haveria diálogo, e sem as diferenças não haveria a necessidade de dialogar (ARENDRT, 2007, p. 188).

A ação e do discurso, portanto, são questões centrais na definição arendtiana de política, na medida em que são os suportes físicos a partir dos quais a pluralidade é comunicada, por um determinado indivíduo ou grupo político, aos demais semelhantes/diferentes que integram uma mesma comunidade política. Segundo Hannah Arendt, é a partir da ação e do discurso que se constrói “mundo” (ou seja, todos aqueles elementos da existência humana que se produzem a partir da sua intervenção direta e ativa sobre o território e a sociedade – sendo a política o seu plano de abstração mais elevado). É a partir da ação e, principalmente do discurso, que se opera o trânsito entre a esfera social e a esfera política⁴⁵.

Aqui, podemos ver um diálogo com outras reflexões mais situadas no debate da teoria política. Mais especificamente em um debate em torno dos fundamentos de uma “racionalidade política”, no qual destaca-se por exemplo a reflexão de Habermas sobre a razão comunicativa⁴⁶. A reflexão arendtiana, pretensamente menos normativa, busca trazer o fundamento de uma racionalidade política não para uma tentativa de teorização do caráter e

⁴⁵ Importante ressaltar que a diferenciação entre as esferas social e política, de acordo com a conceituação da autora, possui o objetivo de estabelecer uma reflexão crítica com relação à formação de sociedades de massas na contemporaneidade. Segundo a autora, a ideia de massas está associada a uma indiferenciação política, à falta de consciência de interesses e objetivos comuns e ao não engajamento político (2012, p. 360). Ainda que não fosse privilégio dos regimes totalitários (a autora trabalha com os grandes exemplos da Alemanha nazista e da União Soviética stalinista), a “sociedade de massas” teria sido não apenas uma de suas grandes características mas também o que lhes garantiu certa longevidade e estabilidade.

⁴⁶ Para mais sobre essa discussão habermasiana em torno da razão comunicativa enquanto fundamento para se pensar a política, ver Habermas (1984).

dos termos em que são conduzidos os diálogos, mas sim para o plano das práticas e das interações, de sua concretude empírica. Nessa reflexão, é central a importância da existência de espaços públicos, locais onde as diferenças são comunicadas, publicizadas, projetadas ao estabelecimento de um comum. Ainda que a forma como a autora parece pensar esse conceito esteja mais contida no plano do discursivo e do simbólico do que em uma dimensão mais propriamente espacial, há aqui uma reflexão sobre cenário urbano contemporâneo e sobre o plano das práticas e do cotidiano enquanto arena de significação, veiculação e construção da política nas cidades.

Essas interfaces entre o público, os espaços públicos e a democracia são exploradas mais detidamente por Daniel Cefaï (2017). Conforme argumenta o autor, os espaços públicos podem ser pensados, a partir de uma perspectiva pragmatista, como espaços em que “problemas públicos” são construídos e/ou reafirmados, e que não são redutíveis a mercados, relações de poder ou ritualidades. Nesse sentido, uma análise das arenas públicas contemporâneas deve considerá-la sobre o ponto de vista da ecologia dos problemas urbanos, cuja publicização envolve interfaces complexas com a esfera do privado. Ao mesmo tempo que a ideia de “cenas públicas” traz implícita consigo a noção de “bastidores” (ou seja, elas não são apenas ao performamento de ritos e mitos, envolvem também uma dimensão não evidente), os limites entre o público e o privado são também postos à prova na medida em que questões privadas são publicizadas e que a própria publicização das dinâmicas da política é defendida como associada a uma noção de “transparência” (CEFAÏ, 2017).

Partindo de um debate semelhante, Rancière, assim como Hannah Arendt, define o conceito de política como intimamente vinculada ao conceito de democracia. Porém a política (e a democracia) em Rancière se fundamentaria não no estabelecimento de um comum, mas sim justamente no estabelecimento do dissenso. Segundo Rancière, “O dissenso não é a

diferença dos sentimentos ou das maneiras de sentir que a política deveria respeitar. É a divisão do núcleo mesmo do mundo sensível que institui a política e sua racionalidade própria” (RANCIÈRE, 1996, p. 368).

Acerca dessa forma como Rancière define a política, é importante mencionar que um de seus pontos de partida é a distinção entre política e gestão – ou política e polícia, nos termos do autor. O âmbito da polícia agregaria “o conjunto de processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição” (RANCIÈRE, 1996, p. 382). Mais do que simplesmente um conjunto de formas de gestão, o conceito de polícia diz respeito a

“Um recorte do mundo sensível que define, no mais das vezes implicitamente, as formas do espaço em que o comando se exerce. É a ordem do visível e do dizível que determina a distribuição das partes e dos papéis ao determinar primeiramente a visibilidade mesma das ‘capacidades’ e das ‘incapacidades’ associadas a tal lugar ou tal função” (RANCIÈRE, 1996, p. 382)

Dessa forma, ao contrapor a política à polícia, Rancière a concebe como associada ao dissenso, portanto à desestabilização dessa ordem sensível que atribui lugares e posições, e que estabelece desigualdades e pluralidades. Isso significa que o autor busca uma ruptura frente os modelos explicativos que trabalham com a noção de “racionalidade comunicativa”, especialmente a teoria habermasiana. Em oposição a esse modelo, Rancière afirma que a política se dá em espaços previamente desiguais, em um mundo sensível já recortado, em constante tensão entre a desestabilização dos critérios de plausibilidade e os próprios limites de inteligibilidade dessas críticas. A própria ideia de comum, que em Hannah Arendt, por exemplo, figura como horizonte de convergência entre as diferenças, em Rancière assume uma conotação diferente. Esse deslocamento pode ser pensado a partir da definição

rancieriana de “partilha do sensível”. Segundo Rancière, “Partilha do sensível [é] o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos lugares que nele definem partes respectivas” (RANCIÈRE, 2005, p. 15). O comum em Rancière, portanto, se expressa não a partir de convergências, mas sim a partir de rupturas.

Aqui, faz-se menção a uma importante característica da comunicação na esfera política, aparentemente ignorada ou menosprezada pelos teóricos da razão comunicativa: A comunicação, muitas vezes, depende muito mais de um recorte prévio entre o que é e o que não é dizível e plausível – e também entre quem pode e quem não pode falar – do que do próprio conteúdo dos discursos. Não há aqui, nesse sentido, uma divisão precisa entre forma e conteúdo, ou entre autor e obra. E, acima de tudo, não há garantia de um entendimento e muito menos da produção de qualquer vínculo comunitário ou de identificação entre os envolvidos nesse diálogo dissensuoso.

2.2. SOBRE A PRODUÇÃO DE TERRITORIALIDADES, SUBJETIVIDADES E RESISTÊNCIAS URBANAS CONTEMPORÂNEAS

Se, como vimos, Rancière define a política como oposta à polícia, qual seria o objetivo de partir dessa conceituação para pensar os diálogos entre ambos, que é um dos objetivos a que aqui eu proponho? Novamente, evidencio que o meu objetivo, ao me apropriar da discussão rancieriana sobre política e democracia, não é o de me apropriar de suas formulações teóricas na íntegra. As ideias de dissenso e de partilha do sensível me parecem muito válidas para pensarmos a política. Porém, se esta é definida como oposta à gestão, perde-se a dimensão do diálogo entre essas esferas que não se confundem mas que sem dúvidas se relacionam e se interferem mutuamente.

É importante lembrar que o debate proposto pelo autor em forte medida é também um diálogo com o próprio contexto, teórico e político, no qual ele foi produzido. Ao afirmar a política enquanto associada ao dissenso e oposta à gestão, Rancière buscava sobretudo estabelecer críticas a uma certa definição de democracia que estaria em voga então, intimamente associada a desenhos institucionais, agentes e dinâmicas situados no âmbito da gestão. Segundo Rancière, democracia não é sinônimo de gestão. Ela é sinônimo de política, ela é a subversão ruidosa e dissensuosa do sensível socialmente partilhado. Desconstrução e desestabilização dos ordenamentos. Uma aberração da natureza e da lógica, cujo próprio nome – democracia – era considerado uma ofensa pelos socialmente privilegiados que, no plano da política, se viam iguados ao *demos*.

Embora política e democracia aqui sejam vistos como sinônimos, ambos parecem ser definidos em função de um debate sobre a democracia. E de um debate normativo sobre a democracia. Teórico e também político. Independente de concordar ou não com esse argumento em termos políticos, não posso aceitá-lo sem críticas em termos teóricos. Se, para Rancière, política e polícia são esferas opostas e conflitantes da vida social, o que eu aqui entendo por política reside justamente o diálogo, nas interfaces de contato entre esses dois polos normativos.

Com relação à forma como Rancière pensa o conceito de polícia, há um evidente diálogo com as reflexões de Foucault sobre a bio-política, os dispositivos e o saber-poder nas sociedades disciplinar e de controle (FOUCAULT, 1987, 1988, 2005, 2009). Ainda que a reflexão foucaultiana seja fortemente amparada por um foco nos corpos enquanto superfície em que o poder se exerce em sua dimensão capilar (2009), há de se ressaltar que a dimensão espacial figura como elemento importante. Em sua filosofia histórica da gênese de dispositivos disciplinares a partir sobretudo das instituições médicas e prisionais, há uma

nítida articulação entre o controle e o esquadramento dos espaços e a gestão de corpos – condutas, corporalidades e subjetividades.

Aqui podemos acessar a especificidade da forma como Foucault define o poder, e mais do que isso, as articulações entre o saber e o poder. Segundo argumenta Foucault, “Não se deve imaginar o mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado” (FOUCAULT, 1988, p.95). Ao produzir discursos – e também silêncios – o poder produziria não uma dominação tácita, mas sim táticas de dominação. E essas táticas se confrontam com resistências práticas em múltiplos níveis. “O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarita ao poder, fixam suas interdições; mas, também, afrouxam seus laços e dão margens a tolerâncias mais ou menos obscuras” (FOUCAULT, 1988, p. 96).

Um elemento bastante interessante acerca da reflexão foucaultiana é justamente a ênfase nos aspectos produtivos da atuação e operação desses dispositivos ordenadores e disciplinadores, que, segundo o próprio autor, é um argumento contra a “hipótese repressiva” (1988). Em outros termos, o ordenamento dos espaços e dos corpos não é apenas repressivo, ele produz – e é produzido por – verdades discursivas e também sociabilidades, corporalidades, dinâmicas, interações e mesmo subjetividades, que dialogam e negociam com apropriações e resistências em um plano prático. E, não menos importante, ele produz espacialidades, circulações, fluxos, trajetórias e relações territorializadas de poder (e de saber).

Já a reflexão de Henri Lefébvre (1991, 2001, 2008) se foca mais em uma teorização não da produção de ordenamentos espaciais ou espacializados, mas sim dos próprios espaços, de forma concreta. Partindo de uma perspectiva fortemente calcada no marxismo, Lefébvre

pensa as contradições da sociedade contemporânea de acumulação flexível em uma dimensão propriamente territorializada, situando seu foco de interesse na produção dialética dos territórios urbanos e suas segregações socio/espaciais. Em Lefébvre, espaços são produtos (sociais), não materialidades que existem por si mesmas.

Importante dizer que as contribuições lefébvrianas se situam em um debate mais amplo, proposto sobretudo por sociólogos marxistas franceses, em torno do planejamento urbano e de suas articulações com o capital privado e o poder público. Debate no qual, no meu entendimento, a produção lefébvriana constitui a contribuição mais importante. Enquanto, por exemplo, Castells (1983) parecia enfatizar a produção dos espaços por parte do capital, sem considerar o nível das práticas sociais como relevante, Lefébvre buscava pensar justamente o diálogo (dialético) entre as normatividades ordenadoras e as práticas – que dão concretude a tais normatividades estendendo-as ou desestabilizando-as.

Um dos principais eixos a partir do qual Lefébvre expõe sua reflexão sobre a produção dos espaços é o do apontamento de uma distinção entre o urbano e a cidade. Enquanto o urbano seria concebido como objeto virtual, “uma forma pura[,] o ponto de encontro, o lugar de uma reunião, a *simultaneidade*” (2008, p. 110), a cidade figura como o substrato empírico a partir do qual o urbano se expressa, como “projeção da sociedade sobre um local” (2001, p. 62). Isso não significa que o urbano não seja algo concreto, nem que a cidade não se produza também a partir de abstrações intelectuais, políticas, policiais ou mercadológicas. Significa que a própria produção dos espaços urbanos pode ser pensada a partir dessa relação dialética entre o urbano e as cidades. Segundo Lefébvre,

“A cidade política, a cidade comercial, a cidade industrial, tiveram esse duplo aspecto: processo engendrando o urbano (e formado pelo urbano) – limites provisórios infligidos a esse processo pelas condições, a saber, a produção agrícola, a produção industrial. Devido a esse movimento dialético, o urbano reage sobre o que o precedeu; ele nasce e surge disso, do qual é o fim, sem que por isso exista finalidade metafísica. Sem esquecer que o informe, o

disperso, o difuso ganhou forma. Essa forma se afirma como fim” (LEFÉBVRE, 2008, p. 114).

Enquanto as cidades, enquanto projeção espacial de cada sociedade, remetem ao urbano, as condições materiais impõem limites e restrições à materialização de sua expansão. Ao mesmo tempo, “A forma urbana tende (...) a romper os limites que buscam aprisioná-la. Seu movimento procura sua vida” (2008, p. 114).

Na medida em que o urbano, forma pura que remete ao movimento, à centralidade e também à descentralidade – à sua constante construção e destruição –, é encarado como potência de expansão, a cidade que se produz materialmente se produz de forma irregular, desigual, descontínua, limitada. O urbano não se concretiza em cidade em uma dimensão prática e material. Ou, ao menos, não se concretiza para todos de maneira igual. Nesse processo, produzem-se concepções de espaço, projetos políticos e econômicos de intervenção concreta sobre os espaços, exclusões territoriais e também apropriações práticas e cotidianas.

Se o urbano em Lefébvre é visto como movimento, como potência de expansão, o crescimento desigual das cidades seria permeado por discontinuidades, rupturas e conflitos em torno de sua produção concreta – material e também simbólica. Embora reconheça-se a atuação ativa de técnicos ligados ao planejamento urbano, bem como de seus financiadores e apologistas, nega-se o caráter unilateral de suas intervenções no espaço. Mais ainda, critica-se frontalmente uma certa “ideologia urbanística”, compartilhada por estudiosos e pesquisadores envolvidos em diversas disciplinas do conhecimento que tomam por objeto as cidades – inclusive as ciências sociais e a sociologia. Ao analisarem (“objetivamente”) fragmentos do cenário urbano, como sujeitos e dinâmicas sociais específicas, espaços específicos da cidade ou dimensões específicas do cenário urbano, tais ciências corroborariam para uma fragmentação dos próprios territórios urbanos (aqui entendida enquanto estratégia de poder), e conseqüentemente, para uma compreensão sobre a produção dos espaços incapaz de pensar,

de forma dialógica, o processo em uma dimensão ampla e relacional (LEFÉBVRE, 2001; 2008).

De certa forma, há um diálogo com a reflexão foucaultiana sobre as articulações entre a produção de verdades científicas e o estabelecimento de relações de poder. Em Lefébvre, no entanto, temos uma reflexão mais propriamente focada na dimensão espacial desse processo. Se o foco em Foucault é a bio-política, a política que se exerce, em um nível capilar, sobre a superfície dos corpos, o foco em Lefébvre poderia ser descrito como uma espécie de locus-política, uma análise dos processos de produção de docilidade/utilidade dos territórios – sem ignorar a dimensão das resistências práticas a eles.

É nesse sentido que o autor desenvolve sua discussão sobre o direito à cidade. Segundo Lefébvre (2001), a contradição inerente à expansão desigual do urbano se traduz em conflitos concretos em torno dos usos das cidades. Enquanto, do ponto de vista da produção e da acumulação capitalista, a cidade é vista a partir da circulação, da habitação, do trabalho e do consumo, o plano do cotidiano é palco de uma muito mais vasta gama de apropriações do espaço. Aqui, podemos ver que o lazer é uma dimensão importante da vida e do habitar nas cidades – em oposição à cidade enquanto habitat, operacionalizada como locus de produção, reprodução e circulação do capital. Habitar as cidades, se apropriar das ruas, dos parques, fazer da cidade o lugar das pessoas subvertendo os ordenamentos espaciais e a operacionalização do espaço pelo capital: eis o direito à cidade segundo Lefébvre (2001). Questão filosófica mas que possui desdobramentos empíricos, situações concretas das mais diversas em que os planos de gestores, empreendedores e cientistas do urbano são desafiados a partir de usos práticos das cidades.

Novamente, retorno à a reflexão foucaultiana sobre os aspectos produtivos envolvidos na atuação de dispositivos ordenadores do social, na tentativa de trazer complexidade a esse

argumento – ou à forma como eu dele estou me apropriando. As interfaces entre apropriação e resistência são complexas, assim como são complexas as articulações entre agentes sociais e normatividades ordenadoras. Nesse sentido, categorias como “o capital”, “o Estado”, possuem pouco valor explicativo se encaradas etnograficamente enquanto “agentes políticos”. Isso não significa que não sejam categorias relevantes para se pensar o social.

Há, aqui, um diálogo com relação à discussão proposta por Das e Poole sobre *O Estado e suas margens* (2008). Embora as autoras privilegiem em sua discussão questões como a violência e a ilegalidade, é uma reflexão válida para pensarmos as interfaces entre o “Estado feitichizado”, enquanto centralidade ordenadora do social, e o nível prático, em que os agentes concretos que compõem esse estado⁴⁷ atuam. Essa contribuição me parece especialmente importante porque permite pensar a dialética entre o centro e as margens como pertencente também às próprias dinâmicas internas de funcionamento do estado – cuja atuação, sob essa perspectiva, não pode ser vista como “pura centralidade” ou “puro ordenamento”.

Do ponto de vista de uma etnografia das cidades, categorias como “democracia” e “Estado” devem ser desconstruídas enquanto grandes narrativas, enquanto centralidades normativas que transcendem o nível dos sujeitos e do concreto. Porém, uma análise etnográfica sobre conflitos políticos no cenário urbano contemporâneo dificilmente lidará com interlocutores que não tomam essas mesmas categorias como referentes ou contrapostos relevantes de suas posições e práticas políticas.

Nesse sentido, categorias podem ser pensadas, em uma dimensão empírica, como intervalos, segundo propõe Feltran (2017). Mais do que significantes estanques e imóveis,

⁴⁷ Tendo em vista a discussão proposta pelas autoras, a partir de agora adotarei uma distinção de grafia. Por Estado, com E maiúsculo, me refiro a esse Estado feitichizado, tomado enquanto centralidade normativa (aqui tomado como categoria, não como conceito). Já por estado, com e minúsculo, me refiro aos agentes que o compõem em suas margens.

cujos sentidos são socialmente compartilhados e conhecidos, as categorias são instrumentos de ordenamento das experiências, tentativas de captar a fluidez do social e apreendê-la a partir de uma grade de inteligibilidade específica. Nesse sentido, as categorias inclusive se constroem socialmente em articulação umas com as outras. Os exemplos utilizados por Feltran (2017) são os das categorias classe, raça, gênero e sexualidade, buscando enfatizar os diálogos que estas conservam com outras, como família e casamento.

Porém essas mesmas categorias podem ser também pensadas a partir de um diálogo com a política e com o cenário urbano. E, aqui, podemos estender esse argumento sobre as categorias enquanto intervalos para uma discussão sobre os próprios sentidos socialmente atribuídos a elas enquanto campos de disputas, abertos a ressignificações, desestabilizações e até mesmo à constituição de pertencas identitárias e de (contra-)normatividades.

Segundo Rancière, o dissenso está também associado à capacidade performática ou discursiva dos atores políticos, na medida em que ele consiste mesmo no estabelecimento, no plano estético ou discursivo, de uma coexistência ou sobreposição entre “dois mundos”: Um em que aqueles elementos do mundo social que são alvo de questionamentos ou críticas (sobre quem pode falar, o que pode ser dito e de que forma) existem e operam, e um segundo em que esses mesmos elementos, já desestabilizados e desconstruídos, não existem nem operam mais. Segundo Rancière,

“Existe, portanto, na base da política, uma ‘estética’ que não tem nada a ver com a ‘estetização da política’ própria à ‘era das massas’, de que fala Benjamin. Essa estética não deve ser entendida no sentido de uma captura perversa da política por uma vontade de arte, pelo pensamento do povo como obra de arte. Insistindo na analogia, pode-se entendê-la num sentido kantiano – frequentemente revisitado por Foucault – como o sistema das formas a priori determinando o que se dá a sentir. É um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência.” (RANCIÈRE, 2005, p. 16)

O recorte policial do mundo sensível, que atribui lugares, posições, desigualdades e pluralidades, é sensivelmente apreendido pelos sujeitos através da estética, bem como a política enquanto conjunto de práticas sociais que desestabilizam esse recorte também envolve uma perturbação de caráter estético. Mais do que discursiva e “racional”, a política se faz nas práticas e se apreende sensivelmente. E é nesse sentido que conduzir uma “história das artes” pode ser elucidativo para se pensar uma história da política: As artes podem ser pensadas enquanto expressão estética e, portanto, sensível⁴⁸.

Ao trazer a ênfase de sua análise do discurso para a estética, Rancière, longe de negar a importância da esfera discursiva, contribui justamente ao trazer complexidade para a própria noção de discurso. Este, aqui, figura como uma composição estética, onde não se pode distinguir precisamente os limites entre forma e conteúdo. Desse ponto de vista, os discursos possuem um caráter iminente ficcional, uma vez que consistem em “rearranjos *materiais* dos signos e das imagens, das relações entre o que se vê e o que se diz, entre o que se faz e o que se pode fazer” (RANCIÈRE, 2005, p. 59). Isso, evidentemente, não os torna menos “reais”. É justamente por esse caráter ficcional que tais discursos possuem a potencialidade de propor desestabilizações e reordenamentos do mundo sensível.

Rancière deixa pistas também para pensarmos a multiplicidade de campos do mundo social em que são difundidos, apreendidos e debatidos os discursos políticos na contemporaneidade. Nesse sentido, a estética e a produção cultural emergem como espaços de significação onde são construídos, expressos e veiculados discursos políticos tidos pela política oficial como “saberes sujeitados”. Segundo Foucault, os saberes sujeitados são “conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou

⁴⁸ Novamente voltando à filosofia grega, Rancière descreve três regimes de representação distintos: O regime ético (ou seja, a representação enquanto simulacro da realidade), o regime representativo (que consiste numa hierarquização entre gêneros e linguagens artísticas, com predileção do teatro, a “palavra viva”) e, por fim, o regime estético (este sim característica das democracias contemporâneas) (RANCIÈRE, 2005, p. 47).

sistematizações formais” (FOUCAULT, 2005, p. 11), e, ao mesmo tempo que são saberes “desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados (...), abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos” (FOUCAULT, 2005, p. 12). É curioso lembrar que esse debate emerge em um contexto que presenciaria a ascensão da juventude enquanto agente e protagonista política (cuja grande expressão a nível mundial possivelmente resida nas manifestações de maio de 1968 em Paris), e também o fenômeno das “subculturas” juvenis, como os rastafaris, os mods, os teddyboys, os skinheads, os punks, os hippies, entre outros⁴⁹. Curiosamente, um contexto que em muitos aspectos foi tido como de “crise”: das “grandes teorias” explicativas do mundo social, das grandes teorias políticas redentoras e revolucionárias, da economia capitalista industrial, do Estado de Bem Estar Social, entre outras⁵⁰.

2.3 AS CIDADES: DISSENSOS E ORDENAMENTOS, NORMATIVIDADES E POLISSEMIAS

Nessa seção deste capítulo, me detenho a discutir os conceitos que aqui me são de interesse a partir de discussões mais próprias ao campo de estudos ao qual esse trabalho se vincula, e com o qual ele busca dialogar: no caso, o campo dos “estudos urbanos”, sobretudo em São Paulo. Importante ressaltar que isso não significa que a minha exposição se restringirá a algumas contribuições propostas exclusivamente por acadêmicos ou em universidades paulistas, até porque há um amplo diálogo no campo com relação a produções em e sobre

⁴⁹ Para mais sobre as “subculturas” juvenis, ver Hall e Jefferson (1993) e Hebdige (2002). Para mais sobre essa discussão sobre a construção social e política da categoria “juventude” no contexto brasileiro, ver Abramo (1994).

⁵⁰ Aqui, faço menção às contribuições de Hall (2003) e Gilroy (2001), que trazem complexidade a esse argumento em prol do caráter estético, polissêmico e policêntrico dos discursos e da constituição de pertencas e identificações (raciais, etárias, de gênero e sexualidade).

diferentes contextos urbanos brasileiros (especialmente o Rio de Janeiro) e mesmo a contribuições propostas por pesquisadores internacionais.

No contexto acadêmico paulista mais especificamente, as discussões em um âmbito mais metodológico sobre a etnografia “da” cidade enquanto perspectiva analítica específica foram desenvolvidas sobretudo por antropólogos, isso a partir dos anos 1970. Ainda que, historicamente, o eixo teórico a partir do qual esses debates foram conduzidos tenha sido muito mais referente às especificidades do cenário urbano (e também da antropologia e do método etnográfico) do que uma reflexão sobre o conceito de política, este figura como elemento relevante nesses debates e na própria produção de um campo dos estudos urbanos em um nível nacional.

Em um primeiro nível, como bem argumenta Magnani (2003), havia na prática e nas discussões sobre as etnografias urbanas nesse contexto uma proposta política interna em relação à disciplina da antropologia, que no contexto brasileiro e também global historicamente privilegiaram em seus estudos trabalhos etnológicos sobre populações “tradicionais”, e viam com maus olhos a aplicação do método para analisar as cidades e as populações urbanas. Estes acreditavam que a antropologia enquanto disciplina se fundamentava na própria existência de uma alteridade cultural radical entre pesquisadores e pesquisados (como se tal alteridade não existisse nas sociedades “complexas” – ou como se as próprias populações tidas como primitivas não fossem complexas). Já com relação às outras disciplinas que se propunham a uma análise desses cenários – especialmente a sociologia, ainda pouco afeita a estudos de caráter etnográfico no cenário nacional⁵¹ –, o diálogo proposto era outro. Segundo Durham (2004), caberia a uma “etnografia da cidade”, devido à sua própria especificidade enquanto método de pesquisa descritivo e voltado a uma análise das

⁵¹ Ainda assim, a emergência da temática dos estudos urbanos contou também com relevantes contribuições produzidas por sociólogos, como por exemplo os trabalhos de Sader (1988) e Paoli (1995).

práticas e interações, atuar no sentido da desestabilização de algumas “categorias macro-sociais” que até então pautavam o debate acadêmico sobre a política nas cidades. Conforme argumenta a autora, as análises vindas de outras áreas das ciências sociais e que privilegiam categorias como “o Estado”, “as instituições políticas”, “os partidos políticos” ou “a sociedade” tenderiam a mobilizar uma noção reificada de “cultura”, que privilegia certos aspectos sociais tidos como estruturais e ignora que um dos traços mais marcantes das sociedades urbanas contemporâneas, ou “sociedades complexas”, seria justamente a “heterogeneidade cultural produzida por uma diferenciação das condições de existência” (DURHAM, 2004, p. 232).

Comentados os cenários políticos interiores às disciplinas da antropologia e das demais ciências sociais, me detenho agora a discorrer brevemente sobre o contexto político de modo mais geral do Brasil entre os anos 1960 e 1970. Como bem se sabe, desde o ano de 1964 o Brasil vivia sob um regime militar, assim como ocorreu com muitos países da América do Sul especialmente a partir dos anos 1970. No cenário brasileiro, portanto, a “crise” era também uma crise da democracia. Porém, cerca de dez anos depois de levado a cabo o golpe militar, especialmente em São Paulo e região metropolitana, começam a se presenciar uma série de mobilizações de caráter político que colocariam em perspectiva as próprias noções de “política” e de “movimentos sociais”. Especialmente a partir da formação do chamado “novo sindicalismo” e de uma pluralidade de movimentos sociais, com grande destaque para os movimentos de favelas, novos atores emergiam em uma cena política até então fortemente orientada pela atuação junto a instituições políticas mais clássicas (como os partidos políticos e os “sindicatos oficiais”), que se colocavam em uma relação de caráter clientelista perante o Estado.

É nesse contexto que começam a se produzir e ganhar visibilidade etnografias urbanas em São Paulo, com forte protagonismo de trabalhos na área da antropologia. Esses trabalhos se voltavam não apenas a um estudo dessas mobilizações políticas que se constituíam às margens da “política oficial”, mas também a analisar, de forma mais geral, a cultura e a política presente nas práticas e nas interações que se constituem nas “periferias urbanas”. Segundo bem argumenta Mendoza (2000), essa ênfase em análises sobre a politicidade das dinâmicas sociais nas periferias, elemento bastante presente nas etnografias urbanas desenvolvidas sobretudo em São Paulo, não deixa de ser uma forma desses pesquisadores se inserirem ou se projetarem no debate público, em um contexto em que, ainda de forma esparsa, ensaiava-se a formação de uma discussão e de um projeto de redemocratização política. De certa forma, defender a política das periferias no plano acadêmico se articulava a uma defesa, num plano político, de um projeto democrático de caráter pluralista, inclusivo e participativo.

Segundo Durham (1986), por um lado, esse cenário de efervescência política na transição entre as décadas de 70 e 80 favoreceu que a antropologia urbana tivesse mais reconhecimento enquanto perspectiva disciplinar acadêmica produtora de um conhecimento válido e relevante sobre o cenário urbano na medida em que tematizava essas populações e esses movimentos em suas pesquisas. Mas, por outro, ele fazia com que os pesquisadores, ao manter vínculos de caráter político com esses agentes, se vissem pressionados a se engajar na militância eles, o que ironicamente corroboraria para uma postura teoricamente acrítica. Durham chega mesmo a apontar, em tom de auto-crítica, um dilema epistemológico nessa dimensão prática envolvida na pesquisa antropológica desse contexto do final dos anos 70:

“Analisando-se a breve história da utilização de conceitos como classes sociais, ideologia, pessoa, individualismo e identidade na antropologia brasileira atual, chega-se a uma conclusão desconcertante. É que, ao mesmo tempo em que os antropólogos se politizam na

prática do campo, através de seu engajamento crescente nas lutas travadas pelas populações que estudam, despolitizam os conceitos com os quais operam, retirando-os da matriz histórica na qual foram gerados e projetando-os no campo a-histórico da cultura. Mas escolhem justamente aqueles conceitos que originalmente possuíam uma dimensão política muito clara. No fundo, o que estamos fazendo é operar conceitos de tal modo que, evitando o tratamento direto da problemática social e política que neles está contida, preservamos uma *alusão* a essa problemática que, afinal de contas, é essencial para a compreensão da realidade brasileira” (DURHAM, 1986, p. 32)

Nas décadas seguintes, a antropologia urbana enfrentaria uma série de deslocamentos, não apenas teórico/metodológicos mas também temáticos. Se, no contexto dos anos 1970, esses pesquisadores buscavam, através da cultura, refletir sobre a constituição social e política dos sujeitos urbanos, sobretudo os marginalizados⁵², a partir dos anos 1980 passou-se a discutir questões como a violência e o crime, novamente com um enfoque nas populações marginalizadas mas, dessa vez, partindo de uma perspectiva mais relacional, buscando articular aspectos referentes à própria composição do espaço urbano como elementos constitutivos de marginalizações de forma concreta⁵³. Acredito ser nesse momento que parte dos antropólogos ligados ao debate da antropologia urbana se aproximam de um outro campo de estudos que se começava a se consolidar no contexto brasileiro, o da sociologia da violência⁵⁴.

Nos anos 2000, em um contexto em que tanto o debate público quanto o debate acadêmico sobre as periferias urbanas no Brasil (sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro) eram amplamente pautados pelas temáticas da violência e da criminalidade, são elaboradas algumas pesquisas que se propõem a tematizar as políticas criminais e sua atuação em espaços prisionais e também em bairros precarizados das cidades. No contexto paulista, menciono mais especificamente algumas pesquisas produzidas sobre o Primeiro Comando da Capital,

⁵² Exemplos de trabalhos que faziam essa discussão: Caldeira (1984), Zaluar (1994).

⁵³ As inflexões nas trajetórias e nas perspectivas intelectuais das pesquisadoras anteriormente citadas nos servem de exemplo. Ver Caldeira (2000), Zaluar (2007).

⁵⁴ Desse campo que aqui chamo de sociologia da violência, destaco a produção de autores ligado ao Núcleo de Estudos da Violência na USP (Sérgio Adorno, Fernando Salla, Nancy Cardia, entre outros), e dos pesquisadores cariocas Machado da Silva e Michel Misse. O destaque a esses autores se justifica pelo fato de que eles, de diferentes formas, por trabalharem com questões também trabalhadas pelas etnografias urbanas, mantêm algum diálogo (mais ou menos crítico) com esse campo.

organização criminosa formada em prisões do sistema penitenciário paulista ainda nos anos 90 e que, nesse contexto, já atuava nas periferias da cidade e região metropolitana – atuação essa fortemente vinculada, do ponto de vista mercadológico, à regulação do tráfico de drogas, e do ponto de vista moral, a uma gestão dos homicídios e dos litígios interpessoais (BIONDI, 2010; FELTRAN, 2012; MARQUES, 2009).

Com relação à discussão aqui proposta, cabe menção a uma contribuição inserida nesse debate: a conceituação de Luiz Antonio Machado da Silva (2004) sobre a “sociabilidade violenta”. A partir desse conceito, que o autor propõe como alternativa a uma visão reificada acerca do “fenômeno” da violência urbana, visa-se pensá-la como um ordenamento social, produzido e reproduzido não apenas por aqueles tidos como os seus “agentes”, no caso os “criminosos”⁵⁵, mas sim partilhado enquanto princípio de organização social fundamentado na universalização da violência enquanto recurso, que suspende mas não se sobrepõe à ordem estatal ou institucional-legal⁵⁶. Importante ressaltar que, como o próprio autor adverte, a formulação desse conceito está fortemente ancorada no contexto carioca.

Já Feltran, que dialoga diretamente com o contexto paulista, produz uma interessante reflexão sobre as interfaces entre as políticas estatais e as políticas do crime no tocante à gestão e ao ordenamento da vida nas cidades – apesar de crime e governo a princípio parecerem categorias, social, espacial e simbolicamente bastante distintas (FELTRAN, 2012). A partir da coexistência tensa entre esses dois ordenamentos distintos, no caso as políticas estatais e as políticas do crime, Feltran se propõe a pensar a produção de um dispositivo paulista de administração da violência letal, que a partir dos anos 2000 teria contribuído para

⁵⁵ Aqui a categoria está entre aspas porque me refiro mais a uma construção social da categoria “bandido” do que propriamente a indivíduos autores de ou envolvidos em práticas ilegais. Nesse sentido, há um diálogo com a discussão sobre a sujeição criminal, elaborada por Michel Misse (2010).

⁵⁶ Ainda que a referência conceitual mobilizada por Machado para pensar o conceito de ordenamento social seja as reflexões de Weber (2001) sobre a Ação Social e a simultânea autonomia e interdependência entre as diferentes esferas da vida humana, como a política e a economia, acredito que há um diálogo com relação às discussões e referências até aqui mobilizadas, no tocante à proposta por uma análise crítica da construção desses ordenamentos.

uma redução das taxas de homicídios com relação ao observado na década anterior⁵⁷. No entanto, em meio a essa relativa retração e estabilidade, existem alguns pontos de inflexão, como por exemplo os crimes de maio de 2006 e, depois novamente, em 2011 – momentos em que a articulação entre esses dois ordenamentos é suspensa (e os homicídios sobem, com evidente desproporcionalidade de forças entre policiais e ladrões).

A configuração atual (pós anos 2000) desse dispositivo de gestão da letalidade em grande medida está associada à emergência e à hegemonia do PCC enquanto regulador de condutas e de mercados nas periferias paulistas. Ao mesmo tempo, as políticas estatais por sua vez também contribuem para a construção dessas políticas do crime, na medida em que o contexto da implementação do RDD (Regime Disciplinar Diferenciado), de certa forma, favoreceu a própria disseminação do ideal de “igualdade” entre os *irmãos* – valor normativo e, ao mesmo tempo, elemento norteador da própria estrutura organizacional do Comando. Se o crime (co)produz governo, portanto, o governo também (co)produz crime.

Em um contexto contemporâneo, tem emergido um novo campo de debates em que são mobilizadas as noções de política e periferias nas etnografias urbanas. Já na transição entre os anos de 2000 e 2010, um novo “ator político” se faria presente nas periferias paulistas – e também nos debates acadêmicos sobre periferias. Com a formação de uma série de mobilizações e de coletivos culturais autodeclarados periféricos, a própria questão da estética passa a figurar em alguns trabalhos como eixo conceitual a partir do qual se pensa a política nas periferias urbanas. Com relação a esses trabalhos, me parece extremamente válido o diálogo estabelecido com a discussão proposta por Michel Agier sobre o “fazer-cidade” (2015).

⁵⁷ Cabe ressaltar que esse argumento é uma crítica a outras interpretações mais recorrentes na sociologia paulista, que atribuíam tal redução exclusivamente a deslocamentos no sentido da atuação estatal e das forças policiais – Exemplo dessa perspectiva é o trabalho de Adorno e Salla (2007), que tematiza mais detidamente o caso dos Crimes de Maio (ou, segundo os autores, em consonância com a abordagem adotada pela imprensa e também pelo Estado, os “ataques do PCC”).

Partindo de um método de análise que propõe, a partir de pesquisa etnográfica, “pensar a universalidade da cidade longe de qualquer pretensão normativa” (AGIER, 2015, p. 483), Agier concebe a cidade como um objeto que se constrói no âmbito das práticas, no movimento entre urbano enquanto virtualidade e o “fazer-cidade” enquanto construção concreta de seus conteúdos e de suas fronteiras. Há, aqui, um diálogo com as reflexões de Henri Lefébvre sobre *O direito à cidade* (2001). Porém, enquanto Lefébvre mobiliza em suas reflexões uma leitura do social mais orientada à formulação de uma teoria crítica da produção dos espaços no capitalismo contemporâneo, a proposta de Agier é direcionada a análises que se assentam em um nível das práticas, o que não é uma diferença pequena. Se Lefébvre (2001) concebe o “direito à cidade” como uma virtualidade vinculada à contradição inerente aos cenários urbanos no atual contexto de acumulação flexível, Agier (2015) concebe o “fazer-cidade” como a desestabilização prática de enunciados normativos sobre a cidade, como produção de um objeto virtual – a cidade – em um nível propriamente prático, e da forma como eu entendo, político. E aqui, chegamos a um importante aspecto da reflexão de Agier, que é a “centralidade” da noção de margens. Segundo o autor (2015), a cidade, enquanto virtualidade, se concretizaria a partir das práticas e a partir de suas margens – justamente ali onde se julga não haver cidade.

Nesse sentido, destaco algumas contribuições relevantes de trabalhos produzidos no contexto paulista que mobilizam a discussão de Agier sobre o âmbito das práticas enquanto esfera (política) de produção da cidade. Menciono os trabalhos de Giancarlo Machado sobre sociabilidades skatistas na Praça Roosevelt (2014), de Guilherme Aderaldo sobre a atuação de coletivos audiovisuais sediados e atuantes em bairros periféricos de São Paulo (2013), e também de Alexandre Barbosa Pereira sobre os “usos insurgentes” dos espaços urbanos em São Paulo, sobretudo a partir dos exemplos da pixação e dos rolezinhos (2017).

Com relação ao trabalho de Machado (2014), ela me foi de extrema importância para a realização desse trabalho em grande medida pelo fato de ter sido produzido a partir de trabalho etnográfico realizado no mesmo espaço que eu aqui pretendo abordar, a Praça Roosevelt. Além disso, é um trabalho que aborda o contexto entre as obras de reforma da praça (que durou de 2010 a 2012) e sua reabertura. As dinâmicas de uso do espaço e suas transformações e deslocamentos no contexto pós-reforma, vista a partir das sociabilidades e interações estabelecidas entre os skatistas usuários da praça, possibilitam uma interessante reflexão sobre a apropriação dos espaços públicos no cenário urbano.

Já os outros dois trabalhos mencionados, embora não tenham os seus escopos calcados no mesmo espaço urbano, me sugerem pistas para interpretar determinados tipos de usos e apropriações da praça (ou determinadas representações desses usos) que se fizeram presentes durante o meu trabalho de campo. De Alexandre Barbosa Pereira, eu me aproprio especialmente da discussão sobre os “usos insurgentes” dos espaços públicos, que chama a atenção para a presença de marcadores de raça e de classe no que diz respeito ao estabelecimento de usos apropriados para os espaços da cidade. A noção de “usos insurgentes”, vale ressaltar, é bastante fluida, e abarcaria práticas entre si bastante diferentes, como a pixação⁵⁸ e os rolezinhos. O que me parece interessante sobre a discussão proposta pelo autor é a de que a sua “unidade” reside muito mais na interpretação acusatória que os discursos oficiais normativos e os agentes a eles vinculados mobilizam para combatê-los do que em um caráter iminente subversivo por parte da atuação daqueles que questionam a ordem ao se apropriar dos espaços⁵⁹.

⁵⁸ Segundo indica Pereira (2017), a utilização da grafia “pixação” (com x, e não com ch) é mobilizada pelos próprios pixadores. Ao optar pela utilização do termo êmico, intento designar menos uma prática do que ao conjunto de dinâmicas, interações e sociabilidades que se estabelecem ao seu redor e entre os agentes nelas engajados.

⁵⁹ Nesse sentido, há um diálogo com a noção de “Cidadanias insurgentes” formulada por John Holston (2013), que se refere a emergência de mobilizações políticas autodeclaradas periféricas enquanto desestabilização de uma lógica de direitos diferenciados (constitutiva da própria noção de cidadania no Brasil ao longo de sua história). No entanto, a apropriação de Pereira (2017) no meu entendimento é mais útil para pensarmos a

A discussão proposta por Aderaldo (2013) sobre a atuação de coletivos culturais ligados à produção e veiculação de material audiovisual atuantes em bairros periféricos, por sua vez, se insere em um outro tipo de contribuição. Até porque o próprio recorte de sua pesquisa possibilitou uma apropriação muito mais direta da discussão de Agier sobre o “fazer-cidade”. O trabalho se apoia em pesquisa etnográfica realizada junto a coletivos audiovisuais atuantes nas periferias paulistas, especialmente o Cinescadão (grupo sediado no Jardim Peri, zona norte de São Paulo, e atuante principalmente em outros bairros precarizados próximos), o autor buscou pensar o coletivo como veiculador de representações de “periferia” e de “cidade” que, em um âmbito estético, discursivo e também propriamente prático, desestabilizam definições mais hegemônicas sobre esses termos. A partir da produção de filmes e da realização de intervenções artísticas, a atuação do coletivo se daria no sentido de desestabilização de alguns elementos recorrentemente associados à categoria “periferia”, enquanto definida como universo apartado e muitas vezes até contraposto à “cidade”.

A própria categoria “periferia”, portanto, pode ser pensada como categoria política, como campo de disputas e mobilizadora de dissenso, em contraposição a discursos que a concebem de forma reificada. Mais do que pensar o termo periferia a partir de uma ótica orientada para a política (dimensão relevante mas que, por si só, não esgota os sentidos e a fluidez semântica que ele assume empiricamente), essa reflexão me parece interessante para pensarmos a mobilização de vínculos identitários e pertencas territoriais enquanto elementos importantes no que diz respeito à projeção política de discursos e de práticas.

Em todos esses casos citados, há tensões entre ordenamentos e dissensos, entre apropriações e resistências. Há interfaces estabelecidas frente ao Estado, ao mercado, às universidades e outras esferas produtoras e veiculadoras de ordenamentos simbólicos,

politicidade desses atores não a partir do eixo dos direitos, mas sim do eixo da criminalização de determinadas modalidades de uso (e de determinados tipos de usuários) dos espaços.

cognitivos, técnicos e políticos. Interfaces potencialmente dissensuosas, mas que produzem dinâmicas, interações, sociabilidades, subjetividades, fluxos, cidades. Nessa pesquisa, o foco do meu olhar analítico não reside em uma tentativa de compreensão dessas dinâmicas em uma pretensão generalista, mas sim a de, partindo dessa discussão, pensar de que forma essas questões figuram como elementos que são mobilizados em um debate político contemporâneo específico, o dos conflitos em torno dos usos e da gestão da Praça Roosevelt, em São Paulo. No entanto, a própria realização dessa pesquisa me fez deparar com o fato de que os discursos e os agentes que figuram nesse debate mobilizam representações de “espaços públicos” e de “cidades” – Mais do que isso, que a própria discrepância entre os elementos que são mobilizados nessas representações específicas os situam dentro de um campo de disputas mais amplo.

Assim como, ao refletir sobre o conceito de política, eu busquei situá-lo justamente no ponto de intersecção entre os dissensos e os ordenamentos do mundo social (o que representa uma discordância com relação à dicotomia *política x polícia* proposta por Rancière), desde já evidencio que não é meu objetivo descrever esse campo político específico como um campo composto por dois lados opostos – um favorável à policialização e à gentrificação da praça, e outro favorável à gestão participativa. Se, em um nível discursivo, é possível se fazer uma distinção mais ou menos clara e coerente entre esses dois posicionamentos, o nível da política das práticas traz complexidade a esse panorama dual. Em cada um desses polos normativos – *policialização/gentrificação x gestão participativa* – há construções políticas, discordâncias, resistências, estratégias, normatividades, territorialidades e relações de poder.

CAPÍTULO 3 – POLÍTICA DAS PRÁTICAS E GESTÃO DOS USOS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO CENTRO DE SÃO PAULO: OS AGENTES POLÍTICOS ENVOLVIDOS NA “REQUALIFICAÇÃO” DA PRAÇA ROOSEVELT

A partir do material bibliográfico e de campo expostos no primeiro capítulo dessa dissertação, e de algumas referências teóricas e metodológicas mobilizadas no capítulo anterior, eu proponho nos dois capítulos seguintes dessa dissertação uma análise do “cenário político” que norteia as discussões em torno das apropriações e das intervenções urbanas na praça Roosevelt. Neste terceiro capítulo em específico, eu me debruçarei sobre a atuação de agentes políticos, vinculados ou articulados à administração municipal, ao setor empresarial e/ou à sociedade civil, no sentido da promoção de uma “requalificação” da praça. Um dos pressupostos que guia esse momento da minha análise é a de que, ao se articularem junto às instituições políticas formais em torno da implementação de intervenções urbanísticas em espaços como a Praça Roosevelt, tais atores políticos mobilizam certas representações de “espaços públicos” – Representações estas que, ao figurarem como um recorte policial do mundo sensível socialmente partilhado, são questionadas por outros atores, que mobilizam definições completamente diferentes para as mesmas categorias.

Antes de mais nada, acredito ser válido um pequeno esclarecimento. Ao procurar, a partir do exemplo concreto de uma praça recentemente “requalificada” em uma região elitizada do centro de São Paulo, representações discursivas e mobilizações práticas de “espaços públicos”, meu objetivo não é o de pensar esse exemplo como extensível e generalizável a outros espaços públicos em outras regiões da cidade. O que me interessa no

caso da Praça Roosevelt é justamente a sua especificidade no cenário paulista: Foi a obra mais cara dentre todas as intervenções realizadas em espaços públicos no centro de São Paulo nas últimas duas décadas, localizada em uma região elitizada, que propõe uma articulação específica entre questões como a valorização imobiliária, o incentivo ao comércio e a uma apropriação consumista e a própria policialização de praças públicas. Esse discurso, em grande medida, se apoiou em um outro discurso mais amplo, o da “requalificação” de espaços públicos na região central de São Paulo. Mas a própria inserção da praça nesse escopo maior de intervenções pode ser vista como construção, cujo processo desvela deslocamentos e rupturas, como eu procurarei demonstrar ao longo da exposição.

No segundo capítulo dessa dissertação, eu retomei a discussão rancieriana sobre a centralidade do conceito de “dissenso” para a análise de uma política das práticas (enquanto não associada à gestão, ou à polícia), que é o que eu aqui pretendo. Como o próprio título desse capítulo sugere, essa oposição entre a política e a gestão me serviu de base para a organização dos capítulos desse trabalho, sendo esse terceiro capítulo mais dedicado à composição e à configuração daquilo que eu aqui chamo de ordenamento restritivo. Isso significa que meu foco nesse capítulo será o de descrever a atuação e a projeção política de agentes que atuam no sentido do estabelecimento de uma gestão dos usos e apropriações do espaço. Não qualquer tipo de gestão: Nesse caso, meu foco é, mais especificamente, um certo tipo de gestão, fortemente vinculado a mecanismos elitizadores e policializados inseridos em um certo debate sobre a “requalificação” de espaços públicos tidos como degradados.

Como busquei enfatizar em momentos anteriores, a forma como eu busco mobilizar o referencial teórico rancieriano se propõe a pensar essa oposição entre política e polícia mais em termos dialéticos do que propriamente dicotômicos. Há uma relação dialética entre um nível das práticas, onde os discursos (enquanto estabilizações de um mundo sensível) são

desestabilizados, e um nível dos discursos, em que desestabilizações se projetam rumo a uma estabilização das práticas. Essa relação, é importante frisar, se dá no plano das ideias: Na “prática”, não há “pura” prática nem “puro” discurso, na medida em que essas duas dimensões aqui são entendidas como complementares e interdependentes. Dessa forma, é nos trânsitos, nas interfaces de contato entre esses planos, que reside o que eu aqui entendo por política. Isso implica em uma afirmação que pode soar polêmica: Ao mesmo tempo em que o recorte gestor do mundo sensível se estabelece e se constrói politicamente, os discursos políticos que se propõem como críticas formalizadas de um recorte gestor se projetam também em um âmbito de gestão. É nesse sentido que meu “objeto” de reflexão e análise difere do de Agier (2015): Meu objetivo não é o de pensar o “fazer-cidade”, e sim os trânsitos entre o “fazer-cidade” e o “pensar-a-cidade”.

Dito isso, devo por fim evidenciar que a proposta de divisão das questões abordadas nos capítulos três e quatro desse trabalho não é a de discutir, primeiro, o recorte policial, e depois, o plano das práticas enquanto questionamento de uma ordem sensível. Minha ideia é a de pensar a atuação de agentes e instrumentos políticos que se articulam a duas visões distintas de espaço público – Uma mais conservadora, voltada à policialização e à elitização, e outra mais “progressista”, voltada ao uso “democrático” do espaço. Não entendo esse conflito como um conflito entre dois grupos, nem mesmo entre dois discursos políticos. Entendo-o como um conflito entre dois campos distintos de projeção discursiva e atuação prática. Em ambos os lados dessa controvérsia (que se estabelece como conflito entre dois “lados” muito mais no plano discursivo do que no prático), há práticas e há discursos. Há uma unidade, a partir da articulação entre agentes distintos, e há rupturas, na medida em que a concordância em relação a objetivos comuns não necessariamente se reflete na mobilização de meios comuns.

Por mais que, em um plano de uma política mais orientada para uma institucionalidade, essa disputa entre dois discursos divergentes possa ser vista como uma disputa entre “dois lados” (inversamente simétricos em seu caráter de normatividade política e projeção institucional), o plano das práticas e das interações nos fornecem uma visão diferente desse panorama. Os agentes presentes no cotidiano da praça – moradores dos entornos, frequentadores da praça, skatistas, poetas marginais, polícias e guardas civis, vendedores ambulantes, o pessoal do teatro – são agentes políticos que, ao se apropriarem desse espaço, desestabilizam os discursos e projetos oficiais dos planejadores urbanos e de seus financiadores e/ou apologistas – e, muitas vezes, também de seus críticos. Porém, ainda que a atuação de agentes mais ligados a um ordenamento restritivo dos espaços se dê mais em um âmbito da gestão do que de uma política das práticas propriamente dita, ela se projeta para a esfera política na medida em que se propõe a uma intervenção direta (prática, portanto) com relação ao espaço e suas apropriações. Nesse caso, a politicidade se refere não ao projeto de uma intervenção, que no “plano das ideias” geralmente figura como intervenção de caráter unilateral e técnica. Se refere, justamente, à distância entre esse projeto e as constantes negociações que os agentes nele envolvidos devem estabelecer com o “mundo das práticas” para se fazer inteligível e praticável, a partir de rearranjos institucionais e políticos e de articulações frente a outros agentes públicos ou esferas políticas.

Nesse sentido, a forma como eu penso essa política institucional e a forma como ela conduz a gestão dos espaços urbanos dialoga com a reflexão de Eduardo Marques (2017) sobre as políticas do urbano, que considera como relevantes na produção da intervenção estatal sobre os espaços das cidades aspectos referentes à própria organização desse “Estado”, como a composição, a distribuição e a articulação de órgãos públicos, agentes e mesmo dinâmicas sociais históricas e locais. Porém, a ideia desse capítulo é mais a de explorar a

construção de discursos e de estratégias de intervenção nos espaços a partir das interfaces entre o estado e determinados agentes sociais mais diretamente vinculados a ele do que analisar essa questão propriamente partindo do âmbito estatal.

A sequência deste capítulo se focará em uma reconstituição de algumas questões que se fazem presentes nessa representação “policial” de planejamento urbano mobilizada a partir do exemplo da Praça Roosevelt – como a policialização (no sentido convencional, não rancieriano), a privatização e a tecnificação. Acredito ser válido conduzir essa reflexão sobre essas distintas normatividades que se fazem presentes nesse debate a partir de uma descrição da atuação de alguns agentes políticos que atuam ou atuaram mais fortemente no sentido de sua operacionalização no contexto da praça Roosevelt atualmente.

Ao discutir a atuação de órgãos vinculados ou de alguma forma articulados à gestão pública, sobretudo na esfera municipal, eu não tenho por objetivo estabelecer uma discussão mais aprofundada sobre o Estado ou sobre as instituições, as elites e os partidos políticos. Como eu procurei evidenciar no segundo capítulo dessa dissertação, a noção de política com a qual eu trabalho tem por referência o plano das práticas e das interações sociais, e não o do Estado. Meu interesse aqui, portanto, é pensar de que forma esses atores políticos leem o cenário no qual visam intervir, e de que forma, a partir das suas áreas específicas de atuação, eles se inserem de um ponto de vista discursivo em um projeto de intervenções mais amplo.

3.1. A EMURB

Nessa seção deste capítulo, me detenho a uma descrição de um agente político bastante importante com relação à atuação da prefeitura municipal de São Paulo na praça Roosevelt, a Empresa Municipal de Urbanização de São Paulo (Emurb). Apesar dela não constituir uma

única superfície de contato, entre a gestão municipal e suas intervenções diretas na praça Roosevelt, me parece bastante marcante o fato de que os deslocamentos de sua formação e sua atuação na praça ao longo dos anos sinalizam também para um deslocamento na forma da gestão municipal encarar o papel e a centralidade de sua intervenção em certos espaços da cidade, sobretudo na região central.

A praça Roosevelt, em sua “primeira versão” (inaugurada em 1970), é um dos marcos arquitetônicos e urbanísticos de um certo ideal de modernismo que estava bastante em alta nesse contexto, como já vimos brevemente no capítulo 2 dessa dissertação. Expressão de traços arquitetônicos arrojados, do emprego de técnicas de engenharia inovadoras e de uma concepção racionalizada e funcionalista de “espaços públicos”, a praça Roosevelt foi, no contexto de sua inauguração, vista mesmo como um “símbolo” da pujança econômica e técnica de um país e de uma metrópole em ascensão. Foi, inclusive, um dos palcos das festividades oficiais do aniversário da cidade de São Paulo (que contou com um discurso do então presidente General Emílio Garrastasi Médici).

Outro elemento que nos sugere um ângulo distinto para uma análise desse contexto enquanto marcado por um deslocamento na forma de se conceber o planejamento urbano como ferramenta de intervenção do poder público (e de setores a ele articulados) no território da cidade, é a própria formação da Emurb – a Empresa Municipal de Urbanização de São Paulo –, no ano de 1971. Ainda que sua formação seja posterior à construção e à inauguração da Praça Roosevelt (projetada, como já se viu, por uma equipe de arquitetos contratada pela administração municipal), a Emurb foi o órgão público que sem dúvidas mais se posicionou e interviu em assuntos relativos à praça ao longo de sua história. Foi um dos agentes políticos que mais enfaticamente defendeu, e isso desde os anos 1990, a urgência de uma reforma profunda no seu espaço.

A formação da Emurb se dá em um contexto de concepção e implementação de um certo tipo de planejamento urbano. Sua formação é contemporânea às formulações do Plano Urbanístico Básico, de 1968, e do Plano Diretor Municipal de São Paulo, de 1971 – e às construções da Praça Roosevelt e da conexão viária leste-oeste. Até o início dos anos 70, o município de São Paulo ainda não possuía um plano diretor nem uma lei de zoneamento única para todo o seu território, e as diretrizes e leis que orientavam o planejamento urbano não haviam sido uniformizadas em um único documento legal. Apenas alguns bairros, sobretudo em regiões centrais ou contidas em bairros residenciais elitizados, eram contemplados por leis específicas de zoneamento, que se propunham muito mais a conservar e reforçar o caráter “exclusivo” daquelas localidades do que a integrar um planejamento urbano com pretensões mais abrangentes. Simultaneamente, a cidade se expande territorialmente (e populacionalmente) para regiões não contempladas por essa legislação dispersa e marcadamente privatista.

A arquiteta e urbanista Raquel Rolnik (1997) define essa dualidade com relação à formulação da legislação urbanística em diferentes territórios da cidade através do conceito de “ordem urbanística”. Segundo a autora, o conceito se refere justamente a essa dupla estratégia traçada pela legislação urbanística em São Paulo ao longo de sua história. Essa legislação urbanística teria favorecido que certos territórios da cidade fossem “protegidos” por leis urbanísticas altamente restritivas, permanecendo como regiões valorizadas e elitizadas, enquanto nas áreas não valorizadas incentivou uma espécie de *laissez faire* urbanístico, fortemente pautado pela prática da autoconstrução (prática esta que se expandia a parte de qualquer regulamentação). A partir dos anos 1970, contexto em que as favelas ganham visibilidade no debate público, essa dualidade seria ainda mais reforçada⁶⁰.

⁶⁰ Longe de concordar com a extensão mais radical do argumento proposto pela autora – o de que essa “ordem urbanística” dualista em São Paulo corrobora para a existência de “duas cidades” (uma legal, legítima, e outra ilegal, estigmatizada e marginalizada), minha intenção ao mobilizar essa discussão é justamente a de

Apenas em um contexto posterior o Estado passaria a intervir mais diretamente em algumas questões que emergiam como “problemas urbanos”, como a habitação popular e a circulação. Essas intervenções seriam fortemente pautadas pela construção de conjuntos habitacionais, financiados pelo BNH e construídos pela COHAB de São Paulo⁶¹, e também pela construção de vias urbanas para o transporte rodoviário e o início dos debates em torno da implementação de um sistema de transporte metroviário⁶².

Já Flávio Villaça (1999), também arquiteto e urbanista, sugere um ângulo de reflexão pouco diferente. Seu foco de análise destoa do de Raquel Rolnik (1997) justamente por residir não no histórico da legislação urbanística de São Paulo, mas sim nos aspectos políticos, discursivos e técnicos envolvidos na formulação de “planos urbanísticos” propriamente ditos, e em um âmbito nacional (com grande centralidade dos exemplos paulista e também carioca). Conforme salienta o autor, o que caracteriza esse objeto específico de análises não é a sua implementação efetiva em intervenções ou formulação de leis urbanísticas, até porque na história de grande parte das cidades brasileiras são frequentes os exemplos de planos que não resultaram em intervenções concretas. Segundo define o autor, o “tipo ideal” de plano estaria mais associado à abrangência (territorial e populacional) do escopo da intervenção planejada, à ênfase na formulação de objetivos (e não de diagnósticos) e à atuação de órgãos políticos formais sobretudo na esfera municipal (VILLAÇA, 1999, p. 174).

pensar as articulações entre essas intervenções duais, a partir de estratégias e voltadas a territórios distintos.

⁶¹ Para mais sobre as políticas urbanas na área da habitação popular no período da ditadura militar, ver Maricato (1982). Para mais sobre a emergência da habitação popular enquanto pauta urbanística relevante, já inserida em uma discussão em torno de um “planejamento regional”, ver Feldman (2014).

⁶² Sobre algumas polêmicas e conflitos envolvidos no planejamento e na construção do sistema metroviário em São Paulo – também no contexto do regime militar –, ver Ramalho (2013). Como bem demonstra o autor em sua análise sobre os conflitos em torno da construção da linha 3 vermelha do metrô paulista, as discussões em torno da implementação do transporte metroviário foram interpenetradas também por políticas em outras áreas, especialmente a da habitação popular. Ao mesmo tempo, conforme demonstram Rolnik e Klintowitz (2011), a questão da mobilidade urbana ainda no contexto atual é muito mais pautada pela circulação de automóveis particulares e por um projeto rodoviário do que por uma tentativa de reverter a situação de sucateamento do transporte público.

O autor argumenta que, a partir de 1965 (início da ditadura militar no Brasil), há um deslocamento quanto à forma de o poder público e os segmentos populacionais a ele mais diretamente associados conceberem a própria noção de “planejamento urbano”. Diferente do planejamento voltado a intervenções “físicas” no território, estritamente estéticas e arquitetônicas (fortemente amparadas por um ideal de urbanismo sanitarista de origem francesa), que já se via em franco declínio desde os anos 30, os novos tempos propunham um planejamento mais voltado a aspectos econômicos e também sociais, e mais voltado à eficiência do que à beleza. Porém, ao mesmo tempo em que essa concepção de planejamento urbano se tornava discursivamente mais ampla, sua implementação em instrumentos legais e intervenções concretas passava a ser um horizonte cada vez mais distante.

Nesse contexto, segundo argumenta o autor, o urbanismo seria cada vez mais concebido enquanto um campo puramente técnico, alienado da realidade das cidades e de suas populações e pretensamente apolítico. Isso afetaria a interlocução dos urbanistas não apenas em relação à cidade e às pessoas, mas também em relação à própria administração municipal, que muitas vezes não viam o planejamento urbano como algo importante, ou possuíam interesses que pareciam ir em desacordo com os dos planejadores.

Porém, segundo argumenta Villaça (1999), há uma especificidade com relação ao contexto pós-1971 (ou seja, pós fundação da Emurb, no caso paulista). Até a segunda metade dos anos 1960, o planejamento urbano se expressaria sobretudo a partir da redação de “superplanos”, compostos por equipes interdisciplinares de técnicos ligados a escritórios de urbanismo particulares, em grande parte estrangeiros, e que continham um alto grau de minúcia técnica, não raro redigidos em muitas centenas de páginas. Em São Paulo, podemos situar o Plano Urbanístico Básico de 1968 no escopo desse tipo de intervenção, formulada em um contexto ainda anterior à formação da Emurb. O PUB foi contratado pela administração

municipal junto a um consórcio de escritórios brasileiros e estadunidenses (particulares). Porém, a partir de 1971, essa forma de produção de planos mudaria. Segundo Vilaça,

“Nos anos de 1970, os planos passam da complexidade, do rebuscamento técnico e da sofisticação intelectual para o plano singelo, simples – na verdade, simplório – feito pelos próprios técnicos municipais, quase sem mapas, sem diagnósticos técnicos ou com diagnósticos reduzidos se confrontados com os de dez anos antes.” (VILLAÇA, 1999, p. 221).

A essa nova etapa do planejamento urbano no Brasil, iniciada por volta de 1971 e que perduraria por mais vinte anos (até o início dos anos 1990), o autor denominaria “Planos sem mapas” (VILLAÇA, 1999). No contexto paulista, essa ruptura é representada pelo Plano Diretor de 1971 e pela Lei de Zoneamento de 1972.

Independentemente de uma série de nuances sociais que podem ser ignoradas ou menosprezadas por um tipo de periodização histórica tão ampla e geral como a proposta pelo autor, acredito que ela aqui nos é válida para entendermos esse vínculo entre a política burocrático-autoritária do contexto da ditadura militar e a própria concepção de planejamento urbano que passa a nortear os planos urbanísticos a partir dos anos 1970. Porém, nessa bibliografia sobre a constituição histórica do planejamento urbano e da legislação urbanística em São Paulo, o papel da Emurb nesse campo de intervenções mais amplo não é um tema muito trabalhado, ao contrário da atuação de outros agentes e órgãos políticos como o BNH e a COHAB. Ainda que a atuação da Emurb de forma mais direta seja um tema até então pouco explorado pela bibliografia, podemos acessar algumas pistas a partir do próprio texto da lei 7670 de 24 de novembro de 1971, que instituiu sua criação. Segue trecho do artigo quinto da lei, que define os objetivos da empresa:

“Art. 5º A EMURB terá como objetivo fundamental a execução de programas e obras de desenvolvimento urbano, obedecendo planos elaborados de acordo com os órgãos próprios da Prefeitura e aprovados previamente pela Câmara Municipal, compreendendo:

I – A reurbanização de áreas em processo de transformação, ou em vias de deterioração;

II – A urbanização de áreas não ocupadas;

III – A recuperação e reciclagem de edifícios em processo de deterioração, ou de inadequação de uso, do ponto de vista urbano” (Excerto do texto da Lei nº 8306/1975).

Por mais que a categoria “desenvolvimento urbano” seja dúbia, não indicando muito bem a que tipo de intervenção se refere (e em que lugares ela almeja intervir), a descrição dos espaços da cidade aos quais a sua atuação se voltaria nos dá algumas pistas, especialmente nos itens I e III. Quais seriam essas áreas “em processo de transformação” ou “em vias de deterioração”? No caso do segundo termo, acredito que a referência é claramente dirigida ao centro histórico de São Paulo. O segundo termo já não tem um sentido tão evidente – a isso eu atribuiria a pouca clareza do conteúdo expresso no tópico II. O restante do texto desse mesmo artigo nos dá outras pistas com relação a isso:

“Para consecução de seus fins, a EMURB poderá desenvolver toda e qualquer atividade econômica a tal efeito necessária, inclusive adquirir, alienar e promover a desapropriação de imóveis, obedecida a legislação pertinente, em função da estrita execução dos programas e planos de melhoramentos específicos aprovados pelo Legislativo Municipal; realizar financiamentos e outras operações de crédito, observada a legislação pertinente; e celebrar convênios com entidades públicas ou particulares, com a autorização legislativa” (Excerto do texto da Lei nº 8306/1975).

Aqui é mais evidente que almeja-se uma articulação entre a intervenção da empresa nesses espaços e a produção de valorização imobiliária, a partir de uma atuação direta junto ao setor. Além disso, fica mais claro qual é a estratégia mobilizada para intervir em regiões “em via de deterioração”. Mas, se já vimos que até os anos 1990 muito pouco ou quase nada foi feito pelas administrações estadual e municipal para intervir no quadro de “deterioração” do centro,

qual foi exatamente o impacto e a esfera de intervenção técnica da Emurb até lá? Segundo Yamashita a Emurb teria sido formada “exclusivamente para analisar os problemas da Praça [Roosevelt]” (2013, p. 81). Ou seja, mesmo no interior do campo das políticas do urbano, a atuação e a centralidade da Emurb pareciam secundárias, uma vez que ela não atuava em nenhuma das duas grandes frentes de intervenções urbanísticas até então consolidadas: as voltadas às periferias urbanas (intervenções mais pontuais e esporádicas, que contavam com a centralidade do BNH e da COHAB-SP) e as voltadas a regiões com alto potencial de valorização (ainda pouco adensadas, e para as quais o poder público estimulava um direcionamento dos investimentos do setor privado sobretudo a partir da construção de grandes avenidas).

Inclusive é justamente nesse contexto, no início dos anos 1970, que se consolida o processo de expansão do chamado “vetor sudoeste”, um conjunto de bairros e regiões altamente valorizadas ou em processo de valorização a sudoeste da região central. Simultaneamente, o centro histórico de São Paulo, que já havia sido abandonado pelas elites, começa a se desvalorizar no mercado imobiliário, e passa a ser região publicamente representada como “deteriorada”. Nesse cenário, não há muitas dúvidas sobre qual dessas regiões (o centro histórico ou os bairros elitizados a sudoeste do centro) recebeu mais recursos e intervenções por parte do poder público.

Até os anos 1990, é possível se dizer que as intervenções urbanas propostas e implementadas pela administração municipal e pelo setor privado foram fortemente concentradas no chamado “vetor sudoeste” da cidade, em detrimento da região central e também de bairros periféricos. Aqui, faço menção à discussão proposta por Thereza Caldeira sobre a expansão de um certo modelo arquitetônico o qual ela nomeia “enclaves fortificados” – espaços sobretudo privados, altamente policializados e seletivos com relação a seu público

frequentador (CALDEIRA, 2000). Dois grandes exemplos desse modelo de espaços seriam os condomínios residenciais de alto padrão e os shopping centers. Ainda que, a princípio, não se possa associar diretamente a atuação do poder público em intervenções urbanas voltadas a regiões valorizadas à expansão de um certo modelo arquitetônico bastante presente em espaços privados, essa relação se faz mais visível quando pensamos o próprio poder público como agente atuante e mesmo interessado na valorização dessas regiões. Os enclaves fortificados, enquanto modelo arquitetônico, podem ser vistos como uma configuração mais contemporânea dos muros de proteção da “cidade exclusiva” das classes mais abastadas. Muros estes, porém, muito mais porosos do que gostariam aqueles que estão do lado de dentro.

Até esse contexto dos anos 1990, não havia nesse escopo de intervenções dirigidas ao centro, ou ao vetor sudoeste, a presença de uma pauta em torno da edificação, da conservação e da reforma de espaços públicos como praças e parques. Tanto a ascensão dessa pauta quanto a própria ascensão do centro enquanto espaço alvo de intervenções que se propõem a uma “requalificação” estão intimamente associados à formação da Associação Viva o Centro, e posteriormente do ProCentro.

3.2. A ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO

Ainda que a criação da Emurb, empresa pública responsável por propôr a reforma da praça Roosevelt, seja sem dúvida um elemento importante com relação a este e outros casos de intervenções urbanas realizadas em praças públicas no centro de São Paulo, é importante pontuar que a centralidade da empresa enquanto agente vinculado à “requalificação” de espaços públicos na região central é intimamente associada à formação da Associação Viva o

Centro. Composta por setores da sociedade civil, como moradores, proprietários e profissionais da região, além de intelectuais das áreas da arquitetura e do urbanismo, e também da classe empresarial, com importante participação do Banco de Boston, a associação foi formada no ano de 1991. Nesse contexto, após décadas em que esse tipo de investimento se concentrara em outros bairros, sobretudo contidos no chamado “vetor sudoeste” (como, por exemplo, Pinheiros, Jardins e Vila Olímpia), as gestões municipal e estadual já ensaiavam intervir no centro da cidade.

Em grande medida, o discurso sobre a “degradação” do centro de São Paulo, que até hoje se faz amplamente presente nos debates públicos em torno da região, já se fazia presente em uma configuração bastante semelhante à atual no início dos anos 1990. Desde aquele contexto, os alvos desse discurso já eram parecidos com os atuais: A população de rua, os trombadinhas, os nórias, as prostitutas baratas, os travestis e, de forma bastante enfática, os vendedores ambulantes. À presença e circulação desses “tipos desviantes”, o poder público, a imprensa e parte dos habitantes da cidade associam a situação de degradação física (sujeira, lixo, dejetos, má conservação dos espaços públicos) e mesmo moral (roubos, uso de drogas, perversão, vandalismo, agressão, mendicância) do espaço.

Curiosamente, uma maior ênfase em intervenções urbanísticas visando uma requalificação na região central de São Paulo, e que iniciaram um debate contemporâneo em torno da gentrificação (SMITH, 2007) do centro, foi ensaiada a partir de uma administração municipal de esquerda. Isso se deu durante a gestão de Luiza Erundina, do Partido dos Trabalhadores (de 1989 a 1992). Erundina foi a primeira prefeita de São Paulo eleita pós redemocratização. Até então (no período dos anos 1970 aos 1980) apenas algumas intervenções pontuais foram realizadas, particularmente nas gestões de Olavo de Setúbal e Jânio Quadros. Fora isso, as gestões municipais e estaduais se alternavam entre a realização

de grandes obras (especialmente obras viárias) em bairros do “vetor sudoeste” e investimentos esparsos em regiões periféricas, fortemente pautados pela questão da habitação. Ao buscar colocar o centro de São Paulo novamente na pauta dos investimentos e das intervenções do poder público, a administração de Erundina buscava justamente romper com essa noção de que investir na melhoria de vida das populações pobres corresponderia a investir apenas nas regiões periféricas. Partia-se da percepção de que grande parte dos usuários e frequentadores da região eram pessoas pertencentes a classes populares, portanto investir em melhorias nessas regiões seria também uma forma de promover melhorias na qualidade e vida da população mais pobre (FRÚGOLI JR, 2000).

Foi com esse espírito que uma série de ações de intervenção na região central foram tomadas ou idealizadas nesse contexto do início dos anos 1990. Além da conclusão do projeto de intervenção no Vale do Anhangabaú, iniciado na gestão anterior, da restauração de alguns edifícios históricos e da transferência da sede da Prefeitura Municipal para o Palácio das Indústrias, a gestão de Luiza Erundina foi responsável pela implementação da Operação Urbana Anhangabaú⁶³. Porém, segundo parte do setor empresarial que se articulava na formação da Associação Viva o Centro, no mesmo ano de 1991, ainda que essas medidas promovidas pela gestão Erundina tenham sido bem intencionadas, sua eficácia foi bastante limitada. Essa avaliação em grande medida se apoiava no caráter esparsas dessas intervenções e de uma ainda pouca articulação junto ao setor privado.

E é nessa conjuntura que é formada a Associação Viva o Centro, enquanto uma articulação levada a cabo por agentes ligados a instituições financeiras atuantes na região –

⁶³ As Operações Urbanas foram um importante instrumento de intervenção urbana utilizado pelas gestões municipais ao longo dos anos 1990 e 2000. Basicamente consistem na concessão de flexibilizações do zoneamento urbano ao setor incorporador, com o objetivo de incentivar a realização de investimentos e de intervenções. Ainda que a primeira Operação Urbana de São Paulo, a Operação Urbana Anhangabaú, tenha sido realizada no centro de São Paulo, esse instrumento acabou sendo usado de forma mais intensa em regiões do “vetor sudoeste” (segundo informa o site oficial da SP Urbanismo, das quatro Operações Urbanas atualmente em andamento em São Paulo, três são conduzidas em bairros da região sudoeste da cidade (Água branca, Pinheiros e Águas Espraiadas).

Como a Bovespa, a BM&F e, principalmente, o Banco de Boston – mas que se propunha não como uma associação de classe, e sim como “associação da sociedade civil”. É importante também mencionar que a centralidade de instituições financeiras atuantes na região na formação da associação é também uma resposta à saída de outras importantes instituições, que tiveram sua sede transferida para a região da Marginal Pinheiros (ao todo seis instituições saíram do centro nesse contexto, dentre elas o Banco Loyds, o Citibank e o Banco Holandês).

Uma das propostas centrais por trás da formação da associação era a de promover uma maior articulação entre o poder público e o setor privado para a viabilização de intervenções na região central, a princípio orientadas para produzir valorização imobiliária. Porém, seria reducionista dizer que ela atuava como um campo de aglutinação de agentes ligados ao empresariado que propunham a “gentrificação” no centro de São Paulo. Até porque uma parte importante dessa forma como a atuação da associação era concebida por parte daqueles nela engajados, a ideia era que ela também funcionasse como espaço de diálogo e de debate de propostas para a região, aberto à sociedade de forma mais geral. Nesse sentido, foi bastante relevante a atuação de consultores arquitetos e urbanistas, que, em articulação com a associação, produziram uma série de diagnósticos técnicos, pesquisas e até mesmo debates e palestras acadêmicas sobre questões de interesse no tocante a intervenções na região central.

Segundo expõe Frúgoli Jr (2000), esse grupo de técnicos que prestavam consultoria à associação tinham uma concepção de requalificação urbana fortemente orientada pelo modelo de Barcelona, que nos anos 1990 era considerado pelos urbanistas um grande exemplo de “urbanismo reparador” – Uma forma de conceber o urbanismo que procura não intervir drasticamente nos espaços urbanos, e sim promover intervenções que dialoguem com o contexto urbano a que são voltadas. Porém, essa forma de conceber o mote de intervenções urbanísticas na região não era uma unanimidade na associação como um todo. Haviam, de um

lado, a cúpula da associação e suas instituições mantenedoras, com forte presença do Banco de Boston. De outro lado, haviam os interesses de proprietários da região, que passariam a se articular junto às Ações Locais da associação. Mais do que um campo de debates, a Associação Viva o Centro foi, nesse contexto, também um campo de disputas.

Em julho de 1993, já na gestão de Paulo Maluf na prefeitura municipal, é criado o ProCentro (Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo). O ProCentro foi concebido como uma comissão, vinculada à prefeitura, que contava com a participação de agentes ligados a diversos setores, entre associações de classe e secretarias, empresas e órgãos públicos (dentre eles a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano – a coordenadora da comissão –, A Secretaria Municipal da Cultura, a Emurb, a corregedoria da Guarda Civil Metropolitana e a Associação Viva o Centro). Ao todo haviam vinte e dois grupos representados nessa comissão – nenhum sindicato ou movimento social vinculado às classes populares. Sem dúvidas a criação do ProCentro representa uma nova etapa da articulação da associação com o poder público. Essa articulação era vista como necessária, uma vez que por mais que fosse vista como importante a participação do setor privado, ainda era o poder público o encarregado de executar tais intervenções de fato. Porém, a própria composição da comissão, bem como o contexto político em que ela foi composta (em meio ao mandato de um prefeito que, historicamente, nunca viu o centro como prioridade, em diversos momentos privilegiando a realização de obras no vetor sudoeste), nos sugere também que essa interlocução se deu em condições bastante específicas. Sem dúvida nenhuma não era o ponto de vista dos técnicos consultores da associação que encontrariam ali essa interlocução. Suas pesquisas e diagnósticos até foram relativamente incorporados pela comissão, mas essa não apenas se mostrava vinculada a uma visão mais conservadora de intervenção como também não parecia encará-la como prioritária.

No ano de 1995, a Associação Viva o Centro abria um outro instrumento de interlocução, dessa vez mais direcionado às suas “bases”. É criado o programa de Ações Locais, que funcionariam como espécies de associações de bairros de localidades mais específicas dentro da região central, possuindo como objetivo atuarem como canais de veiculação de demandas por parte dos moradores e proprietários dessas localidades. Essas Ações Locais tinham sua formação e atuação respaldada pela associação, mas os debates e as demandas que se veiculavam através delas não necessariamente condiziam com o que se discutia na cúpula ou pelos consultores técnicos. Não raro, muitas Ações Locais manifestavam propostas e demandas conservadoras, bastante pautadas pela policialização e pela valorização dos imóveis nas regiões em que atuavam. A própria polêmica em torno da reforma da Praça Roosevelt no contexto anterior à sua implementação, em 2010 exemplifica bem isso: Enquanto a Associação Viva o Centro chegou a propor um projeto alternativo ao redigido pela Emurb, prevendo inclusive o reaproveitamento da estrutura do pentágono, a Ação Local Praça Roosevelt se expressou francamente favorável ao projeto proposto pela Emurb, que previa a demolição completa da estrutura.

3.3. O CULTURAL ENQUANTO MOTE PARA UMA “REQUALIFICAÇÃO” DO CENTRO

Grande parte das intervenções urbanas que promoveram reformas e restaurações de edifícios, espaços ou monumentos públicos na região central de São Paulo, já a partir da atuação do ProCentro, em alguma medida, envolveram uma mobilização da cultura enquanto mote desse ainda fragmentário projeto de “requalificação” da região. Ainda nos anos 1980, durante a gestão de Franco Montoro no governo do estado de São Paulo, alguns desses edifícios

chegaram a ser tombados como patrimônio histórico, mas nesse contexto pouco foi feito mais concretamente em relação à restauração desses edifícios ou espaços públicos.

A partir dos anos 1990, no entanto, difundiu-se entre técnicos e políticos ligados à administração pública um discurso que já era mobilizado por segmentos do setor privado articulados à Associação Viva o Centro, o de que investimentos e políticas na área da cultura seriam de fundamental importância para um projeto de requalificação do centro, justamente por atuarem em uma melhoria de sua “imagem” – Atraindo dessa forma, não apenas os investimentos do setor privado mas também o próprio estabelecimento de um consumo cultural enquanto forma de uso que promoveria a requalificação do local. Porém, ainda que inserida em um contexto específico no âmbito da administração municipal, em que a questão da requalificação da região foi bastante discutida, há de se ressaltar que o protagonismo com relação à construção ou restauração de equipamentos culturais, bastante associada à restauração de edifícios históricos, foi da Secretaria da Cultura do Estado, sobretudo durante a gestão Mário Covas.

É nesse contexto, na segunda metade dos anos 1990, que são concluídas algumas intervenções de peso nesse sentido, como a restauração da Pinacoteca do Estado e das estações ferroviárias da Luz e Júlio Prestes, assim como a construção da Sala São Paulo (no edifício da Estação Júlio Prestes, que passou inclusive a sediar a Secretaria Municipal da Cultura nesse contexto) e do museu da Língua Portuguesa (no edifício da Estação da Luz), além da restauração do antigo prédio do DOPS, que passaria a sediar o Memorial da Resistência. As intervenções citadas são todas dirigidas a uma região específica do centro, o bairro da Luz. A intenção dessas intervenções na região eram evidentes no sentido de tentar induzir uma transformação no cenário da região, fortemente frequentada por um público de perfil popular e considerada um foco de usuários de crack e moradores de rua. Os custos

dessas intervenções foram integralmente pagos pelo Governo do Estado de São Paulo. Porém, é importante salientar, alguns desses espaços tiveram sua gestão cedida ao setor privado – A Sala São Paulo seria administrada pela Associação Viva o Centro, enquanto o Museu da Língua Portuguesa, localizado na Estação da Luz, seria gerido pela Fundação Roberto Marinho, vinculada às Organizações Globo (KARA JOSÉ, 2010).

A questão da cultura enquanto mote para uma “requalificação” de localidades na região central de São Paulo já foi tema de diversos trabalhos acadêmicos. Muitos deles apontam que a cultura, de acordo com a forma como o poder público e o capital privado a mobilizam, poderia atuar como uma espécie de dispositivo de gentrificação no centro. Não apenas pelo seu aspecto mais superficial, que seria a relação entre a abertura de espaços voltados à alta cultura e a maior presença de pessoas de alta renda (e conseqüente expulsão dos pobres), mas também pela própria conversão da cidade enquanto ela mesma um “produto cultural”, a partir da presença de elementos estéticos e paisagísticos que se convertem em bens de consumo (cultural).

Essa discussão sobre as interfaces entre cultura, política e cidade no contexto paulista não se limita a analisar políticas requalificadoras dirigidas às regiões centrais. Rizek (2013), por exemplo, conduz uma interessante discussão sobre a constituição, no contexto contemporâneo paulista, de uma articulação e de uma indiferenciação entre cultura e gestão social, através de iniciativas de cunho cultural partidas do poder público, do terceiro setor, de ONG’s e mesmo de associações de bairros de regiões precarizadas, que possuem como público-alvo os moradores dessa região, sobretudo os jovens. Tais iniciativas teriam crescido em um contexto contemporâneo, e de modo recorrente eram associadas a um discurso de cunho assistencialista e filantrópico. A partir dessa indiferenciação entre cultura e gestão social de populações e sobretudo de jovens residentes em periferias urbanas, esboça-se um

modelo de “nova gestão da pobreza”, permeada por uma terceirização da questão do “combate à desigualdade”, pelo incentivo de uma lógica empreendedora voltada à prática e à produção cultural e, no limite, pela despolitização da produção cultural e da própria questão da cultura nas regiões periféricas. Mais do que mecanismo de intervenções nos territórios urbanos, a questão da “cultura” pode ser pensada também como mecanismo de gestão de populações vulneráveis.

Outro fenômeno contemporâneo importante, assim como a constituição desse projeto de “nova gestão da pobreza”, é a formação de uma diversidade de coletivos culturais em regiões periféricas, atuantes nas mais diversas regiões da cidade e nas mais distintas linguagens artísticas. O trabalho de Aderaldo (2013), que analisa a atuação de coletivos voltados à produção audiovisual – mais especificamente o coletivo Cinescadão (formado por quatro jovens moradores do Jardim Peri, zona norte de São Paulo), – é bastante elucidativo para pensarmos algumas possibilidades sobre a forma como esses jovens, que compõem o perfil social do “alvo” dessas políticas de gestão (cultural) da pobreza, ao contrário de se colocarem de forma passiva, mobilizam e operacionalizam ativamente a inserção e a circulação nesses mecanismos e nessas redes. Muitos dos jovens que compunham o coletivo haviam circulado por cursos e programas assistencialistas promovidos por agentes políticos ou pelo setor privado, e a partir dos conhecimentos e das práticas apreendidas naqueles espaços eles resolveram se engajar na produção de intervenções e produções artísticas com um teor mais crítico e político. Esse exemplo nos permite pensar, também, alguns conflitos que emergem a partir desse projeto público-privado de gestão das juventudes periféricas a partir da cultura. Curiosamente, no contexto atual, uma das poucas alternativas em relação à atuação desses coletivos de produção cultural autônoma e crítica reside na concorrência em editais públicos ou privados. As relações entre resistência e apropriação, nesse caso, são

fluidas, uma vez que a proposta crítica por trás da atuação desses coletivos não se reflete necessariamente em uma pura recusa ao diálogo com esses outros agentes.

No caso da praça Roosevelt, podemos acessar também alguns elementos que se inserem nesse debate. Ainda que localizada na região central de São Paulo, a praça, pela própria forma com que a questão da cultura foi mobilizada, destoa do já citado exemplo do bairro da Luz – a meu ver o grande “modelo” que muitos intelectuais têm em mente ao falar sobre as articulações entre cultura e gentrificação no centro de São Paulo. Primeiro porque, conforme demonstra Kara José (2010), o bairro da Consolação possui uma realidade social bastante específica com relação à região central de forma mais geral (e à Luz, em particular). Enquanto o centro é uma região marcadamente comercial e popular, o bairro da Consolação é uma região residencial (ainda que tenha uma atividade comercial relevante) e majoritariamente habitada por um perfil populacional de classes médias e altas. Segundo, porque no caso da Praça Roosevelt, não foi um conjunto de intervenções iniciais promovidas por ou em articulação com o poder público que alçou esse espaço à representação de “espaço cultural”. É justamente o fato de ela ter se tornado um espaço culturalmente relevante, local em que, a partir dos anos 2000 passariam a funcionar algumas salas de teatro ligadas a uma cena teatral “independente”, antes de alguma intervenção concreta do poder público, que trouxe à tona o debate em torno de sua reforma. Até então, não era vista como prioritária, nem mesmo no escopo das intervenções de requalificação de espaços públicos no centro da cidade, uma intervenção na praça. Nesse sentido, a narrativa do desbravamento, recorrente mobilizada em projetos de requalificação de espaços urbanos considerados degradados – ou de “gentrificação”, segundo propõe Neil Smith (2007) – assume um sentido bastante singular.

Vale lembrar que as salas de “teatro independente” não foram a primeira e nem eram a única mobilização cultural presente na praça, que antes de sua reforma já era ocupada por

rappers e skatistas, por exemplo. Mas as salas de teatro foram responsáveis para que a praça passasse a integrar um roteiro cultural da cidade já a partir do final dos anos 2000. Ainda que muitos artistas diretamente engajados nessa cena teatral que se formava na praça Roosevelt não necessariamente apoiassem a completa reforma da praça e algumas de suas consequências, eles foram publicamente representados como agentes envolvidos em uma “transformação” da região. A imprensa os via como “desbravadores” de um espaço inóspito e hostil, que se anteciparam em relação ao poder público no sentido de intervir ali diretamente. A própria prefeitura ignorava o caráter não convencional e, muitas vezes politicamente crítico, da produção desses artistas e buscava se aproximar deles – ou, melhor dizendo, de parte deles. Marco desse processo é a aparição do então prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, na sala de teatro do grupo Satyros. Conhecendo brevemente a biografia e a trajetória política do ex-prefeito e a proposta teatral do grupo, só me resta concluir que tal visita teve fins estritamente “políticos”, já em um contexto em que a reforma da praça era discutida mais enfaticamente.

O fato é que, já no final dos anos 2000, a praça Roosevelt, ainda não reformada, foi redescoberta por um público de classe média e alta, em especial um público jovem e “alternativo”. Muitas salas teatrais que atuavam na praça mantinham também bares. Dessa forma, assim como acontecia nos anos 1960, ainda antes da construção da estrutura concretada da praça, o local passou a ser ponto de convergência de uma sociabilidade boêmia e noturna. Por um lado, a presença de pessoas, inclusive no período noturno, era vista por alguns como a ocupação de um espaço até então esvaziado. Por outro lado, parte dos moradores dos arredores da praça passou, com o tempo, a achar que a presença dessas pessoas era não uma solução, mas um problema. Em um cenário de uma região já “desbravada”, esses moradores começavam a achar que o silêncio valia mais que a paz.

3.4. O FINANCIAMENTO DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO PARA INTERVENÇÕES NO CENTRO DE SÃO PAULO

Outro elemento digno de nota acerca desse contexto do final dos anos 2000, em que passou-se a cogitar a realização da reforma da Praça Roosevelt enquanto inserida em um conjunto de obras para a requalificação de espaços públicos no centro de São Paulo, é o contrato firmado entre a Prefeitura de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Esse contrato vinha sendo negociado desde 1997, inicialmente vinculado à recém-criada comissão ProCentro. Porém só foi firmado no ano de 2004, já no final da gestão de Marta Suplicy. Nesse processo, que não necessariamente se encerrou com a concretização do acordo, houve uma série de mudanças, deslocamentos e descontinuidades com relação ao conjunto de intervenções urbanas que seriam inclusos nesse financiamento.

No momento de sua aprovação, o acordo estipulava um montante total de US\$ 167,4 milhões para a realização de intervenções na região central, sendo que desse valor, 40% (ou seja, US\$ 67 milhões) seria cedido pela administração municipal como contrapartida – O BID ficaria responsável pelos 100,4 milhões restantes. Da primeira versão encaminhada pelo ProCentro em 1997 até a que foi de fato aprovada pelo BID em 2004, o projeto foi modificado três vezes. A primeira versão, que foi batizada com o mesmo nome da comissão que o propôs (ProCentro), era bastante orientada para a realização de intervenções de requalificação em espaços públicos, e seu escopo de atuação era restrito aos distritos da Sé e da República (o Centro). Já as duas seguintes foram redigidas durante a gestão de Marta Suplicy, que defendia como uma de suas bandeiras políticas a questão da moradia popular. Inicialmente batizado de Plano Reconstruir o Centro, o novo projeto, datado de 2002,

propunha não apenas obras de requalificação de espaços públicos mas também intervenções voltadas à habitação popular e a melhorias do transporte público na região. Porém, após resistência do BID no tocante a uma ênfase que considerava excessiva com relação a políticas voltadas à população de baixa renda, o plano teve que ser modificado.

A reformulação do Plano Reconstruir o Centro daria origem ao Programa Ação Centro, redigido em 2003 e aprovado pelo BID em 2004. Com relação ao projeto anterior, as políticas voltadas a população de baixa renda tinham menos participação perante às propostas de obras de requalificação em espaços públicos. Porém, a despeito da pressão do BID, a prefeitura manteve a intenção de manter intervenções desse tipo, ainda que em número menor. Mas muitas dessas intervenções em específico não chegaram a sair do papel. Além disso, a própria área delimitada para essas intervenções voltou a se restringir aos distritos Sé e República, e a sua coordenação ficou a cargo não mais do ProCentro mas da Emurb.

A administração seguinte, dividida entre José Serra e Gilberto Kassab (que assumiu depois que o primeiro abandonou o cargo para se candidatar a governador), interromperia grande parte das já esparsas políticas propostas nas áreas de habitação popular e transportes. O contrato com o BID não foi rompido, até porquê o acordo garantia que sua duração se estenderia a parte de qualquer descontinuidade na administração municipal. Porém o projeto de intervenções foi novamente modificado. No ano de 2005 seria regida uma quarta versão, intitulada “ProCentro nova versão”. A ênfase volta a residir na promoção de obras de requalificação de espaços públicos, visando abertamente induzir a valorização imobiliária e atrair a presença das classes médias e altas. Dentre os muitos tópicos inclusos nessa nova configuração do projeto é notável a presença de intervenções já inseridas no escopo do Projeto Nova Luz, uma das grandes bandeiras da administração Serra-Kassab com relação a

intervenções na área central. E, pela primeira vez, a área da praça Roosevelt surge como potencial local a receber obras de requalificação inclusas nesse projeto⁶⁴.

Porém, do momento em que o então prefeito José Serra anunciou a reforma da Praça Roosevelt até o início das obras de fato, passaram-se cinco anos. Além da dificuldade com relação à solicitação de financiamento junto ao BID, que contribuiu para que outras obras além dessa também atrasassem (algumas chegaram a ser pagas pelo poder público, que acabou gastando mais do que o valor anteriormente acordado como contrapartida), também contribuiu para esse atraso a própria pluralidade de projetos que foram propostos pelos técnicos ligados ao poder público ou a escritórios particulares. E, a partir do momento em que a prefeitura sinalizou uma concordância com relação ao projeto redigido pela Emurb, que foi o que acabou sendo aprovado, houve controvérsias também com relação à proposta de demolição da estrutura concretada do pentágono. Como já vimos, a própria Associação Viva o Centro chegou a propor um projeto alternativo prevendo o reaproveitamento da estrutura, enquanto sua Ação Local atuante na Praça Roosevelt não apenas concordou com o projeto da Emurb como cobrou sua execução com urgência – Possivelmente o único ponto de atrito entre a Emurb e a Ação Local Roosevelt nesse contexto.

As obras na praça, depois de concluídas, totalizaram um montante de R\$ 55 milhões – valor, é digno de nota, muito maior do que o de outras obras de reforma ou restauração de espaços ou edifícios públicos no centro de São Paulo realizadas nos anos 2000. Tanto o alto custo quanto a demora das obras, que duraram cerca de dois anos, tem relação com o fato de que a intervenção na Praça Roosevelt, além de promover uma reforma completa do espaço, ainda envolveu a necessidade de demolir a estrutura do pentágono de forma manual, para que

⁶⁴ Nos anexos dessa dissertação é possível conferir alguns deslocamentos sofridos pelo ProCentro em cada um desses diferentes contextos, em termos de formulação legal, do escopo geográfico, das propostas políticas e mesmo da distribuição de recursos entre as frentes de atuação do programa.

não houvesse impacto nas estruturas do Elevado Costa e Silva (que não foi alterado pela reforma da praça).

3.5. A POLICIALIZAÇÃO DA PRAÇA-BOULEVARD PÓS-REFORMA

Agora cabe mencionarmos um elemento importante na própria constituição do projeto de reforma da Praça Roosevelt redigido pela Emurb. Como tangenciado em partes anteriores desse capítulo e mencionado no capítulo dois dessa dissertação, os autores do projeto, bem como seus apoiadores e financiadores, viam como de extrema importância a presença e a atuação de agentes das forças policiais, especialmente a Polícia Militar e a Guarda Civil Metropolitana. Inclusive, ainda antes da reforma, tanto José Francisco de Assis Lefèvre, da Emurb, quanto o subprefeito do distrito da Sé, Andrea Matarazzo, chegaram a se pronunciar publicamente creditando o insucesso da “primeira versão” da obra, entre outras questões, à ausência desses agentes.

Tendo isso em vista, tanto os técnicos da administração pública quanto os setores empresariais e proprietários de imóveis nos entornos da praça defendiam, de forma praticamente unânime, que as intervenções naquele espaço promovessem a instalação de bases da Polícia Militar e da Guarda Civil Metropolitana. Isso garantiria que o policiamento no local fosse ostensivo, inibindo dessa forma as práticas delitivas e outros tipos de “usos insurgentes” do espaço. De fato, atualmente a praça é intensamente policiada, por policiais e guardas em viaturas, em motocicletas, bases móveis ou mesmo a pé.

No meu entendimento, a presença e a atuação das forças policiais na Praça Roosevelt representam um exemplo bastante interessante para pensarmos sobre a interlocução do projeto arquitetônico da reforma com a gestão de seus usos e apropriações num nível prático – ou

seja, o cerne do que eu aqui chamo de “políticas policiais” (em alusão à terminologia rancieriana). A presença e a atuação desses agentes no espaço nos possibilita um entendimento sobre em que medida, sob quais aspectos e a partir de quais práticas ou configurações, as intenções dos planejadores e outros agentes envolvidos na redação do projeto se efetivaram em transformações concretas no cenário. Por enquanto, me parece suficiente afirmar que, longe do que esses agentes demonstravam pretender, e também do que seus opositores acusavam em tom de denúncia, a praça não foi convertida em um “enclave fortificado” elitizado e voltado ao consumo cultural. Existem linhas de força que sinalizam nessa direção, porém sua irradiação esbarra, depara, se defronta e negocia com outras dinâmicas, com outros elementos.

Durante meu trabalho de campo, pude ver que, embora fosse ostensiva a presença e a circulação de policiais militares e guardas civis no espaço, foram poucas as situações que eu presenciei que chegaram a beirar um conflito entre esses agentes e alguns dos usuários e frequentadores da praça. A não ser as já mencionadas situações envolvendo o Slam Resistência no início de 2017 e os incidentes registrados no carnaval do mesmo ano, o máximo que eu vi de tensão potencial foram situações (mais de uma) em que viaturas da Polícia Militar ou da Guarda Civil Metropolitana, ao se deslocarem pelo interior da praça em velocidade nem sempre devagar, chegaram perto de atropelar transeuntes ou skatistas que estavam no trajeto. Nunca vi, no entanto, nenhum atropelamento de fato, nem situação de conflito verbal ou físico decorrente desse tipo de situação.

O primeiro conflito que teria visibilidade e repercussão pública com relação à atuação das forças policiais na praça, já após a reforma e a reinauguração, foi o já referido incidente envolvendo um grupo de skatistas e um guarda municipal a paisana – isso no ano de 2013. Vale registrar que o contexto em que tal evento aconteceu marcava o início de uma nova

administração municipal. O prefeito recém empossado, Fernando Haddad (do PT), foi prontamente pressionado a se manifestar perante o ocorrido. Isso porque o evento evidenciaria, mais uma vez, uma controvérsia com relação a concepções de espaço público. Uns defendiam a proibição da prática do skate na praça, alegando que, além de perturbação aos demais usuários da praça, os skatistas promoveriam a depredação do patrimônio público. Outros defendiam que a atuação do guarda municipal, bem como das forças policiais em geral em situações similares, foi truculenta e incompatível com uma concepção “democrática” de espaço público.

A postura do prefeito recém empossado com relação ao ocorrido foi a de procurar estabelecer um diálogo, entre representantes do poder público, da sociedade civil, da Guarda Civil Metropolitana e da Confederação Brasileira de Skate (entidade gestora do skate profissional no Brasil). A ideia era a de não proibir, como defendiam alguns setores mais conservadores envolvidos, mas sim regulamentar a prática do skate na praça, propondo inclusive a realização de eventos de skate e a construção de obstáculos próprios à prática na parte da praça mais próxima à rua da Consolação – lugar onde, esperava-se, os skatistas se concentrariam (MACHADO, 2014). Atualmente, de fato, essa parte da praça é intensamente utilizada pelos skatistas, mas estes se apropriam de várias outras partes da praça de forma tão intensa quanto. Ainda assim, a circulação de skates por quase toda a extensão da praça é menos perigosa para os demais usuários da praça do que o trânsito de viaturas da PM e da GCM.

Esse evento envolvendo skatistas e guardas civis em 2013 suscitou uma certa reação por parte da prefeitura municipal, que buscou se posicionar de forma relativamente contrária ao endurecimento do policiamento e de uma restrição dos usos do espaço da praça. Já os eventos envolvendo o Slam Resistência e as festividades do carnaval em 2017 sinalizam uma

outra postura de se lidar com a questão. Esses incidentes mais recentes ocorreram já durante a gestão seguinte, de João Dória (do PSDB). Nesse contexto, não apenas na Praça Roosevelt mas em outras localidades da região central, a atuação de caráter repressivo das forças policiais foi alvo de inúmeras polêmicas e críticas, com notoriedade para as intervenções policiais promovidas na região da Cracolândia em 2017. Novamente, assim como ocorreu na administração Serra-Kassab, o prefeito prometeu acabar com a Cracolândia, e chegou mesmo a decretar seu fim durante as operações sufoco promovidas pela Polícia Militar – Usando, inclusive, a mesmíssima frase dos seu antecessores: “A Cracolândia não existe mais, agora é Nova Luz”. E atingindo o mesmo sucesso que seu antecessor, aliás: enquanto o Nova Luz ainda não saiu do papel, a Cracolândia ainda “resiste”.

Porém, diferentemente da Cracolândia, as intervenções das forças policiais na Praça Roosevelt não transformaram profundamente o cenário. O lazer noturno e as mobilizações culturais e políticas, nem sempre exatamente ordeiras ou silenciosas, ainda ocupam o espaço em seu cotidiano, ainda que com algumas restrições (sobretudo com relação ao barulho no período noturno). Enquanto isso, parte dos moradores, comerciantes e proprietários dos entornos passaram a achar que a presença ostensiva das forças policiais já não seria mais suficiente para que se estabelecesse uma gestão “eficiente” (ou seja, proibitiva) dos usos do espaço.

3.6. A AMACON: PELA EFETIVAÇÃO DE UM ORDENAMENTO RESTRITIVO DA PRAÇA ROOSEVELT

Resta-nos agora fazer menção a um outro agente político importante no cenário mais atual envolvendo as discussões em torno da praça Roosevelt: A AMACON (Associação dos

Moradores e Amigos do bairro da Consolação e Adjacências). Como o próprio nome indica, trata-se de uma associação da sociedade civil, composta por moradores, proprietários e comerciantes da região, em moldes bastante semelhantes à Ação Local Praça Roosevelt – sem vínculos, entretanto, com a Viva o Centro ou com a Ação Local. As semelhanças entre esses agentes políticos não se restringem ao perfil social daqueles que a eles se articulam. Elas abrangem também as posições políticas que estes assumem com relação às controvérsias em torno da praça – e também de outros espaços próximos, como será melhor descrito em momento oportuno.

Segundo informa texto disponibilizado em sua página no facebook, a AMACON foi formada no ano de 2014 por um grupo de moradores e proprietários da região da Consolação que “se ressentia da falta de uma Associação que ouvisse as suas reivindicações e procurasse auxiliar na concretização de soluções”. Com relação aos espaços onde a associação almeja intervir politicamente, além da Praça Roosevelt, estão o Parque Augusta e o Cemitério da Consolação, entre outros. Nesses espaços, a associação se propõe a:

“[lutar] por mais segurança; revitalização da região; respeito aos idosos; valorização e manutenção do patrimônio histórico e cultural da região (Cemitério da Consolação e outros locais); uso civilizado e democrático do espaço público; convivência harmoniosa dos moradores com os frequentadores da Praça Roosevelt; coibição de perturbação de sossego e poluição sonora; zeladoria, conservação e limpeza; e a criação imediata do Parque Augusta, por meio da parceria entre o poder público e a iniciativa privada, garantindo infraestrutura, segurança e iluminação custeadas por um condomínio a ser construído na área do terreno em que não existem árvores”.

A página não contém informações sobre quem são os membros da associação. Porém, segundo informava a sua página na internet em consultas anteriormente realizadas, a sua presidente é Marta Lília Porta⁶⁵. Na seção “Ação Local Roosevelt” da página da Associação

⁶⁵ A consulta foi feita em agosto de 2017, porém atualmente o site está indisponível, não tendo retornado a funcionar até o momento de finalização desse texto.

Viva o Centro, Marta Lília Porta consta como membro. Porém o próprio texto de apresentação da AMACON indica que parte dos moradores e proprietários da região já não se sentem mais representados por outras associações de perfil semelhante atuantes na região.

Como mencionado no capítulo anterior dessa dissertação, a AMACON foi um dos agentes políticos que se articulou em torno da tentativa de transformar a praça Roosevelt em parque, o que permitiria não apenas que ela tivesse horários de funcionamento estipulados e seu espaço cercado, mas também que a administração do espaço ficasse a cargo de um Conselho Gestor vinculado à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente – o que garantiria sua melhor conservação. O Projeto de Lei de autoria do vereador Eliseu Gabriel, que propunha tal transformação, no entanto, teve sua tramitação encerrada no dia 2 de janeiro de 2017, devido ao término da legislatura de seu proponente⁶⁶.

A própria forma como a AMACON descreve os objetivos políticos de sua intervenção na praça é algo a se analisar. A associação não defende abertamente o cercamento do espaço, e prefere mencionar entre seus objetivos a zeladoria, a conservação e a limpeza e até mesmo a “convivência” entre moradores e usuários (mas com a coibição de perturbações do sossego e de poluição sonora). Embora não haja nenhuma menção mais clara ao projeto de cercamento⁶⁷, me parece que há nessa maneira de formular seus objetivos políticos naquele espaço um deslocamento, menos em termos de projeto em si (já que ainda parece haver uma forte conotação ordenadora e restritiva) do que em termos de como esse projeto é descrito, e como sua legitimidade e sua representatividade é defendida. De certa forma, “zeladoria”,

⁶⁶ Em cumprimento a determinação contida no artigo 275 do Regimento Interno da Câmara Municipal. Informação disponível no link <https://www.radarmunicipal.com.br/proposicoes/projeto-de-lei-421-2016> – Acesso 31/08/18. Na página oficial da Câmara Municipal não consta nenhuma informação sobre o Projeto de Lei.

⁶⁷ Essa falta de clareza dos objetivos concretos da associação com relação à Praça Roosevelt destoa, por exemplo, da proposta que ela apresenta para o caso do Parque Augusta, que é formulada de forma muito mais clara. No meu entendimento isso significa que até mesmo dentro da associação essa questão da defesa ou não de um projeto pelo cercamento da praça, longe de ser um consenso ou uma posição oficial, é um campo de disputas.

“conservação” e “convivência” são termos vinculados a uma retórica e a uma discussão contemporânea em torno dos usos e das apropriações de praças públicas.

No meu entendimento, a atuação da AMACON e a articulação por ela encabeçada para que fosse redigido um projeto de lei propondo o cercamento da praça e sua transformação em parque é um ótimo exemplo para pensarmos o diálogo entre política e gestão. Aqui, a meu ver, com relação à atuação das forças policiais, o diálogo entre a política e a gestão se dá no sentido oposto: Não a partir das dimensões práticas da gestão dos usos do espaço, mas sim a partir da tentativa de transformação política dos próprios mecanismos e significados do recorte policial já estabelecido. O exemplo é interessante sobretudo para pensarmos a dimensão construtiva (e política, portanto) também envolvida no estabelecimento de recortes policiais do mundo sensível.

Se a atuação das forças policiais na Praça Roosevelt em seu cotidiano quase sempre são muito mais marcadas pela ostensividade do que por uma gestão ativamente repressiva dos usos dos espaços (não todos, evidentemente: apenas os “impróprios”) – E, principalmente, se isso é considerado para parte dos setores populacionais envolvidos como descontinuidade entre projeto e prática – há aqui uma controvérsia política com relação aos mecanismos e instrumentos práticos encarregados de dar concretude ao ideal dos técnicos planejadores e de seus apoiadores.

Como já dito no primeiro capítulo dessa dissertação, a AMACON atualmente defende a transformação da praça Roosevelt em parque, o que implicaria num cercamento do local e na estipulação de horários de abertura e funcionamento. Porém, à luz do que foi até aqui discutido nesse capítulo, acredito ser evidente que esse projeto consiste menos em uma transformação completa naquele espaço do que na proposição de uma radicalização das intervenções promovidas a partir da reforma de 2010 (e, de certa forma, interrompidas após

2013, já na gestão Haddad). Em outros termos, a AMACON, de acordo com a perspectiva teórica com a qual eu trabalho, atua no sentido de uma radicalização política de um certo ideal de ordenamento restritivo dos espaços – recorte este, como eu procurei argumentar ao longo desse capítulo, fortemente orientado por um discurso privatista, tecnocrata e securitário.

CAPÍTULO 4 – RESISTÊNCIAS AO ORDENAMENTO RESTRITIVO: POLÍTICAS DAS PRÁTICAS, USOS INSURGENTES E DIREITO(S) À CIDADE

Descritos alguns dos agentes políticos diretamente envolvidos na constituição de um ordenamento restritivo de uma certa concepção de “espaços públicas” que se expressa e se irradia a partir da Praça Roosevelt, bem como de alguns elementos discursivos e mesmo de algumas normatividades que esses agentes mobilizam ao publicizar alguns de seus discursos ou pressupostos, me resta agora expor sobre a atuação de agentes políticos que se opõem a eles. Desde coletivos políticos que atuam diretamente em espaços na cidade de São Paulo, engajados no que eu aqui chamo de “campo político do direito à cidade”, até os usuários da praça Roosevelt, que se apropriam daquele espaço questionando, estendendo e desestabilizando as normatividades ordenadoras nela presentes, essas posições críticas se expressam em múltiplos níveis.

Dessa forma, podemos dizer que o exercício de análise proposto nesse capítulo destoa um pouco com relação ao capítulo anterior, dedicado a uma reconstituição de agentes e de discursos políticos envolvidos na constituição daquilo que eu aqui chamo de ordenamento restritivo da configuração do espaço na praça Roosevelt (e também em outros espaços que enfrentaram processos semelhantes). A partir desse foco específico, foram descritas algumas dinâmicas envolvendo a atuação de agentes políticos ligados ou articulados à Prefeitura Municipal, ao empresariado ou a setores da sociedade civil. De forma geral, se tratam de agentes que, embora plurais, projetam sua ação para o plano da política formal, das instituições, dos mecanismos e dos instrumentos oficiais. Esse eixo condutor da exposição,

que me parece bastante pertinente para refletir sobre a constituição do recorte policial do espaço, já não serve mais para pensarmos as resistências a ele. Se, com relação aos órgãos públicos e às associações ligadas à sociedade civil (empresariais ou de moradores, comerciantes e proprietários), podemos dizer que a atuação desses agentes se projetam para uma centralidade normativa, as críticas e desestabilizações a essas normatividades e centralidades podem vir de múltiplos lados e de múltiplos planos – Desde o uso mais cotidiano daquele espaço até a formação de coletivos políticos, que, apesar de em grande parte não estarem plenamente contidos nas instituições políticas, atuam (ou almejam atuar) mais próximos ao campo da política institucional.

No capítulo anterior, ao me debruçar sobre a política por trás da atuação dos agentes envolvidos no estabelecimento de um recorte normativo sobre a organização e a gestão do espaço a Praça Roosevelt, eu busquei entendê-la como não atrelada à sua atuação direta enquanto agentes ordenadores, e sim à própria construção discursiva e mesmo prática desses discursos e mecanismos. Como eu procurei argumentar, a atuação desses agentes, ainda que fortemente pautada por questões técnicas (num horizonte do não-negociável e, no limite, do não-político) e por uma preocupação em relação ao ordenamento do espaço, se articula também a instâncias da sociedade civil que se defendem como representantes “legítimas” do posicionamento político de certos segmentos da população.

No contexto específico da praça Roosevelt, já foi brevemente mencionada no primeiro capítulo dessa dissertação a atuação do Coletivo Praça Roosevelt de Todxs! enquanto um contraponto não apenas às intervenções diretamente dirigidas a este espaço como também a um certo “modelo” de espaços públicos que estaria sendo implementada a partir da atuação de tais agentes também em outros territórios. Nesse capítulo eu pretendo analisar a atuação desse coletivo sob uma dupla ótica: inicialmente a partir da articulação com coletivos semelhantes

que atuam em outros espaços da cidade, e depois a partir da sua própria articulação com outros agentes políticos presentes na praça Roosevelt – como os usuários da praça, os moradores e frequentadores dos entornos e os demais coletivos culturais e movimentos políticos atuantes neste espaço.

Minha ideia, ao partir dessa divisão, é a de, primeiro, pensar de um ponto de vista comparativo como diversos coletivos políticos atuantes em espaços que figuram como alvos de intervenções urbanísticas “requalificadoras” atuam no sentido da constituição de um campo político, que eu aqui chamo de “campo do direito à cidade” – em alusão à reflexão formulada por Henri Lefébvre (2001). Em um segundo momento, meu objetivo é o de pensar de que forma os demais usuários e agentes políticos atuantes na praça se articulam (ou não) a essa pauta, e em que medida essa própria pauta, que se pretende enquanto desestabilização de um recorte sensível partilhado, também pode figurar como uma normatividade desestabilizada em um nível prático. A proposta, portanto, é motivada pela própria forma como eu penso a política, enquanto norteada por esse duplo movimento entre o plano das práticas e o plano dos discursos e dos projetos políticos.

4.1. GESTÃO PARTICIPATIVA NA/DA PRAÇA ROOSEVELT: INSERÇÃO EM UM CAMPO POLÍTICO DO DIREITO À CIDADE

Como eu pretendi expor no segundo capítulo dessa dissertação, a formação e a atuação do Coletivo Praça Roosevelt de todxs! está inserida em um contexto mais amplo de mobilizações políticas na praça. Esse contexto mais amplo é marcado também pela intervenção de outros coletivos políticos já mencionados, como os Advogados Ativistas e o Slam Resistência. Porém, no meu entendimento, o cenário atual dessas mobilizações políticas é pautado por um

deslocamento, em que o próprio espaço em que essas mobilizações atuam e intervêm se torna um tema a ser discutido publicamente. Isso não significa que a articulação entre a política e os espaços onde ela é praticada é uma novidade do contexto contemporâneo. A novidade reside mais em uma certa mobilização discursiva de uma representação de “espaços públicos” fortemente pautada por um projeto político de caráter democrático-pluralista (e em contraposição a um projeto que eu descreveria como privatista-securitário). Essa representação discursiva acerca dos “espaços públicos” a qual eu me proponho aqui a me debruçar, articulada a categorias como “convivência”, “pluralidade”, “tolerância” e “diálogo”, propõe um vínculo específico entre a cidade (e suas apropriações) e a política (em sua dimensão prática).

Antes de prosseguir com essa exposição, devo evidenciar que, ao me referir a um campo político do direito à cidade, eu não estou me apropriando literalmente da reflexão exposta por Henri Lefébvre (2001). Até porque este conceito, conforme definido pelo autor, busca abarcar uma enorme variedade de questões a partir das quais se expressaria a contradição inerente às cidades (esta decorreria da expansão desigual do urbano). De sujeitos pauperizados lutando por moradia em ocupações no centro da cidade até ciclistas brancos de classe média se apropriando de ruas e avenidas aos fins de semana em Pinheiros, um amplo espectro de práticas, situações, agentes e espaços são articulados por essa forma de definir o conceito. Se me utilizo da terminologia proposta pelo autor (“direito à cidade”), sua mobilização é tangencial, e possui como objetivo muito mais demarcar uma pauta política específica do que contemplar a pluralidade de pautas que podem emergir no plano das práticas. Em outros termos, o que eu aqui chamo de direito à cidade diz mais respeito a um debate político, conduzido por atores específicos e a partir de espaços específicos; É menos contido no plano das práticas do que no plano dos discursos e dos projetos políticos.

Em alguma medida, a forma como eu penso essa questão do direito a cidade, enquanto projeção discursiva de uma pauta política, possui relação com a própria forma com a qual eu tomei contato com o coletivo durante o meu trabalho etnográfico. Na verdade, eu nunca “vi” a atuação do coletivo enquanto estive em campo – a não ser em uma única ocasião, em que um senhor, ligado à cena teatral da praça, apareceu em uma edição do Slam Resistência para dar um informe sobre o projeto de cercamento da praça (informe que, aliás, não me pareceu mobilizar muito o público presente). Meu contato com o coletivo se deu majoritariamente via internet – especialmente via publicações em sua página no facebook. Foi por lá que eu soube mais detalhes desse projeto de cercamento (como o texto do projeto de lei e da justificativa apresentada pelo vereador Eliseu Gabriel), e tomei contato com algumas mobilizações em oposição às intervenções dirigidas à praça, como o manifesto pela paz publicizado no carnaval desse ano.

Foi por via da página do coletivo no facebook, também, que eu pude tomar contato com uma série de outros coletivos atuantes em outros espaços da cidade, e que a partir deles propõe semelhantes discussões e semelhantes formas de articulação política. Esse contato com outros grupos que se engajam em uma mesma pauta política me foi extremamente interessante não apenas para pensar algumas estratégias comuns de atuação, como por exemplo a forte ênfase na divulgação de conteúdo e mesmo de eventos ou intervenções políticas por via das mídias digitais, como também pensar algumas similaridades e discrepâncias entre a praça Roosevelt e outros espaços a partir dos quais essa representação discursiva de “espaços públicos” é construída e defendida (e, no nível prático, também estendida e desestabilizada).

Segundo postagens da página do Coletivo Praça Roosevelt de Todxs! no facebook, ele já existe desde meados de 2016, e desde o início de 2017 busca sua formalização enquanto

comitê de gestão participativa de moradores, comerciantes e usuários da praça junto à Câmara dos Vereadores de São Paulo e às prefeituras Regional da Sé e Municipal. A sua formalização estaria amparada pela lei municipal nº 16.212 de 2015⁶⁸, que regulamenta a criação de comitês de gestão participativa em espaços públicos. Ainda de acordo com a postagem, os apoiam nesse processo os vereadores José Police Neto (do PSD), Toninho Vespoli (do PSOL) e Eliseu Gabriel – o mesmo que, em 2016, redigiu o já citado projeto de lei sugerindo o cercamento da praça)⁶⁹.

No dia seis de maio de 2018, o Coletivo Praça Roosevelt de Todxs realizou uma reunião com o objetivo de propor “o debate e construção de uma agenda com ações propositivas e deliberativas a serem desenvolvidas na Roosevelt”⁷⁰. A divulgação do encontro foi feita principalmente por via da página de facebook do coletivo. Até o momento da redação desse texto, não tomei contato com nenhuma divulgação por parte do coletivo com relação a pautas ou deliberações específicas aprovadas nesse encontro. O único registro dele é um vídeo, postado na página, que é uma gravação de cerca de quatro minutos dessa reunião. O vídeo, no entanto, não contém áudio: Podemos apenas ter algumas pistas com relação ao número de presentes e especular o perfil social deles⁷¹.

Mas podemos ter alguma ideia do tipo de questão que foi discutida nesse encontro baseado não apenas na nota pública divulgada no carnaval de 2018 (já citada no capítulo 1) mas também no conteúdo das postagens que costumam ser publicadas em sua página virtual. As postagens na página de facebook do coletivo não são exclusivamente referentes à sua

⁶⁸ A lei segue vigente, mas teve partes de seu texto original alterado através da lei 16.868 de 2018. Os textos de ambas as leis podem ser conferidos nos anexos dessa dissertação.

⁶⁹ Link da imagem em que foi publicado o texto de onde as informações foram tiradas: <https://www.facebook.com/rooseveltdetodxs/photos/a.1685148371800593.1073741828.1685143035134460/1957188457929915/?type=3&theater>. Acesso: 16/05/2018. Detalhe: A imagem é, justamente, a carta enviada pelo coletivo ao Prefeito Regional da Sé, Eduardo Odloak.

⁷⁰ Texto contido na descrição da página do evento no facebook. Link: <https://www.facebook.com/events/1524105231052056/>. Acesso 16/05/2018.

⁷¹ Link do vídeo citado, postado na página no mesmo dia, seis de maio: <https://www.facebook.com/rooseveltdetodxs/videos/1962082227440538/>. Acesso 16/05/2018.

atuação política, e nem mesmo a questões específicas à Praça Roosevelt. O coletivo apoia e divulga eventos que abordam desde a questão da luta por moradia popular no centro de São Paulo (sobretudo a partir da divulgação de eventos e/ou atos políticos realizados em edifícios ocupados e/ou por movimentos atuantes na região) como também a questão da defesa de parques e praças públicos contra a ameaça da especulação imobiliária (além da praça Roosevelt, destacam-se entre as postagens da página informações sobre os casos do Parque Augusta⁷² e do Parque Bexiga).

Se formos pensar em termos estritamente normativos, podemos ver muitas similaridades entre essas duas pautas públicas (moradia popular no centro e defesa e conservação de parques e praças públicas), que inclusive são relativamente unânimes ao apontar na “especulação imobiliária” o seu opositor. Nos termos de Lefévre (2001), ambas expressariam o direito à cidade, ainda que sob perspectivas diferentes. Além disso, ambas parecem discursivamente mais próximas ao espectro discursivo esquerda política. Porém, não me parece que essas similaridades vão muito além disso. Ambas as pautas me parecem se desenrolar em espaços, territorial, social e politicamente bastante distintos. E, acima de tudo, me parecem mobilizar elementos bastante diferentes dentre toda a pluralidade de questões que Lefévre agruparia na discussão de “direito à cidade” (2001). Em outros termos, o “direito à cidade” dos movimentos de luta por moradia popular que ocupam prédios ociosos no centro de São Paulo não me parece o mesmo “direito à cidade” dos movimentos em defesa dos parques públicos em regiões em processo de valorização imobiliária – e nem o mesmo “direito à cidade” de movimentos de moradia atuantes em regiões periféricas.

⁷² Cabe ressaltar que o Coletivo Roosevelt de todxs! se opõe à proposta da AMACON de ceder sua gestão às incorporadoras que pretendem erguer um prédio no local. A proposta do coletivo é a de um parque gerido pela por moradores e usuários de forma participativa e dialógica, uma área verde livre das intervenções do setor incorporador e seus empreendimentos imobiliários..

Para exemplificar esse argumento, faço menção a um outro caso recente na cidade de São Paulo, ocorrido em uma outra praça que conserva uma série de similaridades históricas com relação à Praça Roosevelt: o Largo da Batata, no bairro de Pinheiros (zona oeste de São Paulo). Apesar de não localizada no centro, o Largo da Batata (que, a despeito do nome, é uma praça) também se configuraria historicamente como um local frequentado por um público marcadamente popular e de origem nordestina. O Mercado de Pinheiros, o terminal de ônibus, as casas do Norte, os bares de forró *risca faca*, os puteiros baratos, as pensões, compunham aquele cenário, que, assim como a Praça Roosevelt, a partir dos anos 1970 e 1980 passaria a ser retratado como “degradado”. No início dos anos 2000, já em contexto de vigência da Operação Urbana Faria Lima, iniciou-se uma grande obra de “reconversão” urbana na praça. Essas obras em parte eram articuladas à construção de uma estação de metrô na praça, ligada à linha 4 – amarela do sistema metroviário paulista. Depois de muitas discontinuidades e paralizações, as obras foram declaradas como finalizadas pela prefeitura no ano de 2013 (incompletas, como no caso da Roosevelt).

O espaço da praça após a reforma, depois de devidamente removido o terminal de ônibus, havia sido completamente transformado, e sua configuração poderia ser descrita como a de uma vasta área aberta, um enorme calçadão anexo à estação de metrô, sem bancos, sem qualquer tipo de mobiliário urbano, sem áreas verdes e sem qualquer elemento estético ou infraestrutural que convidasse à permanência de pessoas. Curiosamente, esse espaço descampado, mal equipado e pouco convidativo seria ocupado por uma série de mobilizações e manifestações artísticas que se propunham justamente a um questionamento sobre a constituição de espaços públicos gentrificados e as articulações entre a revitalização de áreas tidas como degradadas e o mercado imobiliário.

Atualmente, o Largo da Batata é palco de uma série de intervenções urbanas que propõem uma maior participação de seus moradores e usuários na gestão do espaço. De mutirões de limpeza, reforma de equipamentos e plantio de mudas, à realização de eventos de ocupação cultural (esporádicos mas regulares), passando até mesmo pela veiculação de denúncias quanto à má gestão do espaço por parte da gestão pública e, mais esporadicamente, a atos de vandalismo ou mau uso do espaço por parte de seus usuários. Essas mobilizações são divulgadas sobretudo na página de facebook do coletivo A Batata Precisa de Você (idealizador e percursor do projeto de ocupação do espaço e de zeladoria participativa no largo)⁷³. Além disso, esse coletivo de zeladoria/ocupação cultural participativa dispõe de um site na internet, em que se é possível agendar a realização de eventos culturais diretamente com os seus membros, sem a necessidade de pedir autorização para a prefeitura (a não ser em casos de eventos de grande porte)⁷⁴. Isso nos fornece um ótimo exemplo para pensarmos a mobilização das mídias digitais e da internet como ferramentas de veiculação de demandas, como recursos estratégicos que atuariam no sentido de uma maior participação da população na gestão do espaço.

Além desses eventos de intervenção cultural, que ocupam esporadicamente o Largo da Batata – o próprio Slam Resistência já participou de intervenções culturais realizadas lá –, a praça atualmente também é um cenário rotineiramente ocupado por bares voltados a um público jovem e “descolado”. Esses bares se concentram na rua lateral à praça, de modo que configura-se uma paisagem segregada entre o público desses bares e suas cervejas importadas, compradas a cerca de 20 reais a garrafa, e a mulecada na praça, de um perfil mais “quebrada”,

⁷³ Link: <https://www.facebook.com/abatataprecisadevoce/>. Acesso 23/07/18.

⁷⁴ Link do site: <http://largodabatata.com.br/>. Acesso 23/07/18. A criação dessa página na internet foi uma das ações financiadas pelo Edital Redes e Ruas, lançado pela Prefeitura de São Paulo – o coletivo foi contemplado pelo edital no ano de 2014, e foi contemplado com um financiamento de 18 meses de suas atividades. As experiências desse período de atividade do coletivo acabou sendo registrada em um livro, que se propõe como uma espécie de “manual de ocupação cultural de espaços públicos”. O livro pode ser acessado no link <https://issuu.com/laurasobral/docs/publicacaobatata-final-web> (acesso 17/07/18).

que toma cerveja de latinhas compradas de ambulantes a preços mais baratos, ou garrafas de outras bebidas trazidas de algum mercado.

A segurança daquele espaço em seu cotidiano é feita por uma base móvel da Guarda Civil Metropolitana, sempre estacionada em um ponto diferente e com cerca de três guardas. Ocasionalmente motocicletas da ROCAM da Polícia Militar circulam dentro da praça para reforçar esse aparato securitário. Curiosamente, ali naquele espaço, os usos noturnos não parecem ser considerados um “problema”, ou pelo menos não o são na mesma proporção em relação à Praça Roosevelt. As forças policiais parecem ter como foco de sua atuação no espaço a repressão/gestão da atuação dos vendedores ambulantes – ora os mantendo a uma certa distância dos bares da praça, ora conduzindo operações pontuais de apreensão de suas mercadorias. Isso nos leva a pensar sobre a atuação dos proprietários de bares da praça enquanto agentes que participam da forma como a gestão desse espaço é discutida e conduzida.

O que me parece curioso com relação ao caso do Largo da Batata, a título de comparação, é que se trata de um exemplo, embora em um grau distinto de articulação junto ao poder municipal (o Coletivo A Batata Precisa de Você já é formalmente reconhecida enquanto instância de gestão participativa, por exemplo), que parte de propostas e de uma visão política muito semelhante às do Coletivo Praça Roosevelt de todxs!. Porém, não se pode ignorar as particularidades de cada caso. Além das especificidades locais de cada região, há as especificidades do contexto político que viabilizou que o Coletivo A Batata Precisa de Você adquirisse uma interlocução com a administração municipal – isso se deu sobretudo na gestão de Fernando Haddad, do PT. Os próprios obstáculos que o Coletivo Praça Roosevelt de todxs! têm encontrado na tentativa de se formalizar (processo que já se arrasta a mais de um ano) indicam que, a partir da gestão João Dória/Bruno Covas (ambos do PSDB), os tempos são

outros. Ainda que a lei municipal nº 16.212 de 2015⁷⁵, que regulamenta a gestão participativa de certos espaços públicos (também decretada na Gestão Haddad), dê respaldo legal à formalização do comitê, a nova gestão municipal parece muito menos afeita a essa modalidade de gestão dos espaços.

Recentemente, tem sido abordado na página do facebook do Coletivo Praça Roosevelt de todxs! uma controvérsia entre moradores e usuários da praça e a prefeitura em torno do conserto dos brinquedos do playground – que se encontravam depredados. No dia 26 de maio, a própria página chegou a fazer uma transmissão ao vivo para atestar a situação de abandono da praça. O vídeo fora filmado por uma pessoa não identificada transitando (filmando com seu celular) entre brinquedos de madeira quebrados, lixo jogado no chão e moradores de rua e seus barracos. O vídeo, novamente, não continha áudio. Embora os moradores de rua que ocupavam o espaço aparecessem no vídeo como evidência de seu abandono, o tom de crítica era mais diretamente dirigido à administração municipal.

O curioso é que, nos comentários desse vídeo, há uma resposta da página oficial da Prefeitura Regional da Sé. A resposta é uma defesa com relação à crítica, contida no texto da postagem do vídeo, de que tanto ela quanto a Prefeitura de São Paulo (os mesmos agentes que estariam “atrasando” o processo de formalização do comitê) teriam descumprido a promessa de providenciar a limpeza do espaço e os reparos nos brinquedos quebrados. A resposta é curta: “Boa tarde! Devido ao vandalismo aplicado contra os brinquedos instalados na Praça, iremos removê-los para não ferir ninguém. A limpeza foi feita.”. A resposta do coletivo, pouco menos curta, também é sucinta:

“remoção não é requalificação ou concerto, é arrancar do espaço sem nada em troca; ou seja, vcs querem mais abandono Prefeitura Regional Sé? nós queremos discutir com vocês a zeladoria deste espaço e da praça como todo! pq a recusa em nos oficializar e nos receber??

⁷⁵ O texto da lei pode ser acessado no link <http://cmspbdoc.inf.br/iah/fulltext/leis/L16212.pdf> (acesso 17/07/18).

não queremos apenas que ‘removam’ as coisas, mas que ‘resolvam’ em conjunto com a população!!”⁷⁶

Aqui fica mais evidente que, embora o Coletivo Praça Roosevelt de todxs! atue também como um canal de divulgação de uma ampla gama de questões políticas, referentes a uma diversidade de espaços e de segmentos populacionais, sua proposta de intervenção prática está muito mais associada a uma projeção enquanto entidade gestora participativa da praça Roosevelt – iniciativa que, pelo jeito, tem enfrentado a resistência da Prefeitura de São Paulo e da Prefeitura Regional da Sé. Ainda que voltado a uma gestão dos espaços públicos, projetando-se portanto em um âmbito policial, nos termos rancierianos, esse modelo de gestão participativa dos espaços públicos ainda figura como contra-hegemônica.

4.2. OS USOS – E OS USUÁRIOS – DA PRAÇA: EXTENSÕES E DESESTABILIZAÇÕES DE UM RECORTE POLICIAL CONTRA-HEGEMÔNICO

“Aqui [na praça Roosevelt] tem cada vez mais gente que vem de bairros distantes, a 40 km ou 50 km. São pessoas que fazem barulho, que varam a madrugada. Ninguém dorme. É um desrespeito. Se eles não têm praça no bairro deles, que falem com a subprefeitura”

Fala de Marta Lília Porta, presidente da AMACON⁷⁷

“Beleza, cola lá na minha quebrada lá então, ô sua filha da puta!”

Fala de Gustavo LeGusta em entrevista realizada pelo pesquisador (a fala foi uma resposta a um questionamento sobre a declaração de Marta Lília Porta citada acima).

⁷⁶ Link dessa postagem: https://www.facebook.com/rooseveltdetodxs/videos/1971945676454193/?hc_ref=ARRMuzJewu2q8n7d1XCZ1W6BzagEuyMMhgKCpbtQlit16OWTyNIlz31oFp29eS5YPKw (acesso 23/07/18)

⁷⁷ Fala contida em entrevista ao jornal virtual Pressreader. Disponível em (link: <https://www.pressreader.com/brazil/agora/20161030/281840053218820>). Último acesso: 10/11/2016.

Nessa seção, meu objetivo é mobilizar e analisar algumas situações com as quais eu tomei contato durante a realização do meu trabalho de campo que, de alguma forma, me propõem uma reflexão sobre os limites dessa representação de cidade e de espaços públicos pautada por práticas alinhadas a um modelo de zeladoria participativa de moradores e usuários. Antes de prosseguir nessa etapa da minha análise, acho importante ressaltar que a minha inserção na Praça Roosevelt não se deu de forma homogênea ou não-mediada. Isso significa que eu frequentei alguns espaços e convivi com alguns públicos em particular, mais do que outros que compõem o cenário plural de sua vida noturna. Se, por um lado, isso pode me ser prejudicial em termos de acesso a uma maior pluralidade de usos do espaço (com os quais meu contato muitas vezes se limitou à observação a distância), por outro possibilitou que minhas observações, mais situadas, pudessem alcançar um maior grau de profundidade.

Como já sugerido pela exposição do capítulo dois, minha entrada em campo foi bastante permeada pelas minhas idas às edições mensais do Slam Resistência. Acredito que meu interesse em especial por essa mobilização artística e política, que é apenas uma das muitas que ocupam esporadicamente aquele espaço, não seja muito difícil de explicar. Em se tratando de um trabalho que se propõe a discutir a partir da estética e da política, usos, apropriações e intervenções em espaços públicos, o caso do slam me parece extremamente interessante. Por muitos motivos, desde o entendimento do próprio slam enquanto evento de “ocupação cultural” de um espaço público (talvez até mesmo enquanto uma “linguagem” de ocupação de espaços públicos na contemporaneidade), até mesmo uma dimensão mais interna, no caso a ideia do slam enquanto espaço de veiculação e irradiação de uma vasta multiplicidade de discursos políticos.

A metáfora do slam de poesia enquanto uma “ágora” da sociedade contemporânea, mobilizada por muitos agentes envolvidos na cena do slam poetry, me parece bastante

elucidativa desse aspecto político por trás da dinâmica e da proposta do evento. Ela me permite inclusive um diálogo com algumas bibliografias que eu mobilizei para pensar o conceito de política, como Hannah Arendt e Rancière. De certa forma, esses autores também pensam a política a partir de um modelo fortemente ancorado na filosofia grega clássica e na democracia ateniense. Até por isso eles concebem a política como associada ao diálogo e às práticas sociais – e a uma concepção de “espaço público” enquanto espaço de expressão e de convivência entre as multiplicidades e diferenças.

Porém, acredito que o caso do Slam Resistência seja interessante para pensarmos justamente em alguns limites desse modelo explicativo da política a partir das experiências da Grécia antiga. Especialmente Rancière não ignora alguns desses limites, ao defender que mais importante do conteúdo do discurso político em si é o reconhecimento daquele indivíduo que o veicula enquanto “sujeito apto a falar” – Ou seja, a própria noção de sujeito, em sua conotação política, não é algo dado, se constrói nas práticas e em meio a ruídos, fricções e dissensos. O autor complexifica ainda mais o argumento ao trazê-lo para o campo da estética, refletindo sobre o aspecto ficcional e mesmo performático dos discursos. Se todo esse argumento se desenha como uma crítica à concepção habermasiana de “razão comunicativa”, o caso do Slam Resistência nos fornece alguns exemplos práticos para pensarmos esse problema teórico.

Começemos sobre uma reflexão sobre os discursos políticos envolvidos, que nesse caso consistem sobretudo nas poesias performadas ao longo do evento. Me parece bastante evidente que essas poesias não podem e não devem ser analisadas simplesmente como expressões ou manifestos em favor ou contra uma determinada posição política ou realidade social. Elas são um produto artístico, um discurso deliberada e intencionalmente ficcional (mesmo que amparado em experiências reais e/ou se valendo de linguagem realista). Ao

mesmo tempo, a expressão política é um elemento muito importante desses discursos, na medida que até mesmo elementos e recursos estéticos mobilizados pelos/pelas poetas podem remeter a conteúdos políticos diversos.

Longe da pretensão de estabelecer alguma tipologia das temáticas e/ou dos elementos estéticos que compõem e figuram nos poemas que eu vi serem performados no slam, me limitarei a tentar traçar algumas linhas estéticas e argumentativas que os atravessam. Em virtude do próprio vínculo entre os slams de poesia e a cena da poesia marginal, composta também por outros coletivos de poetas e outros tipos de eventos, como os saraus, a temática das periferias urbanas se faz fortemente presente em muitas poesias – o que não significa dizer que ela é abordada de maneira semelhante e homogênea. A pluralidade e a polissemia do termo “periferia” aqui é explorada pela própria pluralidade de elementos que podem a ela ser articulados. Raça, classe, gênero, sexualidade, crime, criminalização, violência policial, preconceito, desigualdade, reparação, resistência, empoderamento, protagonismo simbólico. E essa pluralidade complexificada no próprio estabelecimento de uma ponte comunicativa entre diferentes espaços urbanos.

Em cima disso, é relevante comentar que, além de uma articulação entre elementos estéticos e políticos, essas poesias – concebidas enquanto “mensagens”, assim como o são as letras de Rap – estabelecem também uma articulação entre experiências individuais e questões públicas. É muito comum, por exemplo, poesias que tematizam questões sociais a partir de um ponto de vista subjetivo. Nesse sentido, podemos ver uma relação entre a “mensagem” e o “testemunho”, entre a veiculação pública de um discurso político e a própria produção (política) do sujeito a partir do discurso. Em termos mais amplos, isso nos leva a uma interessante reflexão sobre a política: ela se refere também à própria constituição subjetiva de

sujeitos políticos – como bem argumenta Thompson, tendo em vista o caso da *formação da classe operária inglesa* (1987).

Na cena da poesia marginal em São Paulo, incluindo a cena do slam poetry, essa articulação entre construção política de uma subjetividade e a projeção política de uma “mensagem/testemunho” fortemente ancorada na trajetória e nas experiências pessoais é especialmente visível e recorrentemente mobilizada. Se nos voltarmos ao surgimento do movimento que ficaria conhecido como “literatura marginal”, no contexto paulista do início dos anos 90, podemos ver que historicamente esse movimento literário esteve bastante vinculado à tematização das questões como a negritude e o cotidiano nas periferias urbanas (NASCIMENTO, 2006, 2011; SILVA, 2013). Em um contexto mais recente, podemos falar também na emergência de outras temáticas, como as questões do gênero e da sexualidade.

De qualquer maneira é possível dizer que essa dimensão de projeto político/pedagógico por trás da literatura marginal se propõe a, justamente, estimular e dar vazão à produção literária de sujeitos socialmente vulnerabilizados – periféricos, negros, migrantes, mulheres, população LGBT, entre outros. Seja para publicizar essas elaborações ficcionais da realidade a partir de um ponto de vista marginalizado, seja para alçar essas realidades e aqueles que a vivem no cotidiano à condição de discursos e sujeitos artísticos e políticos. Longe de ser uma categoria fixa, essa noção de “sujeitos vulnerabilizados” é também um campo de disputas políticas, como bem exemplifica o fato de que a entrada às questões de gênero e de sexualidade não apenas na poesia marginal mas também em muitos outros espaços políticos, é relativamente recente.

No meu entendimento, a projeção política dessa proposta literária se intensifica com a formação dos primeiros saraus de poesia marginal, já nos anos 2000, e ainda mais no contexto atual, a partir da atuação dos slams de poesia – eventos em que a poesia marginal se converte

em uma linguagem específica, de ocupação de espaços públicos e também de veiculação de discursos políticos através de mídias digitais, como o facebook e o youtube. Com relação ao aspecto de intervenção em espaços públicos, fortemente presente nos slams de poesia enquanto evento, ele o torna um local em que experiências e trajetórias de pessoas ligadas a esses extratos subalternizados da população são publicamente vocalizadas, muitas vezes gritadas a plenos pulmões. Mas isso não necessariamente significa que a recepção a esses discursos é mais positiva. Muito pelo contrário: Pelo próprio caráter de “intervenção” que caracteriza o slam, sua recepção por parte do público que frequenta e circula pelo espaço da praça é muito menos mediada do que seria se o evento acontecesse em um espaço fechado ou mesmo se tais discursos estivessem escritos e publicados em um livro. Como já brevemente mencionado no capítulo 1, por exemplo, parte dos moradores dos arredores da Praça Roosevelt parece se opor não ao conteúdo das poesias que são performadas durante o slam, mas sim à própria realização do evento.

Aqui, podemos pensar o conceito rancieriano de “dissenso” em uma dimensão prática, empírica e bastante evidente. A forma como esse grupo de moradores mais conservadores dos arredores da praça (os “atores ausentes”) intervêm no cenário noturno da praça, incluindo o slam, bem como as estratégias que eles mobilizam para isso, deixam bastante claro que tal resistência não se atribui a uma discordância em termos de posições políticas (em um sentido mais habermasiano: eu entendo seu argumento, reconheço sua legitimidade e coerência porém discordo dele). Esses moradores leem a presença e a realização do evento de “ocupação cultural” literalmente como ruído, como perturbação da ordem pública. Isso se traduz no conflito estabelecido entre os organizadores do evento e a Guarda Civil Metropolitana desde o início de 2017, e na notificação por parte da Secretaria de Segurança Pública no mesmo ano – eventos descritos no segundo capítulo dessa dissertação.

Dito isso, o contexto do slam nos propicia um inusitado exemplo de diluição e borramento de uma divisão estanque entre artistas e público. Elementos “externos” a todo momento interveem na paisagem do slam, assim como ele intervêm diretamente no cenário e na paisagem sonora do espaço. O contato e os dissensos estabelecidos entre o “dentro” e o “fora” do slam seriam um primeiro nível de disputas políticas. No meu entendimento, é nesse nível que podemos situar a projeção discursiva (nem tanto a atuação prática), por exemplo, de coletivos como o Praça Roosevelt de Todxs!, que luta em prol de uma ressignificação da própria noção de “espaço público”. Mas no slam, podemos acessar também um segundo nível de conflitos, mais propriamente interno, e que diz respeito à pluralidade discursiva, política, estética e identitária, dos poemas e também dos poetas.

Acredito que uma outra situação presenciada em campo me ajudará a expor essa parte do meu argumento. Em meados de 2017, já em um contexto posterior aos conflitos com a GCM, houve uma reivindicação por parte de uma menina negra e jovem, frequentadora do slam, para que houvesse maior representatividade de poetas mulheres no evento. A partir dessa demanda, veiculada durante uma edição do slam, os seus organizadores abriram uma votação entre todos os presentes, onde foi deliberada a implantação de um sistema de cotas para poetas mulheres – A partir do slam seguinte a essa votação, as dezesseis inscrições abertas por edição passaram a ser divididas em oito vagas para mulheres e oito para homens.

Esse é um exemplo de uma pauta que apareceu primeiro em conteúdos de poemas e na própria presença de poetas mulheres, e que mais tarde se consolidou em uma reivindicação concreta dirigida à organização do evento. Nem todos os discursos veiculados no slam percorrem tal percurso. Até porque nem todos eles almejam isso. A politicidade desses discursos não reside exclusivamente em uma pretensão de projeção de uma pauta ou projeto político específico (no slam ou mesmo na cidade e na sociedade de forma mais geral). A

politicidade diz respeito também a se apropriar do espaço, se apropriar da palavra e da voz, se apropriar de sua própria identidade. Muitas vezes a política expressa não convergências e proposições comuns, mas sim ruídos e rupturas.

Em muitos momentos a questão das diferenças, sob múltiplos olhares e elaborada de múltiplas maneiras, era “posta em debate” ao ser abordada pelas poesias e pelos poetas presentes no slam. Nem todas essas discussões conduzidas pelas poesias eram feitas em tom conciliativo, enquanto projeção rumo ao estabelecimento de um “comum” em um sentido arendtiano. Isso tem a ver com a própria proposta estética e política da poesia marginal e do slam poetry, que é fortemente voltada a uma atuação junto ou em prol das periferias e de outros extratos vulnerabilizados da população. Nesse cenário, o modelo pautado por um ideal de “conciliação” não figura como plausível. Não raro, a relação conflitiva entre as partes envolvidas em cada situação é representada como relação de guerra, de oposição frontal (ao sistema, à burguesia, ao conservadorismo, ao racismo, ao machismo, à homofobia, à polícia, entre outros).

Essa questão se fez fortemente presente durante minhas idas ao Slam Resistência. Isso tem relação com o fato de que, diferentemente da maioria dos poetas que costumavam performar no slam (nem tão diferentemente com relação ao seu público de forma mais geral), eu sou um estudante universitário branco (homem) de classe média. Nunca aconteceu uma situação em que a minha presença ou a de alguém de perfil semelhante ao meu fosse de alguma forma rechaçada ou inibida. Isso não condiz com a concepção do slam enquanto evento/intervenção pública. Porém, eram muito comuns as poesias que conduziam discursos bastante críticos com relação aos homens, aos brancos, aos heterossexuais, aos “boys”. Em alguns momentos, até mesmo em relação aos estudantes universitários (muitas vezes

representados como espécie de “tipo ideal” de pessoa branca e burguesa que “se diz” de esquerda e/ou “*paga*” de quebrada).

Obviamente não posso descrever como confortante a sensação de tomar contato com esse tipo de discurso. Porém, eu nunca encarei isso como um desestímulo à minha presença ali. Não acho que essa sobre-representação naquele espaço de discursos que se reivindicam identitariamente como vinculados às populações marginalizadas é algo que desestimula o diálogo e o exercício da política. Muito pelo contrário. No meu entendimento inclusive o tom do ataque é justamente um diálogo, desses/dessas poetas com o próprio espaço onde acontece o slam, no caso a praça Roosevelt e seus arredores. Diálogo político, no sentido rancieriano do termo. Nem todos os moradores da região são conservadores e contrários ao slam e à praça enquanto espaço público (plural, aberto e democrático). Alguns deles frequentam o slam, e são politicamente inclinados às discussões que nele são levantadas. Inclusive a própria realização do slam contribuiu muito para que a praça passasse a ser um espaço importante dentro daquilo que eu aqui chamo de “campo político do direito à cidade”, isso especialmente depois da sua reforma. Porém, ao mesmo tempo que o slam é apropriado dessa forma por esses atores políticos, os discursos que dele irradiam nos conduzem a uma problematização sobre a sua própria unidade política – ou, melhor dizendo, sobre o quão socialmente situado é o seu “lugar de fala”.

4.3. REFLEXÕES SOBRE AS CATEGORIAS DEMOCRACIA, ESQUERDA, IGUALDADE E PERIFERIA⁷⁸

**“Sofremos um golpe
De direita
Esquerda
Cruzado, nocaute
O golpe foi tão grande
Que acertou em cheio a favela
E nem tô falando do golpe de dois mil e dezesseis
Porque a tempos somos golpeados
Somos alvejados
E ninguém mostra na tela”**

Trecho de poema declamado por Ingrid Martins na edição de novembro de 2016 do Slam Resistência⁷⁹

**“Entenda, entenda
Entenda todas as nossas diferenças
E verá
A dimensão do preconceito
Quando são nossas mãos
Que lavam suas panelas
Enquanto vocês lavam nosso dinheiro”**

Trecho de poema declamado por Felipe Marinho na edição de dezembro de 2016 do Slam Resistência⁸⁰

⁷⁸ Os trechos de poesias citados foram obtidos a partir de vídeos publicados na página do Slam Resistência no facebook. Devo ressaltar que o meu objetivo, ao trazer esses trechos, não é o de conduzir uma análise de poesias (primeiro porque eu não sou apto para isso e segundo porque não acho que a poesia marginal deva ser analisada a partir de critérios analíticos acadêmicos – não por “falta de capacidade”, mas por uma oposição crítica ativa). Além disso há também uma preocupação ética: Apesar de os vídeos citados serem públicos, eu não quero estabelecer uma competição com relação aos canais de divulgação (audiovisual ou escrita) do slam ou dos poetas. Por isso eu optei por disponibilizar os links das postagens dos vídeos ao invés de transcrever o conteúdo integral deles.

⁷⁹ Link do vídeo com a poesia na íntegra: <https://www.facebook.com/slamresistencia/videos/1169404769808907/>. Acesso 27/06/2017.

⁸⁰ Link do vídeo com a poesia na íntegra: <https://www.facebook.com/slamresistencia/videos/1198289086920475/>. Acesso 27/06/2017.

**“Ae
Bravo!?
Sério? Foi tão bom de verdade?
Homem rico, branco e hétero
Bravo você vai ficar
Quando eu pegar o seu lugar
Na faculdade”**

Trecho de poema declamado por Lucas Kóka na edição final de 2016 do Slam Resistência, realizada em dezembro⁸¹

**“Lugar de preto é no jornal
No teatro
Nas universidades
Nas capas de revista
Na televisão
Onde a gente quiser, porra!”**

Trecho de poema declamado por Cleyton Mendes na edição de agosto de 2016 do Slam Resistência⁸²

Nessa seção, me deterei a refletir, a partir de três casos compilados durante meu trabalho de campo, sobre a mobilização de algumas noções que me parecem importantes para a prosseguir com a discussão iniciada na seção anterior: “lugar de fala”, silenciamento, apropriação cultural, reparação histórica, equidade, empoderamento. Mais especificamente, me focarei na forma como a mobilização dessas categorias propõe interfaces e rupturas com relação a uma concepção de democracia “de esquerda” (baseada na igualdade de direitos e no pluralismo).

Os três casos estudados nessa seção deste capítulo são:

1. Discussões sobre a esquerda e a democracia a partir do contexto do Impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e da posse de Michel Temer, em 2016;

⁸¹ Link do vídeo com a poesia na íntegra: <https://www.facebook.com/slamresistencia/videos/1215383365211047/>. Acesso 27/06/2017.

⁸² Link do vídeo com a poesia na íntegra: <https://www.facebook.com/slamresistencia/videos/1086316271451091/>. Acesso 27/06/2017.

2. A defesa da implementação e da expansão das políticas de Ações Afirmativas voltadas à população negra e de baixa renda, sobretudo no ensino superior público;
3. A trajetória de um jovem poeta, MC e ator, participante dos slams de poesia na praça Roosevelt, que participou de uma série produzida pela Rede Globo de Televisão.

Acredito que a relação entre os tópicos, e deles com a discussão aqui proposta, ficarão mais evidentes ao longo da exposição. Por ora, me limito a comentar que esses três casos demonstram três ângulos bastante distintos para se conduzir um debate sobre as categorias que aqui me são de interesse. Mais do que isso, demonstra a própria descentralidade da categoria política, que é mobilizada em discussões que não abrangem apenas os agentes, mecanismos e instituições estatais e partidários oficiais. Ela mobiliza também outras questões, como o cotidiano, a desigualdade e a presença em espaços de produção e de representação simbólica, como a academia e até mesmo as mídias de comunicação em massa.

Com relação a poesias que estabelecem pontos de vistas críticos à esquerda, especialmente os partidos de esquerda e alguns de seus representantes, é comum que essas críticas sejam conduzidas a partir de uma diferenciação entre essa esquerda e os estratos marginalizados da população – aqueles aos quais ela diz defender, mas aos quais ela supostamente não pertence e muitas vezes nem mesmo conhece. Nessa visão, a “esquerda” seria apenas uma espécie de braço canhoto do corpo da elite política. Ao mesmo tempo que a esquerda política, composta por uma burguesia articulada em torno de partidos políticos, estaria distante dos problemas da população habitante das periferias urbanas, a democracia estaria ausente desses espaços da cidade, o que coloca em questão a sua própria generalidade enquanto regime político e ideal normativo.

Exemplo prático da forma como essas duas categorias – esquerda e democracia – são mobilizadas e criticadas em performance é o contexto político de meados de 2016, marcado pelo processo de Impeachment da presidente Dilma Roussef, do PT, e pela posse do então vice-presidente Michel Temer, do PMDB. Para diversos setores vinculados à esquerda política, tal evento configurou um golpe jurídico-político – um “golpe contra a democracia”. Porém, enquanto a esquerda dizia “não ao golpe!”, algumas poesias performadas no slam diziam que, nas periferias, o golpe não é uma exceção e muito menos uma novidade, é “reprise”. A violência policial, o crime, o trabalho e o desemprego, o transporte público (cada vez mais precário, mais lotado e mais caro), as inúmeras barreiras para a entrada nas universidades públicas, o abandono paterno (aqui, é notável a dimensão de gênero), os problemas de saúde e as condições precárias da saúde pública, todos esses e muitos outros elementos configuram o golpe que todos os dias é dado na população habitante das periferias paulistas.

É importante ressaltar que tais discursos não eram unânimes, não traduziam alguma posição oficial do slam enquanto coletivo cultural e não necessariamente se traduziam na proposição de um (único) projeto político – muito menos um projeto político “contra a esquerda” ou “contra a democracia”. Enquanto alguns poemas e poetas criticavam a esquerda partidária e a própria ideia de democracia, muitos outros criticavam a direita golpista e suas posições políticas muito mais explicitamente conservadoras e elitistas, além do próprio movimento recente de criminalização e difamação de lideranças, partidos e movimentos vinculados à esquerda. Algumas poesias e poetas ainda trabalhavam com uma articulação entre essas duas linhas de argumentação, o que contribui para pensarmos inclusive a fluidez dessa diferenciação entre elas.

De qualquer forma, é relevante o fato de que essa afinidade entre periferia e esquerda, que de um ponto de vista da esquerda costuma ser representada como íntima e histórica, do ponto de vista de certos agentes autodeclarados periféricos não é um consenso. Nem todos esses sujeitos se dizem representados pela política oficial e pela esquerda, e mesmo entre os que se sentem representados por um discurso mais alinhado a uma democracia pluralista de esquerda, a política institucional oficial não figura como horizonte único ou mesmo central da luta política. Mais do que o Estado e os partidos, a luta política se dá em uma série de outros campos, e em uma pluralidade de outras linguagens.

O seminal trabalho de Florestan Fernandes conduz uma reflexão bastante apurada sobre a (não) *Integração dos negros na Sociedade de Classes* no Brasil (2008). Segundo argumenta o autor, a abolição da escravatura não foi suficiente para que as populações negras fossem de fato integradas na sociedade brasileira, uma vez que, mesmo não mais escrava, essa mão de obra não foi absorvida pelo mercado de trabalho (livre) nas lavouras de café ou mesmo nas indústrias. Já Raquel Rolnik (1997) menciona um aspecto mais propriamente territorial da exclusão dos negros enquanto elemento fortemente presente na própria constituição da legislação urbanística e do planejamento urbano em São Paulo entre o final do século XIX e o início do XX. Haveria, portanto, uma dimensão racial bastante presente no ideal de higienismo sanitarista que pautou o crescimento urbano de São Paulo nesse contexto – e que influenciou nos seus rumos futuros.

Atualmente existem uma série de dados que respaldam o argumento de que essa desigualdade estrutural entre negros e brancos produz consequências bastante concretas ainda nos dias atuais. Nos slams de poesia, essa argumentação é frequentemente construída a partir de relatos de experiências subjetivas em poesias – como ser alvo constante de abordagens policiais violentas, ser preterido em entrevistas de emprego por “não ter boa aparência”, ser

seguido por seguranças quando vai ao supermercado, entre muitas outras. A discussão aqui parece deslocada do âmbito dos números oficiais, e adquire concretude ao se calcar em experiências de vida.

No cenário político brasileiro, a visibilidade de movimentos sociais autodeclarados periféricos esteve fortemente associada, entre os anos 1970 e 1980, às discussões e mobilizações em torno da redemocratização política (DURHAM, 1986; FELTRAN, 2003; MENDOZA, 2000). Já os movimentos negros, embora já atuassem em uma esfera mais voltada à produção cultural (sobretudo literária, teatral e jornalística), ainda não discutiam e criticavam de forma mais enfática as articulações entre o racismo e a desigualdade social (SILVA, 2013). A partir dos anos 1990, no entanto, em meio a eclosão de mobilizações culturais periféricas como o Rap e a literatura marginal, e a um cenário político em que o insucesso do projeto poliárquico encabeçado pela esquerda parecia evidente (FELTRAN, 2003), a politicidade da categoria periferia passa a se expressar em uma linguagem mais propriamente estética, voltada ao campo da produção cultural e pautada por um debate sobre as articulações entre periferia e negritude.

Se as discussões que abordam mais diretamente a democracia enquanto categoria e regime político não parecem ser conduzidas em um tom de confiança ou pertencimento, recorrentemente mobilizando representações negativas, um deslocamento do eixo de discussão nos permite analisar a questão de um ponto de vista mais complexo. Nesse sentido, eu mobilizo aqui algumas discussões que tematizam as universidades públicas. Em muitos sentidos a forma como as universidades públicas costumam ser representadas dialogam com representações sobre a democracia, o Estado e a política formal. Entendidas como espaços frequentados por uma elite branca e privilegiada, as universidades públicas recorrentemente figuram como alvos de críticas. Porém, ao mesmo tempo, muitas vezes são representadas

como espaços cuja ocupação por parte de sujeitos “não privilegiados” (negros e periféricos) é crucial para uma ruptura com a lógica de exclusão e privilégio.

Com relação às críticas à academia, ela muitas vezes é conduzida a partir de descrições ou reflexões sobre o contato com os acadêmicos, em especial com estudiosos de periferias urbanas. Muitas vezes são relatos, descrições ou problematizações sobre as proximidades e as distâncias entre a academia e a *quebrada*, que em alguns casos se estendem a reflexões sobre que tipo de conhecimento ou inteligibilidade se cria sobre as periferias a partir de espaços acadêmicos marcadamente brancos e elitistas, como ainda é o caso de grande parte das universidades públicas no Brasil.

Tomo a liberdade de iniciar essa parte da exposição com um relato de campo. Por volta de setembro de 2018, já depois de Gustavo LeGusta (meu único interlocutor direto nessa pesquisa) ter se desligado da organização do Slam Resistência, eu resolvi tentar iniciar um contato com os organizadores remanescentes do coletivo/evento – eu já havia encontrado brevemente dois deles, mas um desses dois também havia deixado a organização do coletivo. Envio um e-mail para o endereço que consta na página de facebook do Slam Resistência como sendo o e-mail oficial do coletivo – o endereço tinha o nome de um dos seus organizadores, sendo possivelmente seu e-mail pessoal. No e-mail eu me apresentei como pesquisador, apresentei a ideia da minha pesquisa em linhas gerais e perguntei se interessava aos organizadores do coletivo iniciarmos uma interlocução. Preferi não mencionar meu contato anterior com o LeGusta, pois sabia que o seu desligamento do coletivo havia envolvido conflitos de cunho pessoal precisamente com esse membro da organização.

O fato é que esse e-mail jamais foi respondido, e no dia seguinte ao seu envio o seguinte texto foi publicado na página do coletivo no facebook: “Dae os boy vem querer chupar nosso rolê, oral da falsa oratória/ Não esquenta não, a nossa história a gente sabe!”⁸³.

⁸³ Eu cheguei a pegar o link dessa postagem, mas em consultas posteriores vi que ela havia sido removida.

Texto normal, se comparado aos discursos que costumam ser veiculados nas poesias declamadas no slam. Mas para mim aquilo soou como a resposta ao meu e-mail. Possivelmente nunca vou saber com certeza se foi isso mesmo. Mas me pareceu evidente que, nesse caso “os *boy*” se refere a um grupo mais específico, os universitários. Mais especificamente algum universitário que quis “chupar o rolê” deles (ou dele, melhor dizendo).

O texto é curto, não é direcionado a ninguém em específico e foi motivado sabe-se lá porque. Porém ele mobiliza, de forma elucidativa ainda que pouco elaborada, dois aspectos que aqui me são de interesse para conduzir essa discussão: a representação das universidades como espaços brancos e elitistas (e dos estudantes universitários como *playboys*) e uma crítica da relação de alteridade e de violência simbólica que se estabelece entre pesquisadores e pesquisados no contexto de estudos sobre grupos, populações, territórios e mobilizações artísticas e políticas socialmente marginalizados. Nesse caso a relação de alteridade desigual é ironizada a partir de uma inversão: Eles (no caso nós, pesquisadores) não são “sujeitos iluminados”, são apenas burgueses que “chupam” o *rolê* daqueles que *fazem de verdade*. Ambos os aspectos são trabalhados de forma mais complexa – não necessariamente menos agressiva – por algumas das poesias que eu vi serem performadas no slam.

Diferentemente da forma como a política institucional formal costuma ser representada, as universidades, ainda que vistas como espaços frequentados e usufruídos por uma população branca e elitizada, muitas vezes são representadas como espaços cuja ocupação por parte de sujeitos negros e/ou periféricos é vista como de suma importância (não no excerto acima citado, mas sim em outros discursos que abordam o tema). Por mais que a academia não seja concebida como espaço único ou mais importante que outros com relação à produção e à legitimação do conhecimento, a formação acadêmica é vista como elemento importante na formação profissional, intelectual, política e também subjetiva. Mais do que

simplesmente estar na universidade, ocupar esse espaço que por tantos anos permaneceu como de uso quase exclusivo das elites brancas, e se tornar um “intelectual”, se trata de lutar para que a universidade seja um horizonte possível e plausível para negros e periféricos.

É nessa chave que eu leio, por exemplo, a discussão, recorrentemente mobilizada pelas poesias no slam, em torno da implementação das políticas de Ações Afirmativas em universidades e programas de pós-graduação públicos. Enquanto pauta com mais visibilidade no cenário político brasileiro atual no tocante a políticas reparatórias direcionadas à população negra, as políticas de Ações Afirmativas no ensino superior público nos conduzem a uma reflexão sobre a própria extensão dos valores e dos mecanismos democráticos, bem como de seus limites. As políticas de cotas para negros no ensino superior se sustentam a partir do argumento de que o racismo, enquanto questão estrutural e histórica, ainda existe e produz desigualdade na sociedade atual, e que isso impede que negros e brancos possam competir por vagas no ensino superior público (e em diversas outras esferas) em reais condições de igualdade. Ao partir da constatação de uma desigualdade primeira, portanto, tais políticas reparatórias se propõem a estabelecer não a igualdade, mas sim a equidade.

Dentre as poesias que faziam menção ao debate sobre a implementação de cotas para negros no ensino superior público, grande parte delas enfatizava ou os obstáculos concretos que emergem no cotidiano da juventude negra e periférica com relação à entrada nessas instituições ou o potencial transformador que a superação ou a minimização deles (cuja política de cotas atualmente consiste talvez no único exemplo concreto) poderia ter na trajetória desses jovens. Durante meu trabalho de campo, eu não cheguei a ouvir ser declamada no slam nenhum discurso contra as cotas. Havia, sim, muitos criticando aqueles que são contrários a elas. Segundo a crítica, igualdade sem reparação é meritocracia, e não democracia.

Se o exemplo da universidade nos permite pensar interfaces com relação ao campo da política institucional, ele também é relevante para pensarmos, de outro lado, interfaces com relação ao campo da cultura e das representações. Aqui, faço menção a poesias que abordam a academia e as disciplinas científicas de maneira mais tangencial. Grande parte delas fala mais especificamente sobre uma disciplina em particular, a história. Mobilizando elementos da história e da religiosidade de sociedades africanas ancestrais, muitos poetas negros mobilizam uma crítica à “história oficial” – aquela que é ensinada e aprendida nas escolas e nas universidades, uma história euro centrada e profundamente colonialista. Nessa “história oficial”, a história da África é pouco discutida, e a história do Brasil é contada em função e a partir da chegada dos portugueses e sua “convivência” com as populações negras e indígenas no período colonial.

Aqui me parece válido retomar a discussão foucaultiana em torno dos saberes sujeitados. Segundo Foucault, saberes sujeitados são saberes que foram negligenciados pela história e que são deslegitimados pela ciência (FOUCAULT, 2005, pp. 11-12). No meu entendimento, a discussão em torno da entrada da população negra e de baixa renda nas universidades públicas é bastante válida para pensarmos as articulações e as interfaces esses dois aspectos da subalternização de saberes: O técnico/científico e o histórico.

Mas a crítica elaborada pela crítica literária indiana Gayatri Spivak ao projeto intelectual foucaultiano de “ativação dos saberes sujeitados” nos fornece um outro ângulo para tecermos esse debate. Conforme argumenta Spivak (2010), tal empreendimento simbólico dificilmente poderia ser conduzido a partir da produção de acadêmicos, já que isso em si não rompe com a relação de violência epistêmica entre subalternos e hegemônicos. O intelectual não é subalterno – e ainda menos no caso de intelectuais (homens) europeus e brancos como Foucault. E nem o pode ser, já que a própria noção de subalternidade pode ser

entendida através da violência epistêmica. Isso não significa, é importante ressaltar, que a autora argumenta que os intelectuais não podem e não devem atuar no sentido de uma ruptura frente a essa relação de subalternidade. Significa que, ao se empenhar em fazê-lo, eles devem atuar no sentido do estabelecimento de uma crítica aos critérios de ordenamento de legitimidade da fala – e dos falantes – e não simplesmente ouvir e “reativar” o que dizem os subalternos.

Já o crítico literário palestino Edward Said constrói a questão da alteridade simbólica a partir de uma perspectiva diferente. Pensando a articulação de diversos dispositivos políticos e simbólicos, em diversas esferas de construção e veiculação de discursos, o autor reflete sobre o que ele nomeia *Orientalismo*, que poderia ser definido como uma pluralidade de normatividades e de dispositivos que atuam no sentido da construção simbólica do oriental enquanto um “outro”, em referência e em oposição ao (“eu”) ocidental. Segundo Said (1990), o *orientalismo* é uma construção discursiva e simbólica plural, que envolve desde o senso comum até discussões em um campo intelectual ou mesmo da geopolítica internacional, e que parte de uma suposta oposição de cunho ontológico entre orientais e ocidentais. Dessa forma, os orientais, vistos em função do Ocidente, seriam publicamente representados como “atrasados”, “violentos”, “fanáticos religiosos”, “hierárquicos”, “sexistas” – pontos estes em que os ocidentais se defendiam como diferentes. Uma extensão bastante interessante do argumento de Said é a de que, ao considerar que os orientais são representados em função e em oposição ao ocidente, é de se considerar também a própria relevância do oriente enquanto categoria que atua na construção de seu suposto oposto, o ocidente.

É claro que os contextos a partir de onde falam Said e Spivak, bem como o debate em que eles almejam se inserir, divergem bastante não apenas do campo das etnografias urbanas mas também do próprio contexto brasileiro e paulista contemporâneo. Porém,

acredito que suas contribuições são bastante válidas para refletir sobre alguns aspectos envolvidos nas noções de violência epistêmica, de alteridade simbólica e de “lugar de fala”.

Da forma como costuma ser mobilizada por poetas que performam no Slam Resistência ou por ativistas políticos ligados a movimentos ou coletivos negros, a noção de “lugar de fala” é fortemente associada a uma espécie de legitimidade discursiva que se propõe como alternativa com relação a uma racionalidade científica. Enquanto na racionalidade científica a legitimidade discursiva de quem fala se fundamenta em critérios objetivos, técnicos e não pessoalizados (profissão, formação, especialização), em uma racionalidade orientada pela noção de “lugar de fala” a legitimidade discursiva se fundamenta na experiência enquanto sujeito pertencente aos extratos populacionais em questão. Um enunciado que expressa de forma precisa a lógica desse tipo específico de legitimação discursiva, e que recorrentemente figura como presente em poesias declamadas no decorrer do slam, é o “nóis por nóis”. O recado parece bastante claro: Somos nós, periféricos/pretos/mulheres/população LGBT, que devemos ter o direito de falar publicamente sobre nós mesmos (e não as elites políticas ou intelectuais, que nos tomam como objeto de pesquisa e/ou intervenção).

Aqui, chegamos a uma problematização que dialoga com a reflexão rancieriana sobre a política. Um aspecto muito importante acerca da veiculação e da recepção de enunciados políticos é o reconhecimento dos sujeitos enquanto aptos – ou não – a falar. E, nesse caso, quem são os sujeitos socialmente autorizados a falar sobre as periferias. Se as periferias urbanas e os extratos subalternizados da população estão presentes no debate político e nas pesquisas acadêmicas enquanto pautas, sua presença enquanto agente propriamente presente nos espaços e nas instituições onde esses debates são produzidos ainda é limitada. Enquanto em espaços de ativismo político mais diretamente vinculado a esses grupos identitários

socialmente vulnerabilizados, o “lugar de fala” pode ser mobilizado como critério que define quem pode ou não falar ali, nos espaços de exercício da política (formal) e da ciência a racionalidade de cunho científico (objetividade, tecnicismo e impessoalidade) é que consiste em um elemento ordenador hegemônico.

Enquanto a política institucional e a academia são representados como espaços de privilégio, tanto por causa das dificuldades do acesso para a população negra e periférica quanto por aspectos propriamente epistêmicos da relação de alteridade que se estabelecem entre eles e as “elites” produtoras de política e de ciência, outros espaços de significação emergem. Nesse sentido, a estética e a cultura aparecem como espaços simbólicos importantes para a expressão desses saberes sujeitados pelos espaços de significação hegemônicos (HALL, 2003; GILROY, 2001). Espaços onde a própria negritude, enquanto pertença identitária e política, é construída (de forma ficcional, o que não significa que seja menos concreta), em contraposição e muitas vezes em franca resistência aos discursos oficiais que os representam como “outros”.

Tanto a política institucional formal quanto a academia são recorrentemente representadas como espaços de reafirmação de privilégios sociais. Porém, há uma diferença sensível entre a forma como cada um deles costuma figurar. Diferentemente do estado, das instituições e dos partidos políticos, as universidades mobilizam debates mais detidos sobre democracia, transformação social e empoderamento simbólico. Na concepção rancieriana do termo, portanto, a política estaria muito mais presente nas universidades do que nas instituições da política oficial.

Com relação às interfaces entre as universidades e a política no contexto brasileiro, o já citado exemplo dos anos 1970 é digno de nota. Ao mesmo tempo em que uma série de movimentos sociais, muitos deles vinculados à população das periferias urbanas, emergiam na

cena política como “novos atores” articulados em torno de um projeto democrático pluralista, as ciências sociais brasileiras produziram uma série de pesquisas, de discussões teóricas e metodológicas fortemente ancoradas nesse contexto político e nos vínculos estabelecidos com esses agentes (DURHAM, 1986; MENDOZA, 2000). Mais do que a legitimação de certos temas ou de certos interlocutores de pesquisa, esse contexto no campo intelectual presenciaria a legitimação de uma forma específica de se fazer pesquisa: A etnografia urbana.

Mas, se a periferia se tornou um referente importante para a produção intelectual na área das ciências sociais, não se pode dizer que o caminho reverso foi plenamente percorrido. Pelo menos essa é a crítica mobilizada por esses agentes. Nesse sentido, a academia é equiparada a outros espaços de representação simbólica, como a produção cultural e mesmo as mídias de comunicação em massa. A luta pelo acesso às universidades públicas não necessariamente é uma luta pela apropriação da linguagem acadêmica e científica. É, antes, uma luta pela presença em um de espaço de representação entre outros, de um espaço de prestígio e de ascensão pessoal e profissional entre outros. E não necessariamente a partir de uma ótica de inserção conciliativa e “igualitária”. Essa presença é representada como ocupação, e não depende da aceitação dos privilegiados.

Aqui, chegamos ao último dos três casos citados no início dessa seção, o da trajetória do jovem poeta Lucas Kóka. Negro, autodeclarado periférico e estudante da rede estadual de ensino público, Kóka é apenas um dos muitos poetas que frequentam e participam de slams de poesia em São Paulo.

No ano de 2016, em meio ao anúncio por parte do Governo do Estado de implementação de políticas polêmicas na área da educação, uma série de escolas públicas em todo o estado foram ocupadas por seus próprios estudantes. O movimento, que contou com o apoio de professores e até de movimentos e coletivos sociais (mas que foi protagonizado

pelos próprios estudantes) foi intensamente publicizado, tanto nas mídias digitais quanto na imprensa televisiva e impressa hegemônicas. Um dos vídeos que mais repercutiram nesse contexto mostrava um grupo de estudantes, em uma das muitas escolas ocupadas, cantando um funk: “Pai, mãe, tô na ocupação! É só pra cê saber que eu luto pela educação!⁸⁴”. O coro irreverente dos jovens ocupantes era puxado justamente por Lukas Kóka.

Meses depois, um vídeo do jovem poeta performando um texto de sua autoria no Slam Resistência chegaria à casa das duas milhões de visualizações, isso em um período de poucas semanas⁸⁵. De lá pra cá os views só cresceram, e este vídeo ainda é o recordista da página do slam no facebook. Na poesia, Kóka (apresentado pela organização do Slam Resistência como “o terror do Alckmin”) mobiliza temas como o cotidiano nas periferias, o racismo, a precariedade das escolas e dos hospitais públicos e a dificuldade do acesso ao ensino superior, e conduz duras críticas ao governador Geraldo Alckmin. Além das muitas visualizações na página do Slam Resistência, esse vídeo foi compartilhado por uma série de outras páginas, pessoais ou de coletivos políticos, e em cada um desses espaços foi amplamente comentado e discutido. Haviam os que diziam concordar com o garoto, outros que achavam o tom de sua crítica muito duro, e outros ainda que simplesmente liam aquilo como um “esquerdismo” ininteligível, ou acusavam o poeta de estar cometendo “racismo reverso”.

Me lembro alguns meses depois de, durante uma tarde de um dia qualquer de semana, me deparar com uma televisão ligada. Naquele momento, ia ao ar a série *Malhação – Viva as diferenças*, exibida pela Rede Globo. Observo sem muita atenção as imagens da televisão se movendo, interagindo. Eis que, para a minha surpresa, reparo que um dos atores que está na tela é justamente aquele jovem poeta, que eu havia visto tantas vezes performar no slam. O personagem interpretado por ele era um jovem negro, estudante de escola pública, bastante

⁸⁴ O vídeo está disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=ceN4UwW-jos>. Último acesso: 19/09/2018.

⁸⁵ Atualmente esse vídeo contém cerca de 4 milhões de visualizações.

irreverente, ligeiro e artisticamente criativo. Muito parecido com ele próprio, ou pelo menos com a imagem que eu tinha dele⁸⁶.

Essa não é mais uma história de vitória e superação das adversidades a partir do talento e do esforço, daquelas que costumam ser exibidas no programa do Luciano Huck como respaldo a uma visão meritocrática de sociedade e de democracia. Meu objetivo, ao trazer esse caso para discussão, é o de pensar justamente a entrada de agentes, de discursos, de mobilizações e de estéticas vinculadas às populações negra e/ou periférica, em espaços de representação midiáticos e hegemônicos. Atualmente, a questão das diferenças não é apenas bandeira política para muitos militantes. É também estratégia de venda para publicitários, produtores de programas televisivos, diretores de cinema, entre outros ramos empresariais direta ou indiretamente envolvidas nesses campos. Podem ser citados como exemplo disso alguns filmes publicitários, como o da cerveja Itaipava, e alguns programas televisivos, como a própria série *Malhação – Viva as diferenças*.

Depois de se tornar ator da série televisiva produzida pela Rede Globo, Lucas Kóka continuou indo aos slams da praça Roosevelt. Fora a frequência pouco menor e os *pano de grife*, nada mudou. Algumas garotas bem novas, mais jovens que ele, cochichavam aos risos: “ó lá, o cara da Malhação!”. Dentre os organizadores do slam, que em diversas oportunidades expressavam e expressam duras críticas à mídia de massas, sobretudo à televisão, também não houve maiores críticas com relação a isso especificamente.

Afinal, o que há de errado, criticado ou reprovável aqui? Um jovem artista foi contratado para um trabalho como ator – trabalho para o qual ele era qualificado. Assim como aconteceu com centenas de outros jovens atores brancos, de famílias mais bem abastadas e

⁸⁶ Para mais sobre a trajetória do jovem poeta, MC e ator, acessar matéria produzida pelo Portal G1 (ligado à Rede Globo, a mesma que produziu a série *Malhação – Viva as diferenças*), disponível no link <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/do-movimento-de-ocupacao-nas-escolas-a-temporada-de-sucesso-em-malhacao-conheca-lucas-penteado.ghtml> (Último acesso: 16/09/2018). Segundo consta nessa matéria, o jovem ator, MC e poeta era estudante da Escola Estadual Caetano de Campos, localizada na Praça Roosevelt, e chegou a participar de um projeto do Grupo Satyros voltado a estudantes de escolas públicas.

“bem relacionadas”, muitas vezes bem menos qualificados que ele, e que participaram do elenco da série *Malhação* nos últimos vinte anos. Será que o espanto diante desse fato revela algum tipo de dissenso político? Meu argumento é o de que sim, há um dissenso envolvido nisso, o que não necessariamente se traduz em uma unidade com relação à significação e aos motivos desse estranhamento.

Em meados da década de 1990, o Rap ganhava visibilidade enquanto expressão cultural ligada às periferias urbanas em São Paulo. Ao longo dos anos, grupos de Rap como os Racionais MC's, Facção Central, RZO, DMN, DeMenos Crime, entre outros, se tornaram conhecidos e admirados, não apenas nas periferias paulistas mas também por uma parcela de jovens advindos de classes mais abastadas. Embora, em uma dimensão mais propriamente mercadológica, muitos grupos de Rap tenham se mantido independentemente das grandes gravadoras e dos veículos midiáticos de comunicação, não se pode dizer que isso provinha de um desinteresse desses veículos hegemônicos de produção e difusão cultural. A inserção nesses espaços hegemônicos de representação em muitas situações se colocava como pressão aos agentes e grupos envolvidos na cena do Rap, e a saída mais recorrente por parte desses era a resistência.

Atualmente, a cena do Rap enfrenta dinâmicas diferentes. Conforme descreve Teppermann (2015), ao mesmo tempo em que o Rap sofre deslocamentos estéticos e temáticos no contexto contemporâneo, sua visibilidade e inserção nos espaços hegemônicos de produção e difusão cultural (como as grandes gravadoras e a mídia televisiva) se expandem consideravelmente. O exemplo mais elucidativo desse processo talvez seja o do rapper Emicida. O rapper iniciou a sua carreira de MC fazendo *freestyle* na Batalha da Santa Cruz – a mesma em que LeGusta começou –, onde ganhou bastante visibilidade especialmente depois de batalhar contra e vencer o rapper Kabal. O caso é relatado no trabalho de Teppermann

(2015). Os organizadores da batalha resolveram, certo dia, “tirar uma onda” com o rapper Kabal, que já era famoso, mas que fazia um Rap abertamente comercial, distante das batalhas de freestyle, das ruas, das periferias e da problematização de questões sociais. “Rap é pra curtir, não pra se lamentar”, dizia ele. Enfim, convidaram Kabal para participar da batalha, mais como forma de provocação – ninguém esperava que ele fosse aceitar. Confiante de seu talento, o rapper não hesitou: foi à batalha, cercado de “fãs” agremiados no Shopping Santa Cruz, pagou a inscrição com uma nota de 50 e não fez questão do troco (a inscrição custava um real). Batalhou contra Emicida e perdeu.

Anos depois, Emicida se torna um artista nacionalmente conhecido, e por muitos apontado como “a cara do novo Rap nacional”. Não assinou com uma grande gravadora, preferiu montar o seu próprio selo, que hoje em dia é a maior empresa voltada à produção de Rap no Brasil. Chegou a gravar músicas em parceria com outros artistas famosos, se apresentar em programas televisivos e inclusive participar de grandes campanhas publicitárias com veiculação nacional. Porém, o exemplo de Emicida nos permite pensar também sobre os limites e a fluidez da própria noção de empoderamento simbólico enquanto associado à ocupação de espaços hegemônicos de representação. Para muitos poetas frequentadores do Slam Resistência – muitos deles, é importante se dizer, são ligados à cena do Rap independente –, Emicida representa um bom exemplo, talvez o mais emblemático, de desvirtuamento dos valores do Rap. Por ter se vendido ao mercado e à música comercial, por ocupar espaços que deveriam ser rechaçados e não ocupados, por não ser suficientemente “*quebrada*”... As críticas são muitas.

Obviamente o caso de Emicida é diferente do de Kóka, que, depois de se tornar “ator global” não chegou a ter a visibilidade de um artista reconhecido nacionalmente. Tanto é que eu nunca vi nenhum outro poeta criticá-lo diretamente. Além disso, as diferenças entre os dois

casos não são apenas em termos de escala de visibilidade e de ascensão social. Enquanto Lucas Kóka aceitou um trabalho como ator em uma série produzida e exibida por uma grande emissora, Emicida se valeu da inserção desses canais hegemônicos de representação para divulgar um projeto artístico autoral. Possivelmente Kóka seria alvo de críticas se, por exemplo, aceitasse o convite de performar alguma de suas poesias em algum programa de auditório da Rede Globo⁸⁷.

Esses exemplos demonstram, de diversas e distintas formas, problematizações que figuram em discussões sobre os vínculos entre empoderamento simbólico, expressão política e produção de subjetividades. Essas questões também trazem problematizações sobre a democracia e seus mecanismos, agentes e valores normativos, ainda que não tenham a democracia como referente central. A politicidade desses agentes, como eu procurei demonstrar, não deve e não pode ser lida em função de uma grade de inteligibilidade atrelada a uma visão institucional e centralizadora de política. Ela se projeta para outros espaços, em outras linguagens e a partir de outras lógicas e questionamentos, para muito além das formas institucionalmente legítimas de mobilização política e do horizonte de um ideal normativo democrático-pluralista de esquerda.

⁸⁷ O próprio Slam Resistência, uma vez, em sua página de internet, chegou a publicar uma postagem criticando aqueles que “fazem slam pra Globo filmar”. Eu não sei pra quem a mensagem era direcionada, já que não tive conhecimento de nenhum grupo ou poeta vinculado ao slam poetry que tenha participado de algum programa da Rede Globo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar essa reflexão, alguns comentários derradeiros, que possuem mais como objetivo expor algumas pautas importantes referentes às questões debatidas por essa pesquisa, e que podem ser melhor exploradas em trabalhos futuros, do que propriamente trazer alguma consideração em tom conclusivo. O meu objetivo, ao analisar os conflitos políticos em torno dos usos e da gestão do espaço na Praça Roosevelt (região central de São Paulo), era o de justamente propor um debate em torno de configurações contemporâneas de mobilizações políticas, e mais especificamente, mobilizações que reafirmam, desestabilizam ou mesmo se contrapõem a determinados discursos sobre a cidade, em múltiplas linguagens e espaços de representação e comunicação. A especificidade dessa questão no contexto contemporâneo não reside tanto no recorte com o qual essa pesquisa trabalha, já que a discussão sobre a desestabilização das grandes narrativas teóricas e dos grandes conceitos macrossociológicos para se pensar a sociedade e a política nas cidades contemporâneas não só não é exatamente nova como também é presente no próprio contexto de formação dos estudos urbanos enquanto campo de pesquisa, especialmente nos contextos paulista e brasileiro.

No entanto, a minha proposta, ao delimitar o recorte e o objeto dessa pesquisa, era a de propor um deslocamento com relação a essa discussão, já consolidada no campo. Era a de conduzir uma análise que pensasse não a cidade enquanto referente da política e de politicidades, mas sim a política enquanto referente de cidades – discursos, representações, técnicas e tecnologias que intervêm no espaço urbano, que se articulam ou se contrapõem umas às outras, e que figuram em um campo político mais amplo que se constitui a partir da própria discussão em torno desse sensível partilhado. Como busquei argumentar ao longo

dessa pesquisa, não apenas a constituição desse campo político em torno de discursos, dispositivos e resistências que possuem por tema a “cidade” pode ser vista como um deslocamento vinculado a um contexto político contemporâneo, como muitos dos elementos que podem ser articulados ou contrapostos a essa discussão, e que integram léxicos contemporâneos que mobilizam e são mobilizados nesse debate, remetem também a debates contemporâneos, como por exemplo as discussões em torno da questão das diferenças (de raça, classe, gênero, sexualidade), a gestão participativa de espaços públicos ou as novas articulações entre poder público, setor privado, técnicos urbanistas e as forças policiais para a promoção de intervenções profundas (e cada vez mais) nos espaços urbanos. Em se tratando em debates bastante recentes, bastante complexos e que ainda estão em construção, me deterei a refletir sobre alguns caminhos analíticos que a realização dessa pesquisa me sugeriu como potencialmente relevantes para reflexões mais aprofundadas.

Inicialmente, comentarei sobre a minha inserção em campo. Como o leitor deve ter percebido ao longo dessa exposição, boa parte dos depoimentos que foram mobilizados no texto são depoimentos que não foram ditos para mim, em conversas ou entrevistas pessoais. Com exceção da entrevista realizada com o poeta e MC Gustavo LeGusta, um dos fundadores e antigo organizador do Slam Resistência, e de uma breve conversa com Gegê, antigo militante do Fórum Centro Vivo (tão breve que nem chegou a ser gravada), todos os depoimentos contidos nesse trabalho foram colhidos a partir de material secundário – entrevistas ou falas públicas registradas em veículos jornalísticos, textos autorais divulgados pela internet, excertos de Leis e Projetos de Lei, vídeos contendo performances poéticas⁸⁸, entre outros.

⁸⁸ Embora, é importante dizer, nesse texto eu só citei ou fiz menção a poesias que eu vi serem performadas, presencialmente. O que não diminui a importância da utilização dos vídeos publicados na página do slam no facebook – Se, ouvindo a poesia em campo, podemos produzir dados etnográficos relevantes, o vídeo nos permite registrar o conteúdo escrito das poesias com muito mais exatidão e facilidade. Ao longo dessa pesquisa, entre meados de 2016 e o final de 2017, eu vi e registrei mais de cem vídeos publicados na página do slam no facebook – todos de poemas performados em edições do slam nas quais eu estava presente.

Se o trabalho etnográfico pode (deve, diriam alguns) ser pensado como o exercício e o estabelecimento de um diálogo, entre pesquisador e campo, devo dizer que no meu caso esse diálogo se configurou como um diálogo dissensuoso, aludindo à definição de Rancière (1996). Grande parte das pessoas, grupos, coletivos e associações citadas ao longo desse trabalho não aceitou conceder entrevistas ou estabelecer algum diálogo comigo – ainda que, é verdade, eu não tenha recebido nenhuma recusa aberta e nominal. Nesse sentido, a estratégia de pesquisa que eu procurei mobilizar foi a de uma espécie de “etnografia em silêncio”.

Por mais que os meus interlocutores nessa pesquisa, em geral, não tenham falado diretamente comigo, são pessoas e agentes públicos que possuem suas próprias articulações e estratégias comunicativas, cujas posições nesse debate político que eu me propus a analisar não dependem de uma mediação do pesquisador para se expressarem. São falas, posições, críticas que se projetam a um sensível partilhado – o comum entendido em sua dupla conotação, de diálogo e também de ruptura – a partir de múltiplas modulações, que fazem referência umas às outras em um debate político. Se, por um lado, a utilização de tal estratégia não me permitiu a produção de dados etnográficos importantes, como por exemplo acessar certas dimensões subjetivas envolvidas na atuação de alguns dos agentes citados, por outro lado ela revelou possuir uma potência analítica.

Tendo em vista que essa pesquisa propõe uma análise de um conflito político em um espaço específico da cidade de São Paulo, orientado pela noção de “política das práticas” – a política em um nível prático e concreto, que se constrói a partir da tensão entre dissensos e ordenamentos, acredito que foi bastante importante trabalhar com dados que foram produzidos sem uma mediação mais direta da minha parte. Não apenas porque me permitiram ter acesso a elaborações em que os agentes envolvidos descreviam e significavam em seus próprios termos sua atuação política, bem como as categorias que compõem um léxico

político específico, mas também porque permitiram pensar como esses agentes representam o próprio conflito político em questão, bem como a pluralidade de atores nele envolvidos.

Mais do que isso, a não-interlocução direta com esses agentes me sugere uma outra reflexão não menos interessante: Qual é, segundo nós mesmos e também segundo nossos interlocutores, a posição que a academia, os acadêmicos, as Ciências Sociais, a Sociologia, atualmente ocupam nos debates políticos contemporâneos em torno das cidades, em torno dos processos de exclusão e de desigualdade, em torno das periferias urbanas, em torno da produção dos espaços urbanos, em torno da policialização dos espaços urbanos, e em torno de quaisquer outras questões pelas quais hajam pesquisadores interessados e produzindo pesquisas sobre?

Não quero sugerir aqui que o fato de eu não ter conseguido estabelecer um diálogo com esses agentes se deve meramente a discordâncias com relação à atuação e à postura política dos intelectuais, da academia, dos sociólogos ou mesmo minha enquanto pesquisador. Nem mesmo que discordar, nesse caso, seja algo que possua a mesma significação e as mesmas motivações para todos os envolvidos. O que pretendo argumentar aqui é que nossos interlocutores, ao escolherem se querem ou não conversar conosco, ou como conversar, onde conversar, o que falar – enfim, ao interagir e modular sua interação conosco em campo –, podem, dependendo do contexto, se posicionar de forma crítica com relação à própria prática acadêmica, e isso sem dúvidas é um elemento que a análise deve considerar porque interfere diretamente em que tipo de dado se produz.

Essa questão é especialmente presente em pesquisas que buscam tematizar militâncias políticas contemporâneas que, de alguma forma, se reivindicam enquanto “saberes insurgentes” – Militâncias periféricas, negras, feministas, LGBT’s. Curiosamente, essa mesma assertiva também se mostrou bastante válida no contexto das articulações entre setor

público, capital financeiro, técnicos urbanistas e certos seguimentos da sociedade civil, para a idealização e a implementação de projetos que propõem um ordenamento restritivo de espaços públicos, como a Praça Roosevelt. Obviamente existem mais questões envolvidas do que simplesmente o estabelecimento de reflexões e posições críticas e/ou resistentes com relação à projeção política da atuação e da produção acadêmica. Mas meu objetivo, ao trazer essa discussão, é o de propôr algo que pode soar banal, mas que muitas vezes pouco se pensa sobre: Mais do que meros analistas do social, nós, enquanto intelectuais, pesquisadores, etnógrafos, pessoas, somos, nos posicionamos como, e somos lidos como, agentes sociais e também políticos. Nossas pesquisas, argumentos, discussões e até mesmo a dimensão prática da realização de nossos trabalhos (de que forma interagimos com o nosso campo e os nossos interlocutores, por exemplo) envolvem interações, dinâmicas, contatos e dissensos que vão muito além do âmbito acadêmico. Em outras palavras, nós também somos agentes que atuam e interferem nos cenários e contextos que nos propomos a tomar como problemas analíticos, o que traz complexidade a uma discussão sobre os vínculos entre o empírico e o teórico na prática das etnografias urbanas.

Isso é especialmente válido nos tempos contemporâneos, em que se pode falar, de um lado, em uma expansão da descentralidade e até mesmo de uma democratização (não nos moldes imaginados na clássica reflexão de Walter Benjamin, mas sim em um sentido mais propriamente rancieriano) de canais, plataformas e veículos de comunicação e/ou produção artística e política, e de outro, em um deslocamento das estratégias, técnicas e mecanismos envolvidos em intervenções ordenadoras nos espaços urbanos no contexto brasileiro e sobretudo paulista, no sentido de uma expansão das tecnologias e do volume de capital empregados e de uma simultânea (tentativa de) retração do debate político em torno de tais intervenções. De um lado, a politicidade dos discursos parece reivindicar uma

pluricentralidade que põe em questionamento a própria legitimidade da academia enquanto instância produtora de um saber científico válido, crítico e politicamente relevante sobre a sociedade. De outro, o diálogo parece ser negado a partir de uma maneira de conceber o planejamento urbano que se propõe como puramente policial, técnica e mercadológica, não aberto a discussões, reivindicações e críticas – ou seja, não aberto à política.

Como já bem alertava Foucault, uma dimensão importante envolvida na atuação de dispositivos ordenadores do social e produtores de verdades é justamente a produção e a distribuição de silêncios, de não-ditos e de interditos. A produção do dizível diz respeito também à produção do indizível, do não plausível, do não inteligível – e, porque não, do tácito. Esses critérios, de dizibilidades e de silenciamentos, são operacionalizados, mobilizados, construídos, estendidos e questionados em um nível prático. Produzem dissensos que irrompem no cotidiano das cidades, mobilizam agentes, normatividades, discursos políticos, identificações subjetivas e léxicos conceituais específicos, complexos e conflitantes. E, conforme eu procurei argumentar ao longo dessa dissertação, propõem linhas de plausibilidades específicas, que partem de lugares discursivos específicos mas que se referenciam, se articulando ou se contrapondo, umas às outras, constituindo dessa forma um debate político. Ao construir tais linhas de plausibilidade, ao mesmo tempo que se projetam discursivamente rumo a um comum, esses agentes políticos explicitam também as rupturas que dão especificidade ao próprio posicionamento que se ocupa perante ele.

A projeção política da forma como a organicidade desses vínculos, entre “intelectuais” e os grupos sociais os quais eles dizem representar (aludindo à terminologia gramsciana) é construída discursiva e simbolicamente, é também uma construção política. Essa me parece uma dimensão importante a se considerar. Há, por exemplo, evidências que apontam no sentido de que as questões de raça e de classe estão envolvidas nessas controvérsias em torno

do estabelecimento de um ordenamento restritivo do espaço da Praça Roosevelt – ainda que isso não seja dito abertamente nem pelo poder público, nem pelas forças policiais, nem por agentes ligados ao setor privado, moradores ou proprietários da região. O texto de apresentação das propostas da AMACON para a praça nos deixa algumas pistas de uma associação entre os conflitos referentes aos usos do local e uma relação de alteridade social bastante marcada entre os perfis sociais de grande parte dos seus frequentadores (em sua maioria jovens, com forte presença de negros, mulheres e LGBT's) e dos moradores de seus arredores.

Nesse texto, a relação, atualmente conflitiva, é descrita como uma relação entre “moradores” e “frequentadores”, o que dá a entender que quem se apropria da praça diariamente não é (ou ao menos não é representado como sendo por esses agentes) morador da região. “São pessoas que moram a 400, 500 quilômetros daqui”, diz Marta Lília Porta, presidente da AMACON em entrevista citada no primeiro capítulo dessa dissertação. E conclui, na mesma entrevista, dizendo que as pessoas que moram em bairros precarizados da cidade, que não dispõem de espaços públicos como a Praça Roosevelt, deveriam se articular para que praças assim fossem construídas em suas regiões, ao invés de ir para a “dela”. A resposta de Gustavo LeGusta a esse comentário, registrada em entrevista realizada pelo pesquisador (“vai lá na minha quebrada então, ô sua filha da puta!”) não é menos representativa. Qualquer pessoa que conhece minimamente os diversos aspectos envolvidos na constituição de uma dimensão propriamente territorial da exclusão social em São Paulo, ou que reconhece nessa questão uma pauta política relevante para se discutir o “direito à cidade”, sabe que é inimaginável que o poder público, o setor privado ou qualquer outro agente financiador de intervenções urbanas em geral resolva construir ou reformar uma praça em um bairro periférico da cidade pelo custo de R\$ 55 milhões. Tal volume de recursos, inclusive,

representa um ponto fora da curva até mesmo no tocante a intervenções em regiões centrais em São Paulo.

Mas a resistência com relação à presença dessas pessoas na Praça, especialmente nos períodos noturnos, não poderia ser vista como justificável apenas pelo fato de eles estarem de fato causando perturbação da ordem pública, conforme alegado pelos que defendem a “convivência regulada” – ou seja, uma demanda não pessoalizada, que se propõe a combater práticas e não pessoas? A questão aqui me parece outra: Quais tipos de usos do espaço, de práticas e de interações (e a presença de que tipo de pessoas) que são socialmente vistas como “perturbação da ordem pública”? A poucos metros da Praça Roosevelt, por exemplo, há um ponto de concentração de bares voltados a um público universitário com alto poder aquisitivo – a Rua Maria Antônia – onde, em quase qualquer dia da semana (de segundas a sextas) no período noturno, é possível se ver diversas cenas de uso de drogas e produção de ruído excessivo. Mas a concentração esporádica e recorrente de estudantes do Mackenzie bebendo, fumando maconha, falando alto e ouvindo música na rua não são considerados um problema de ordem pública naquele espaço. As forças policiais já não estão presentes de maneira tão ostensiva, circulando, vigiando e cercando a todo momento, e quando passam em suas viaturas chegam a fazer vista grossa. O que é visto, portanto, como um uso “insurgente” do espaço? Pelo que vimos, não são as práticas “em si” (uso de drogas, produção de barulho, vandalismo) os únicos elementos envolvidos na produção dessa questão urbana. São vários os elementos que compõem esse cenário e que nos levam a pensar que as dimensões de classe e de raça certamente são importantes, o que vai de acordo com o argumento de Pereira (2017).

Ao mesmo tempo, nem tudo aquilo que é socialmente entendido como “lazer insurgente” mobiliza e desconstrói essas categorias e essas linhas de plausibilidade da mesma forma. No meu entendimento o exemplo de muitos poetas marginais é bastante válido para

pensarmos as interfaces entre “lazers insurgentes” e engajamentos político-identitários. Em outros termos, argumento que assumir uma dessas categorias (raça, classe, gênero, sexualidade) como pertença identitária e política, se engajando de alguma forma em um campo de disputas em torno de sua ressignificação, não deixa de ser um posicionamento específico frente a esse campo. Isso me parece relevante sobretudo para pensarmos, por exemplo, a polissemia de algumas dessas categorias.

O exemplo da categoria “periferia” aqui é bastante representativo. Atualmente, é muito comum no campo dos estudos urbanos trabalhos que argumentem em prol da polissemia dessa categoria, no tocante ao debate mais contemporâneo. Longe de querer criticar o argumento, que diz respeito à própria especificidade do método etnográfico (a de, a partir de uma análise das práticas, desconstruir as grandes narrativas teóricas), gostaria apenas de pontuar que essa polissemia é também uma construção, que envolve conflitos políticos, diálogos e disputas, entre esses diferentes sentidos e suas críticas. Em outras palavras, essa polissemia se constrói a partir de conflitos, apropriações, sínteses, antíteses, fricções e ruídos.

Se nos voltarmos à forma como, por exemplo, o Coletivo Praça Roosevelt de Todxs! defende sua posição política (enquanto proposta contra-hegemônica de “ordenamento participativo” do espaço), podemos ver uma evidente aproximação com a noção de comum exposta por Hannah Arendt (2007). Esses agentes costumam representar a Praça Roosevelt como uma espécie de tipo ideal de espaço público, que traduz tanto as possibilidades quanto os conflitos contemporâneos em torno da produção e da defesa de espaços públicos “democráticos” – espaços em que uma pluralidade de pessoas, de usos, de pertenças, de estéticas, se expressam, e cuja convivência entre as diferenças seria um elemento importante para se discutir as relações entre democracia e cidade no cenário atual. Até o momento, não me parece que esse grupo, ou outros semelhantes atuantes em outros espaços da cidade,

componham um projeto político que se pretende como hegemônico. O que podemos apontar, no entanto, é que existem agentes engajados em sua formação, que buscam articulação com uma série de outros agentes, atuantes em outras linguagens, em outras áreas e vinculados a outros extratos da população. Até o momento, a busca por um comum arendtiano no contexto da Praça Roosevelt parece ser uma pauta ainda bastante vinculada a um grupo mais restrito de moradores e usuários.

Por outro lado, Rancière (1996) nos fornece uma leitura diferente dessa política das práticas, associada não à convivência e ao diálogo, mas sim ao desentendimento – o comum que se estabelece pela própria divisão de suas partes. Um comum que me parece distante do arendtiano, que não produz entendimento, tolerância e convivência. Nem por isso não produz democracia, já que a própria definição do termo traria consigo um aspecto de subversão da ordem. Nesse sentido, uma visão da política muito menos ingênua, que não a toma como mediador de uma igualdade entre as diferenças. As relações de força entre as partes do todo aqui fazem diferença, e a superação da desigualdade entre elas não é uma garantia – assim como não o é a própria inteligibilidade das críticas a esse comum partilhado. Um grande exemplo de categoria que, no contexto dessa pesquisa, se configura enquanto mobilizadora de dissensos é a categoria “democracia”.

Uma das estratégias utilizadas por essa pesquisa foi a de pensar, especialmente a partir das distintas formas com que essa categoria é mobilizada, diferentes posicionamentos, representações e grades de inteligibilidade acerca do tema. Não se trata de dividir os diferentes discursos envolvidos em posicionamentos “a favor” ou “contra” a democracia. Até porque, tanto os agentes mais articulados em torno do projeto de ordenamento restritivo do espaço da Praça Roosevelt e de muitos outros em São Paulo quanto aqueles que são contrários a eles se dizem a favor da democracia. Nem mesmo os poetas frequentadores do Slam

Resistência são “contra a democracia”, já que as críticas em relação a ela geralmente se dão muito mais em relação à sua não-efetividade – em muitos poemas ela é representada como “promessa não cumprida”. Nesse caso, ser a favor da democracia não diz muito, pode significar coisas muito diferentes.

Mas o dissenso nesse contexto não se expressa apenas na discrepância entre posicionamentos e significados distintos para as mesmas categorias. Ele possui uma dimensão extra-discursiva, na medida em que diz respeito também às próprias concepções socialmente compartilhadas sobre quais são os espaços, as formas e as linguagens legítimas de expressão política, e quem são os sujeitos aptos a delas se apropriarem. Exemplo disso é a forma como parte dos moradores e/ou proprietários dos entornos da Praça Roosevelt que se opõem ao acontecimento do Slam Resistência alegando não discordâncias políticas, mas sim produção de ruído e “perturbação da ordem”.

Novamente fazendo menção à discussão sobre o “fazer-cidade” proposta por Agier (2015), ressalto que ela contribuiu para este trabalho ao propor uma visão teórica voltada à prática da etnografia que seja capaz de pensar os diálogos e também as rupturas entre as práticas sociais e as normatividades planejadoras. Mais do que simplesmente negar que tais discursos tenham efetividade no mundo concreto, trata-se de pensar as normas enquanto referentes não centrais mas importantes para pensarmos as práticas, que muitas vezes as desestabilizam ou as questionam de forma frontal. Que fique evidenciado, eu não estou argumentando contra a agência dos sujeitos sociais. Pelo contrário, estou argumentando em prol de uma leitura da agência desses sujeitos que considere a sua situacionalidade e a sua projeção, bem como as distintas normatividades que os motivam, os repelem ou com as quais eles interagem. O mundo social não é inerte de história, de dinâmicas, de interações sociais e de significações simbólicas. Cabe ao etnógrafo ter a sensibilidade para captar quais

elementos, além daqueles que nos parecem visíveis a olho nu, que fornecem inteligibilidade a essas práticas, interações e discursos.

Além disso, se considerarmos as margens como espaços epistêmicos, onde a centralidade das normas é desestabilizada, a própria atuação de agentes socialmente encarregados e autorizados a produzir os dispositivos que produzem essa centralidade em sua dimensão concreta pode ser vista como uma forma específica de “fazer-cidade” (que dialoga com muitas outras, muitas vezes em relação de forças claramente favoráveis mas nunca linearmente e sem contestações). Nesse sentido, essa dialética entre as margens e o centro não necessariamente se refere a relações de alteridade social de cunho econômico ou político. Ela pode ser pensada como o próprio movimento em que a política se constrói, a partir do diálogo entre as normatividades e suas desestabilizações num nível prático.

As disputas em torno do estabelecimento de ordenamentos restritivos em espaço públicos são também conflitos políticos, na medida em que desvelam conflitos entre representações de espaços e de sujeitos, dependem de negociações, de planejamento, de arranjos e rearranjos institucionais, articulações com fontes de financiamento, estabelecimento de debates públicos, articulações, resistências e rupturas. A construção, histórica, simbólica e empírica dessas políticas, desses instrumentos e desses dispositivos, envolvem também interfaces entre as práticas e as normas.

A controvérsia política em torno dos usos do espaço da Praça Roosevelt não é uma controvérsia entre “dois lados”, um vinculado ao estabelecimento de um ordenamento restritivo e outro a favor de uma concepção mais pautada pela convivência, pela diversidade e pelo diálogo. Ao mesmo tempo que a articulação de diferentes agentes que, de alguma forma, se engajam na construção de um projeto ordenador e restritivo, envolve conflitos políticos, podemos identificar também entre alguns daqueles que se opõem a esse projeto uma

discordância mais com relação aos termos do que à linguagem utilizada. Muitos agentes, ainda que partindo de uma normatividade mais abertamente “democrática” e pluralista, ainda projetam a sua atuação para o plano do ordenamento do espaço. Atualmente existem diversas iniciativas que se propõem a estabelecer uma espécie de “ordenamento participativo” dos espaços – o maior exemplo desse tipo de iniciativa em São Paulo possivelmente reside no já citado caso do Largo da Batata, em Pinheiros. É por isso que eu chamo essa normatividade democrático-pluralista, mobilizada por movimentos e comitês de zeladoria participativa em praças e parques públicos, de recorte policial contra-hegemônico. Ao mesmo tempo que a atuação desses coletivos se projeta para um âmbito da gestão dos espaços, ela parte de uma concepção contra-hegemônica, e que se representa como diametralmente oposta e alternativa, de ordenamento.

Simultaneamente, uma série de outras normatividades e contra-normatividades entram em jogo quando a discussão é deslocada para os usos e os usuários da praça em um plano prático. No contexto específico dos slams de poesia realizados na praça, por exemplo, a projeção policial dos discursos políticos não é o horizonte central da expressão de sua politicidade. Não há, na verdade, um único eixo de discussão política. A cada discurso, a cada pessoa, a cada voz, a cada narrativa, a cada crítica, e, não menos importante, a cada ouvido e ouvinte, esse eixo é deslocado. A dimensão do simbólico ganha relevância, e as discussões sobre a política e sobre a democracia se complexificam ao articular, de forma fluida e performática, categorias como lugar de fala, representatividade, reparação, ocupação dos espaços, mobilizando estéticas, identidades, performances, corporalidades, modulações da voz, da fala e de projeção política do discurso.

Ao longo dessa dissertação eu articulei algumas discussões específicas, conduzidas por diferentes poesias e poetas, estabelecendo uma continuidade e uma certa linearidade entre

eles. Que fique evidenciado, isso na verdade é muito mais um recurso de escrita ficcional, de que eu me utilizei para expor esse material e conduzir a análise dele, do que um argumento em prol da posição de que esses discursos de fato compõem “um” só discurso. Ficcionalidade analítica, utilizada para dar alguma inteligibilidade analítica a ficções artísticas, providas de política mas não restritas a uma definição ou a um eixo conceitual de política específico.

Não porque tais discursos sejam “analiticamente ininteligíveis”. A utilização desse recurso diz mais respeito ao fato de que, ainda que se propunham como problematizações de questões pertencentes à realidade e ao cotidiano de certos segmentos populacionais marginalizados, e frequentemente conduzam suas críticas mobilizando um léxico vinculado a discussões sobre as diferenças e a exclusão social que possuem alguma inserção em discussões acadêmicas, não há a pretensão de estabelecer um diálogo direto com a academia e com os debates acadêmicos em torno dessas mesmas questões. Pelo contrário, muitas vezes demarca-se uma resistência explícita. Essa resistência, no entanto, se dá menos em termos de um rechaçamento do tipo de conhecimento que ali se produz do que com relação aos próprios critérios sociais de acesso a esses espaços, e de construção e de legitimação da fala. Nesse sentido, a poesia e a literatura marginal, bem como muitos outros tipos de mobilizações culturais autodeclaradas periféricas, possuem uma forte dimensão pedagógica, na medida em que se propõem a “levar conhecimento” para aqueles que não teriam acesso às frequentemente excludentes instituições oficiais onde esse conhecimento é transmitido e produzido (como as escolas e as universidades).

Nesse sentido, espaços públicos são também espaços de representação. Espaços territoriais e epistêmicos onde, inclusive, reivindica-se o acesso e a entrada de extratos marginalizados da população nas esferas hegemônicas de produção da política, da cultura, do conhecimento – e da cidade. E espaços, também, onde a própria vocalização dessas demandas

desvela conflitos. Essa disputa pelos usos práticos dos espaços urbanos, e mais profundamente, entre diferentes concepções de cidade e de política, se dá em múltiplas linguagens, em múltiplos níveis de diálogo e inteligibilidade, e produz também uma multiplicidade de dinâmicas e interações. Produz subjetividades, representatividades discursivas e projeções de hegemonia e/ou alteridade diferentes, ao mesmo tempo que é produzida por elas.

A política nas cidades, ou as articulações entre ordenamentos e subversões no contexto urbano, não são temas novos para a Sociologia e as Ciências Sociais. Ao mesmo tempo, o são. Um grande deslocamento que o cenário contemporâneo nos oferece reside mais na constituição e no engajamento de uma vasta variedade de outros agentes políticos frente a questão, muito além daqueles hegemonicamente legitimados para tal. Outro grande deslocamento é a constituição e a consolidação de discussões e mesmo categorias políticas que informam um léxico contemporâneo da política nas cidades. Grades de inteligibilidade que apreendem e constroem o cenário político de formas específicas, a partir de eixos de referência conceitual distintos. Descentralização da política, e também da própria noção de “sujeitos políticos”. Descentralizações essas que não são aceitas ou apropriadas de forma incontestada. Descentralizações que atuam, dialogam e negociam com as centralidades ordenadoras, e cujo diálogo e tensão produzem conflitos, ordenamentos e resistências.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scrittà, 1994.
- ADERALDO, Guilherme André. *Cidades em conflito: Câmeras, sprays, lugares e movimentos*. In: BERTELLI, Giordano. FELTRAN, Gabriel (Orgs.). *Vozes à Margem – Periferias, estética e política*. São Carlos: Edufscar, 2017.
- ADERALDO, Guilherme André. *Reinventando a “cidade”: disputas simbólicas em torno da produção e exibição audiovisual de “coletivos culturais” em São Paulo*. Dissertação de doutorado em Antropologia Social, USP (São Paulo-SP): FFLCH, 2013.
- ADORNO, Sérgio. SALLA, Francisco. *Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC*. Estudos Avançados: Dossiê Crime Organizado, n. 61, 2007.
- AGIER, Michel. *Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro*. Revista Mana. Vol. 21. n. 3. pp. 483-498. 2015.
- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro, forense Universitária, 2007.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- BERTELLI, Giordano. *Errâncias racionais: A periferia, o RAP e a política*. In: BERTELLI, Giordano. FELTRAN, Gabriel (Orgs.). *Vozes à Margem – Periferias, estética e política*. São Carlos: Edufscar, 2017.
- BIONDI, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2010.
- CALDEIRA, Teresa. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CALDEIRA, Teresa. *Cidade dos muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp/Editora 34, 2000.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CEFAÏ, Daniel. *Públicos, problemas públicos, arenas públicas...* Novos Estudos, CEBRAP, São Paulo, v. 36.02, pp. 129-142, 2017.
- CERTEAU, Michel De. *A invenção do Cotidiano*. Petrópolis, Vozes, 2009.
- DAS, Veena. POOLE, Deborah. *El estado e sus márgenes. Etnografias comparadas*. Cuadernos de Antropología Social, Buenos Aires. n. 27, pp. 19-52, 2008.
- DURHAM, Eunice. *A dinâmica cultural na sociedade moderna*. In: DURHAM, Eunice. *A dinâmica da cultura – Ensaio de Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- DURHAM, Eunice. *A pesquisa antropológica com populações urbanas*. In: CARDOZO, Ruth (Org.). *A Aventura Antropológica – Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1986.
- FELDMAN, Sarah. *Entre o regional e o metropolitano: Pensamento urbanístico e Metrôpole no Brasil na década de 1950*. Revista USP, São Paulo, n. 102, pp. 13-22, 2014.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. *A categoria como intervalo – a diferença entre essência e desconstrução*. Cadernos Pagú, Campinas. n. 51. 2017.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. *Desvelar a política na periferia: Histórias de movimentos sociais em São Paulo*. Dissertação de mestrado em Ciência Política, UNICAMP (Campinas-SP): IFCH, 2003.

- FELTRAN, Gabriel de Santis. *Governo que produz crime, crime que produz governo: O dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992-2011)*. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo. Vol. 6, n. 2, pp. 232-255. 2012.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. *Sobre anjos e irmãos: Cinquenta anos de expressão política do “crime” numa tradição musical das periferias*. In: BERTELLI, Giordano. FELTRAN, Gabriel (Orgs.). *Vozes à Margem – Periferias, estética e política*. São Carlos: Edufscar, 2017.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. *Vinte anos depois: A construção democrática brasileira vista da periferia de São Paulo*. Revista Lua Nova, São Paulo. Vol. 72. pp. 83-114. 2007.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”*. São Paulo: Editora Globo. 2008.
- FERREIRA, Jair César Maturano. *Praça Roosevelt: Possibilidades e limites de uso do espaço público*. Dissertação de mestrado em Geografia, USP (São Paulo-SP): FFLCH, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade vol. 1: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo, Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987.
- FROMM, Deborah. O “fim da cracolândia”: etnografia de uma aporia urbana. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, UNICAMP (Campinas-SP): IFCH, 2017.
- FRÚGOLI JR, Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez/Edusp, 2000.
- FRÚGOLI JR, Heitor. SPAGGIARI, Enrico. *Da cracolândia aos noias: Percursos etnográficos no bairro da Luz*. Revista Ponto Urbe, São Paulo, ano 4, n. 6. 2010.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência*, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- HABERMAS, Jürgen. *The theory of communicative action. Vol 1. Reason and the rationalization of society*. Boston: Beacon Press, 1984.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HALL, Stuart. JEFFERSON, Tony (eds.). *Resistance through rituals: Youth Subcultures in Post War Britain*. London: Routledge, 1993.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HEBDIGE, Dick. *Subculture – The meaning of a style*. London: Routledge, 2002.
- HOLSTON, James. *Cidadania insurgente – Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- KARA JOSÉ, Beatriz. A popularização do centro de São Paulo: Um estudo das transformações ocorridas nos últimos 20 anos. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, USP (São Paulo-SP): FAU, 2010.
- LEFÉBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LEFÉBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFÉBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford (UK)/Cambridge (USA): Blackwell, 1991.
- MACHADO, Giancarlo. *Praça Roosevelt: Sociabilidade e conflitos em um pedaço skatista da cidade de São Paulo*. Periféria – Revista de pesquisa e formação em antropologia, UAB, Barcelona, n. 19, v. 1. pp. 82-107. 2014.

- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *A antropologia urbana e os desafios da cidade*. Tempo Social, USP, São Paulo, v. 15, n. 1. pp. 81-95. 2003.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 17, n. 49. pp. 11-29. 2002.
- MARICATO, Ermínia (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1982.
- MARQUES, Adalton. *Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo (São Paulo-SP): FFLCH, 2009.
- MARQUES, Eduardo Cesar. *Em busca de um objeto esquecido: A política e as políticas do urbano no Brasil*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 32. n. 95. 2017.
- MENDOZA, Edgard S. G. *Sociologia da Antropologia Urbana no Brasil – A década de 70*. Tese de Doutorado em Antropologia, UNICAMP (Campinas-SP): IFCH, 2000.
- MISSE, Michel. *Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”*. Lua Nova, São Paulo, n. 79, pp. 15-38, 2010.
- NASCIMENTO, Érica Peçanha do. *É tudo nosso! Produção cultural na periferia paulistana*. Tese de doutorado em Antropologia Social, USP (São Paulo-SP): FFLCH, 2011.
- NASCIMENTO, Érica Peçanha do. *“Literatura marginal”: Os escritores da periferia entram em cena*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, USP (São Paulo-SP): FFLCH, 2006.
- NKOSI, Deivison. *Memórias de um MC: Relatos de uma caminhada a partir do Hip Hop militante*. In: BERTELLI, Giordano. FELTRAN, Gabriel (Orgs.). *Vozes à Margem – Periferias, estética e política*. São Carlos: Edufscar, 2017.
- OLIVEIRA, Roberto Camargos de. *Rap e política: Percepções da vida social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- OLIVEIRA, Taiguara Belo de. *O novo engajamento cultural: militância e trabalho com políticas públicas em São Paulo*. Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação, USP (São Paulo-SP): ECA, 2010.
- PALMA, Daniela. *A praça dos sentidos: Comunicação, imaginário social e espaço público*. Tese de Doutorado em Comunicação, USP (São Paulo-SP): ECA, 2010.
- PAOLI, Maria Célia. *Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político*. In: HELLMANN, Michaela (org). *Movimentos sociais e democracia no Brasil*. São Paulo: Marco Zero/Ildefes, 1995.
- PEREIRA, Alexandre Barbosa. *Fluxos insurgentes em São Paulo: Os rolês que marcam a cidade*. In: BERTELLI, Giordano. FELTRAN, Gabriel (Orgs.). *Vozes à Margem – Periferias, estética e política*. São Carlos: Edufscar, 2017.
- PIMENTEL, André de Pieri. *O punk em São Paulo: reflexões acerca da constituição de identidades – e alteridades – no cenário urbano*. Monografia de graduação em Ciências Sociais, UFSCar (São Carlos-SP): CECH, 2015.
- RAMALHOSO, Wellington. *Destino Itaquera: O metrô rumo aos conjuntos habitacional das COHAB-SP*. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo, USP São Carlos (São Carlos-SP): IAU, 2013.
- RANCIERE, Jacques. *A partilha do sensível: Estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2005.
- RANCIERE, Jacques. *O dissenso*. In: NOVAES, Adauto (org). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei – Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

- ROLNIK, Raquel. KLINTOWITZ, Danielle. *(I)Mobilidade na cidade de São Paulo*. Estudos Avançados. Vol. 25. n. 71. pp. 89-108. 2011.
- RUI, Taniele. *Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Tese de doutorado em Antropologia Social, UNICAMP (Campinas-SP): IFCH, 2012.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: O oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SILVA, Luiz Antonio Machado da. *Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade urbana no Brasil urbano contemporâneo*. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, pp. 53-84, 2004.
- SILVA, Mário Augusto Medeiros da. *A descoberta do insólito: Literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000)*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013.
- SMITH, Neil. *Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano*. Espaço e Tempo, USP. São Paulo. n. 21. pp. 15-31. 2007.
- SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- TEPERMAN, Ricardo. *Tem que ter suíngue: Batalhas de freestyle no metrô Santa Cruz*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, USP (São Paulo-SP): FFLCH, 2011.
- TEPERMAN, Ricardo. *Se liga no som: As transformações do rap no Brasil*. São Paulo, Claro Enigma, 2017.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa volume 1: A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria – Ou um planetário de erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- VILLAÇA, Flávio. *Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil*. In: DEÁK, Csaba. SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- WEBER, Max. *Conceitos sociológicos fundamentais*. In: Metodologia das ciências sociais. Parte 2. São Paulo: Cortez, 2001.
- YAMASHITA, Kelly Yumi. *Praça Roosevelt, centro de São Paulo: intervenções urbanas e práticas culturais contemporâneas*. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo, USP São Carlos (São Carlos-SP): IAU, 2013.
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta – As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994.
- ZALUAR, Alba. *Democratização inacabada: Fracasso da segurança pública*. Estudos Avançados, USP. São Paulo. Vol. 21. n. 61. pp. 31-49. 2007.

ANEXOS

1. A INCLUSÃO DA REFORMA DA PRAÇA ROOSEVELT NO PROCENTRO

Texto da Lei Municipal Nº 12.350 de 1997, que institui a criação do PROCENTRO (programa)

Celso Pitta, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei. Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 4 de junho de 1997, decretou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído incentivo fiscal a ser concedido a pessoas físicas ou jurídicas que promoverem ou patrocinarem a recuperação externa e a conservação de imóvel próprio ou de terceiro, localizado na Área Especial de Intervenção, delimitada na planta e na relação constantes, respectivamente, dos Anexos I e II desta Lei.

§ 1º O incentivo fiscal de que trata o "caput" deste artigo poderá ser concedido às pessoas físicas ou jurídicas que tiverem iniciado as obras de recuperação nos imóveis antes da vigência desta Lei, ou que os tiverem mantido conservados com as características originais.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, serão considerados recuperação externa de imóveis, as obras e serviços destinados à recuperação e conservação de fachadas e demais elementos, realizados em imóvel tombado por órgão federal, estadual ou municipal, ou preservado em razão do seu valor histórico, cultural, estético, arquitetônico ou paisagístico, nos termos do artigo 2º da Lei n. 8.328(1), de 2 de dezembro de 1975, com a nova redação dada pelo artigo 18 da Lei n. 9.725(2), de 2 de julho de 1984.

§ 3º Considera-se patrocinador a pessoa física ou jurídica que se proponha a financiar ou custear, total ou parcialmente, o projeto e a execução de obras de recuperação ou conservação externa em imóveis de terceiros.

Art. 2º O incentivo fiscal de que trata esta Lei, será concedido pelo prazo de 10 (dez) anos e consistirá no recebimento, pelo proprietário do imóvel ou patrocinador, de certificado expedido pelo Poder Público.

§ 1º O certificado de que trata o "caput" deste artigo deverá equivaler ao valor do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana do imóvel recuperado ou conservado.

§ 2º Quando houver para o imóvel isenção anterior, o valor do certificado, a ser recebido pelo proprietário ou patrocinador das obras ou conservação, deverá equivaler a 0,6% do valor venal do imóvel recuperado ou conservado.

§ 3º O certificado de que trata o "caput" deste artigo será utilizado exclusivamente para o pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, incidente sobre o imóvel recuperado ou conservado ou sobre outros imóveis do mesmo proprietário ou de propriedade do patrocinador.

§ 4º O valor constante do certificado será o do exercício correspondente ao início das obras, expresso em Unidade Fiscal de Referência - UFIR, e deverá ser reconvertido em moeda corrente, pelo valor dessa unidade vigente no mês de sua utilização.

§ 5º O titular do certificado deverá requerer perante à Secretaria das Finanças o reconhecimento do benefício, no início de cada exercício.

§ 6º O benefício só será concedido se constatada, em vistoria, a efetiva conservação do prédio.

Art. 3º A concessão do benefício dependerá da aprovação do projeto de recuperação ou do estado de conservação do prédio pela Comissão PROCENTRO ou outra Comissão equivalente que venha a ser constituída, ouvidos os órgãos competentes.

Art. 4º Caberá à Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEHAB a expedição do certificado, a requerimento do proprietário do imóvel ou do patrocinador, nos termos do disposto em regulamento.

Art. 5º A Comissão PROCENTRO constatará o início da obra e realizará vistorias periódicas para verificar o seu andamento, na conformidade do projeto aprovado, bem como o estado de conservação das edificações, cujos proprietários pleitearem o benefício nos termos do § 1º do artigo 1º desta Lei.

Parágrafo único. Constatada a paralisação da obra ou sua desconformidade com o projeto aprovado, o certificado deverá ser cancelado, cientificando-se a Secretaria das Finanças - SF para a cobrança da importância equivalente ao benefício, exercício a exercício, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, desde as datas originariamente assinaladas para pagamento integral do imposto, sendo:

I - com imposição de multa moratória e sem prejuízo das medidas criminais cabíveis, nos casos de dolo, fraude ou simulação do interessado ou de terceiro em benefício dele;

II - sem imposição de multa moratória, nos demais casos.

Art. 6º Fica concedida isenção do pagamento da Taxa para exame e verificação de projetos, prevista no Código de Obras e Edificações, aos proprietários ou aos patrocinadores das obras de recuperação de imóveis localizados na Área Especial de Intervenção.

§ 1º Respeitadas as respectivas competências, a concessão do benefício previsto no "caput" deste artigo será autorizada pela Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEHAB ou pela Secretaria das Administrações Regionais - SAR e dependerá de parecer favorável da Comissão PROCENTRO, quanto ao enquadramento do projeto na situação de beneficiários da isenção.

§ 2º O proprietário ou patrocinador deverá requerer o benefício previsto no "caput" deste artigo após o protocolamento do pedido de Alvará de Aprovação do projeto de recuperação.

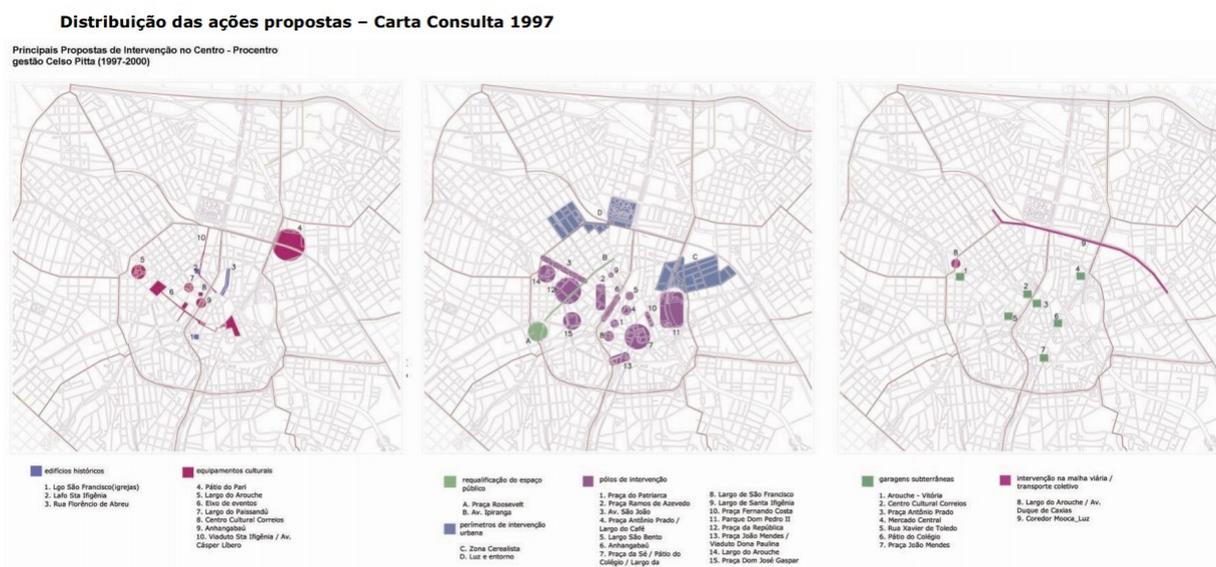
Art. 7º O Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fonte: Diário Oficial da Cidade de São Paulo, edição de 6 de junho de 1997

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/c99ac_Lei_N_12.350-97_Cria_incentivos_area_central.pdf



Fonte: Instituto Pólis

(Disponível em relatório acessível pelo link: <http://www.polis.org.br/uploads/1171/1171.pdf>).

Tabela de Distribuição de recursos do empréstimo BID por componente

Componentes/Intervenções	Custos Totais (mil US\$)	%
INFORMAÇÃO E GESTÃO URBANA	9.040	4,50%
DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONÔMICO E AMBIENTAL	75.834	37,78%
INFRA-ESTRUTURA	91.368	45,52%
REVITALIZAÇÕES URBANAS	24.500	12,20%
Total	200.742	100%

Fonte: SÃO PAULO (MUNICÍPIO). Carta Consulta à COFIEIX – Comissão de Financiamentos Internos. São Paulo, maio de 1997.

(disponível em em relatório produzido pelo Instituto Pólis – link: <http://www.polis.org.br/uploads/1171/1171.pdf>. Acesso 29/08/2018).

Texto do decreto Nº 40.753, de 19 de junho de 2001, que implementa modificações no PROCENTRO

MARTA SUPPLICY, Prefeita do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

CONSIDERANDO a necessidade de reabilitar a área central de São Paulo, de modo coerente com o objetivo de resgatar seu caráter de espaço público, ampliar o uso residencial e garantir a diversidade de funções, consolidar a identidade do centro metropolitano, promover ações urbanísticas com inclusão social, criar mecanismos de gestão democrática voltados para o interesse coletivo e atuar sistematicamente para a redução da violência;

CONSIDERANDO a necessidade de ação articulada dos órgãos municipais para desenvolver os programas setoriais e os programas integrados de reabilitação da área central;

CONSIDERANDO o interesse no estabelecimento de formas de participação e de cooperação com entidades representativas da sociedade civil, e

CONSIDERANDO o processo de implementação da Subprefeitura da Sé,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criada, na Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEHAB, a Coordenadoria de Programas de Reabilitação da Área Central - PROCENTRO. Parágrafo único - O perímetro de atuação do PROCENTRO é aquele da Administração Regional da Sé - AR/SÉ.

Art. 2º - São atribuições do PROCENTRO:

I - o monitoramento dos programas incluídos no Plano "Reconstruir o Centro", mesmo que gerenciados por diferentes Secretarias;

II - a articulação com agentes públicos, privados e comunitários, envolvidos ou interessados em desenvolver ações ligadas à reabilitação e à inclusão social;

III - as gestões para obtenção de recursos, encaminhamento de pedidos de financiamento, convênios ou parcerias relativos a programas articulados ou setoriais;

IV - a implementação das medidas administrativas relativas à execução da Lei nº 12.350, de 6 de junho de 1997; V - a coordenação de pesquisas e iniciativas de capacitação voltadas à reabilitação do Centro e à inclusão social; VI - a coordenação dos programas que exijam ações articuladas e contem com recursos do PROCENTRO, além dos recursos setoriais;

VII - a análise e elaboração de propostas de alteração da legislação urbanística e edilícia, assim como daquela relativa a operações urbanas em seu perímetro de atuação; VIII - a análise de projetos e alterações de uso que interfiram na dinâmica da vizinhança;

IX - a análise preliminar e monitoramento do impacto sócio-econômico dos projetos públicos, de grande porte, ligados ao processo de reabilitação do Centro; X - a divulgação de informações sobre a política e os programas municipais para a área central;

XI - a prestação de apoio técnico a comunidades e a investidores em projetos coerentes com os objetivos dos programas de reabilitação da área central.

Art. 3º - A Coordenadoria de Programas de Reabilitação da Área Central - PROCENTRO será composta por:

I - Comissão PROCENTRO, constituída por representantes de órgãos públicos e da sociedade civil;

II - Grupo Executivo. Parágrafo único - A Comissão PROCENTRO deverá elaborar e aprovar seu regimento interno.

Art. 4º - A Comissão PROCENTRO será composta por um representante dos seguintes órgãos e entidades:

I - Secretaria de Implementação das Subprefeituras - SIS;

II - Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEHAB;

III - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEMPLA;

IV - Secretaria Municipal de Cultura - SMC;

V - Secretaria Municipal de Assistência Social - SAS;

VI - Secretaria Municipal de Transportes - SMT;

VII - Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SMMA;

VIII - Secretaria de Infra-Estrutura Urbana - SIURB;

IX - Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico - SF;

X - Secretaria dos Negócios Jurídicos - SJ; XI - Secretaria Municipal de Abastecimento - SEMAB;

XII - Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação - SEME;

XIII - Empresa Municipal de Urbanização - EMURB; XIV - Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB;

XV - Companhia de Engenharia de Tráfego - CET;

XVI - Anhembi - Turismo e Eventos da Cidade de São Paulo S/A;

XVII - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT;

XVIII - Caixa Econômica Federal - CEF; XIX - Associação Viva o Centro - AVC;

XX - Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;

XXI - Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB; XXII - Instituto de Engenharia de São Paulo - IE;

XXIII - Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo - SASP; XXIV - Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo - SINDUSCON/SP;

XXV - Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo - SECOVI/SP; XXVI - Sindicato das Empresas de Propaganda Exterior do Estado de São Paulo - SEPEX/SP;

XXVII - Associação Comercial de São Paulo;

XXVIII - União dos Movimentos de Moradia - UMM;

XXIX - Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos; XXX - Fundação Projeto Travessia;

XXXI - Associação União das Mulheres.

§ 1º - Cada representante deverá ter um suplente, que o substituirá em seus impedimentos.

§ 2º - Os representantes e seus suplentes serão designados por ato da Prefeita.

§ 3º - O representante da Secretaria de Implementação das Subprefeituras - SIS será o Administrador Regional da Sé, a quem caberá a Presidência da Comissão.

§ 4º - Caberá ao Secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano a indicação do vice-presidente da Comissão, entre o representante daquela Pasta e o da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB/SP.

Art. 5º - São atribuições da Comissão PROCENTRO:

I - acompanhar programas de reabilitação da área central, em especial o Plano "Reconstruir o Centro";

II - deliberar sobre a concessão de isenção de IPTU com base na Lei nº 12.350, de 6 de junho de 1997;

III - opinar sobre legislação urbanística e instrumentos de flexibilização no perímetro referido no parágrafo único do artigo 1º deste decreto;

IV - opinar sobre pedidos de financiamento a órgãos nacionais e internacionais;

V - propor e aprovar ações articuladas com a sociedade civil, celebrando termos de cooperação ou propondo convênios;

VI - atribuir selo específico aos imóveis da área central que atenderem às posturas municipais, especialmente no tocante à sua condição edilícia, recuperação, manutenção e bom funcionamento.

Art. 6º - São atribuições do Grupo Executivo:

I - encaminhamento de temas para discussão e a preparação de documentos necessários aos pareceres e deliberações da Comissão PROCENTRO;

II - coordenação de programas específicos, executados com recursos do PROCENTRO;

III - implementação das medidas administrativas relativas à execução da Lei nº 12.350, de 6 de junho de 1997;

IV - análise de propostas relativas às áreas de atuação do PROCENTRO;

V - divulgação de informações à sociedade das atividades e do andamento de programas de reabilitação da área central, dentre outros os do Plano "Reconstruir o Centro";

VI - encaminhamento de temas e preparação da pauta de discussões na Comissão PROCENTRO.

§ 1º - O Grupo Executivo do PROCENTRO funcionará junto ao Gabinete da Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEHAB.

§ 2º - O Coordenador do Grupo Executivo será designado por ato do Secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano.

§ 3º - O Grupo Executivo poderá solicitar a colaboração de servidores de outros órgãos municipais, quando necessário à consecução de suas atribuições.

Art. 7º - Fica instituído selo específico a ser atribuído aos imóveis situados na área central que atenderem às posturas municipais, especialmente no tocante à sua condição edilícia, recuperação, manutenção e bom funcionamento. Parágrafo único- A atribuição do selo ora instituído será regulamentada por portaria do Secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano.

Art. 8º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial os Decretos nºs 33.389, de 14 de julho de 1993, 33.390, de 14 de julho de 1993, e alterações posteriores. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 19 de junho de 2001, 448º da fundação de São Paulo.

MARTA SUPPLY, PREFEITA

ANNA EMILIA CORDELLI ALVES, Secretária dos Negócios Jurídicos

JOÃO SAYAD, Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico

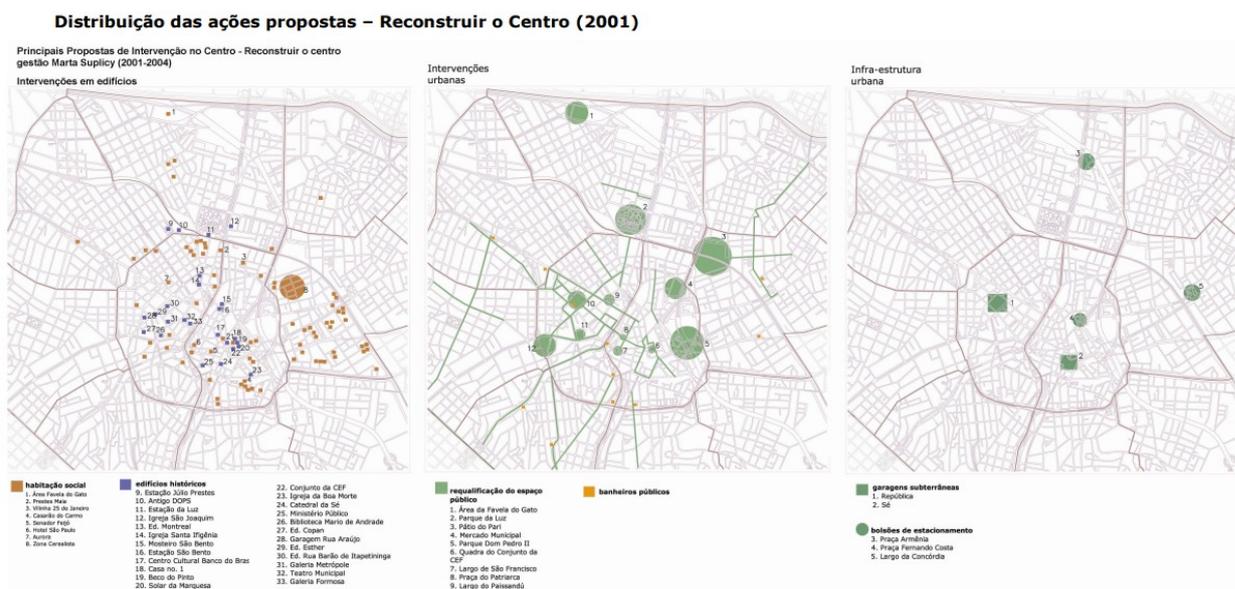
ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR, Secretário de Implementação das Subprefeituras

LUIZ PAULO TEIXEIRA FERREIRA, Secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 19 de junho de 2001.

RUI GOETHE DA COSTA FALCÃO, Secretário do Governo Municipal

Fonte: Diário Oficial da Cidade de São Paulo, edição de 19 de junho de 2001.

<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/decretos/D40753.pdf>



Fonte: Instituto Pólis

(disponível em relatório acessível pelo link: <http://www.polis.org.br/uploads/1171/1171.pdf>. Acesso 29/08/2018).

Texto do decreto Nº 44.089 de 2003, que institui a criação do Fórum de Desenvolvimento Social e Econômico do Centro de São Paulo

MARTA SUPPLY, Prefeita do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO a importância do fortalecimento do processo participativo para a formulação e implementação de estratégias e ações que promovam a integração e a consolidação dos diferentes instrumentos de intervenção do Poder Público Municipal, bem como a criação de alianças e parcerias com a sociedade civil e o setor privado para a atração de investimentos e a promoção do desenvolvimento econômico e social sustentável do Centro de São Paulo;

CONSIDERANDO a possibilidade de destinação de recursos públicos e privados, inclusive com a utilização dos incentivos instituídos nas Leis nº 12.349, de 6 de junho de 1997, nº 12.350, de 6 de junho de 1997, e nº 13.496, de 7 de janeiro de 2003;

CONSIDERANDO, finalmente, que, para a consecução de tais objetivos, faz-se necessário reformular e ampliar o âmbito de atuação da Coordenadoria de Programas de Reabilitação da Área Central - PROCENTRO, criada pelo Decreto nº 40.753, de 19 de junho de 2001, com as alterações introduzidas pelos Decretos nºs 41.397, de 21 de novembro de 2001, e 41.961, de 3 de maio de 2002,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica instituído, junto à Empresa Municipal de Urbanização - EMURB, o Fórum de Desenvolvimento Social e Econômico do Centro de São Paulo, canal de participação dos cidadãos na proposição de diretrizes e prioridades de desenvolvimento econômico e social sustentável do Centro de São Paulo.

§ 1º. O Fórum ora criado passa a exercer as funções e atribuições anteriormente desempenhadas pela Coordenadoria de Programas de Reabilitação da Área Central - PROCENTRO, criada pelo Decreto nº 40.753, de 19 de junho de 2001, com as alterações introduzidas pelos Decretos nºs 41.397, de 21 de novembro de 2001, e 41.961, de 3 de maio de 2002.

§ 2º. Para os fins deste decreto, o Centro de São Paulo é constituído pelos Distritos Sé e República, podendo ser a eles incorporadas, na forma prevista em decreto, áreas limdeiras consideradas estratégicas para o desenvolvimento econômico e social sustentável do Centro, a critério da Coordenação Executiva Ação Centro, instituída pelo artigo 4º deste decreto.

Art. 2º. Incumbirão ao Fórum de Desenvolvimento Social e Econômico do Centro de São Paulo as seguintes atribuições, visando ao desenvolvimento econômico e social sustentável do Centro:

I - atuar como canal de participação dos cidadãos na discussão de diretrizes gerais e propor prioridades estratégicas para a elaboração de planos de ação;

II - apoiar programas, projetos e ações públicas ou privadas norteados pelo mesmo objetivo;

III - envolver os agentes públicos, privados e comunitários na construção de uma perspectiva comum, com amplo suporte, articulá-los no desenvolvimento de programas, projetos e ações, bem como referendar as estratégias participativas propostas;

IV - divulgar informações sobre incentivos, políticas e programas municipais relativos ao Centro;

V - aprovar a inclusão de representantes de organismos governamentais e da sociedade civil organizada.

Art. 3º. O Fórum de Desenvolvimento Social e Econômico do Centro de São Paulo reunir-se-á ordinariamente, em plenárias, a cada 6 (seis) meses, sob a presidência da Prefeita do Município de São Paulo ou de quem for por ela indicado, sendo composto por:

I - órgãos públicos e entidades da sociedade civil já representados na Comissão PROCENTRO;

II - membros da Comissão Executiva da Operação Urbana Centro criada pela Lei nº 12.349, de 6 de junho de 1997;

III - membros do Conselho do Programa de Incentivos Seletivos criado pela Lei nº 13.496, de 7 de janeiro de 2003;

IV - todos os conselheiros que compõem o Conselho do Orçamento Participativo da Subprefeitura da Sé, o Conselho Municipal da Habitação e o Conselho Municipal de Política Urbana.

§ 1º. Poderão ainda pleitear representação no Fórum organismos governamentais e da sociedade civil organizada, interessados em participar dos trabalhos nele desenvolvidos.

§ 2º. Além de se reunir em plenárias, o Fórum poderá se organizar em grupos temáticos de trabalho para análise, preparação de propostas e encaminhamento de sugestões à Plenária ou à Coordenação Executiva Ação Centro.

Art. 4º. Fica instituída, junto à Empresa Municipal de Urbanização - EMURB, a Coordenação Executiva Ação Centro, com o objetivo de coordenar e assegurar que as diretrizes propostas pelo Fórum sejam incorporadas ao planejamento e gestão dos programas e instrumentos de reabilitação e desenvolvimento do Centro.

Art. 5º. A Coordenação Executiva Ação Centro será composta por 6 (seis) representantes do Poder Público Municipal e 6 (seis) representantes da sociedade civil, contando cada titular com um suplente.

Art. 6º. Até a instalação definitiva da Coordenação Executiva Ação Centro e do Fórum de Desenvolvimento Social e Econômico do Centro de São Paulo, será designada pela Prefeita uma Coordenação Executiva Provisória, com mandato de 12 (doze) meses, incumbindo-lhe, nesse período, exercer as atribuições estabelecidas nos artigos 7º, 8º, 9º e 10 deste decreto.

§ 1º. A Coordenação Executiva Provisória Ação Centro será composta pelos seguintes membros:

I - Presidente da Empresa Municipal de Urbanização - EMURB;

II - Subprefeito da Sé;

III - 4 (quatro) representantes de órgãos ou empresas do Poder Público Municipal mais diretamente envolvidos nos programas, projetos e ações de reabilitação, requalificação e desenvolvimento do Centro;

IV - 2 (dois) representantes de cada uma das seguintes entidades:

a) Associação Viva o Centro - AVC;

b) Fórum Centro Vivo;

c) União dos Movimentos de Moradia - UMM;

d) União de Mulheres de São Paulo;

e) Sindicato das Empresas de Publicidade Exterior do Estado de São Paulo - SEPEX;

f) Consórcio São Paulo Minha Cidade.

§ 2º. Cada membro titular da Coordenação Executiva Provisória Ação Centro contará com um suplente, que o substituirá em sua ausência ou impedimento.

Art. 7º. São atribuições da Coordenação Executiva Ação Centro:

I - promover gestões coordenadas, colaborativas e efetivas que garantam e facilitem a aprovação e a implementação de políticas, programas, projetos e ações do Poder Público Municipal, do setor privado e da sociedade civil, que atendam as diretrizes e prioridades propostas pelo Fórum, bem como favoreçam a atração de recursos, financiamentos e estabelecimento de convênios ou parcerias para sua viabilização;

II - apreciar e encaminhar o Plano de Trabalho e o Relatório Anual de Atividade do Grupo Técnico - Agência de Desenvolvimento do Centro de São Paulo, vinculado à Diretoria de Desenvolvimento da EMURB, instituído pelo artigo 11 deste decreto;

III - mobilizar os diferentes membros para participação ativa nas atividades do Fórum e do Grupo Técnico - Agência, bem como na divulgação das informações de interesse comum;

IV - promover a integração das ações do Poder Público Municipal com as iniciativas dos setores privado e comunitário, por intermédio da coordenação centralizada das atividades que interferem no desenvolvimento econômico e social sustentável do Centro;

V - monitorar e reportar as atividades do Grupo Técnico - Agência à presidência do Fórum;

VI - estabelecer diretrizes para o desenvolvimento de projetos específicos para o Centro, bem como para sua execução e manutenção;

VII - examinar e manifestar-se sobre projetos que interfiram na dinâmica do Centro;

VIII - analisar, opinar e monitorar projetos que possam causar impactos urbanos, funcionais ou sociais no Centro;

IX - divulgar informações sobre a política e os programas, projetos e ações municipais para o Centro;

X - apreciar projetos específicos vinculados a programas e ações voltadas ao desenvolvimento econômico e social sustentável do Centro, abrangendo projetos de urbanização, reabilitação e ordenação dos elementos existentes no espaço público, bem como emitir relatórios e pareceres sobre o andamento desses programas, projetos e ações para informação a organismos governamentais e reguladores;

XI - examinar e aprovar os projetos para concessão de incentivo fiscal, nos termos previstos na Lei nº 12.350, de 6 de junho de 1997;

XII - analisar e elaborar propostas relativas à legislação urbanística que afetem o Centro;

XIII - elaborar e aprovar seu Regimento Interno.

Art. 8º. A Coordenação poderá solicitar a colaboração de técnicos dos órgãos municipais envolvidos, bem como consultar outros órgãos e entidades visando obter subsídios para o bom andamento de seus trabalhos.

Art. 9º. O presidente da Coordenação será designado pela Prefeita, dentre os representantes do Poder Público Municipal.

Art. 10. A Coordenação se reunirá ordinariamente a cada mês, ou de forma extraordinária, quando convocada por seu Presidente ou por 5 (cinco) de seus membros.

Art. 11. Fica instituído o Grupo Técnico - Agência de Desenvolvimento do Centro de São Paulo, junto à Diretoria de Desenvolvimento da EMURB, com o objetivo de prestar apoio aos setores público e privado e à sociedade civil em projetos, programas e ações que propiciem o desenvolvimento econômico e social sustentável do Centro, observadas as diretrizes propostas pelo Fórum e pela Coordenação Executiva.

Art. 12. Incumbe ao Grupo Técnico - Agência de Desenvolvimento do Centro de São Paulo:

I - dar apoio técnico, logístico, operacional e administrativo à Coordenação Executiva Ação Centro e ao Fórum de Desenvolvimento Social e Econômico do Centro de São Paulo;

II - desenvolver, juntamente com o Poder Público Municipal, o setor privado e a sociedade civil, estratégias, programas, projetos e ações, de acordo com as diretrizes propostas pelo Fórum e encaminhadas pela Coordenação Executiva Ação Centro;

III - monitorar e facilitar a execução de programas, projetos e ações, objetivando o desenvolvimento econômico e social sustentável do Centro;

IV - propor, desenvolver e implementar estratégias e ações que visem à atração de investimentos públicos e privados, voltados ao mesmo objetivo mencionado no inciso III deste artigo, bem como captar recursos para a execução de programas, projetos e ações específicas;

V - elaborar e analisar tecnicamente propostas recebidas, relativas a suas áreas de atuação;

VI - encaminhar temas e preparar documentação para as reuniões do Fórum e da Coordenação Executiva Ação Centro;

VII - acompanhar o andamento, junto aos diversos organismos governamentais, dos processos relativos aos empreendimentos públicos e privados, visando à sua celeridade;

VIII - dar suporte técnico ao Poder Público Municipal, ao setor privado e à sociedade civil, favorecendo as ações direcionadas ao desenvolvimento econômico e social sustentável do Centro;

IX - coordenar pesquisas e iniciativas voltadas ao desenvolvimento econômico e social sustentável do Centro;

X - divulgar informações sobre suas atividades e sobre a legislação específica e de incentivos relativa ao Centro de São Paulo, bem como sobre as políticas e programas municipais para o Centro;

XI - elaborar Plano de Trabalho e Relatório Anual de Atividades, para apreciação da Coordenação Executiva.

Art. 13. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os Decretos nºs 40.753, de 19 de junho de 2001, 41.397, de 21 de novembro de 2001, e 41.961, de 3 de maio de 2002.

MARTA SUPPLYCY, PREFEITA

LUIZ TARCISIO TEIXEIRA FERREIRA, Secretário dos Negócios Jurídicos

LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO, Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico

Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 10 de novembro de 2003.

RUI GOETHE DA COSTA FALCÃO, Secretário do Governo Municipal

Fonte: Diário Oficial da Cidade de São Paulo, edição de 10 de novembro de 2003.

http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=11112003D%20440890000.



Fonte: Instituto Pólis

(disponível em relatório acessível pelo link: <http://www.polis.org.br/uploads/1171/1171.pdf>. Acesso 29/08/2018).

Texto informativo sobre a nova versão do PROCENTRO (2005 – Gestão José Serra/Gilberto Kassab)

PROGRAMA PROCENTRO

O Programa de Reabilitação da Área Central de São Paulo – PROCENTRO começou como um plano da Prefeitura Municipal para promover a reabilitação da área PROCENTRO central da cidade.

ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Entre 2002 e 2003 a Prefeitura de São Paulo apresentou e negociou com o BID os aspectos técnicos e sócio-econômicos de um Contrato de Empréstimo BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID e sócio-econômicos de um Contrato de Empréstimo para financiar parte de seu plano de recuperação da área central.

(...)

DIAGNÓSTICO

A partir de estudos, especificamente de um trabalho realizado pelo Centro de Estudos da Metrópole – CEM (CEBRAP) foi diagnosticado que nas últimas décadas a área central sofreu:

Queda na qualidade de vida dos usuários e empobrecimento de seus moradores; Deterioração do espaço físico (público e privado);
 Presença crescente de comércio ambulante, de moradores de rua e de mendicância;
 Imagem de espaço urbano violento, inseguro e sujo

O PROCENTRO foi desenhado de forma a agregar ações de naturezas diversas, em um espaço delimitado, em busca de um mesmo objetivo:

OBJETIVOS

O Programa tem a finalidade de promover o desenvolvimento social e econômico com diversidade da Área Central de São Paulo, dinamizando e criando condições de atração e suporte de atividades compatíveis com o centro metropolitano e promovendo a reabilitação urbanística e ambiental da área, com inclusão social.

O PROGRAMA ESTÁ ESTRUTURADO EM 5 COMPONENTES

1. Reversão da desvalorização imobiliária e recuperação da função residencial. - Elaboração de proposta de Legislação Urbanística e Tributária. - Intervenções Urbanísticas - Morar no Centro

2- Transformação do Perfil Econômico e Social - Criação de Mecanismo de Articulação com o Setor Privado - Divulgação do Programa - Regularização do comércio informal - Segurança Pública - Atenção a grupos vulneráveis

3- Recuperação do Ambiente Urbano - Gestão de operação e manutenção - Requalificação do espaço público - Requalificação de Edifícios - Controle de Inundações - Resíduos Sólidos Recicláveis

4 – Transporte e Circulação - Fortalecimento Institucional da SMT - Circulação e Acessibilidade - Operação de Trânsito - Transporte Público EMURB EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO

5- Fortalecimento Institucional do Município. - Fortalecimento do sistema de planificação urbana do município. - Apoio à transferência de órgãos municipais para o centro. - Formação de Gerentes Sociais. - Valorização do Patrimônio Histórico.

Administração do programa. - Contratação de empresa de gerenciamento das ações do programa Procentro. - Contratação de empresa para a realização de monitoramento e avaliação do Programa Procentro. - Consultoria para auditoria externa do Programa Procentro.

FINANCIAMENTO DO PROGRAMA

Orgão Financiador: BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

Data de Assinatura: 02/06/2004.

Financiamento: US\$ 100,4 milhões.

Contrapartida Local: US\$ 67 milhões.

Valor Total do Programa: US\$ 167,4 milhões

• Data do Último Desembolso: 01/06/2010.

• Data da Última Parcela de Amortização: 02/06/2029.

• 1º Parcela amortização: 02/12/2010 • Comprometimento de Recursos: 02/06/2009 (Prorrogado até 03/11/2009)

• Mutuário: Prefeitura da Cidade de São Paulo.

• Órgão Executor: EMURB

• Subexecutores: 10 Secretarias Municipais e 01 Subprefeitura

Subexecutores: 10 Secretarias Municipais e 01 Subprefeitura

• SP-SÉ - Subprefeitura da Sé;

• SEHAB – Secretaria de Habitação;

• SEMPLA - Secretaria Municipal de Planejamento;

• SGM – Secretaria de Governo – Gabinete;

• SIURB - Secretaria de Infra-Estrutura Urbana e Obras;

• SMC - Secretaria Municipal de Cultura;

• SMT – Secretaria Municipal de Transportes;

- SVMA – Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente;
- SMTrab – Secretaria Municipal do Trabalho;
- SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; • SES – Secretaria Municipal de Serviços.

(...)

EXECUÇÃO DO PROCENTRO

O papel da EMURB como executora do PROCENTRO é coordenar e apoiar a ação dos Subexecutores, responsáveis por um conjunto de ações setoriais definidas como importantes para o alcance dos objetivos e metas do EXECUÇÃO DO PROCENTRO DO PROCENTRO Programa.

REVISÕES REALIZADAS NO PROGRAMA EM 2005 E 2009

Desvalorização do dólar: Redução dos recursos disponíveis em moeda nacional.

Articulação do rol de ações com as políticas públicas a serem implementadas pela nova Administração Municipal.

Existência de ações implantadas com problemas de execução e/ou manutenção;
Identificação de orçamentos desatualizados e estimativas de custo distantes da realidade;

Licitações em curso com orçamentos e preços ofertados substancialmente acima dos previstos;

Existência de projetos ainda em fases preliminares, necessitando revisão de escopo, análise de viabilidade técnica e contratação de projetos executivos e complementares.

CONSULTORIAS

Estudos do Projeto Nova Luz
Transporte e Circulação.
Mapeamento das Redes no subsolo da área central.
Pesquisa para censo de crianças e adolescentes em situação de rua.
Avaliação do Funcionamento da Rede Social.
Estudos da contaminação do terreno - Centro de Jovens da Rua Prates.
Sistema de vigilância da exclusão social – SIVIMAS
Presença Social de adultos em situação de rua.

PRINCIPAIS AÇÕES CONCLUÍDAS

PROJETOS

Requalificação urbana da região da Luz - Ruas Comerciais
Reurbanização da Praça Roosevelt
Requalificação urbana da Rua do Gasômetro.
Reforma do prédio do IPESP. Recuperação da fachada do Theatro Municipal.
Recuperação da Casa nº 1 e Beco do Pinto.
Micro-Drenagem da Vila Economizadora
Melhoria Ambiental (PRIH), nas ruas São Lázaro e Posidônio
Implantação do Centro de Jovens da Rua Prates
Reforma e ampliação do Condomínio do Canindé
Furgões adaptados para implantação de bases comunitárias móveis.

OBRAS Reurbanização da Praça da República Reurbanização da Praça da Sé Edifício na Rua dos Italianos Implantação do Conjunto Residencial Parque do Gato PRINCIPAIS AÇÕES CONCLUÍDAS Implantação do Conjunto Residencial Olarias Reforma do Mercado Municipal Reforço do Córrego Moringuinho. Reforma do Edifício - Departamento Jurídico Fiscal – DEPATR

Fonte: Prefeitura de São Paulo

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/arquivos/ouc/apresentacao_76_ouc_roce.pdf

Mapa de propostas: Procentro 2005



Fonte: Instituto Pólis
(disponível em relatório acessível pelo link: <http://www.polis.org.br/uploads/1171/1171.pdf>. Acesso 29/08/2018).

Tabela – Procentro 2005: montante de recursos por eixo

EIXO	PROCENTRO 2005 - GESTÃO SERRA/KASSAB (US\$)
Administração e Supervisão	7.296.702,78
EIXO 1 – Reversão da desvalorização imob.	2.497.952,03
EIXO 2 – Transformação do perfil econômico	13.237.542,42
EIXO3 – Recuperação do ambiente urbano	82.049.074,34
EIXO 4 – Circulação e Transportes	28.054.088,50
EIXO 5 – Fortalecimento Institucional	13.614.773,79
TOTAL	146.750.133,86

Fonte: EMURB, ago 2007.

(disponível em relatório produzido pelo Instituto Pólis – link: <http://www.polis.org.br/uploads/1171/1171.pdf>. Acesso 29/08/2018).

2. A PRAÇA ROOSEVELT PÓS-REFORMA: REQUALIFICAÇÃO, VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA, MUDANÇAS DE PERFIL COMERCIAL

Reforma triplica aluguéis e leva especulação à Praça Roosevelt, SP

Após obras, dono de livraria diz que aluguel foi de R\$ 1,7 mil para R\$ 5 mil. Reforma começou em 2010 e deve acabar em setembro deste ano.
Rafael Sampaio – Do G1 SP

22/04/2012 12h50 - Atualizado em 22/04/2012 12h50

A cinco meses de ser concluída, a reforma na Praça Roosevelt, no Centro de [São Paulo](#), é apontada como motivo de aumento de aluguéis e preços de imóveis. Lojistas, moradores e proprietários de teatros ouvidos pelo G1 relatam que a especulação imobiliária chegou a triplicar aluguéis. No caso de prédios em construção em ruas próximas à praça, o valor do metro quadrado chega a ser 56% maior que a média da cidade, diz a Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio (Embraesp).

A reforma da praça é aguardada desde 2006, quando o primeiro projeto foi apresentado pela Prefeitura. Desde então, a estimativa de custos aumentou cerca de quatro vezes e chegou a R\$ 55 milhões. Com poucos equipamentos, a nova praça será uma espécie de boulevard com novo paisagismo, cachorródromo e floricultura, além de unidades da PM e da Guarda Civil Metropolitana.

O espaço pode ser considerado a ponta da região conhecida como "Baixo Augusta", antes uma área degradada que tem passado por mudanças com a valorização dos imóveis. Na última semana, a casa noturna Vegas Club foi fechada após sete anos de funcionamento. O dono, Facundo Guerra, pôs a culpa na especulação imobiliária e disse ter "lutado" até o último segundo para manter a boate aberta. A balada dará lugar a um edifício.

Imóveis valorizados na Roosevelt

Bem antes do fechamento do Vegas, a valorização do entorno da Praça Roosevelt fez da livraria HQ Mix, especializada em quadrinhos, uma das primeiras vítimas. O dono, Gualberto Costa, viu seu aluguel subir de R\$ 1,7 mil em 2011 para R\$ 5 mil neste ano, três vezes o valor inicial. A reforma da praça foi a razão dada pelo proprietário para o aumento após o contrato do imóvel ter vencido, segundo Gualberto. "Fui a primeira vítima [da valorização], muita coisa ainda está para acontecer", diz.

A loja de quadrinhos funciona desde março em uma rua próxima à Praça Vilaboim, em Higienópolis, bairro nobre de São Paulo. "Pago R\$ 3 mil mais o condomínio, o mesmo que havia ofertado para o dono do imóvel na Roosevelt e ele não aceitou", conta Gualberto. Zarur Borjão, sócio de um bar na Roosevelt, também viu seu aluguel subir 62% desde que assumiu o ponto, no início deste ano. "Estou aqui desde janeiro, e no primeiro mês a proprietária me cobrou R\$ 3,7 mil de aluguel. Agora foi para R\$ 6 mil", disse.

A justificativa dada pela dona do imóvel é que a região valorizou por conta da obra na Roosevelt, diz o dono do bar. "Se fosse para aumentar [o aluguel], teria que subir depois que reinaugurasse a praça, porque até agora só tive prejuízo."

Demanda

Os casos indicam valorização imobiliária nos arredores da Roosevelt, diz Luiz Paulo Pompeia, diretor da Embraesp, empresa especializada em consulta de imóveis. "Ao mesmo tempo, parece que a região tem uma boa demanda e não há ofertas suficientes para atender esse público", afirma.

Para Pompeia, tem havido uma retomada imobiliária no "Baixo Augusta" que inclui a praça em reforma. Há quatro empreendimentos imobiliários em ruas próximas à praça, três residenciais. O valor médio por metro quadrado de área útil nos imóveis na região é de R\$ 8 mil, bem acima da média da cidade, de R\$ 5,1 mil.

Os apartamentos de um dormitório são o tipo de imóvel comum nos lançamentos da região, segundo dados da Embraesp. Serão lançados 1.375 deles, contra 1.024 de dois dormitórios e 32 de três dormitórios.

Certamente vão haver mais prédios novos e empreendimentos imobiliários na região da Roosevelt com a reforma, afirma Pompeia. "A região pode ser considerada central e está muito próxima da Avenida Paulista", ressalta. Com a praça se tornando uma espécie de boulevard, os valores locais de imóveis, principalmente os comerciais, "devem dobrar ou até mais que dobrar, em comparação com a praça antes da reforma".

Saída dos teatros

Gerente do Teatro do Ator, Egbert Mesquita frequenta a Roosevelt há mais de cinco anos. Ele diz que o aumento dos preços imobiliários preocupa as companhias teatrais. Quase todos os grupos, incluindo o Satyros, alugam os imóveis em que se apresentam. Apenas o grupo Parlapatões é dono do próprio prédio.

"O aluguel dos teatros ainda está no mesmo valor porque o contrato é antigo. Mas eu acredito que vá haver uma mudança sim com a perspectiva [de reforma] da praça", diz Mesquita. Ele ressalta que quase todos os teatros são de propriedade de poucas pessoas.

"É um risco [o aumento dos preços]. Seria triste se o número de teatros caísse, não dá nem para pensar nisso. O Teatro do Ator mesmo está aqui há 16 anos", diz o gerente. Ele conta ter tido problemas com a especulação imobiliária na região ao buscar um apartamento pequeno para alugar. "Há um ou dois anos, o preço era R\$ 800. Agora está R\$ 1,5 mil, só pela perspectiva da praça ficar pronta", afirma.

Reforma mais cara

O custo da reforma da Praça Roosevelt quadruplicou desde 2006, quando a Prefeitura anunciou o primeiro projeto para a obra. Na época, o orçamento previsto era de R\$ 13 milhões. Hoje, com um novo planejamento, a previsão é que R\$ 55 milhões sejam investidos, segundo a Siurb (Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras). Dessa verba, 15% vai ser pago diretamente pelo poder público e 85% vai ser obtido via empréstimo com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

O projeto que começaria a ser implantado em 2006 foi aperfeiçoado e serviu de subsídio para um novo plano, afirma o superintendente da Siurb, Regis Gehlen Oliveira. "Foi feito um novo projeto, seguindo questões mais avançadas de urbanismo e mais próximo do desejo da comunidade no entorno", ressalta.

Entre as mudanças no novo projeto estão uma área mais ampla para um batalhão da Polícia Militar (PM) e uma base da Guarda Civil Metropolitana (GCM) na praça, além da revisão do uso do terreno no entorno da igreja na Roosevelt. A localização do cachorródromo no projeto foi alterada, e um teatro de arena, que estava previsto no plano inicial, foi descartado.

Questionado sobre a demora do início das obras - o primeiro anúncio de reforma foi em 2006 e ela efetivamente começou em setembro de 2010 -, o superintendente disse que o tempo foi necessário para elaborar o novo planejamento da Roosevelt. "Eu sei que, ao longo dos anos, este projeto esteve em gestação. Chegou nesse valor [R\$ 13 milhões], e aí houve uma reavaliação dele com as mudanças do projeto", disse.

Medos

Vários são os medos de quem mora ou trabalha na praça, quando se fala na reforma. Há quem acredite que a obra vai atrair mais usuários de droga e crimes para a região. É o caso de Bartira Cataldi, que vive há 22 anos na Roosevelt. "Não vai deixar de existir droga aqui, não vamos ser ingênuos. É um espaço vazio, não vai ter controle. Vai virar um Deus nos acuda, sem uma zeladoria não vai resolver nada."

Já Renato Orbetelli, lojista mais antigo da Roosevelt - sua barbearia e charutaria funciona há 43 anos na praça - teme o aumento do aluguel. Ele é um dos muitos moradores que ainda não tiveram reajuste nos preços, mas temem a chegada da especulação imobiliária. "Se subir bastante, eu vou embora. Não vou trabalhar para dono de imóvel, tem que ser uma coisa justa. Eu sempre cuidei, nunca dei despesa", afirma.

Orbetelli está otimista com a reforma da praça. "O melhor momento aqui era nos anos 70 e 80. Naquela época havia várias lojas, tudo ficava aberto. Essa região era de gente de alto padrão, alto poder aquisitivo. Depois dos anos 90, quando o centro decaiu, tudo nos arredores foi junto."

O superintendente da Siurb avalia que, com a reforma, a Roosevelt vai atrair menos usuários de drogas e moradores de rua do que antes. "Estamos agindo de forma integrada para minimizar isso. Atendemos orientações da GCM e da PM para resolver situações que levam a uma ocupação inadequada. Por exemplo, a praça vai ser aberta, com visão para todos os lados. Isso impede que usuários de droga ocupem. Eles ocupam quando tem cantos escondidos", diz Oliveira.

A professora Paula Arruda, de 33 anos, teme que a prostituição cresça na praça após a reforma. "Dá um pouco de medo de ficar abandonado. Tinha muita prostituição, muito menino cheirando cola. A frequência já mudou, melhorou [após o início das obras]."

O G1 contou cinco casas noturnas que são pontos de prostituição na rua Nestor Pestana, atrás da Roosevelt. Quatro estavam abertas às 19h33 de terça-feira (17). A boate Kilt, cuja área foi declarada de utilidade pública pela Prefeitura em 2009, funcionava normalmente.

Questionada pela reportagem, a Siurb não soube responder em que situação está a desapropriação da boate. O caso cabe à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, segundo a pasta.

Fonte: Portal de Notícias G1

<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/04/reforma-triplica-alugueis-e-leva-especulacao-praca-roosevelt-sp.html>

Diretor dos Satyros diz que “classe média medíocre” vai expulsar o teatro da praça Roosevelt

Teatro

POR MIGUEL ARCANJO PRADO · DEZEMBRO 1, 2012

NESTA SEMANA SÓ SE FALOU EM UMA COISA NO MUNDO TEATRAL: O ANÚNCIO DE QUE O GRUPO TEATRAL OS SATYROS VAI DEIXAR A PRAÇA ROOSEVELT. AFINAL DE CONTAS, O GRUPO É PRATICAMENTE SINÔNIMO DO LUGAR E, JUSTIÇA SEJA FEITA, FOI O GRANDE RESPONSÁVEL PELA REVITALIZAÇÃO DO LOCAL, ANTES UM FÉTIDO E VIOLENTO PONTO DE TRÁFICO DE DROGAS E PROSTITUIÇÃO.

RODOLFO GARCÍA VÁZQUEZ, DIRETOR DOS SATYROS, ACUSA A “CLASSE MÉDIA MEDÍOCRE” E A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA PELA “EXPULSÃO” DO GRUPO DO LOCAL. EM ENTREVISTA À FOLHA DE S.PAULO DESTA SEMANA, IVAM CABRAL, O OUTRO FUNDADOR DOS SATYROS, DISSE QUE O GRUPO PODE IR PARA A LUZ, ONDE ATUALMENTE ESTÁ A REGIÃO DA CRACOLÂNDIA.

Vázquez resolveu usar a internet para explicitar os motivos do anúncio de que os Satyros deixam a Roosevelt em 2013. Com vocês, as palavras do diretor:

“A especulação imobiliária tem duas consequências. A primeira é visível e numérica: são os aluguéis exorbitantes. Depois de seis meses de alugueis atrasados, estamos, enfim, regularizando as contas. Meses e meses os artistas sem receber nada, pois tínhamos só contas em atraso. Dificuldades mil.

Mas nunca tivemos medo da falta de dinheiro. Isso não nos impede de ter vontade de lutar pelo espaço. Mas há outra coisa ainda pior. A crise de identidade que a Praça enfrenta hoje.

Os novos moradores, aliados aos antigos vingadores, sonham que a Praça se transforme no Itaim Bibi do centro. Mas isso não tem nada a ver com o histórico dela vindo lá dos anos 50 e 60, nem com a chegada dos skatistas, nem com o que os teatros fizeram para sua recuperação. Alguns querem que a Praça seja um local tranquilo para a moradia, algo como uma Perdizes controlada, com bares cult para bons moços frequentar até certa hora e boas instalações para novas padarias badaladas com nome afrancesado...

Até algumas pessoas que se dizem de esquerda estão caindo nesse jogo também. Estamos isolados. O que a Praça Roosevelt quer ser para a cidade e qual é o nosso papel nisso? Essa é a questão principal. Nós contribuimos para uma transformação radical de uma das regiões mais deterioradas da cidade e agora a classe média-medíocre quer transformar esse espaço no seu quintal, mais preocupados com o cachorródromo do que com a força cultural que ela pode trazer para a cidade...

Isso nos inquieta de verdade. Estas pessoas tão bem educadas são muito mais difíceis do que os traficantes que tivemos que enfrentar quando chegamos à Praça, na época em que éramos ameaçados de morte, e não de morte espiritual.”

Vídeo faz sucesso com a classe teatral ironizando situação dos Satyros

Como brasileiro é um ser cheio de bom humor, faz sucesso na internet, sobretudo entre a classe teatral, um vídeo que parodia toda essa situação usando aquela clássica cena do filme *A Queda*, subido na rede por Alex Gruli.

Já foi visto até o momento por quase 6.000 pessoas. Você pode vê-lo também aqui. É rir para não chorar.

Alguns comentários ao texto, disponíveis no mesmo site que o publicou

Comentário 1 - dezembro 3, 2012 às 11:49

Ah, também é ótimo lembrar que os moradores estão muito felizes com a especulação imobiliária, com a coca-cola custando 5 reais nos bares, e para quem paga aluguel então, estão saltitando de alegria. É óbvio que vocês estão saindo da praça por causa da especulação imobiliária, qualquer imbecil sabe disso, e você coloca a culpa nos moradores? e você ainda quer ser de esquerda? sério, sem comentários...

Comentário 2 - dezembro 4, 2012 às 17:11

Estes senhores desde que se instalaram nunca fizeram qualquer esforço para se aproximar dos moradores. No máximo cumprimentam o outro socialmente, colocam suas mesinhas na calçada para vender cerveja, apresentam, é verdade, algumas peças de teatro alternativo e se utilizam da praça para evento próprio uma vez por ano, ignorando por completo os moradores. Pensemos um instante, se os novos moradores têm a mesma opinião que os velhos, quem será que está errado? Já não bastava ter sido chamado de retardado por ver o Pica-Pau, agora sou chamado de medíocre. Esta nova intelectualidade me assusta...

Fonte: Blog do jornalista Miguel Arcanjo Prado – 01/12/2012

<http://www.miguelarcanjoprado.com/2012/12/01/diretor-dos-satyros-diz-que-classe-media-mediocre-vai-expulsar-o-teatro-da-praca-roosevelt/>

O pai da nova Praça Roosevelt

No ano 2000, o arquiteto Rubens Reis procurava um novo apartamento. Queria trocar o Bexiga por uma área mais central. "Encontramos um ótimo, na frente da Praça Roosevelt. Aí olhamos para baixo, vimos a situação da praça e minha mulher (a também arquiteta Rita Losciuto) perguntou: 'A reforma da praça vai sair?'" Acabaram se mudando para Higienópolis. "Nem eu acreditava que a reforma sairia do papel", afirma Reis.

EDISON VEIGA, O Estado de S.Paulo

26 Agosto 2012 | 03h07

Ele era arquiteto da Empresa Municipal de Urbanização (Emurb, que depois se tornaria a São Paulo Urbanismo - SP Urbanismo) e desde 1989 se debruçava sobre projetos de recuperação da praça. "Estava ficando até chato. A cada nova administração, eu pegava o projeto atualizado e ia lá mostrar para a comunidade do entorno. Ninguém acreditava mais", comenta ele, que acabou se tornando conhecido entre comerciantes, moradores e artistas das companhias teatrais localizadas por ali - o grandalhão Raul Barretto, ator dos Parlapatões, refere-se a ele como "Rubinho".

Vinte e três anos depois das primeiras discussões sobre o futuro da Praça Roosevelt, Reis hoje respira com o alívio da missão cumprida. Apesar de ele nem estar mais nos quadros da Prefeitura - saiu em 2009, antes mesmo do início das obras na praça -, fica feliz ao ver serem executadas as diretrizes de seu projeto. "Fico satisfeito", diz, aos 55 anos. "O que espero agora é que haja condições de manutenção, para que a praça não se deteriore novamente." A reforma da praça foi iniciada em outubro de 2010, ao custo de R\$ 55 milhões. A reinauguração deve ocorrer até o fim de setembro.

"Se compararmos com a situação em que estava, é claro que a reforma foi muito boa", avalia o ator Raul Barretto. "Mas poderia ser um projeto mais ousado. Agora é torcer para que o povo use e se aproprie do espaço público."

Trajetória.

A Praça Roosevelt começou a ser construída em 1967. Ficou pronta três anos depois. Nos anos 1980, entrou em decadência, agravada na década seguinte, quando o local ficou conhecido por ser um degradado ponto de usuários de drogas.

"Originalmente, a praça tinha restaurante, mercado, correio e salão de exposições", lembra Reis. "Com a decadência, a Prefeitura começou a buscar maneiras de torná-la amigável aos frequentadores. A praça chegou a ter um circo e ações esporádicas como feiras de livros e de artes. Foi cogitado até um heliponto no local."

A situação se tornou tão complicada que, em 1995, houve uma reunião decisiva no Edifício Martinelli, no centro, onde ficava a Emurb. "Defendi que havia duas saídas: construir um equipamento cultural que tomasse conta da praça ou demolir tudo e fazer uma nova praça", explica o arquiteto. Então chefe de departamento da Emurb, o arquiteto José Eduardo Lefèvre, hoje

presidente do órgão municipal de proteção ao patrimônio (Conpresp), também foi da mesma opinião. Decidiram pela demolição.

"Mas sempre esbarrávamos no custo de uma obra dessas. A praça se tornou algo tão forte em minha vida que até minha mulher chegou a reclamar que eu só pensava nisso", afirma Reis. O projeto atual foi formulado em 2005 - as obras foram iniciadas cinco anos depois.

"Foram poucas e normais as alterações ao que concebemos originalmente. Isso acontece mesmo em obra", comenta ele. A quem critica a pouca quantidade de árvores, ele rebate prontamente. "São 200 mudas. As pessoas precisam entender que uma copa demora anos para se formar. Daqui a algum tempo, esta será uma praça muito agradável", garante. "Tomamos o cuidado de projetar de modo que não haja cantos escuros ou locais que possam servir de esconderijo. A praça vai ser segura."

No fim de 2009, Reis saiu da Emurb. Tinha intenção de se dedicar a projetos como arquiteto autônomo. Por quase dois anos, prestou serviços de acompanhamento técnico às obras do Museu de Arte Contemporânea de São Paulo (MAC-USP) no antigo prédio do Detran, na frente do Parque do Ibirapuera.

A ligação com a Praça Roosevelt permanecerá. "É algo que vem até de antes de eu me envolver por tantos anos no projeto. Quando estudante (ele se formou em 1988, pelo Mackenzie, próximo da praça), eu frequentava o cineclube e as boates ao redor da praça", lembra.

Rubens Reis começou a pensar em projetos para o local

ainda em 1989 e hoje se sente aliviado pela missão cumprida

Fonte: Portal O Estado de São Paulo - 26/08/2012

<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,o-pai-da-nova-praca-roosevelt-imp-,921812>

Um Rolê pela Praça Roosevelt

Vá ao teatro e estique o programa num bar.

Comportamento

Dramaturgos e artistas começaram a ocupação cultural da Praça Roosevelt no início do ano 2000. O movimento do teatro alternativo ajudou a construir uma nova imagem para o local, antes povoado pelo tráfico de drogas e pela prostituição. Agora, a praça passa por uma ampla reforma que promete afastar de vez os frequentadores indesejáveis. Mas não precisa esperar a revitalização total, que só deve acabar em 2012, para dar um rolê pela praça, não. Ali a programação cultural segue pulsante, principalmente madrugada adentro.

A Roosevelt tem vários bares e restaurantes, além das mesinhas e bebidas dos próprios teatros, que ajudam a povoar o espaço e atraem ainda mais gente. Para você curtir a noite e conferir novidades da cena teatral alternativa de São Paulo, nós preparamos um roteirinho para você se divertir na praça. Confira!

As peças

Roberto Zucco é um dos espetáculos em cartaz na Praça Roosevelt

No **Satyros Um**, o destaque é *Cabaret Stravaganza*, baseado na ideia de humanidade expandida, em que corpos e tecnologia são uma extensão um do outro. O espetáculo utiliza recursos multimídia, internet e telefonia, numa sequência de cenas e intervenções performáticas. No mesmo teatro, *Roberto Zucco* (foto), inspirado nos últimos momentos de vida do serial killer italiano homônimo, é fruto da obra escrita pelo francês Bernard-Marie Koltès em 1988.

Já no **Espaço Parlapatões**, a boa é a peça *Talagada*, criação da Cia. de humor Olaria GB. A peça combina diferentes linguagens humorísticas e traz uma comédia crítica e nonsense.

As baladinhas

Os bares da Roosevelt: ambientes descontraídos

Enquanto você espera a hora da sua sessão chegar, ou depois, a praça tem boas opções de bares para tomar uma cerveja e forrar o estômago. Uma boa pedida é o Rose Velt, um bar moderninho, decorado com objetos que fizeram parte de peças de teatro, pôsteres de espetáculos e equipamentos de iluminação cênica.

Se bater a fome, peça o Stroz a Pret com molho de ragu, massa artesanal inspirada nos pratos da região de Emilia-Romanha, na Itália (R\$ 29). Para acompanhar, a dica é o drink que leva o nome da casa (R\$ 10). A mistura é feita com cachaça Busca Vida misturada com abacaxi, hortelã e limão.

Pinga, Pinga e Petisco: lanches e doses de cachaça

Para os apreciadores da "branquinha", a boa é o Papo, Pinga e Petisco, misto de boteco, sebo e antiquário. A casa serve cachaças especiais, com destaque para as curtidas no café e na Ambura, servidas por R\$ 4 a dose. Para comer, experimente o tradicional sanduíche de carne louca, por R\$ 12,50. Se os dois barzinhos estiverem lotados, o que não é muito difícil, você pode pegar uma cerveja nos bares que ficam dentro do Satyros ou do Parlapatões e se juntar à galera que fica na calçada da praça.

Outro lugar que vale a visita na praça é a Livraria HQ Mix, onde acontecem diversos eventos de quadrinhos, como lançamentos de obras e noite de autógrafos. Para quem é do samba, a boa é o bar Você Vai se Quiser, conhecido como "sambão da Roosevelt". Fica bem cheio nas tardes de sábado e é uma boa pedida para dias quentes.

Serviço:

Cabaret Stravaganza

Quando: Quinta, sexta e sábado, 21h. Até 17 de dezembro (3, 4 e 5 de novembro não haverá espetáculo).

Quanto: R\$ 20.

Roberto Zucco

Quando: Domingo, 18h. Até 18 de dezembro (não haverá apresentação 30/10 e 6/11)

Quanto: R\$ 30.

Talagada

Quando: Sexta, 23h59. Até 16 de dezembro.

Quanto: R\$ 30.

Confira também outros espetáculos estão em cartaz

>> E o Vento Não Levou

>> Serpente Verde

>> Deve ser do Caralho o Carnaval em Bonifácio

>> Sappho de Lesbos

Atualizado em 20 Mai 2014.

Fonte: Site ObaOba (lazer, cultura e comportamento)

<https://www.obaoba.com.br/comportamento/noticia/um-role-na-praca-roosevelt>

10 programas para aproveitar o melhor da Praça Roosevelt, em SP

Confira opções que fogem do tradicional e, sem dúvidas, vão te surpreender.

Quem a vê ou visita hoje em dia, não consegue imaginar como ela estava alguns anos atrás. Construída na década de 60, entre as ruas Consolação e Augusta, a Praça Franklin Roosevelt, homenagem do prefeito da época, José Vicente Faria Lima, ao presidente americano, passou por um período de abandono, mas, felizmente, tornou-se uma das principais áreas de lazer no centro da cidade da atualidade.

Após recente reforma, o local reabriu em outubro de 2012 com um espaço totalmente reestruturado e revitalizado ao público. Com 200 árvores, ganhou novos ambientes com pisos ecológicos, cobertos por flores de cores variadas, iluminação especial e

até um "cachorródromo", área verde dedicada aos animais de estimação, que conta, inclusive, com um bebedouro para os pets. Além disso, foram construídas também duas guaritas de segurança, uma da Polícia Militar e outra da Guarda Civil, permitindo um passeio tranquilo a qualquer horário.

Situada em uma região repleta de atrações culturais e gastronômicas, nas redondezas da Roosevelt estão situadas várias casas de teatro, bares e restaurantes que oferecem uma programação especial à noite e, pensando nisso, o Guia da Semana lista 10 delas. Confira:

ESPAÇO DEDICADO AO SKATE

A praça é frequentada por um público diversificado, mas especialmente depois da revitalização virou um reduto para skatistas por possuir piso liso ideal para realizar manobras e corrimãos como obstáculos.

Pensando nesse público, a subprefeitura da Sé criou uma área exclusiva, chamada de "skate plaza", com 1.152 m² e cinco rampas novas, dedicada aos praticantes e amantes do esporte.

BAR MR. CULT

Com vista para a praça, o bar oferece música ao vivo (e você só paga o couvert se quiser) de ótima qualidade, público bonito e descolado, atendimento incrível e um cardápio cheio de delícias com porções bem servidas e drinks super criativos.

Endereço: Praça Franklin Roosevelt, 100 - Consolação

Funcionamento: Todos os dias, das 17hs às 4hs

ESPAÇO PARLAPATÕES

O Espaço Parlapatões foi fundado em 2006 pelo grupo teatral Parlapatões, um dos maiores nomes de espetáculo circense, e abriga atualmente várias peças que relacionam música, circo, comédia e teatro de rua. A casa tem um café-bar, palco para apresentações e sala com capacidade para cerca de cem pessoas.

Endereço: Praça Franklin Roosevelt, 158 - Consolação

Para conferir a programação, clique aqui.

BAR PAPO, PINGA E PETISCO

Com decoração irreverente, música boa e cerveja gelada, o bar é uma ótima opção para passar a noite com os amigos, colocando o papo em dia e aproveitando um local diferente e extremamente aconchegante. Com ótimo atendimento e bem frequentado, tomar uma pinguinha em frente à praça também é, sem dúvidas, um programa diferente e delicioso.

Endereço: Praça Franklin Roosevelt, 118 - Consolação

Funcionamento: de segunda à quinta-feira, das 18hs à 1h e sextas e sábados, das 18hs às 2h30.

BAR ROSE VELT

Idealizado para ser um lugar mais sofisticado em meio a bares teatrais da região, o restaurante-cachaçaria Rose Velt é conhecido como o "luxo do lixo". A decoração inclui objetos que já fizeram parte de peças teatrais, como pôsteres de espetáculos e equipamento de iluminação. A casa não serve nenhum drinque com vodka, nem mesmo os clássicos, mas tem um cardápio de cachaças com mais de 100 opções, que podem ser provadas puras ou em caipirinhas. Atualmente encontra-se fechado, mas com planos de reabrir em breve.

Endereço: Praça Franklin Roosevelt, 124

Funcionamento: de terça a domingo das 20h às 2h.

SATYROS

A Companhia Satyros de teatro vem atuando nos palcos do Brasil e da Europa desde meados de 1989, mas só depois de 2001 o grupo chegou à Praça Roosevelt abrindo dois espaços (Espaço Satyros 1 e 2), com uma programação cênica especial, além de oficinas de interpretação.

O Espaço 1 possui um café na entrada, que funciona das 18h à 0h, chegando até as 2h nos finais de semana, e o teatro, com

capacidade para 60 pessoas, que tem uma programação que varia de quarta a domingo. O Espaço 2 no momento encontra-se fechado para reformas, sem previsão de data para reabertura.
Para informações sobre a programação, clique aqui.

LEKITSCH BAR

Inaugurado junto com a Nova Praça Franklin Roosevelt, em 2012, o Lekitsch Bar destaca-se pela decoração meio retrô, meio kitsch e cardápio enxuto, opção certa para quem gosta de um programa diferente e descolado.

Endereço: Praça Franklin Roosevelt, 142 - Bela Vista
Funcionamento: das 17hs à 1h

STUDIO 184/STUDIO HELENY GUARIBA

Aberto em 1997 como Studio 184 e hoje conhecido como Teatro Studio Helena Guariba, em homenagem à diretora e professora de teatro que foi torturada e morta na ditadura, é o mais antigo local ainda em funcionamento a ocupar a praça. A casa de espetáculos de 50 assentos tem agenda de peças que exploram discussões de temas sociopolíticos.

Endereço: Praça Franklin Roosevelt, 184 - República
Para acessar a programação, clique aqui.

BAZ – BAR AMIGOS DO ZÉ

Com opções de cervejas diferentes e petiscos deliciosos, o bar é aconchegante, descontraído, possui atendimento incrível e uma ótima opção para ir com amigos ou a dois.

Endereço: Praça Franklin Roosevelt, 92 - República
Funcionamento: diariamente, das 18h às 2h

TEATRO DO ATOR

O Teatro tem pequeno porte e oferece peças de vários gêneros - clássicas e contemporâneas - a preços populares.
Endereço: Praça Franklin Roosevelt, 172 - Centro
Para acessar a programação, clique aqui.

Atualizado em 1 Jun 2016.

Por Nathália Tourais

Fonte: Site Guia da Semana (cultura, lazer, comportamento, estilo de vida)

<https://www.guiadasemana.com.br/arte/noticia/10-programas-para-aproveitar-o-melhor-da-praca-roosevelt-em-sp>

CONHEÇA TODOS OS BARES DA PRAÇA ROOSEVELT, O POINT DA BOEMIA NO CENTRO DE SÃO PAULO

Vibrante, a Praça Roosevelt tem bares para diferentes tipos de público e ocasiões, do happy hour ao esquentar da balada. Confira os detalhes e aproveite

Publicado em: 13/07/2018

A Praça Roosevelt, point dos skatistas, dos teatros e local de várias manifestações culturais e de lazer a céu aberto no centro de São Paulo, é a região da boemia no centro de São Paulo. Vibrante, a praça tem pelo menos 12 bares, que apresentam um perfil variado e acolhem a todos os públicos. Há opções de estabelecimentos para sentar numa mesa na calçada e tomar uma cerveja sossegado, outros que capricham nos petiscos e nos drinques e alguns com música ao vivo num volume que não atrapalha o bate-papo. Tem até karaokê e mesa de bilhar. Nos dias quentes, as mesinhas na calçada são as mais disputadas. Quem não consegue acaba ficando em pé mesmo.

Todos os bares começam a funcionar no final da tarde ou à noite e fecham à 1h – quando boa parte dos frequentadores se muda para a escadaria da praça em frente. Em relação aos dias de funcionamento, alguns não abrem às segundas ou

domingos. Por isso é recomendável que você se certifique desses detalhes no Facebook (clique no nome do bar na lista abaixo) do estabelecimento antes de se programar, pois pode eventualmente haver alterações no horário de funcionamento.

A relação neste post segue a ordem da localização dos bares na Praça Roosevelt, partindo da Rua da Consolação até a Rua Nestor Pestana.

E aí, preparado para a jornada etílica rooseveltiana?

Então lá vai!

TAP TAP

Aberto em janeiro de 2018, o Tap Tap tem 16 torneiras, cada uma com um tipo diferente de cerveja. O bar surge com a ideia de ser o point na região da Praça Roosevelt para quem aprecia uma boa cerveja artesanal. As opções na casa mudam quase diariamente. “Terminou um barril, a gente já coloca um tipo diferente. Temos uma ampla variedade de marcas e tipos”, diz Leandro Gonçalves, que montou o Tap Tap com Carlos Lima. O bar não tem garçom – atendimento é feito no balcão. O local é pequeno, mas bastante agradável, com uma janelão de vidro que permite ver o movimento na Consolação. Para acompanhar as cervejas, sanduíches e porções.

Endereço: Rua da Consolação, 455, na esquina da Praça Roosevelt

Funcionamento:

Segunda: das 16h à 1h

Terça a sábado: das 12h à 1h

Domingo: 12h às 21h

ESPETINHO DO BIRO

Quem não gosta de um bom petisco entre uma cerveja e outra num happy hour ou no esquentar da balada? Como o nome sugere, o Espetinho do Biro, que tem mesas na calçada e também na parte interna, é repleto de opções de espetinhos (camarão, carne, medalhão de filé, linguiça apimentada e kafta), além de sanduíches e caldos. O acompanhamento pode ser com cervejas de garrafa grande, long neck, lata ou caipirinhas.

Endereço: Praça Roosevelt, 252

Aberto diariamente

VINIL RETRÔ CAFETERIA E TABACARIA

Desde 1968 o seu Renato Orbetelli mantém sua barbearia e tabacaria no mesmo ponto, o número 230 da Praça Roosevelt. E, mais de 40 anos depois, o estabelecimento se transformou no gastrobar Vinil Retrô Cafeteria e Tabacaria, mantendo ainda a tabacaria na entrada do bar. Vale passar por lá lá. Clima agradável, mesinhas na calçada para tomar cerveja com os amigos e boa gastronomia. Com preços amigáveis, o Vinil Retrô é o único lugar da Roosevelt que serve refeições no jantar – o cardápio é variado, com massas, panquecas, sopas e escondinhos. No ambiente interno, que conta com iluminação charmosa e aconchegante, os espaços são mais reservados e próprios para boas conversas.

Endereço: Praça Roosevelt, 230

Aberto diariamente

LA BARCA

Quer matar a larica antes de ir para a balada? No La Barca, o ponto forte são os salgadinhos. Logo na entrada já se vê a estufa sempre cheia de coxinhas, esfihas e outros assados, inclusive vegetarianos e veganos. O bar não tem site nem Facebook.

Endereço: Praça Roosevelt, 226

Aberto diariamente

RESTAURANTE LOS ROLOS

No mesmo endereço do La Barca funciona – durante o dia – o Los Rolos, de comida colombiana. Com pratos de todas as partes da Colômbia, o restaurante ficou durante cinco anos na Rua Aurora e se mudou para a Praça Roosevelt em fevereiro. Tem café da manhã, almoço e, à tarde, é uma opção para uma cervejinha e um sanduíche de arepa, por exemplo. Os fundadores – o colombiano Juan Carlos e a brasileira Vera Barbosa – estão lá todos os dias e são muito simpáticos e atenciosos.

Endereço: Praça Roosevelt, 226
Aberto de terça a domingo, das 9h às 17h

BAR DO ESPAÇO SATYROS

Vai ao teatro e quer tomar uma cerveja ou matar a fome antes? Pequeno, o bar dos Satyros é perfeito para isso. No balcão, no saguão, tem diferentes tipos de salgados. Do lado de fora também tem mesinhas.

Endereço: Praça Roosevelt, 134
Aberto de terça a domingo

PARLAPATÕES

O bar do Parlapatões é um espaço animado, com várias mesas no saguão e, dependendo do dia, rola um som ao vivo bacana. Serve tanto para quem vai ao teatro como para quem quer apenas tomar umas cervejas e ficar de boa.

Endereço: Praça Roosevelt, 158
Aberto de terça a domingo

LEKITSCH BAR

Inaugurado na mesma época em que a nova Praça Roosevelt, em 2012, o Lekitsch Bar tem na decoração um de seus diferenciais. Ela mistura o kitsch e o retrô, com elementos de pop-art e referências ao universo de Quentin Tarantino e Amy Winehouse. O menu tem saladas caprese com molho de mostarda e mel, cuzcuz paulista de frango com salada verde e ceviche, além de petiscos, como bolinhos de mandioca, abóbora, polenta e bruschettas. Nos fins de semana, também abre para almoço, com um cardápio mais enxuto de pratos.

Endereço: Praça Roosevelt, 142
Aberto de terça a domingo a partir das 18h. Sábados e domingos a partir das 13h

BAB BAR

O antigo Bambolina agora é administrado pelo sírio Salim Mhanna, que já introduziu mudanças: um cenário mais colorido e animado e um cardápio de comida árabe com o melhor falafel da região. Tem ainda as pastas tradicionais – humus, babaganush e coalhada – e shawarmas, os sanduíches no pão árabe, nas versões carne, frango e vegetariana. Atrai um público diversificado, com forte presença LGBT. O cardápio tem vários tipos de cervejas e drinques como Aperol e Gin Tônica. Tem algumas mesas na calçada e mesas grandes, com bancos, estilo refeitório, na área interna. Abre também no almoço, com um cardápio que muda a cada dia, ao melhor preço da região.

Endereço: Praça Roosevelt, 124
Aberto diariamente a partir das 11h

PAPO, PINGA E PETISCO

Um dos mais tradicionais e frequentados da praça, o PPP, como é conhecido, costuma receber grupos de amigos que gostam de um bar animado para bater papo. A decoração faz o cliente pensar que está dentro de um antiquário e pode ficar horas só se distraindo com os objetos pendurados nas paredes e no teto. O ponto tem história. Nos final dos anos 1950 e início dos 1960, no mesmo local funcionava o Farney's, que depois virou Djalma's, atual Pinga, Papo e Petisco. E foi lá que, no dia 5 de agosto de 1964, Elis Regina fez seu primeiro show em São Paulo. Além das cervejas, o bar tem uma ampla carta de cachaças, puras e em combinações, como a de jambu.

Endereço: Praça Roosevelt, 118
Aberto de terça a sábado, a partir das 18h

SUBSOLO 27

O caçulinha da praça, aberto no início de junho, num local onde funciona outro bar. Decoração descolada, é uma mistura de bar e balada, com DJ em alguns dias da semana. Tem cervejas de garrafa, drinques e destilados. Entre as comidinhas, caldos, escondidinho, bolinhos de mandioca, arroz, abóbora e outros.

Endereço: Praça, 108

Aberto de terça a domingo, das 17h à 1h da manhã

MR CULT

Um bar que alia boemia, arte e cultura. O Mr. Cult é para quem gosta dessa combinação – que tal uma cerveja ou um drink ao som de um MPB? Com amplo espaço, aceita reservas e é um bom local para ir em grupos. É um bar animado, mas sem perder o clima aconchegante. Às sextas e sábados têm música ao vivo.

Endereço: Praça Roosevelt, 100
Aberto de terça a domingo a partir das 17h

BAR AMIGOS DO ZÉ

Inaugurado em 2013, o Bar Amigos do Zé tem a proposta de ser um lugar da camaradagem. É cerveja gelada e bons petiscos em um ambiente bem descontraído, em uma das pontas da Praça Roosevelt. Tem boas porções, e o melhor pastelzinho da praça. O BaZ (fala-se bazê) é a sigla para o nome do bar.

Endereço: Praça Roosevelt, 92
Aberto de terça a domingo

BAR E CACHAÇARIA CUCA GRANDE

O Bar e Cachaçaria Cuca Grande, conhecido como Bar do Fabinho, é um dos sobreviventes da antiga Roosevelt, anterior à criação da atual praça. Funcionando há cerca de 20 anos e com uma pegada underground, tem como destaque a cerveja de litro (“litirão”) a um preço bem, mas bem camarada. Também tem diversos petiscos, lanches e cachaças populares de várias regiões do Brasil. Pode ser um bom esquentar para a balada.

Endereço: Praça Roosevelt, 28
Abre todos os dias às 9h – a exceção são os domingos, quando começa a atender às 16h – e fecha à 1h

VIA ROOSEVELT

Fica dentro da Praça, logo atrás da igreja da Consolação. São dois cubos de vidro que se conectam por um jardim. Jardim que é, aliás, um dos pontos mais agradáveis do Centro de São Paulo, com a sombra das árvores que cercam a igreja. É bom para sentar sozinho, com amigos ou mesmo para uma reunião de trabalho. Serve café da manhã, sanduíches, tem pratos rápidos para almoço e vem se tornando também um ponto de encontro para drinques no fim da tarde ou noite. Nos fins de semana, tem um red velvet delicioso.

Endereço: dentro da Praça, atrás da igreja
Abre de terça a domingo, das 9h às 22h

Alguns comentários a esse texto, disponíveis na própria página em que ele foi publicado:

Comentário 1

Faltou o bar mais popular um dos sobreviventes da Roosevelt antiga e a nova Bar e cachaçaria Cuca Grande ,conhecido como bar do Fabinho preço popular cachaças de varias regiões do Brasil ,espetinhos lanches e durante o dia funciona serve almoço e pratos para viagem gerenciado por Mara e Valdeci e fechamos as 01:00 da manhã ,abre aos domingos a partir das 16:00 tarde.

Like · Reply · 28 · 38w

Comentário 2

faltou mesmo, pesquisa mal feita

Like · Reply · 4 · 36w

Comentário 3

Desgraçados!

[Like](#) · [Reply](#) · 2 · 36w

Comentário 4

Kd o Cuca Grande aka bar do fabinho? Melhor espeto e litirão barato! Quem pesquisou isso aí acha que a roosevelt acaba na nector pestana. Tsc tsc...

[Like](#) · [Reply](#) · 3 · 36w

Comentário 5

Ótima matéria mas é uma pena que não citaram o melhor bar da praça, o irreverente , despojado e delicioso Bar do Fabinho (Bar e Cachaçaria Cuca Grande) . Fica a dica;)

[Like](#) · [Reply](#) · 10 · [36w](#)

Comentário 6

Linda matéria sobre os bares underground da Roosevelt mas faltou o Bar e Cachaçaria Cuca Grande

Fonte: Site A Vida no Centro (Cultura, lazer e comportamento no Centro de São Paulo) - 13/07/2018

http://avidanocentro.com.br/onde_comer_e_beber/conheca-todos-os-bares-da-praca-roosevelt-o-point-da-boemia-no-centro-de-sao-paulo/

Artes, moda e arquitetura tendências de excursão a pé de São Paulo

Por: Bem São Paulo

A partir de R\$ 387,13

Garantia de preço baixo

Cancelamento gratuito com até 24 horas de antecedência

Destaques

Pé de 5 horas cobrindo de São Paulo, comida, artes e tendências de moda

Visite locais públicos onde Paulistas como para se divertir

Participe de um público festa com dança e show

Data e viajantes

Escolha a data

Número de viajantes

Ver disponibilidade

Visão geral

Descubra mais moderna e cidade metropolitana em uma excursão de 5 horas a pé focada na arte, moda e arquitetura de São Paulo. Seu guia é um especialista em São Paulo da moda da cena cultural e o levará seu pequeno grupo para descobrir os bairros, bares e arte urbana. Vá até um show de dança no centro da cidade e explore lojas se refrescar. Algumas amostras de comida e as taxas de entrada estão incluídos.

O que esperar

Encontre-se com o guia às 14h45 27 de Aro Café, um café no bairro de pinheiros e comece sua excursão a pé até às 15h. Sua primeira parada é uma praça da cidade que foi recentemente revitalizada e agora possui uma inovadora projeto arquitetônico. Vá a um moderno, incomuns bar, feitos a partir de contêineres. Relaxe na área exterior do São Paulo habitantes locais. Continue para explorar este bairro, que é o central da cidade últimas tendências de moda, arte e design.

Conheça uma das maiores marcas de roupa cujo estilo único é uma boa representação de estilo brasileiro. Em seguida, vá para o centro da cidade e desfrutar de algo que os brasileiros amor para fazer – dança! Depois, confira os profissionais em um restaurante brasileiro show de dança.

Por fim, confira a cena teatral em um dos mais emblemáticos áreas for the Performing Arts, a Praça Roosevelt. Este espaço sofreu uma grande revitalização profunda e agora é uma das mais movimentadas e mais agitadas espaços públicos no centro da cidade.

Termine a excursão em Rua Augusta, um vibrante centro cultural repleto de locais de música e bares. Aqueles que desejam pode continuar para se divertir e desfrute de uma noite em uma das modernas de São Paulo áreas, e seu guia pode oferecer sugestões sobre outros lugares para check-out.

Informações importantes

Ponto de partida

De Pinheiros, Estação de metrô (linha amarela)

Horário de partida

15h

Detalhes da volta

Rua Augusta

Inclusões

Garrafa de água

Degustação

Excursão a pé

Guia local

Taxas de entrada

Exclusões

Embarque e desembarque no hotel

Leia mais

Informações adicionais

- A confirmação será recebida no momento da reserva, a menos que a reserva seja feita a até 3 dias da viagem. Nesse caso, a confirmação será recebida em até 48 horas, sujeita à disponibilidade
- Crianças devem estar acompanhadas de um adulto
- O itinerário está sujeito a alterações de última hora
- Use sapatos confortáveis e traga uma blusa, a experiência passará por diferentes regiões e está sujeita a alterações de temperatura

Leia mais

Política de cancelamento

Para receber um reembolso integral, cancele com até 24 horas de antecedência do início da experiência.

Principais detalhes

- Bem São Paulo Praça Franklin Roosevelt
- Aceita cupom eletrônico
- Idiomas disponíveis: Inglês

Fonte: Site Trip Advisor (viagens e roteiros turísticos)

<https://www.tripadvisor.com.br/AttractionProductDetail-g303631-d11473149->

[Arts_Fashion_and_Architecture_Trends_Walking_Tour_of_Sao_Paulo-Sao_Paulo_State_of_Sao_Paulo.html?](https://www.tripadvisor.com.br/AttractionProductDetail-g303631-d11473149-Arts_Fashion_and_Architecture_Trends_Walking_Tour_of_Sao_Paulo-Sao_Paulo_State_of_Sao_Paulo.html?)

3. CONFLITOS POLÍTICOS NA PRAÇA ROOSEVELT PÓS-REFORMA

Moradores reclamam de skatistas na Praça Roosevelt em São Paulo

13/10/2012 13h00 - Atualizado em 13/10/2012 13h05

Eles pedem área exclusiva e horário para prática do esporte. Problema começou após reforma que durou dois anos. Do G1 SP

Inaugurada há pouco mais de duas semanas, a Praça Roosevelt, no Centro de **São Paulo**, se tornou motivo de discussão entre moradores da região e grupos de skatistas. O piso liso atrai praticantes do esporte e os bancos são usados como obstáculos, inclusive durante a madrugada. Quem mora perto, porém, reclama do barulho e do perigo.

"A partir do momento em que nós entendemos que o skate é um esporte, precisa haver regras. Precisa ter um espaço para ser praticado", diz o morador Henrique Martins.

Faltam regras para a ocupação do espaço e para que haja fiscalização. E para tentar resolver o problema, uma reunião entre moradores e os skatistas abriu as negociações. Uma das propostas é restringir o horário de uso da praça para até as 22h e reservar a área que fica perto da Rua da Consolação só para o skate. As sugestões terão que ser levadas para a prefeitura.

"Nós precisamos agora que a ação seja feita e que sejam implementadas as soluções para que a praça seja da comunidade e seja um convívio de harmonia, cultura e lazer", afirma Jader Oliveira, diretor da Ação Local Roosevelt.

Reforma

Depois de dois anos de reformas, a nova Praça Roosevelt foi inaugurada no dia 29 de setembro. A área ganhou quiosques para floricultura, parquinho, banheiro público e base da Guarda Civil Metropolitana (GCM). Ainda falta construir o batalhão da Polícia Militar, que vai ficar perto da Rua Augusta.

A praça tem 25 mil metros quadrados, e 380 são só para os cachorros. O "cachorródromo" da nova Roosevelt é gramado, tem bancos para os donos sentarem e bebedouro para os bichinhos de estimação.

Fonte: Portal de Notícias G1

<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/10/moradores-reclamam-de-skatistas-na-praca-roosevelt-em-sao-paulo.html>

Vídeo mostra confusão na Praça Roosevelt em ação da GCM

07/01/2013 13h08 - Atualizado em 07/01/2013 18h28

Guarda à paisana fez estrangulamento em jovem e insultou outro. GCMs foram afastados do serviço. Do G1 São Paulo

Um vídeo postado na internet mostra uma confusão entre skatistas e guardas civis metropolitanos na Praça Roosevelt, na região central de São Paulo, ocorrida na sexta-feira (4). Nas imagens publicadas no Youtube, um guarda à paisana realiza um estrangulamento em um dos jovens que estão na praça e também usa spray de pimenta contra os outros skatistas, juntamente com outros guardas.

A Secretaria de Segurança Urbana, responsável pela Guarda Civil Metropolitana, divulgou nota nesta segunda-feira (7) informando que afastou os profissionais envolvidos e que eles serão ouvidos pela Corregedoria Geral da Guarda Civil Metropolitana. Serão adotadas as providências cabíveis, segundo a secretaria, sem especificar quais seriam. Dois guardas-civis foram afastados, entre eles o que aparece à paisana nas imagens. O vídeo foi feito pelo skatista Eduardo Régis, de 22 anos, que também frequenta o local. Ele explica que as abordagens dos guardas aos skatistas tem sido frequentes pelo fato de eles usarem os bancos para a prática do esporte. Foi o que aconteceu na sexta-feira, segundo Régis, quando duas GCMs pediram que jovens que andavam de skates parassem com a atividade sobre os bancos. Elas foram atrás dos skatistas e um outro jovem chegou para conversar, segundo Régis. Elas, então, teriam pedido reforço, e esse jovem que argumentou recebeu o estrangulamento do GCM que aparece no vídeo sem uniforme, à paisana. No vídeo, Eduardo aparece sofrendo insultos deste guarda à paisana.

A Praça Roosevelt passou por uma reforma de cerca de dois anos e foi reaberta em setembro do ano passado. O skatista Eduardo Régis afirma que os materiais usados são de má qualidade e os bancos quebram não necessariamente por causa da prática do skate, mas, sim, pelo uso dos demais frequentadores.

Regras

Uma comissão formada por integrantes skatistas e os dois grupos entregou um documento com uma série de reivindicações para a praça à Subprefeitura da Sé em novembro. Entre elas, estão a definição do horário para a prática de esportes e a construção de uma pista de skate.

O presidente da Ação Local da Praça Roosevelt, Jader Nicolau Júnior, afirmou na ocasião que o uso do espaço pelos skatistas era a principal questão a ser discutida. Segundo o documento, os skatistas se comprometeriam a usar apenas o entorno da escadaria que liga a praça à Rua da Consolação entre as 8h e as 23h.

Fonte: Portal de Notícias G1

<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/01/video-mostra-confusao-na-praca-roosevelt-em-acao-da-gcm.html>

Moradores e skatistas definem regras de convivência da Praça Roosevelt

07/11/2012 11h19 - Atualizado em 07/11/2012 11h19

Skatistas apenas poderiam praticar esportes das 8h às 23h.
Prefeitura de SP vai analisar reivindicações e criar conselho gestor.
Do G1 SP

Depois de diversas reuniões, moradores e skatistas da região da Praça Roosevelt, no Centro de São Paulo, entraram em acordo em relação às regras de utilização do espaço. Uma comissão formada por integrantes dos dois grupos entregou um documento com uma série de reivindicações para a praça à Subprefeitura da Sé nesta terça-feira (6). Entre elas, estão a definição do horário para a prática de esportes e a construção de uma pista de skate.

Segundo o presidente da Ação Local da Praça Roosevelt, Jader Nicolau Júnior, o uso do espaço pelos skatistas era a principal questão a ser discutida. Segundo o documento, os skatistas se comprometeriam a usar apenas o entorno da escadaria que liga a praça à Rua da Consolação entre as 8h e as 23h.

Os grupos também pedem sinalizações indicando as novas regras da praça, instalação de portões no cachorródromo, cercas no playground, melhoria na iluminação e mais segurança. Além disso, o documento quer que seja proibido o uso da Roosevelt por ciclistas. “Tem ciclista que anda muito rápido no local, é perigoso”, comentou Júnior.

Uma das reivindicações é também em relação à lei do silêncio. “Tem gente que não respeita. Tem eventos que vão até 2h da manhã, pessoas que fazem barulho abusivo durante a noite. [Depois dos skatistas], o próximo passo seria fiscalizar o barulho”, disse o presidente.

Para agilizar o processo, Nicolau Júnior afirmou que está empenhando em marcar uma reunião com a Subprefeitura da Sé e a Secretaria de Segurança Urbana para tratar as questões de sinalização e as ações da Guarda Civil Metropolitana no local. “Nós esperamos esta reunião ainda hoje [quarta-feira]. Queremos que tudo seja implementado imediatamente”, comentou.

A Secretaria de Coordenação das Subprefeituras confirmou o recebimento do documento e afirmou que todos os órgãos envolvidos irão analisar as reivindicações e intensificar o processo de criação de um conselho gestor, representado por moradores, por frequentadores da Roosevelt e por departamento do próprio governo.

Fonte: Portal de Notícias G1

<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/11/moradores-e-skatistas-definem-regras-de-convivencia-da-praca-roosevelt.html>

Prefeitura de SP promete blitz da PM contra skates na praça Roosevelt

Cotidiano

LEANDRO MACHADO
DE SÃO PAULO

17/01/2013 03h00

O subprefeito da Sé, Marcos Barreto, disse que vai pedir à Polícia Militar um reforço no policiamento da praça Roosevelt, no centro de São Paulo, para retirar skatistas do local após as 22h.

A proposta foi discutida durante encontro com moradores na tarde de ontem.

O pedido será uma antecipação à entrega de um posto da PM no local, o que deve ocorrer em março.

"Enquanto a PM não está [na praça], vou pedir para que ela já se faça presente", afirmou Barreto sobre a presença de skatistas.

Hoje, apenas agentes da GCM (Guarda Civil Metropolitana) fiscalizam o local. Eles vão até a praça todas as noites, após as 22h, e pedem para os skatistas saírem da área. Mas, segundo moradores, muitos acabam voltando.

Vizinhos da Roosevelt reclamam do barulho produzido pelas manobras dos skatistas à noite.

Uma moradora, que se identificou como Simone, afirmou que não dorme devido ao ruído dos skates batendo no chão. "Isso ocorre todo santo dia", disse.

O vice-presidente da Confederação Brasileira de Skate, Edson Scander, 45, afirma que reprova os praticantes que vão à Roosevelt após às 22h. "Os melhores skatistas não vão à praça para fazer bagunça", disse.

SEPARAÇÃO

Na reunião de ontem, o subprefeito reafirmou que uma das ações para resolver o conflito será reservar um espaço aos esportistas.

O problema relativo ao uso da praça ganhou repercussão após agentes da GCM terem agredido skatistas na praça no início do mês.

Um vídeo da ação foi divulgado na internet, e os agentes foram afastados das funções pela corporação.

Procurada pela Folha, a Polícia Militar não respondeu se atenderia ao pedido do subprefeito até a conclusão desta edição.

Fonte: Portal de notícias Folha de São Paulo/UOL

<https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/01/1216079-prefeitura-de-sp-promete-blitz-da-pm-contra-skates-na-praca-roosevelt.shtml>

Praça Roosevelt ganha pista profissional de skate

15:42 28/11/2014

De Secretaria Especial de Comunicação

A Praça Roosevelt, na região central, ganhou na manhã deste sábado (29) um espaço exclusivo para uso dos skatistas profissionais e amadores da cidade de São Paulo. Com 1.150 metros quadrados, a pista que fica na lateral da praça, ao lado da Rua da Consolação, conta com 15 obstáculos desenhados com a orientação de profissionais do esporte, que participaram da modulação do projeto. Um campeonato com a participação de 60 skatistas nacionais e internacionais, que foi iniciado às 9h, marcou a inauguração do espaço.

A criação da área surgiu após uma parceria entre a Subprefeitura Sé e a Skatenuts, que assinou um Termo de Cooperação de três anos com o município, com investimentos de R\$ 100 mil feitos pela empresa. A manutenção do espaço também ficará por conta da Skatenuts durante a vigência do contrato. O termo também prevê a implementação de 16 câmeras de segurança, que foram solicitadas pela Guarda Civil Metropolitana (GCM) e Polícia Militar. A Skatenuts é uma empresa especializada em organizar campeonatos da modalidade, revitalizar espaços para a prática do esporte, além de ser a representante exclusiva de uma lixa especial para skate no Brasil.

Além de ampliar os locais para a prática do esporte, a medida atende a demanda de vizinhos da praça e de parte dos próprios skatistas em relação ao compartilhamento de outros espaços da praça. “Na parte de cima, tem as crianças que saem da escola, as pessoas que vem para passear ou senhoras idosas. O piso lá também era ruim e por vezes, quebrávamos coisas, porque não era preparado. Acho que vai ficar bom para eles, mas também para o skate”, afirmou Renato Neves, 13 anos, que há um ano pratica o esporte e mora ao lado da Roosevelt.

Para o skatista André “Hiena”, 40 anos, que há 26 anos é profissional do esporte, apesar de ser contra ter um espaço único e segregado para a prática, a pista tem qualidade para a prática do tipo “street” e vai minimizar os transtornos com outros frequentadores da praça. “O street exige obstáculos naturais, como bancos, corrimãos, escadas e aqui tem essa combinação. É uma pista muito boa, especialmente, para os mais experientes. Mas, ainda acho que o skatista prefere socializar com o resto do público”, disse Hiena.

A competição que marca a inauguração da pista de skate da Praça Roosevelt faz parte do lançamento do Projeto “Pela Cidade”. Iniciativa da Subprefeitura da Sé, ONG Peixe Vivo e com patrocínio do Itaú, através da Lei de Incentivo ao Esporte do Ministério do Esporte, o evento levará atividades esportivas em espaços públicos e históricos do centro da capital.

O projeto acontecerá de 6 de dezembro a 8 de fevereiro, sempre nos finais de semana, não ocorrendo somente no último de dezembro e primeiro de janeiro de 2015. Serão cinco arenas espalhadas em pontos históricos da cidade, no Vale do Anhangabaú, Libero Badaró, Viaduto do Chá, Praça da Sé e Pátio do Colégio, cada uma com uma temática. Além das atividades gratuitas para a população, haverá também passeios ciclísticos, caminhadas, exposições de atletas profissionais e clínicas com esportistas.

Fonte: Prefeitura de São Paulo

<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/praca-roosevelt-ganha-pista-profissional-de-skate>

Trecho de texto da Lei Municipal Nº 16.212 de 2015, que regulamenta a gestão participativa de espaços públicos em São Paulo

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 12 de maio de 2015, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a gestão participativa das praças do município de São Paulo e estabelece seus objetivos, princípios e instrumentos.

Art. 2º Para efeitos desta lei, entende-se por praça um espaço público urbano, ajardinado ou não, que propicie lazer, convivência e recreação para a população, cumprindo uma função socioambiental. Parágrafo único. As praças integram o Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres previsto no Plano Diretor Estratégico.

Art. 3º Entende-se por gestão participativa das praças a participação dos cidadãos, conjunta com o poder público, na implantação, revitalização, requalificação, fiscalização, uso, conservação das praças públicas, visando garantir a qualidade desses espaços públicos e fortalecer o necessário diálogo entre o poder público e a sociedade civil.

Art. 4º A gestão participativa das praças tem como objetivos:

I - a busca da sustentabilidade do espaço urbano, considerando a valorização da saúde humana, a inclusão social, as manifestações culturais e a melhoria da qualidade de vida como aspectos pertinentes e indissociáveis da conservação do meio ambiente;

II - a valorização do patrimônio ambiental, histórico, cultural e social das praças de São Paulo;

III - a apropriação e fruição dos espaços públicos da praça pela comunidade, considerando as características do entorno e as necessidades dos munícipes;

IV - a utilização, pela comunidade, de elementos paisagísticos, arquitetônicos, esportivos, lúdicos e do mobiliário urbano voltados ao atendimento das necessidades dos munícipes;

V - a sensibilização e a conscientização da comunidade para a conservação e valorização das áreas verdes urbanas, incentivando o seu uso coletivo e contribuindo para desenvolver uma cultura de convivência social nos espaços públicos.

Art. 5º Para a consecução desses objetivos, a gestão participativa das praças rege-se pelos seguintes princípios:

I - a disseminação ampla e qualificada de informações;

II - a transparência;

III - o diálogo com a comunidade;

IV - a valorização do saber técnico e do saber popular;

V - a vocação de cada praça, sua singularidade e complementaridade com as outras praças e áreas verdes do bairro e equipamentos públicos do distrito e da Subprefeitura;

VI - a integração entre as praças, parques urbanos, parques lineares, unidades de conservação, demais áreas verdes públicas e particulares e a arborização urbana, considerando as diferentes escalas e paisagem, e observado o disposto no Plano Diretor Estratégico, nos Planos Regionais, nos Planos de Bairro e no Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres;

VII - a conexão entre as praças e demais espaços públicos, considerando em especial as formas não motorizadas de mobilidade humana;

VIII - a acessibilidade universal, conforme legislação pertinente;

IX - a manutenção das áreas permeáveis e, quando possível, sua ampliação;

X - a parceria entre o poder público, a sociedade civil e o setor privado. Parágrafo único. Entende-se por vocação da praça suas características, singularidade, os usos e possibilidades de uso, a frequência e as características do entorno, que a tornam única e a diferenciam das demais praças.

Art. 6º São instrumentos da gestão participativa das praças:

I - a consulta pública de projetos, previamente à sua implantação;

II - os comitês de usuários;

III - o cadastro de praças.

Art. 7º Entende-se por consulta pública o procedimento de divulgação pública de propostas para receber manifestações de interessados, devendo ser utilizado:

I - nos projetos de novas praças, elaborados pelo poder público municipal ou por terceiros;

II - nos projetos de requalificação ou reforma de praças, quando implicarem em substituição expressiva da vegetação;

III - nos projetos de requalificação ou reforma de praças, quando implicarem em mudança de uso predominante.

§ 1º A consulta pública deverá ser amplamente divulgada pela Subprefeitura respectiva, através de jornais, internet, mídias locais, além de outros meios considerados pertinentes, garantindo-se prioritariamente a divulgação na própria praça e em seu entorno.

§ 2º A Subprefeitura deverá disponibilizar o projeto impresso para consulta dos interessados durante o prazo estabelecido para a consulta pública.

§ 3º Os serviços de manutenção, limpeza e consertos de equipamentos e mobiliário danificados não serão objeto de consulta pública.

Art. 8º O Executivo regulamentará as regras da consulta pública para os casos definidos no art. 7º desta lei, fixando prazos, forma de divulgação e demais procedimentos.

§ 1º As regras para consulta pública serão unificadas para todas as Subprefeituras.

§ 2º Cada Subprefeitura deverá garantir a efetividade da participação popular, incorporando as propostas feitas nas consultas públicas que considerar condizentes com o projeto.

Art. 9º O comitê de usuários citado no inciso II do art. 6º desta lei é formado por iniciativa dos munícipes interessados em contribuir voluntariamente na gestão da praça, sendo constituído por, no mínimo, 4 (quatro) moradores do entorno e usuários em geral.

§ 1º É obrigatório que metade dos integrantes do comitê de usuários seja composta de moradores do bairro.

§ 2º Qualquer cidadão maior de 18 (dezoito) anos poderá integrar o comitê de usuários.

§ 3º Os integrantes dos comitês de usuários não serão remunerados pelo Executivo, em nenhuma hipótese, por desempenharem essa função.

§ 4º Não há limitação para que o munícipe participe de mais de um comitê de usuários.

§ 5º Os comitês de usuário terão caráter voluntário e sua criação não constituirá obrigatoriedade.

§ 6º A ausência de comitê de usuários não impedirá o Executivo de implantar, reformar e requalificar praças.

§ 7º Os comitês de usuários deverão se cadastrar na Unidade de Áreas Verdes da Subprefeitura à qual pertence a praça.

§ 8º A Subprefeitura deverá disponibilizar o cadastro, referido no parágrafo anterior, na internet.

§ 9º Os comitês de usuários trabalharão de forma integrada com os zeladores de praça, quando houver.

Art. 10. São funções do comitê de usuários:

I - contribuir com a gestão da praça;

II - propor projetos, reformas, requalificações e intervenções, bem como opinar acerca destes e acompanhar sua execução;

III - opinar acerca de propostas de termos de cooperação, bem como acompanhar e fiscalizar seu cumprimento;

IV - opinar acerca do mobiliário urbano, equipamentos e demais elementos que compõem as praças;

V - opinar acerca dos termos de permissão de uso comercial, observada a legislação pertinente;

VI - mediar a relação entre a comunidade vizinha à praça e o poder público;

VII - buscar parcerias, bem como opinar sobre parcerias existentes e propostas de novas parcerias;

VIII - opinar sobre plantio de árvores;

IX - acompanhar e fiscalizar os serviços de manutenção, limpeza, capinação, poda e demais serviços executados pelo Executivo Municipal e/ou por cooperantes, informando sobre a necessidade de tais serviços e apontando eventuais irregularidades na sua execução. Parágrafo único. Quando houver termo de cooperação, a Subprefeitura deverá contribuir para o diálogo entre o cooperante e o comitê de usuários, mediando-o sempre que necessário.

Art. 11. O cadastro de praças de que trata o inciso III do art. 6º desta lei consiste na listagem atualizada e georreferenciada de praças, devendo conter, no mínimo:

I - demarcação das praças por distrito, com nome, endereço e área;

II - informações sobre as características de cada praça, tais como topografia, vegetação predominante, equipamentos e mobiliário urbano existentes, iluminação, e espécimes arbóreos relevantes, quando couber;

III - a categoria do espaço livre onde se localiza a praça, se bem de uso comum ou bem dominial;

IV - programação de limpeza e capinação;

V - zeladoria, quando existir;

VI - termo de cooperação, nome e contato do cooperante, quando houver;

VII - comitê de usuários e contato do responsável, quando houver;

VIII - equipamentos e mobiliário urbano prioritários elencados pelo comitê de usuários, quando houver;

IX - monumentos, esculturas e obras de arte, incluindo grafitti, quando houver;

X - a existência de comodato ou cessão, quando for o caso;

XI - vocação da praça, identificada pela respectiva Subprefeitura, ouvido o comitê de usuários, quando houver.

§ 1º A elaboração do cadastro será de responsabilidade da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras, de forma articulada com a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e do Departamento de Gestão da Informação da Secretaria Municipal de Planejamento.

§ 2º O cadastro de praças será parte integrante do cadastro único de bens imóveis municipais previsto na Lei Orgânica.

§ 3º As Subprefeituras terão um prazo de 6 (seis) meses a partir da promulgação desta lei para realizar e disponibilizar, em seu site, o cadastro referido no “caput” deste artigo.

§ 4º O cadastro de praças deverá ser atualizado anualmente pela Subprefeitura respectiva.

§ 5º A Subprefeitura deverá disponibilizar o cadastro em seu site na internet, acompanhado de orientações acerca dos serviços prestados nas praças, inclusive dos canais para sugestões e reclamações.

Art. 12. A manutenção e conservação das praças compete à Supervisão Técnica de Limpeza Pública da Subprefeitura na qual aquelas se localizam, em especial à Unidade de Áreas Verdes, nos termos do art. 12, IV, da Lei nº 13.399, de 1º de agosto de 2002, e do art. 1º, IV, “b”, da Lei nº 13.682, de 15 de dezembro de 2003, sendo constituída dos seguintes serviços:

I - corte de grama;

II - limpeza e varrição;

III - capinação, raspagem, sacheamento e roçada;

IV - ajardinamento e manutenção das áreas ajardinadas;

V - plantio de árvores, arbustos e vegetação herbácea;

VI - poda e remoção, quando necessária, de árvores, observado o disposto na Lei nº 10.365, de 22 de setembro de 1987;

VII - manutenção de calçadas, caminhos e áreas pavimentadas;

VIII - instalação, conserto e substituição de equipamentos públicos e mobiliário urbano;

IX - acondicionamento, coleta e destinação adequada dos resíduos provenientes das atividades definidas nos incisos deste artigo.

§ 1º As atividades descritas no “caput” deste artigo deverão ser prestadas de maneira integrada entre as Unidades de Áreas Verdes e de Varrição, de forma a otimizar os recursos e melhorar a qualidade dos serviços prestados.

§ 2º A conservação de praças poderá ser delegada a terceiros mediante termos de cooperação, nos termos da legislação vigente.

Art. 13. O Executivo Municipal deverá manter e ampliar o programa de zeladoria de praças, de forma complementar às competências definidas no art. 12 desta lei, adequando-o se necessário.

(...)

Art. 15. A fim de assegurar os objetivos descritos no art. 4º, as praças poderão ter equipamentos e mobiliário urbano, tais como:

I - lixeiras para coleta seletiva;

II - parque infantil;

III - equipamentos para exercícios físicos;

IV - bancos;

V - áreas de estar com mesas para jogos e piqueniques;

VI - ponto para ligação de água e luz;

VII - estacionamento para bicicletas;

VIII - horta comunitária orgânica, de caráter educativo;

IX - painéis informativos;

X - quiosques para piquenique;

XI - palco para manifestações artísticas;

XII - guaritas.

§ 1º Os equipamentos a que se refere o “caput” deste artigo, em especial os itens III, IV e V, deverão observar princípios de ergonomia e segurança, de acordo com as normas técnicas pertinentes em vigência.

§ 2º Deverão constar, nos equipamentos mencionados nos itens III e IV informações sobre sua forma de uso e segurança, bem como o telefone do responsável pela manutenção dos mesmos.

§ 3º Poderão ser implantados outros equipamentos e mobiliário urbano, conforme a vocação da praça, a critério da Subprefeitura e do comitê de usuários, quando houver.

§ 4º Os equipamentos e mobiliário descritos no inciso II deste artigo poderão ser implantados e mantidos por terceiros, mediante termos de cooperação, conforme legislação vigente.

§ 5º A instalação de guaritas dependerá de autorização da respectiva Subprefeitura.

Art. 16. As praças, quando couber, poderão ter cisternas e banheiros secos, dentro dos princípios da permacultura urbana, a critério da respectiva Subprefeitura, ouvido o comitê de usuários, quando existir.

Art. 17. As praças poderão sediar eventos culturais e esportivos, gratuitos, adequados à vocação de cada praça, mediante autorização da Subprefeitura e de outros órgãos públicos, quando couber, ouvido o comitê de usuários, quando existir.

§ 1º Os eventos deverão respeitar a livre expressão artística, cabendo ao proponente a responsabilidade por sua realização e pelos custos financeiros.

§ 2º Subprefeitura deverá orientar os solicitantes dos eventos mencionados no “caput” deste artigo acerca das demais autorizações necessárias, mediando-as, quando necessário.

Art. 18. As propostas de instalação de hortas comunitárias orgânicas de caráter educativo nas praças deverão ser encaminhadas para as respectivas Subprefeituras, mediante solicitação contendo, no mínimo, a localização, as dimensões e a indicação dos responsáveis pela manutenção.

§ 1º A Unidade de Áreas Verdes da Subprefeitura expedirá manifestação considerando as condições de solo, irrigação, insolação, topografia e entorno, ouvindo o comitê de usuários, quando houver.

§ 2º Havendo autorização para a instalação da horta, a Subprefeitura apoiará a implantação dentro de suas possibilidades, em parceria com a Supervisão de Abastecimento da Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente e outras Secretarias Municipais atuantes no entorno da praça.

Art. 19. As praças que sediarem hortas comunitárias orgânicas poderão ter composteiras, construídas e mantidas segundo os princípios da permacultura urbana, pelos responsáveis pela respectiva horta.

§ 1º A instalação de composteiras deverá ser autorizada pela respectiva Subprefeitura, ouvido o comitê de usuários, quando houver.

§ 2º Caberá aos responsáveis pela horta informar os frequentadores da praça sobre o correto manejo das composteiras, podendo para tanto desenvolver campanhas e ações educativas na praça e entorno, envolvendo o comitê de usuários, quando houver.

Art. 20. A Secretaria de Coordenação das Subprefeituras deverá elaborar, com participação da sociedade civil, uma cartilha para a implantação, manutenção e reforma de praças, abordando questões como acessibilidade, porcentagem de área permeável, instalação de equipamentos e mobiliário urbano, orientação para hortas comunitárias orgânicas, entre outras, informando a quem cabe a responsabilidade pelos serviços públicos e estabelecendo os parâmetros para os equipamentos e serviços dispostos nos arts. 14, 15, 16, 17, 18 e 19 desta lei.

§ 1º Esta cartilha será utilizada para orientação das Subprefeituras para informação dos munícipes e em programas de educação ambiental.

§ 2º A cartilha deverá ser disponibilizada impressa e em meio digital, disponível no site das Subprefeituras.

Art. 21. O Executivo criará e implantará, em conjunto com a sociedade civil e de acordo com o disposto na Política Municipal de Educação Ambiental, programa de educação ambiental voltado à gestão participativa das praças, abrangendo no mínimo:

I - campanha de conscientização acerca do disposto nesta lei;

II - estratégia de distribuição e capacitação para o uso educativo da cartilha referida no art. 20 desta lei, envolvendo escolas, equipamentos públicos e organizações da sociedade civil. Parágrafo único. Poderão ser destinados recursos de fundos municipais, especialmente o Fundo Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FEMA, diretamente ou por meio de editais, ao programa de educação ambiental.

Art. 22. Recursos oriundos de Termos de Compensação Ambiental e Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta poderão ser destinados à implantação, requalificação e reforma de praças.

Art. 23. A Secretaria de Coordenação das Subprefeituras poderá proceder estudo quanto às possibilidades dos recursos gerados por termo de permissão de uso de comércio e serviços instalados em praças serem destinados à mesma ou a outras praças dentro da respectiva Subprefeitura.

(...)

Art. 27. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 10 de junho de 2015, 462º da fundação de São Paulo.

FERNANDO HADDAD, PREFEITO

FRANCISCO MACENA DA SILVA, Secretário do Governo Municipal Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 10 de junho de 2015.

Fonte: Diário Oficial da cidade de São Paulo, 11 de junho de 2015.

Frequentadores da praça Roosevelt fazem exercício diário de democracia

Paulista/centro

PERI PANE

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

30/04/2017 02h00

O espaço público como um lugar de disputa, de (des)equilíbrio de forças, de desejos muitas vezes contraditórios. Assim é a praça Franklin Roosevelt, entre as ruas Augusta e Consolação.

"Existem diferentes tipos de convivência aqui", diz a stylist Bruna Sampaio, 26, que estava na praça com seu filho no domingo, dia 9 de abril. Moradora da região, ela leva Bernardo, 4, para passear ali quase diariamente.

"Quero incentivá-lo a não ter medo da rua. Aqui tem gente de poderes aquisitivos diferentes, tem morador de rua, tem o jovem que vem beber", afirma. No mesmo momento, a poucos metros dali (e não muito longe da base da Polícia Militar), um jovem agredia um morador de rua.

"Isso acontece com certa frequência. É muito triste. Mas não é o policiamento que vai mudar", diz Bruna.

Mais adiante um grupo de jovens toca uma canção do Guns and Roses no violão. Morador de Interlagos, o estudante Fernando Guerra, 18, chega a passar quase duas horas no transporte público para poder cantar com os amigos na praça.

(imagem)

"Quem curte andar de skate anda, quem curte fazer um som faz. Todo mundo faz o que gosta e fica um ambiente legal", afirma Guerra.

Geralmente as rodas violão adentram a madrugada. E muitas vezes acabam atrapalhando o sono de moradores dos prédios em frente, como Ilsa Helena Carvalho Santos, 61, que mora há 37 anos no segundo andar. "Não sou contra ninguém se divertir. A praça é do povo, mas tem que haver respeito, tem que deixar as pessoas dormirem."

Marcos Martins, 51, morador do 21º andar, também reclama. "À tarde os skatistas tomam conta da praça e, à noite, a calçada fica uma muvuca, tenho que pedir licença para entrar no prédio", diz.

De fato, depois da reforma em 2012, o novo piso, amplo, liso e cheio de bordas, foi um convite irresistível a skatistas. "Skate é família", diz o estudante Davi Santana, 15, morador do Capão Redondo, que aproveita a tarde do domingo para se divertir com seu amigo Renildo Gomes, 17.

Gomes frequenta a praça desde a reforma. "O ambiente é calmo, ninguém mexe com ninguém", diz. O estudante Pedro Big, 17, também vem da periferia. "Aqui é um lugar bonito, a gente tem outra percepção da cidade."

Já o skatista Yuri Queiroz, 20, afirma que já viu muito conflito entre moradores, polícia e skatistas, mas, segundo ele, as coisas melhoraram depois de uma reunião com os moradores no ano passado. "Agora ninguém mais anda de skate depois das 22h."

Nos finais de semana, a escadarias e calçadas são tomadas pelos boêmios e artistas, que passam a noite na praça, antes ou depois de algum espetáculo teatral, ou simplesmente flanando para encontrar antigos e novos amigos.

Formada na SP Escola de Teatro, que fica na praça desde 2012, a atriz Bruna de Moraes, 24, diz que não tem como pensar em teatro em São Paulo sem pensar na Roosevelt. "É o lugar onde está o maior núcleo teatral", diz.

Embora o ambiente de calma seja o mais comum, desde a reforma, muitas intervenções da Polícia Militar já ocorreram na praça. Anne Ramos, 37, administradora do Espaço Parlapatões, diz ter presenciado ao menos quatro casos nos últimos meses, como no Carnaval.

Fonte: Portal de notícias folha de São Paulo/UOL

<https://www1.folha.uol.com.br/sobretudo/morar/2017/04/1879666-frequentadores-da-praca-roosevelt-fazem-exercicio-diario-de-democracia.shtml>

João Doria transferirá Virada Cultural para Interlagos: "Continua gratuita"

Estadão Conteúdo
05/12/2016 20h03

O prefeito eleito de São Paulo, João Doria (PSDB), anunciou nesta segunda-feira (5) que a Virada Cultural vai ser deslocada para um único local: o autódromo de Interlagos, que será privatizado. O evento, no entanto, continuará sendo gratuito.

Atualmente, a Virada Cultural ocorre simultaneamente em diversos pontos da região central da cidade de São Paulo, com atrações paralelas também na periferia.

Doria afirmou que a programação será mantida, num formato com shows durante 24 horas, mas sem os "pontos ruins" da Virada, citando a acumulação de pessoas próxima a áreas de residência.

"Vai ser em Interlagos com segurança, não incomodando a população", disse durante discurso em plenária da Fecomercio-SP. O formato será mantido durante os seus quatro anos de gestão, prometeu.

O prefeito eleito de São Paulo ainda afastou a possibilidade de críticas em relação à mudança.

"As pessoas podem manter o convívio naturalmente, não é preciso esperar a Virada para conviver com o centro da cidade, com os equipamentos culturais do centro", disse em entrevista coletiva após a plenária.

Nos bairros, Doria afirmou que vão ocorrer "pequenas Viradas", com programação reduzida, de 12 horas de shows.

Em sua última edição, realizada entre 20 e 22 de maio deste ano, a Virada Cultural custou mais de R\$ 14 milhões aos cofres públicos. O evento foi marcado por diversos atos políticos e protestos contra o presidente Michel Temer.

A atual gestão do prefeito Fernando Haddad (PT), que fica na prefeitura até 31 de dezembro, não irá se manifestar sobre as mudanças propostas por João Doria.

A Virada Cultura foi criada em 2005, na gestão do então prefeito José Serra (PSDB), para oferecer gratuitamente atrações artísticas e culturais durante 24 horas de programação.

Fonte: O Estado de São Paulo (via portal UOL)

<https://entretenimento.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2016/12/05/joao-doria-transferira-virada-cultural-para-o-autodromo-de-interlagos.htm>

“Vou quebrar sua cara”, diz secretário de Cultura de Dória a agente cultural da Zona Leste

"O prefeito foi eleito e você não". "Você é um chato". "Cabô a molecagem". Ouça os argumentos de André Sturm ao ser questionado sobre investimentos em Cultura na periferia da cidade de São Paulo

Publicado em [30 de maio de 2017](#) por [Periferia em Movimento](#)

O secretário de Cultura da cidade de São Paulo, André Sturm (ao centro na foto acima), de 50 anos de idade, ameaçou “quebrar a cara” do agente cultural Gustavo Soares, do Movimento Cultural Ermelino Matarazzo. As palavras do subordinado do prefeito João Doria para gerir as políticas públicas culturais da maior cidade do Hemisfério Sul podem ser ouvidas a partir dos 30 minutos do áudio abaixo:

A ameaça aconteceu nesta segunda-feira (29 de maio), em uma reunião realizada na Secretaria Municipal de Cultura (SMC) entre Sturm, Gustavo, da coordenadora do Núcleo das Casas de Cultura, Priscila Machado, e de sua assessora, Bárbara Rodarte, para discutir a possível renovação do contrato de gestão compartilhada da Casa de Cultura Ermelino Matarazzo/Ocupação Cultural Mateus Santos, firmado na gestão passada e cujo contrato se encerrou em abril deste ano.

Sem quaisquer equipamentos públicos de cultura, agentes integrantes do Movimento Cultural Ermelino Matarazzo ocuparam um imóvel abandonado da Subprefeitura local – atual Prefeitura Regional de Ermelino Matarazzo – e criaram a própria casa de cultura (uma demanda de mais de 20 anos da população local). Desde o ano passado, o espaço passava por uma gestão compartilhada com coletivos culturais, que inclusive conseguiram patrocínio de empresas privadas para realizar atividades no local. A ocupação cultural é um dos mais de 30 espaços populares implementados por artistas da cidade em áreas ociosas.

“Se eu quiser fechar a porta e tirar de vocês lá, também posso”

Com o término do contrato de gestão compartilhada, a SMC apresentou proposta única de parceria que prevê um convênio sem aporte financeiro aos coletivos que ocupam o espaço. Diante do questionamento do integrante do Movimento da falta de investimentos do poder público na Cultura, o secretário Sturm altera o tom de voz e diz que “o espaço é público, é do governo. Se você não formalizar, nós vamos tirar vocês de lá”.

Em outro ponto, Sturm alega que “legitimidade e nada é a mesma coisa” e que “o prefeito foi eleito, você não foi”.

Vocês querem fazer esse discursinho babaca. A gente não tá conversando. Você é um chato, rapaz! – diz Sturm

Ao ouvir do agente cultural que estava “desequilibrado”, Sturm rebate e diz:

Vou quebrar sua cara! É isso mesmo: vou quebrar sua cara!

Em seguida, diz de forma autoritária:

Cabô a molecagem. Vai arranjar um lugar pra fazer suas gracinhas, com o coletivo articulado.

“O Movimento Cultural Ermelino Matarazzo repudia a atitude autoritária, antidemocrática, reativa e de coação do Secretário de Cultura André Sturm e tomará todas as medidas de proteção cabíveis junto aos órgãos públicos”, dizem, em nota, os integrantes do movimento. “A continuidade de uma Casa de Cultura é parte da garantia de um direito universal e não um favor restrito a uma ou outra instituição”, dizem, em outro ponto da nota. Leia a íntegra abaixo.

O Periferia em Movimento entrou em contato com a assessoria de imprensa da Secretaria Municipal de Cultura na madrugada desta terça (30 de maio) e aguarda retorno. Assim que obtivermos uma resposta, atualizaremos o texto.

Verba congelada e desmonte da Cultura

André Sturm é titular em uma secretaria que teve 43,5% de seu orçamento congelado este ano. Desde o início de 2017, trabalhadores e trabalhadoras da Cultura têm se mobilizado contra o “desmonte” das políticas públicas culturais pela Prefeitura capitaneada por João Dória.

O orçamento aprovado no fim do ano passado após uma árdua luta travada por artistas na Câmara dos Vereadores destinava pouco mais de R\$ 518 milhões para a Cultura, menos de 1% do orçamento total do município. Organizados na Frente Única Descongela a Congela Já, artistas de diferentes linguagens culturais denunciam que o congelamento dessa verba coloca em risco e inviabiliza políticas públicas diversas, como os de formação (Vocacional, o PIÁ e o Jovem Monitor Cultural); os fomentos à Dança, ao Teatro, ao Circo e às Periferias (este último, que teve sua primeira edição ano passado e que até o momento não teve o edital de sua segunda edição publicado); os programas de cidadania cultural (como o Programa VAI, o Aldeias e o Agente Comunitário de Cultura); além dos pontos de cultura, o Circuito Municipal de Cultura, a Semana do Hip Hop, o Edital Redes e Ruas de cultura digital, a programação dos equipamentos culturais, entre diversos outros.

A maior parte desses programas foi instituída a partir de demandas de artistas e da sociedade civil como um todo, com impacto direto a toda a cadeia produtiva ligada à cultura na cidade, como gráficas, mídias, publicidade, restaurantes, entre outros serviços.

O último escândalo envolvendo Sturm diz respeito ao VAI, respeitado e suado programa de fomento a iniciativas culturais nas periferias instituído em 2004 e que já beneficiou mais de 1.200 projetos no período. Segundo reportagem da Rede Brasil Atual, o secretário interferiu no resultado do edital deste ano, eliminando cinco projetos contemplados da lista final e atropelando decisão soberana da comissão julgadora.

Por outro lado, após a polêmica da “cidade cinza” e perseguição a pixadores e grafiteiros, o secretário André Sturm e o prefeito João Dória lançaram – com a participação de artistas – o edital MAR (Museus de Arte de Rua) com o valor de R\$ 200 mil oriundos de empresas privadas para selecionar oito projetos de intervenção com graffiti na cidade de São Paulo. O primeiro mural foi inaugurado neste final de semana, no Tucuruvi, Zona Norte da cidade.

Artistas denunciam as ações como estratégia de marketing e o investimento isolado em eventos e ações pontuais, em detrimento de processos contínuos e geração de subjetividades, além da perseguição política a quem discute temas como racismo e machismo, assédio moral a funcionários de equipamentos culturais e sucateamento para possibilitar a posterior privatização dos espaços culturais, como as casas de cultura e as próprias bibliotecas.”

Fonte: Site Periferia em Movimento (periferia, cultura e política)

<http://periferiaemmovimento.com.br/vou-quebrar-sua-cara-diz-secretario-de-cultura-de-doria-agente-cultural-da-zona-leste/>

A polícia de Doria tenta barrar o Slam Resistência, um encontro de poetas

O evento Slam Resistência, encontro de manifestação poética, foi ontem intimidado pela Guarda Civil Metropolitana na cidade de São Paulo. Essa medida reflete a política higienista e repressora do prefeito João Doria.

Lara Zaramella

terça-feira 7 de março de 2017

Há mais de três anos o evento Slam Resistência acontece no escadão da praça Roosevelt com a rua Augusta, reunindo mais de 100 pessoas, em sua maioria juventude, para escutar e declamar poesia.

Os encontros já foram reconhecidos internacionalmente, lançando, inclusive, poetas para competições fora de São Paulo e do Brasil. É um espaço também de luta, já que caminha paralelamente às manifestações políticas e sociais da cidade, levantando denúncias, exigências e indignações frente à realidade. Na página do facebook é possível ver esse objetivo político-social também: “O Slam Resistência vem na sintonia dos protestos, dos movimentos sociais e do enfrentamento político ativo em defesas culturais/sociais, sócio-ambientais e contra a truculência do Estado para com os manifestantes!”.

No dia de ontem (06), por volta das 20h30, a Guarda Civil Metropolitana (GCM) entrevistou intimidando os poetas sob alegação de perturbação pública. Mais tarde, às 22h30, abordou novamente, o que causou uma antecipação do fim do evento. Foi a primeira vez que o Slam Resistência teve problemas com a polícia, ficando claro o ataque direto da política higienista e elitista de Dória às manifestações artísticas, políticas e culturais nos espaços públicos.

Desde o começo do ano o recém-eleito João Doria, do PSDB, vem implementando essa política repressora de privatizar a cidade, de impedir a livre ocupação e expressão artística da juventude e da classe trabalhadora e periférica. Pintando de cinza os grafites e as pixações, congelando 40% do investimento municipal na cultura, o prefeito vai elitizando cada vez mais a cidade.

É justamente pela precarização das necessidades básicas da população (na gestão Doria, mais de R\$2,5 bilhões com Saúde e Educação foram congelados) que os jovens se reúnem para manifestar, por meio da arte e da cultura, contra todos esses ataques diários. Além de um espaço de poesia, de troca, extravasamento e desenvolvimento cultural, é também um espaço de debate político, de poder fazer sua voz e indignação serem ouvidas.

É necessário defender a arte de rua, defender poetas, grafiteiros, pixadores, eventos de dança, rap, defender toda a cultura urbana. Isso é defender que a cidade e a arte sejam de fato um direito de toda a população, em especial da classe trabalhadora, a qual é excluída dos espaços privados. É necessário ser resistência e se manifestar contra todos os ataques e injúrias, sem deixar que nos caem.

Fonte: Portal Esquerda Diário (notícias, política e opinião)

<http://www.esquerdadiario.com.br/A-policia-de-Doria-tenta-barrar-o-Slam-Resistencia-um-encontro-de-poetas>

Manifesto Público: As Batalhas Resistem

Thaís Aguiar

Cultura, Música, Sociedade

Nosso país está passando por um momento delicado, de mudanças e reformas. Existe uma necessidade muito grande de nos unirmos para trocar informações e debater sobre nosso atual cenário, só então seremos capazes de construir um futuro melhor.

O primeiro passo para encontrar soluções para um problema é entender, de fato, qual é o problema, da onde surgiu, e de que maneira atinge a sociedade. Criar soluções criativas não é algo tão difícil para o brasileiro, mas se falta informação toda criação é limitada.

A cultura dos manifestos corresponde a uma necessidade legítima dos artistas, e da sociedade no geral, de conquistar um espaço nos meios de comunicação responsáveis por fazer a ponte entre suas ideias e o grande público.

Nos últimos meses, diversos encontros culturais têm sofrido repressão policial com o objetivo de dispersar e enfraquecer movimentos legítimos e de extrema importância para a população.

Acontece em São Caetano do Sul, com a Batalha da Galeria. Onde a repressão policial é constante, e por diversas vezes tanto público, quanto mcs são expulsos da praça de maneira extremamente violenta. A GCM age sob as ordens da prefeitura, que no caso dessa cidade é Auricchio, do PSDB.

Aconteceu em Rio Grande da Serra, onde a Batalha do Fundão foi boicotada e impedida de acontecer por um mandato do atual prefeito a cidade, Gabriel Maranhão, também do PSDB.

A Batalha da Matrix, em São Bernardo do Campo, vêm resistindo a esses ataques de repressão já há um tempo. E, na última terça-feira, dia 14, houve mais um episódio de violência policial contra os jovens que ali se reuniam. Dessa vez, nem sequer foi no horário da Batalha. Bombas de gás lacrimogênio e balas de borrachas são atiradas em jovens que estão na rua, com o simples objetivo de se manifestar, ou se expressar artisticamente.

Aconteceu até mesmo com o Slam da Resistência, batalha de poesia que acontece toda primeira segunda-feira do mês, na Praça Roosevelt, em São Paulo. Em sua primeira edição do ano, dia 6, os organizadores do Slam tiveram que conversar com a polícia tendo em mãos a constituição federal, para garantir que, dentre tantos outros, o direito de reunir-se pacificamente em locais abertos ao público fosse garantido.

Vejamos, por mais de 20 anos (1964-1985), o Brasil caminhou debaixo de ordens, que não eram democráticas, através do regime militar. Não se tinha o direito de liberdade de expressão, e era totalmente proibida qualquer manifestação pública contra o regime.

Após o fim desse período de ditadura, foi estabelecida a Constituição Federal, em 1988. Ou seja, um conjunto de normas que define a política fundamental, princípios políticos, e estabelece a estrutura, procedimentos, poderes e direitos, de um governo.

Segundo o artigo 5º da Constituição, todos são iguais perante a lei, e ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante. Esse mesmo artigo também nos garante que é livre a manifestação do pensamento, assim como é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.

Portanto, esses ataques não apenas são desumanos, mas também, e principalmente, são contra a lei. Mas se, teoricamente, a polícia é responsável por manter a ordem e cumprir a lei, então quem é responsável por fiscalizar se eles mesmo não ferem a constituição?

Estariamos nós, lentamente, voltando aos tempos de viver através de uma semiliberdade? Devemos nos manter munidos de informação, para seguir na luta. As batalhas resistem! Resistência e resiliência são nossas armas de poder. Seguimos avante, sem dar um passo pra trás.

Fonte: Site Soul Art (arte, cultura e política)

<http://soulart.org/sociedade/manifesto-publico-batalhas-resistem>

Texto do Projeto de Lei 0421/2016, de autoria do vereador Eliseu Gabriel, que propõe o cercamento da Praça Roosevelt e sua transformação em parque público

"Autoriza o Poder Executivo a criar a Área Especial denominada Parque Franklin Roosevelt. A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta: Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a criar a Área Especial denominada "Parque Franklin Roosevelt", delimitada pelas ruas da Consolação, Augusta, Matinho Prado e Olinda, Subprefeitura da Sé, que conta com 18.000 m² (dezoito mil metros quadrados). Art. 2º Caberá à Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA, por meio do Departamento de Parques e Áreas Verdes - DEPAVE, o gerenciamento da Área Verde Especial, dotando-a dos recursos materiais e humanos necessários, bem como a elaboração e aprovação de seu Regulamento de Uso. Art. 3º As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário. Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. Sala das Sessões, Às Comissões competentes."

Fonte: Diário Oficial da cidade de São Paulo, 11 de agosto de 2016 (p. 80)
<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0421-2016.pdf>

Texto de justificativa para o Projeto Lei 0421/2016

Considerada um dos maiores espaços públicos de convivência no Centro de São Paulo, a Praça Roosevelt é palco de inúmeras discussões e reivindicações tanto de moradores quanto de frequentadores do lugar. Em setembro de 2012, após permanecer fechada por dois anos para reformas, a Praça Roosevelt foi reinaugurada, com mais de 260 árvores, luminárias, parques de diversão para crianças e novos espaços abertos, quiosques, parquinho, banheiro público e base da Guarda Civil Metropolitana. Tantos esforços para transformar o local em uma área de lazer para todos, com altos investimentos de verbas públicas empregados, a praça está hoje totalmente degradada, com pichações, tendo se transformado em local de consumo de drogas e vandalismo de toda espécie. Sem horário de fechamento, o espaço é motivo de transtorno para os moradores do entorno que não têm mais sossego sequer para ter uma noite de sono tranquila. Transformando a praça em parque, com ocupação do espaço pelo poder público a fim de conservar e fiscalizar o uso adequando, certamente haverá menos gastos em

longo prazo, garantia de lazer a todos os cidadãos que sentir-se-ão seguros de ali frequentar, além de propiciar melhoria da qualidade de vida dos moradores do entorno ao permitir-lhes o sossego noturno assegurado pelo Programa de Silêncio Urbano (PSIU). Diante de tudo quanto exposto, espero contar com o apoio de meus nobres pares na aprovação do presente Projeto de Lei.

Fonte: Diário Oficial da cidade de São Paulo, 11 de agosto de 2016 (p. 80)
<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/justificativa/JPL0421-2016.pdf>

Ideia de cercar Roosevelt vira nova polêmica

Associação quer pôr grades para impedir barulheira à noite. Em reação, grupo faz abaixo-assinado

Agora 30 out. 2016 (Tatiana Cavalcanti)

A guerra entre parte dos vizinhos e frequentadores da praça Roosevelt, na Consolação (região central de SP), ganhou novo capítulo. Uma proposta encabeçada pela Amacon (Associação dos Moradores e Amigos do Bairro da Consolação e Adjacências) sugere cercar a área pública para que fique fechada à noite e de madrugada.

A reação foi rápida: desde agosto circula um abaixo-assinado, encabeçado por artistas, contra o projeto (leia mais no texto abaixo).

Uma das principais reclamações de moradores de prédios da região é que, de noite e de madrugada, o barulho é insuportável.

A ideia da Amacon é transformar, de forma oficial, a praça em um parque. Assim, é possível fechar o local com grades, portão e cadeado.

“Aqui tem cada vez mais gente que vem de bairros distantes, a 40 km ou 50 km. São pessoas que fazem barulho, que varam a madrugada. Ninguém dorme. É um desrespeito

abrigar todas as tribos, de qualquer lugar. É pulsante e democrática”, diz o produtor cultural Serguei Dias, 40 anos, que frequenta a praça há décadas.

O agitador cultural Chico Tchello, 37 anos, reconhece que o barulho pode incomodar, mas pede uma solução menos radical. “O grande barato da praça é que ela é aberta para todos. É preciso um diálogo com todos para cada um ceder um pouco. Porque cercar a praça é cercar o direito de uso do espaço”, afirma.



Movimentação à noite na praça Roosevelt (região central de SP); associação de moradores quer transformar área pública em parque para colocar grades

to. Se eles não têm praça no bairro deles, que falem com a subprefeitura”, diz Marta Li-

lia Porta, presidente da Amacon.

O proprietário do bar PPP (Papão Pinga e Petisco), Edney Ardanuy Vassalo, 43 anos, concorda com o cercamento da praça. “Ajudaria a manter a ordem. Quando havia tapumes da reforma, eu tinha mais clientes e não havia tanta confusão aqui. Isso expulsa os clientes”, diz Vassalo. Ele afirma que nos últimos meses teve uma queda de até 50% nas vendas.

Patrimônio

“Isso parece uma relação de posse privada do espaço público. A praça é um patrimônio, ponto intenso de múltiplas atividades culturais. É diferenciada justamente por

Carta de solicitação de formalização do Comitê Praça Roosevelt de todxs!, encaminhada ao Prefeito Regional da Sé, Eduardo Obloak

São Paulo, abril de 2018

Nós do Comitê de Usuárixs Praça Roosevelt de Todxs vimos por meio deste ofício pedir a V. Ex^a que reconheça a criação do Comitê de Usuários da Praça Franklin Roosevelt, oficialmente em publicação no Diário Oficial do município, com base na lei municipal 16.212/2015, atendendo ao Processo Administrativo nº 2017-0.019.327-5 referente à formalização do mesmo.

Formados por moradores, comerciantes, usuárixs e frequentadores da Praça Roosevelt, o coletivo aguarda desde o início de 2017 que tal reconhecimento legal aconteça, tendo o grupo cumprido as etapas legais, como consta na legislação municipal, para a criação do comitê. Tal formalização permite ao coletivo, que já atua como comitê de fato, atuar dentro da legalidade, opinando a respeito de projetos e ações que visem a melhoria e apropriação harmoniosa da praça e do entorno, atuando sempre de modo livre, democrático e participativo.

Contamos com sua ajuda para o quanto antes conseguirmos que a lei se cumpra em nosso Distrito.

Agradecidxs,
Comitê de Usuários Praça Roosevelt de todxs!

Fonte: Página do Comitê Praça Roosevelt de todxs! no facebook
<https://www.facebook.com/rooseveltdetodxs/photos/a.1685148371800593/1971060869876007/?type=3&theater>

(No link é possível ver não apenas o texto da carta mas também uma foto da versão impressa da carta enviada, com os devidos carimbos comprovando o recebimento por parte dos vereadores Eliseu Gabriel, Toninho Vesposi e José Police Neto, da Câmara Municipal de São Paulo e da Prefeitura Regional Sé)

Prefeitura de SP proíbe concentração e dispersão de blocos na Praça Roosevelt

A medida foi tomada para reorganizar o espaço e era também uma reivindicação dos moradores da região, justifica a Prefeitura.

Por G1 São Paulo, São Paulo

07/02/2017 15h12 Atualizado há 1 ano

A Prefeitura de São Paulo proibiu a concentração e a dispersão de blocos de carnaval na Praça Roosevelt e no Elevado João Goulart, o Minhocão. Na medida, publicada no “Diário Oficial” desta terça-feira (7), a Prefeitura alega a necessidade de reorganizar o uso do espaço público e de evitar questionamentos de poluição sonora, perturbação do sossego e desatendimento ao Programa de Silêncio Urbano – PSIU.

Segundo a nota, essa também era uma reivindicação dos moradores desses dois pontos da cidade.

A Praça Franklin Roosevelt não será ponto de partida ou chegada dos blocos, mas poderá fazer parte do percurso para blocos autorizados.

Na semana passada, a Prefeitura também divulgou a proibição de blocos de Carnaval com mais de 20 mil pessoas e vetou a folia em 23 vias da Zona Oeste, entre elas, a Avenida Faria Lima, a Rua dos Pinheiros e Cardeal Arcoverde. As regras também foram publicadas no “Diário Oficial”.

Dos 495 blocos inscritos para o Carnaval de rua de São Paulo, 381 blocos estão confirmados. Ao todo, são 413 desfiles, já que alguns blocos desfilam mais de um dia.

A região da Sé, no Centro de São Paulo, é a que terá o maior número de blocos, são 105 no total. O bairro de Pinheiros, na Zona Oeste, terá 86 blocos, seguido pela Lapa com 31 blocos e Vila Mariana, na Zona Sul, com 25 blocos.

Em 2015, foram 300 blocos inscritos e 273 desfilaram. Em 2016, foram 355 inscritos e 306 desfilaram.

Fonte: Portal de notícias G1

<https://g1.globo.com/sao-paulo/carnaval/2017/noticia/prefeitura-de-sp-proibe-concentracao-e-dispersao-de-blocos-na-praca-roosevelt.ghtml>

Documento redigido e publicizado pelo Comitê Praça Roosevelt de todxs!

São Paulo, janeiro de 2018

A Praça Roosevelt pede PAZ!

Nós moradores, frequentadores, comerciantes, associações, institutos, agremiações e coletivos que vivem, trabalham, moram e desfrutam da Praça Franklin Roosevelt pedimos PAZ NO CARNAVAL. Queremos uma festa popular, democrática e livre, sem qualquer tipo de proibicionismo ou conservadorismo.

Levando em conta o histórico dos anos anteriores e episódios ao longo do ano passado, sabemos que a praça, mesmo impedida de receber eventos ou dispersão de blocos, é naturalmente um ponto de encontro no centro da cidade. Em especial após grandes eventos, quando se transforma para receber o público em um espaço de celebração da diversidade e da democracia.

Não queremos ações truculentas e violentas, nem que a praça e seu entorno vire palco de uma guerra civil. Cansamos de bombas sendo atiradas na direção de cidadãos, estabelecimentos comerciais e todo tipo de violência. Antes que o pior aconteça, pedimos um basta a essa abordagem bélica e agressiva, principalmente por parte da Polícia Militar. Chega de dispersão à base de bomba!

Queremos para a Praça Roosevelt um ambiente onde todxs possam exercer suas liberdades sem atrapalhar o próximo. Defendemos as várias formas de cultura, lazer, de ser e de existir. Livres de raça, sexo, cor, status social. Acreditamos na coexistência harmoniosa e na capacidade de resolver conflitos de forma saudável e respeitosa, bem como no trabalho conjunto e em abordagens educativas.

Entendemos que os problemas existentes e devem ser resolvidos baseados em dois princípios gerais: no diálogo democrático, amplo e respeitoso entre todxs; e na manutenção do caráter público e igualmente democrático da praça. Um espaço livre, sem grades, sem preconceitos.

Não queremos que se repita o que já aconteceu na Praça Roosevelt em 2017, e novamente agora na Praça Dom Orione, no bairro do Bixiga, em que a PM usou bombas de efeito moral e balas de borracha para dispersar a multidão que se reunia para a festa de pré-carnaval. É inadmissível essa suposta "conduta padrão" da PM, que alega que foi solicitado aos transeuntes que desocupassem as vias, o que na prática é impossível, e classifica esse impossível como "Ato de Desobediência e Confronto". Grandes blocos, shows e eventos tomarão conta do centro de São Paulo nos próximos dias, indo para além do Carnaval de Rua. Não estamos aqui discutindo ou defendendo outra posição se não a de diálogo, respeito e paz. Nos é garantido o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a livre locomoção no território. Todxs somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Somos cidadão e todxs temos o direito à cidade, a ocupar os espaços públicos.

O carnaval nos lembra que é possível quebrar barreiras, que todxs somos iguais. Por um carnaval sem bomba, pedimos Paz!

Subscvem este documento:

Coletivo Praça Roosevelt de Todxs

Ação Educativa

Instituto Polis

Instituto A Cidade Precisa de Você

Sindicato dos Arquiteto do Estado de São Paulo

Comissão Salvar o Teatro Brasileiro de Comédia - TBC

Tapera Taperá

SampaPé
Parque Augusta
Parque Bixiga
Rede Novos Parques
Participação Urbana
BR Cidades
Movimento dos Trabalhadores sem Teto
Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST)
Frente Povo Sem Medo
União da Juventude Socialista do Município de São Paulo
Levante Popular da Juventude
Cooperativa Paulista de Teatro - SATED SP
Abccetur - Assoc. Bras. De Comunicação Cultural, Entretenimento e Turismo
Matilha Cultural
SLAM Resistência
Rede Periférica LGBT Família Stronger
Cursinho Popular Transformação
TRANSarau
Clínica Aberta de Psicanálise
Presidenta Bar e Espaço Cultural
Coletivo Arrua
Coletivo São Mateus em Movimento
Coletivo Pedra no Sapato
Coletivo Yopará
Fora do Eixo
Mídia Ninja
Jornalistas Livres
Outras Palavras
Blog Maria Fro
Loki Bicho
Humanidades
Free Beats
Buraco da Minhoca
Estúdio Lâmina
Banda Exu do Raul
Carlos Capslock
Cia Pessoal do Faroeste
Cia Satyros de Teatro
Cia de Teatro e Espaço Cultural Parlapatões
Teatro Oficina Uzina Uzona
Terreiro Coreográfico
Companhia Esquizocênica de Teatro
Zé Celso, ator
Rubens Reis, arquiteto e urbanista
Tata Amaral, cineasta
Alê Youssef, produtor e empresário
João Frazin, jornalista
Conceição Oliveira, jornalista
Thassia Azevedo, jornalista
José Luiz Ohi, cartunista
Paulo Faria, diretor de teatro
Maria Rita Kehl, escritora e psicanalista
Lilian Amaral, curadora e pesquisadora
Celso Jamelo, ativista

Fernando Morais, jornalista
Fê Lemos (Antonio Felipe de Villar Lemos), músico
Mel Lisboa, atriz
Daniela Garcia, atriz e ativista LGBT
Hayge Mercúrio, produtora cultural
Ad Ademar, produtor cultural
Rodrigo Bento, dj e produtor cultural
Aluizio Marino, pesquisador e membro do coletivo São Mateus em Movimento
Todd Tomorrow, ativista de direitos humanos
Fernando Haddad, ex-prefeito de São Paulo
Ana Estela Haddad, ex-primeira dama da cidade de São Paulo
Alexandre Padilha, ex-ministro da Saúde
Nilto Tatto, deputado federal
Orlando Silva, deputado Federal
Ivan Valente, deputado federal
Eduardo Suplicy, vereador
Police Neto, vereador
Samia bonfim, vereadora
Toninho Vespoli, vereador
Juliana Cardoso, vereadora
Bloco Acadêmicos do Baixo Augusta
Bloco Charanga do França
Bloco Pilantragi
Bloco Domingo Ela Não Vai
Bloco do Apego
Bloco Lira da Vila
Bloco Cecílias e Buarques
Bloco Fuá
Bloco Espício Geral
Bloco Cordão Barbosa
Bloco Abolição
Arrastão dos Blocos
Bloco Explode Coração
Bloco Jegue Elétrico
Bloco Vai Quem Qué
Bloco Sem Medo e Sem Vergonha
Bloco Tô no Vermelho
Bloco Blokokê
Bloco Me Ocupa que eu sou da rua
Bloco Água Preta
Bloco Agora Vai
Bloco Filhos de Glande
Bloco Não to Bem 279
Bloco Me lembra que eu vou
Bloco Akiô
Bloco Cacique do Jaraguá
Bloco em Transe
Bloco Soviético
Bloco João Capota na Alves
Bloco Filhos da Lua
Bloco Broco da Buroca
Bloco da Abolição
Bloco das Batidas Livres
Bloco Cordão do Triunfo

Bloco Libera o Badaró
 Bloco Pilantragi
 Bloco Domingo Ela Não Vai
 Bloco Unidxs do Grande Mel

Fonte: Página do Comitê Praça Roosevelt de todxs! no facebook
https://docs.google.com/document/d/15IPH0EPb6gUTbyi7VBI_axFoL2k-C91T_3ciN6ZBfd0/edit

Trecho de texto da Lei nº 16.868, de 2018, que modifica dispositivos implementados pela Lei 16.212 de 2015

JOÃO DORIA, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 18 de dezembro de 2017, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º O inciso V do “caput”, bem como o § 2º do art. 12 da Lei nº 16.212, de 10 de junho de 2015, acrescido do § 3º, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 12.

V - plantio de árvores, inclusive frutíferas, arbustos e vegetação herbácea;

§ 1º

§ 2º A conservação de praças poderá ser delegada, ainda que parcialmente, a terceiros, mediante termos de cooperação, nos termos da legislação vigente.

§ 3º As informações de contato dos responsáveis pela manutenção e conservação das praças deverão constar de placa informativa, a ser fixada em local visível, na própria praça.”

Art. 2º Os incisos III, V, VI, VII e XII do art. 15 da Lei nº 16.212, de 10 de junho de 2015, acrescido dos incisos XIII, XIV, XV e XVI, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 15.

III - equipamentos para exercícios físicos e práticas desportivas não formais;

V - áreas de estar com mesas para jogos e piqueniques e pontos para armação de redes de descanso;

VI - ponto para ligação de água e luz, bem como para sinal de internet sem fio;

VII - estacionamento para bicicletas e armários tipo guarda-volumes;

XII - guaritas e demais equipamentos de segurança;

XIII - espaço da melhor idade, com atividades e equipamentos específicos para idosos;

XIV - área para uso de comércio e serviços, mediante o respectivo termo de permissão;

XV - equipamentos de apoio às atividades de zeladoria;

XVI - espaço fechado destinado para cães, também conhecido como parcão.”

Art. 3º O art. 16 da Lei nº 16.212, de 10 de junho de 2015, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 16. As praças, quando couber, poderão ter cisternas e banheiros, inclusive com sistemas de captação de águas pluviais e biodigestores, ou secos, dentro dos princípios da permacultura urbana, a critério da respectiva Prefeitura Regional, ouvido o comitê de usuários, quando existir.”

Art. 4º O art. 23 da Lei nº 16.212, de 10 de junho de 2015, fica acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

“Art. 23. Parágrafo único. Fica o Executivo autorizado a receber do permissionário contrapartida em bens e serviços, devidamente quantificados e avaliados, a serem destinados à mesma praça em que instalado o respectivo comércio ou serviço, objeto do termo de permissão de uso.”

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 15 de fevereiro de 2018, 465º da fundação de São Paulo.
JOÃO DORIA, PREFEITO ANDERSON POMINI, Secretário Municipal de Justiça
JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO, Secretário do Governo Municipal BRUNO COVAS, Secretário-Chefe da Casa Civil Publicada na Casa Civil, em 15 de fevereiro de 2018

Fonte: Diário Oficial da cidade de São Paulo, 16 de fevereiro de 2018